FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 34.054 TERÇA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2022 R$ 5,00

Serviço de Emergência da Ucrânia/Reuters

UCRÂNIA ACUSA RÚSSIA DE BOMBARDEAR SHOPPING

Equipes trabalham em escombros de centro comercial em Kremenchuk, em ataque que teria matado ao menos 16; ontem, G7 prometeu apoio a Kiev 'pelo tempo que for preciso' Mundo A11

Petrobras deve alegar impacto social para evitar mais reajustes

Confirmado por conselho, Paes de Andrade se valeria de discurso de reforço à pauta ESG para frear alta de preços

Jair Bolsonaro (PL) espera que Caio Mário Paes de Andrade, novo presidente da Petrobras, busque evitar reajuste nos preços dos combustíveis antes das eleições.

Segundo aliados de Paes de Andrade, cuja nomeação foi confirmada pelo conselho de administração, ele deve falar que a estatal precisa focar a parte social da pauta ESG (sigla em inglês para meio ambiente, sustentabilidade e governança).

A senha já fora dada na semana passada pelo ministro Adolfo Sachsida (Minas e Energia), em audiência na Câmara. "Os países do mundo ocidental dão muito valor à agenda ESG. Acho que também cabe à Petrobras valorizar essa agenda."

Para frear a alta dos preços com alguma segurança jurídica, dizem ex-conselheiros, seria necessário alterar a Lei das Estatais, o estatuto interno e outras três leis.

Integrantes do conselho afirmam que não veem sentido no argumento social e alertam que segurar reajustes eleva o risco de desabastecimento de óleo diesel.

Para respaldar Paes de Andrade, o governo também teria de aprovar dentro da empresa diretores mais alinhados a ele. Mercado A13

SP reduz ICMS de gasolina para 18% e espera queda de R$ 0,48 na bomba A14

Biden tem pouco a fazer por quem decide abortar

Apesar do discurso de ajuda a quem deseja abortar, Joe Biden tem pouco a fazer diante da decisão da Suprema Corte dos EUA de suspender a garantia nacional do direito ao procedimento. Sem poder usar de ordens executivas, aposta no Congresso para restaurar a legislação. Mundo A10

Ilustrada C1

Piadas de português

O português Ricardo Araújo Pereira, colunista da **Folha**, lança no Brasil o livro de crônicas "Estar Vivo Machuca" e afirma que o remédio contra piadas racistas não é a censura.

Ilustrada C7

Festival de Inverno de Campos do Jordão retorna presencial com 89 concertos

Esporte B9

Bia Haddad diz estar desapontada e evita desculpas por derrota em Wimbledon

Brasil perde 2 crianças abaixo de 5 anos por dia para a Covid

Em 2020 e 2021, o Brasil registrou média de duas crianças abaixo de cinco anos mortas por dia em razão da Covid-19. A faixa etária não recebe vacinas no país.

A análise é feita pelo Observa Infância, ligado à Fiocruz, com dados revisados pelo Ministério da Saúde e pelas secretarias estaduais.

As mortes chegam a 1.439, quase metade de bebês de 29 dias a um ano incompleto. O Nordeste responde por 44% dos óbitos, mesmo com um terço dessa população.

Os EUA, que já vacinam abaixo de 5 anos e têm mais nascimentos por ano que o Brasil, marcam 442 perdas, quase 70% a menos. Saúde B1

Bolsonaro tenta se blindar de eventual crime por auxílios

Jair Bolsonaro (PL) assinou decreto para permitir que a Advocacia-Geral da União emita parecer final sobre ações do governo em ano eleitoral. A medida visa driblar eventual crime com benefícios propostos meses antes do pleito, como aumento do Vale Gás e do Auxílio Brasil. Política A4

Adriano Machado/Reuters

EQUADOR REDUZ PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS, MAS NÃO APLACA PROTESTOS NAS RUAS

Manifestantes participam de ato contra o governo em Quito; confederação indígena considerou insuficiente reajuste sobre gasolina e diesel Mundo A11

Centrão lamenta e avalia mal Braga Netto como vice do presidente A5

PAINEL

Parecer do TCU critica uso de emendas de relator

Política A4

DIA DO ORGULHO LGBT+

Redesignação sexual sai do rol da ANS, e planos podem deixar de cobri-la

Após STJ liberar planos de saúde da cobertura de procedimentos fora do rol da ANS, pessoas que querem a transgenitalização temem barreiras diante de preço e fila da cirurgia no SUS. B5

Xica Manicongo, 1ª trans do país, dará nome a rua na zona sul de SP B6

Renata Mendonça

Carta aberta a Richarlyson

Preciso me desculpar. Sou um grãozinho de areia na imprensa esportiva, mas a gente deveria ter falado mais do que você fez em campo. Alimentamos um preconceito cruel sobre sua sexualidade que talvez tenha sido o maior adversário de sua carreira tão vitoriosa. Esporte B9

EDITORIAIS A2

Jogo perigoso

Sobre movimentos de Bolsonaro para seu eleitor fiel.

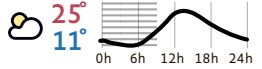
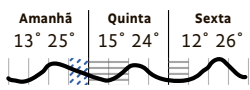
Expulsos de casa

A respeito de ampliação de favelas na cidade de SP.

ATMOSFERA

São Paulo hoje

25° 11°

0h 6h 12h 18h 24h

Fonte: www.climatempo.com.br

Amanhã	Quinta	Sexta
13° 25°	15° 24°	12° 26°

ISSN 1414-5723

9 771414 572032 34054

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Marcelo Benez *(comercial)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)* e Everton Fonseca *(tecnologia)*

Benett

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Jogo perigoso

Com novos ataques às urnas e vice general, Bolsonaro investe em eleitor fiel e na intimidação

Jair Bolsonaro (PL) pode ver o copo meio cheio ou o meio vazio na mais recente pesquisa Datafolha sobre a corrida presidencial.

De mais favorável, a partir de sua perspectiva, preservou o apoio de 28% do eleitorado —parcela equivalente, na margem de erro, à de 27% apurada em maio— mesmo após nova rodada de dolorosos reajustes dos preços dos combustíveis.

Trata-se de um contingente considerável, até espantoso, para um governante que passou pelas intempéries de uma pandemia e de uma onda inflacionária global, tendo gerido ambas pessimamente.

Entretanto Bolsonaro permanece num distante segundo lugar na disputa, rejeitado por 55% e sob risco de perder já no primeiro turno, e tem cada vez menos chances de impulsionar sua candidatura.

A principal aposta governista, a ampliação do Bolsa Família a um custo de quase R$ 90 bilhões neste ano, mostrou-se até aqui um fiasco em termos de intenções de voto. À base de desespero, cogita-se agora elevar o valor do auxílio.

Diante das duas leituras, o mandatário prefere satisfazer seus apoiadores fiéis a moderar discurso e prática na busca de novos eleitores. Foi o que fez no domingo (26), em entrevista a um programa de simpatizantes na internet.

Bolsonaro retomou a defesa do pastor evangélico Milton Ribeiro, ex-ministro da Educação preso na semana passada em meio a uma investigação sobre corrupção na pasta. O caso, aliás, pode ser novo foco de atrito entre o presidente e o Judiciário, se avançarem as suspeitas de interferência do Planalto na atuação da Polícia Federal.

Repetiram-se os ataques de tom golpista ao sistema eleitoral, incluindo a afirmação —cuja gravidade vai muito além de uma simples mentira descarada— de que uma fraude teria impedido sua vitória no primeiro turno em 2018.

Não menos importante, Bolsonaro anunciou que o general Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa e partícipe da ofensiva contra as urnas eletrônicas, será mesmo o vice em sua chapa —em vez de uma opção mais moderada e capaz de atrair novos votos, como a ex-ministra Tereza Cristina, da Agricultura, defendida pelo centrão.

A pouco mais de três meses do pleito, o mandatário investe no tumulto e na intimidação, mesmo ciente de que a mentira não elevará suas chances de vitória nem a aliança com militares vai impedir que a vontade popular seja respeitada.

Se não forem eficazes o uso da máquina pública e a campanha negativa contra o adversário Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Bolsonaro poderá conservar, de todo modo, patrimônio eleitoral suficiente para atazanar o país na oposição.

Expulsos de casa

Dilema entre comprar comida e pagar o aluguel empurra moradores para favelas e ruas paulistanas

O desemprego e a renitente crise econômica, exacerbados após mais de dois anos de pandemia, têm provocado efeitos nefastos na já precária infraestrutura habitacional da cidade de São Paulo.

Para parte da população mais vulnerável, a solução entre comer e pagar o aluguel é viver em favelas —isso sem contar os que não conseguem escapar da situação de rua: o número de sem-teto avançou 31% durante a crise sanitária, atingindo ao menos 31.884 pessoas.

Dados da gestão Ricardo Nunes (MDB) revelam que a capital ganhou 6.000 domicílios em favelas entre 2019 e 2022. Do total, 5.100 barracos foram erguidos nos últimos dois anos. Somam-se agora 1.739 comunidades e quase 400 mil lares —o que põe fim a certa estabilidade observada desde 2017.

Os aumentos da inadimplência, em contas de água, luz e gás, e das ações de despejo, que segundo o Tribunal de Justiça paulista cresceram 70% entre 2020 e 2021, ajudam a explicar o quadro desolador.

O fenômeno só não é mais grave, em São Paulo e em todo o país, devido a liminares concedidas pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, que interromperam ordens de desocupação durante a epidemia.

A última decisão de Barroso determina que a norma tenha vigência só até quinta-feira (30), o que pode colocar em risco, conforme afirmou o próprio magistrado no documento, mais de 132 mil famílias brasileiras. O prazo pode ser estendido diante da recente alta nas taxas de internação por Covid.

Com ou sem pandemia, as projeções sobre a falência habitacional paulistana são alarmantes. Estudo da consultoria Econnit estima que, até 2030, a metrópole terá de construir 73 mil moradias por ano para zerar a demanda futura e o déficit atual —algo como o triplo das 24 mil unidades hoje entregues anualmente.

É certo que qualquer alívio, para os cerca de 2 milhões de paulistanos que vivem em espaços indignos, passa pela melhora da conjuntura econômica e na retomada dos empregos. Tais fatores são mais afetados, a longo prazo, pelas decisões da esfera federal, além da evolução do cenário externo.

Mas isso não exime os governos, em todos os níveis, de ampliarem suas políticas, seja em programas de impacto imediato, como o pagamento de auxílio aluguel, seja em iniciativas como construção de conjuntos populares, requalificação de imóveis desocupados e estímulos ao mercado imobiliário com vistas à baixa renda.

As linhas tortas de Deus

Hélio Schwartsman

A eleição presidencial de 2018 foi totalmente atípica. Triunfou um postulante que não tinha tempo de TV, recursos financeiros à farta nem mesmo um partido sólido atrás de sua candidatura. Pior, Jair Bolsonaro representa um extremo ideológico. Democracias contemporâneas criaram o sistema de eleição em dois turnos justamente para evitar que esse tipo de candidato vença.

Os novos números do Datafolha sugerem que o pleito de 2022 será uma disputa mais típica, a segunda mais convencional possível. O cenário mais comum é o presidente que se apresenta para a reeleição ganhar. É o que ocorre em 80% dos casos. Nas situações em que ele perde, quase sempre há uma crise econômica provocando o que se convencionou chamar de "feel bad factor", um mal-estar generalizado que contamina a política. É o cenário que se desenha agora.

O interessante é que, se perguntarmos ao eleitor as razões de seu voto, ele não necessariamente apontará para a economia. Mas cientistas políticos, munidos de mapas eleitorais e ferramentas estatísticas, são capazes de mostrar que é, sim, a economia que dá as cartas.

Uma das mais elegantes demonstrações disso é a fornecida por Christopher Achen e Larry Bartels, que já comentei aqui. Analisando os dados das eleições americanas de 1916, eles mostram que uma série de ataques de tubarões na costa de Nova Jersey quase custou a recondução ao presidente Woodrow Wilson. O apetite dos bichos estragou a temporada de férias de verão, arrasando a economia de balneários turísticos, onde o candidato perdeu até dez pontos percentuais em relação ao pleito de 1912. No final, Wilson perdeu em Nova Jersey e outros estados costeiros, mas compensou com vitórias em estados longe do mar.

Agora, em 2022, não são tubarões, mas um vírus seguido de uma guerra que colocam a candidatura reeleitoral de Bolsonaro em risco. Como dizem os crentes, Deus escreve certo por linhas tortas.

helio@uol.com.br

Aborto, cidadania e democracia

Cristina Serra

A Suprema Corte dos EUA fez o país andar meio século para trás ao derrubar o entendimento de que o aborto era um direito constitucional das mulheres. Agora, estados conservadores poderão proibir o aborto por meio de legislações locais. Permitir que governos interfiram dessa forma em assunto tão íntimo é uma violência suprema contra as mulheres.

Aqui no Brasil, o risco de retrocesso é ainda maior. Embora o aborto em decorrência de estupro seja permitido por lei desde 1940, nem todas as brasileiras têm a garantia de que conseguirão acesso a esse direito, como ficou claro no caso da menina de 11 anos, de Santa Catarina, violentada e grávida.

Em razão de alguma crença fundamentalista, um médico, uma promotora e uma juíza tentaram impedir o aborto (não conseguiram, felizmente). Que fique claro: o feto resultante de um estupro é a sequela de uma violência e nenhuma mulher deve ser obrigada a carregar no ventre o produto de um crime.

Outro caso também expôs uma teia de abusos e constrangimentos contra uma vítima de estupro. Refiro-me à atriz Klara Castanho, 21 anos. Em um relato dilacerante, ela revelou que, ao descobrir a gestação, decidiu dar o bebê para adoção, direito garantido em lei. Ainda assim, Klara passou por profissionais incapazes de protegê-la em momento de extrema vulnerabilidade: um médico, uma enfermeira e abutres que não merecem ser qualificados como jornalistas.

Falsos moralismos e preceitos religiosos servem apenas para turvar a discussão e perpetuar o ciclo de violências contra as mulheres. Proibir ou dificultar o aborto, em qualquer tempo e lugar, não vai impedilas de buscar a interrupção de uma gravidez indesejada. Só vai tornar tudo mais doloroso.

Autoridades precisam entender que nós, mulheres, temos o direito supremo sobre nossos corpos, vidas e escolhas. Enquanto não alcançarmos esse patamar civilizatório, continuaremos sendo cidadãs de segunda classe, vivendo em democracias pela metade.

Ligue o Arthur Lira e seja feliz

Alvaro Costa e Silva

A mania começou no futebol. O atacante marcava um gol daqueles que até você faria. Então saía em disparada gritando para si mesmo: "Eu sou foda!".

Depois virou moda no mercado editorial. O português Miguel Esteves Cardoso leva a culpa de ser o pioneiro, ao lançar em 1994 o best-seller "O Amor é Fodido" —aliás, um belo romance. De 2010 a 2020, era impossível entrar numa livraria sem se deparar com os títulos de autoajuda: "Seja Foda", "Ligue o Foda-se e Seja Feliz", "Como Ser uma Pessoa Foda", "Liberdade, Felicidade e Foda-se", "A Sutil Arte de Ligar o Foda-se", "Seja Foda, Seja Inteligente", "Ninguém é Fodido por Acaso", "Coragem e Foda-se o Resto", "Fodeu Geral" e —o meu preferido— "Como Ser uma Mãe Foda".

Agora o fenômeno chegou às altas rodas do centrão. O jornalista Chico Alves contou que, no horário político dedicado ao PP nas emissoras de televisão em Alagoas, "Arthur Lira é foda". É o que diz o slogan de campanha à reeleição do presidente da Câmara. A propaganda é tosca, não há jingle, apenas um refrão mal cantado, confirmando o lugar-comum segundo o qual a crise no país é também estética.

Com tanto dinheiro que lhe foi destinado em emendas do orçamento secreto —entre 2020 e 2021, R$ 357 milhões para cidades alagoanas—, o candidato poderia ter caprichado mais no audiovisual da bagaça. O vídeo diz que "o homem é forte em Brasília", mas se cala sobre ele ter sentado em cima de todos os pedidos de abertura de impeachment contra Bolsonaro. Omite o único fato que fará com que no futuro Lira seja citado numa pequena nota nos livros de história do Brasil.

O principal fica sem explicação: o deputado é foda por quê ou em quê? E para quem? Só se for para ele mesmo. Trabalhando para derrubar a Lei das Estatais e já articulando sua permanência por mais dois anos no comando da Câmara, Lira não abre mão de ser o dono do dinheiro que jorra secretamente.

O desafio da diversidade

Preto Zezé

Presidente Nacional da Cufa, escritor e membro da Frente Nacional Antirracista

Minha primeira experiência no Cannes Lions foi como embarcar em um transatlântico de criatividade com as principais agências e anunciantes do mundo. A ideia era observar as dinâmicas para assimilar os desafios que o universo da publicidade enfrenta. E, sem dúvida, a diversidade é o maior deles.

Já do convés vi que diversidade era tema presente. Cannes foi confrontada com a realidade incontornável de dialogar com causas e seus protagonistas: mulheres, membros da comunidade LGBTQIAP+ e pessoas pretas.

No Brasil, antes de o navio partir, a chapa esquentara com a flagrante ausência de pessoas pretas no júri que representaria o país. Inacreditável, afinal as marcas dialogam com seus consumidores através da diversidade. Fica claro que o discurso não é posto em prática nos escritórios, onde não se vê diversidade em cargos de comando.

O desafio do ESG tem no S sua barreira mais difícil, dada a realidade escravocrata do país, o que impacta na percepção, na prática e na conduta de marcas, empresas e agências.

Ao desembarcar na Inkwell Beach Cannes, presenciei debates como "Onde a criatividade inclusiva começa é onde as marcas vencem" e conheci muitas pessoas potentes.

Para marcar nossa participação, fizemos uma foto que promete iniciar um movimento de ocupação irreversível do tapete vermelho. Um agradecimento especial aos tripulantes da viagem: Dilma Campos, CEO da Outra Praia, Raphaela Martins, Program Manager Creative X Meta, Joana Mendes, presidente do Clube de Criação, Felipe Silva, fundador da Agência Gana, Heloísa Santana, presidente da AMPRO, Anderson Vieira, diretor de criação da agência Africa, Patricia Moura, head de content da agência GUT, Gabriela Rodrigues, head de cultura e impacto da agência Soko, Heitor Caetano, diretor de criação da DPZ&T, Júlio Beltrão, diretor artístico da Mynd, Spartakus, Creator, e Peter de Albuquerque, head de cultura e criatividade da Ambev.

Em quase sete décadas, o Cannes Lions ouviu pela primeira vez duas mulheres pretas brasileiras em suas apresentações: Raphaella Martins e Joana Mendes. No painel "Todos precisam de um lugar à mesa"), as executivas falaram sobre os desafios que enfrentaram e enfrentam na indústria da comunicação.

Elas estavam ao lado da ativista Cynd Gallop, CEO da MakeLoveNotPorn, que sugeriu que o festival entregasse a praia de Cannes à diversidade. O presidente do festival, Simon Cook, ouviu tudo com atenção. Esperamos melhorias para 2023!

Encerrei minha participação ao lado dos meus irmãos da Digital Favela, Perifa Lions, Kondzilla e Edu Lyra. O próximo desafio é levar ao festival um espaço preto e de favela que o mundo jamais viu.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Aborto, Estado mínimo e liberalismo de ocasião

Nenhum liberal, ainda que de perfil conservador, deve celebrar decisão nos EUA

Rubens Glezer e Daniel Kignel
Professor de direito constitucional da FGV Direito SP e coordenador do Supremo em Pauta
Advogado criminalista, é sócio de Oliveira Lima e Dall'Acqua Advogados

É especialmente difícil construir consensos quando o assunto é a criminalização do aborto. Há muitos motivos para tal dificuldade, mas um deles é a confusão entre a questão moral e a questão política do aborto. Para qualquer pessoa que valoriza as liberdades individuais, é preciso separar esses dois pontos.

Na dimensão política, a dúvida é sobre os limites da intervenção do Estado na vida das pessoas. É um debate sobre o controle que uma comunidade pode impor, legitimamente, sobre as ações moralmente controversas de seus membros. Uma teoria popular para lidar com esse tipo de problema é o chamado liberalismo político; seus seguidores são liberais.

Para quem se diz liberal, a pergunta "isto é proibido?" é completamente diferente da pergunta "isto é imoral?". O Estado não pode proibir uma conduta somente por sua moralidade contestável. Isso porque a premissa básica do liberalismo político é que o Estado deve promover a igualdade de oportunidades entre cidadãos, enquanto preserva ao máximo a autonomia e as liberdades individuais. No geral, o Estado só deve impedir que a liberdade de um indivíduo ou grupo seja utilizada para mitigar a liberdade ou autonomia de outros indivíduos ou grupos. Por isso, o Estado não poderia encampar uma ideologia moral.

Nesse sentido, o debate político sobre o aborto testa ao extremo a efetiva lealdade dos interlocutores ao valor da liberdade. Quem se diz liberal não pode ser a favor da criminalização do aborto só por reprová-lo como imoral ou pecaminoso.

Foi justamente com base nestes ideais que a Suprema Corte dos Estados Unidos julgou em 1973 o caso Roe versus Wade. Naquela oportunidade, se estabeleceu que levar a sério o valor da liberdade constitucional implicaria reconhecer o direito de cada mulher decidir se deve encerrar, de forma voluntária, sua gestação. O tribunal entendeu que os direitos reprodutivos da mulher, bem como os direitos sobre o seu próprio corpo, seriam inerentes à sua liberdade de decidir o seu futuro. Por esse motivo, a decisão era considerada um verdadeiro pilar do liberalismo no país. Roe vs. Wade é, e sempre será, um marco histórico.

Contudo, o precedente foi derrubado pela Suprema Corte dos EUA na semana passada. Agora, o tribunal considera que o valor da liberdade não protege o indivíduo da intervenção estatal sobre sua intimidade,

> [...]
> Muita gente que se diz liberal no Brasil irá comemorar [a decisão da Suprema Corte americana]. (...) Liberais de ocasião são autoritários moralistas, que defendem a intervenção do Estado sobre seus adversários, mas clamam pela máxima liberdade para si e para os seus. A vitória dos liberais de ocasião será sempre uma derrota para a liberdade de todos

escolhas e projeto de vida. A Suprema Corte dos EUA derrubou o direito ao aborto por considerá-lo, sobretudo, imoral. Na decisão consta que a criminalização do aborto deve ser pensada na sua condição de "questão moral crítica" incomparável.

Nenhum liberal, ainda que de perfil conservador, deveria celebrar esse novo entendimento. É um cheque em branco para que a moralidade estatal possa atropelar as liberdades individuais. Afinal, agora é constitucional nos EUA que o Estado prenda um motorista de táxi que conduza uma mulher para uma clínica de aborto, mesmo que não tenha a menor ideia do que está acontecendo. É constitucional naquele país prender e punir os cidadãos que não vigiem de forma policialesca outros cidadãos. Nada mais autoritário.

Porém, muita gente que se diz liberal no Brasil irá comemorar. Mas isso é porque são apenas liberais de ocasião. São os defensores da legislação antiaborto, mas que pregam a liberdade econômica e de expressão sem quaisquer amarras, e bradam pela intervenção mínima do poder público na vida privada. São os mesmos que aplaudiram os esforços de uma juíza para impedir que uma menina de 11 anos, grávida após um estupro, pudesse abortar. Definem-se como "pró-vida", mas fecham os olhos para os incontáveis óbitos que ocorrem todos os anos, em geral de meninas pobres e desamparadas, decorrentes de abortos clandestinos.

Os liberais de ocasião são autoritários moralistas, que defendem a intervenção do Estado sobre seus adversários, mas clamam pela máxima liberdade para si e para os seus. A vitória dos liberais de ocasião será sempre uma derrota para a liberdade de todos.

Quem vai tomar sua casa?

Projeto que amplia possibilidade de penhorar imóvel de família é aberração

Guilherme Boulos
Professor e coordenador nacional do MTST, é formado em filosofia (FFLCH-USP), especializado em psicologia clínica (PUC-SP) e mestre em psiquiatria (USP); foi candidato à Prefeitura de São Paulo (2020) e à Presidência da República (2018) pelo PSOL

O destino é mesmo irônico. Fiquei anos tendo que responder que o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) não toma a casa de ninguém. Enfrentando o preconceito e as fake news sobre a luta por moradia, falando sobre a função social da propriedade, o Estatuto da Cidade e os milhares de imóveis abandonados e ilegais no Brasil. E, agora, justamente aqueles que mais vociferavam que "o Boulos e o MTST vão tomar a sua casa" querem aprovar uma lei que permite aos bancos tomarem a sua casa.

O projeto de lei 4.188, aprovado pela Câmara dos Deputados por iniciativa de Jair Bolsonaro (PL) e do centrão, pretende acabar com a proteção da impenhorabilidade do bem único. Em português claro, autoriza que os bancos e demais instituições financeiras tomem a única propriedade de uma família para quitar dívidas. Até aqui, tudo pode ser resgatado pelos bancos, menos o imóvel de residência familiar. Se o projeto bolsonarista for aprovado pelo Senado, quem não pagar suas dívidas vai direto para a rua.

Sob a pompa de se criar um novo marco legal das garantias de empréstimos, o projeto arma, na verdade, uma cilada para que as famílias brasileiras, já enforcadas pela crise econômica, fiquem ainda mais endividadas. As pessoas serão estimuladas por belíssimas campanhas de marketing a tomar vários empréstimos e dar o mesmo imóvel como garantia. A necessidade de dinheiro, no curto prazo, vai falar mais alto, e nem todos serão capazes de perceber o risco que estarão correndo.

O mundo já assistiu a esse filme de horror com a crise do subprime nos Estados Unidos, em 2008. O resultado, não custa lembrar, foram milhares de pessoas expulsas de suas casas, com a execução de hipotecas, e famílias inteiras morando em trailers ou barracas em grandes áreas

> [...]
> Se o projeto bolsonarista for aprovado pelo Senado, quem não pagar suas dívidas vai direto para a rua. (...) É parte da xepa de feira em que se transformou o Congresso neste último ano do governo. (...) Quando vierem falar que o MTST vai tomar sua casa, não esqueça: os verdadeiros "invasores" operam hoje à luz do dia, no Palácio do Planalto e na Câmara dos Deputados

de estacionamento. Do outro lado do balcão se realiza o sonho de consumo dos banqueiros, que só olham para os bilhões de lucro e sorriem cinicamente ante o enorme risco sistêmico que isso representa para a economia nacional.

Cabe agora ao Senado barrar essa insanidade. Mas se também ali o poder dos bancos falar mais alto, caberá ao Supremo Tribunal Federal garantir a Constituição. A impenhorabilidade do único imóvel de uma família é assegurada pelo artigo 6º, que garante o direito fundamental à moradia, e pelo artigo 226º, que define que "a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado". O interesse dos bancos não pode estar acima da Constituição. Ainda mais num país que destruiu suas políticas habitacionais e convive com o drama de milhares de sem-teto nas ruas.

O PL 4.188 é parte da xepa de feira em que se transformou o Congresso neste último ano do governo Bolsonaro. Querem aproveitar os meses que restam para aprovar todo tipo de aberrações contra o povo brasileiro. Que venha logo outubro, para derrotarmos este governo e elegermos uma grande bancada popular, capaz de enfrentar as negociatas do centrão no Parlamento. E quando vierem falar que o MTST vai tomar sua casa, não esqueça: os verdadeiros "invasores" operam hoje à luz do dia, no Palácio do Planalto e na Câmara dos Deputados.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Protesto em frente à Embaixada dos EUA em Buenos Aires contra a decisão da Suprema Corte americana sobre o aborto Juan Mabromata/AFP

Leis

O editorial "EUA vs. aborto" (Opinião, 27/6) aborda um cenário preocupante no chamado país da democracia. A Constituição americana tem o grande mérito de ser sintética, ao contrário da brasileira, que só falta disciplinar horário de trem. Mas a Constituição dos EUA é uma carta do seu tempo no tocante a armas, por exemplo, e outras questões. A sabedoria está (ou estava) justamente em interpretá-la em conformidade com os tempos atuais, tão diversos daqueles dos Founding Fathers. Mas ela também está sujeita a esses retrocessos que uma Corte Suprema com maioria retrógrada acaba de perpetrar.
Antonio Carlos Augusto Gama, promotor de Justiça aposentado (Ribeirão Preto, SP)

Não é para engravidar

"A cada aborto legal, 11 meninas são internadas por interrupções provocadas ou espontâneas" (Saúde, 26/6). Um absurdo a estatística e o assunto, muito repetitivo! E o que esperaríamos com a descriminalização, visto que o nosso sistema de saúde não está preparado para tanto? A educação tem que trabalhar com os pares em prevenção, para evitar o sexo inconsequente e congestão no sistema de saúde. Afinal, adolescência não é período para engravidar!
Antonia de Fátima Parente de Araújo, médica (São Paulo, SP)

*

Onde estão as instituições que não expulsam de suas profissões as duas monstras que submeteram uma criança de 11 anos, grávida, a um verdadeiro estupro moral?
Eduardo Passos, médico (São Paulo, SP)

Saúde e educação, sempre

Por que será que todos os governantes, nas diferentes esferas de governo —federal, estadual e municipal—, ao terem que diminuir impostos, sempre decidem cortar da saúde e da educação ("SP reduz ICMS de gasolina para 18% e espera queda de R$ 0,48 na bomba", Mercado, 27/6)? Por que não cortam dos salários deles, dos senadores, dos deputados, do fundo eleitoral ou do orçamento secreto? Pobre povo brasileiro!
Tânia Tavares (São Paulo, SP)

Frágil

A impossibilidade de desencadear e aprovar o impeachment do Bolsonaro é indicador da fragilidade da nossa democracia. A infinidade de atos seus que afrontam a Constituição e que fundamentariam o processo de impeachment contrasta com a ausência de mecanismos de defesa que deveriam ser aplicados para proteger o regime democrático. As ameaças são públicas, e os indícios e as provas são evidentes. Mas a aliança do capitão com os generais do Planalto inibe esse movimento. Qual será o desfecho desse absurdo?
Hélio Hermeto (Rio de Janeiro, RJ)

Blindando

"Bolsonaro assina decreto para se blindar de eventual crime com benefícios em ano eleitoral" (Política, 27/6). Não basta destruir o Brasil na saúde, na educação e no meio ambiente. Tem também de destruir a economia, em nome do projeto de poder do pior governo que esta pobre República já teve.
Rogério M. Cortezano (São Paulo, SP)

Criar benefícios sociais em véspera de eleições, usar as instituições de Estado para se blindar de acusações e criar novas normativas que sejam convenientes para fazer o que quiser para tentar ficar no poder... Claro que daqui até a eleição o conjunto da obra será muito maior.
Rosana Gomes (São Paulo, SP)

*

Em relação aos pacotes de bondades em ano eleitoral, ganha um doce quem acertar qual será o parecer da AGU, chefiada por Bruno Bianco, funcionário de carreira e homem de confiança da criatura.
Luiz Henrique Frosini (São Paulo, SP)

*

Bolsonaro está fazendo o que bem quer. Não dá a menor bola para o Supremo, para a Lei de Responsabilidade Fiscal, para a Lei Eleitoral... Bolsonaro, com o apoio das Forças Armadas, está desrespeitando todas as instituições e o povo do Brasil.
João Guedes Braz (Cuiabá, MT)

Sem acordo

"Acordo contra fake news tem adesão de menos da metade de religiosos convidados pelo TSE" (Política, 27/6). O TSE continua ingênuo. Primeiro chama as Forças Armadas bolsonarianas para endossar a seriedade das urnas. Agora convida os evangélicos para lutar contra as fake news. Daqui a pouco vai convocar o Jair para trabalhar —e pela democracia (duas aberrações juntas para ele). E assim o TSE vai perdendo a credibilidade e não sabe por quê.
Marcos Araújo (Brasília, DF)

*

Mera perda de tempo buscar apoio de líderes evangélicos no combate às fake news. Os caras sustentam o rebanho com isso. Vivem da mentira e a praticam 24 horas por dia.
Elizeu Pires (Nova Iguaçu, RJ)

1922

"Grande ano, 1922" (Ruy Castro, 27/6). Ruy Castro faz análise?
Celso Balloti (São Paulo, SP)

Solidariedade

Minha solidariedade ao deputado federal David Miranda (PDT). Admiração ao ler texto racional e emocionado do jornalista norte-americano Glenn Greenwald na Ilustrada Ilustríssima de domingo ("Racismo, mentiras e homofobia"). "Um movimento político que visa destruir seus adversários com ataques baseados no ódio de classe, na homofobia e no racismo não pode governar com compaixão, empatia ou integridade". Salve Glenn! Parabéns.
Vera Jock Piva (Maringá, PR)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

PRIMEIRA PÁGINA (27.JUN) O texto da manchete incluía erroneamente curetagem e aspiração entre as razões para internações de meninas de 10 a 14 anos no ano passado. A formulação correta é: As outras 1.425 internações (92%) ocorreram em razão de abortos espontâneos ou induzidos fora do ambiente hospitalar.

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Vantagem indevida

Parecer da área técnica do TCU recomenda aprovação das contas do governo de Jair Bolsonaro (PL) referentes a 2021 com ressalvas, fazendo diversas críticas ao uso das emendas de relator, o chamado "orçamento secreto". Uma delas é quanto ao uso eleitoral do instrumento. "A falta de critérios de equidade na distribuição de emendas entre os parlamentares tem o potencial de afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais", diz a peça, obtida pelo Painel.

CAOS Os técnicos destacam ainda os riscos para o planejamento de governo. "[As emendas de relator] têm gerado desafios para a implementação de políticas públicas, assim como dificuldades relacionadas à transparência e à motivação referente aos critérios definidos para a destinação dos recursos".

FALTOU Também são apontados problemas em outras áreas, como concessão de renúncias fiscais sem critério legal e insuficiência de dotação orçamentária para abono dos servidores e programas como Casa Verde e Amarela. O parecer será votado pelos ministros do TCU nesta quarta (29).

CACHIMBO... Michel Temer (MDB) e Geraldo Alckmin (PSB) encontraram-se durante uma hora na sexta-feira (24) em SP. A conversa serviu para baixar a temperatura entre a campanha de Lula (PT), que terá o ex-governador no posto de vice, e o ex-presidente.

...DA PAZ No encontro, no escritório do ex-presidente, Alckmin procurou explicar que a reversão de algumas reformas como a trabalhista e o teto de gastos ocorrerá sem atropelo e de forma pactuada. Temer vinha demonstrando incômodo com a maneira como seu legado vem sendo desconstruído pelo PT.

VERDEJOU O programa de governo do pré-candidato a presidente da República Felipe D'Avila (Novo) terá como meta transformar o Brasil em uma economia de carbono zero. O documento está em fase de elaboração e contou com a participação de especialistas de dentro e fora do partido.

NA PRAÇA Na próxima quarta (20), D´Avila receberá um grupo de 20 colaboradores para um jantar. Entre eles, estão o economista Samuel Pessôa, o professor da FGV André Portela, o escritor Jorge Caldeira, o advogado Carlos Sundfeld e o coordenador do programa, Leandro Piquet. O projeto agora irá a debate público.

DOIS PESOS A bancada do PT do Senado enviou ofício ao ministro da Justiça, Anderson Torres, cobrando providências para a insistência de Bolsonaro em dirigir moto sem capacete. No sábado (25), completou-se um mês da morte de Genivaldo Santos após ser abordado por pilotar sem proteção.

DOBRADINHA Caso a CPI do MEC vingue, a oposição se articula para reeditar a dupla Renan Calheiros (MDB-AL) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) no comando do colegiado. Os dois formaram a linha de frente na CPI da Covid, com Renan na relatoria e Randolfe como vice-presidente. Dessa vez, Renan seria o presidente e Randolfe, o relator.

REPRISE A justificativa é de que os dois estão afinados e não são candidatos em outubro. Conforme o Painel mostrou, Renan deve reassumir seu mandato se a CPI for instalada no Senado. Ele tirou licença para se dedicar à campanha de Renan Filho (MDB) ao Senado de Alagoas.

FORA DO AR Outros senadores que se destacaram na CPI não devem ter o mesmo protagonismo. A começar pelo presidente, Omar Aziz (PSD-AM), que deve focar na candidatura no Amazonas. Outros que devem priorizar a eleição são Simone Tebet (MDB-MS), Marcos Rogério (PL-RO) e Luiz Carlos Heinze (PP-RS).

ASFALTO O pré-candidato a governador de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos) elogiou os caminhoneiros e recomendou que eles elejam um representante da categoria para o Congresso, em evento neste domingo (26) na zona norte da capital.

NA BOLEIA Ele enviou uma mensagem em áudio em que cita o líder caminhoneiro Claudinei Habacuque, que deve disputar mandato de deputado federal pelo PTB de SP. Bolsonarista, Habacuque vem se destacando como um dos líderes de paralisações de motoristas e bloqueios em estradas desde 2018.

ENTRE E SAI A troca no comando do Sebrae de São Paulo deve se consumar na próxima terça (28), com a substituição de Wilson Poit por Marco Vinholi, em votação do conselho do órgão. Conforme revelou o Painel, a mudança acontece por pressão do governador Rodrigo Garcia (PSDB). Vinholi atualmente preside o diretório estadual tucano.

DNA A entidade tem orçamento de aproximadamente R$ 647 milhões. Wilson é pai de Vinicius Poit (Novo), pré-candidato ao governo paulista, e que portanto será um adversário de Garcia.

com Juliana Braga e Constança Rezende

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R$ 1,90	R$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R$ 9,90	R$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	Venda avulsa dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 827,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
353.501 exemplares (maio de 2022)

O presidente Jair Bolsonaro pega caneta durante evento das novas carteiras de identidade Gabriela Biló/Folhapress

Bolsonaro assina decreto para driblar eventual crime em ano eleitoral

Texto dá à Advocacia-Geral da União a palavra final sobre legalidade da criação de benefícios e outras políticas públicas pelo Planalto

Matheus Teixeira e Marianna Holanda

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (PL) assinou um decreto nesta segunda-feira (27) para permitir que a AGU (Advocacia-Geral da União) emita o parecer final sobre a legalidade de ações do governo em ano eleitoral.

A medida foi elaborada para tentar blindar o chefe do Executivo sobre possível cometimento de crime por criar ou ampliar benefícios no ano das eleições.

A legislação estabelece diversas restrições a todos os governantes às vésperas da disputa eleitoral e há o receio no governo de que essas previsões sejam violadas caso Bolsonaro aumente o Vale Gás e o Auxílio Brasil e crie um auxílio para ajudar caminhoneiros em meio à alta do preço dos combustíveis.

Essas medidas são vistas no Executivo como uma forma de melhorar a imagem do Planalto e fazer Bolsonaro aumentar os números nas pesquisas de intenção de votos.

O chefe do Executivo tem aparecido atrás do ex-presidente Lula (PT) em todos os levantamentos e, na última pesquisa Datafolha, ficou 19 pontos percentuais abaixo do petista. Para isso, o governo tem tentado achar soluções para viabilizar a criação de benefícios sociais.

Uma das possibilidades aventadas é incluir a instituição de um auxílio para caminhoneiros, por exemplo, em uma PEC (proposta de emenda à Constituição), o que ajudaria a reduzir os questionamentos eleitorais. A expectativa é contemplar entre 700 mil e 900 mil caminhoneiros autônomos com o vale.

Geralmente, os pareceres sobre esse tipo de política pública são dados pelas consultorias jurídicas dos ministérios envolvidos nas discussões. Agora, a palavra final caberá à AGU, que é chefiada por Bruno Bianco, funcionário de carreira do órgão e homem de confiança do presidente.

O governo informou que o decreto "estabelece fluxo de consulta ao Advogado-Geral da União em propostas de atos normativos que gerem dúvidas quanto à conformação com a legislação eleitoral e financeira aplicável ao final do mandato".

"No último ano do mandato presidencial, todos os governantes se deparam com as limitações da legislação eleitoral e da legislação financeira. Entre as restrições normativas, encontram-se dispositivos cujos contornos são ambíguos e geram muitas dúvidas na aplicação prática", afirmou o Executivo.

Atualmente, a AGU só é chamada a dar esse tipo de parecer em algumas exceções, como quando há pareceres conflitantes entre mais de um órgão do governo.

O advogado especialista em direito eleitoral Ricardo Penteado questiona por que o governo disciplinou essa função da AGU apenas para o último ano de mandato. Ele afirma que a Constituição já prevê que o órgão faça a assessoria jurídica do presidente.

"Ele instituiu uma função que para mim parece absolutamente desnecessária. Parece estar preparando o advogado-geral da União para ser uma espécie de advogado eleitoral que assuma responsabilidades — e isso é muito esquisito. Ou você regulamenta a função constitucional da AGU tendo em vista o interesse do Estado, ou você faz isso tendo em vista o interesse de um candidato à reeleição", diz.

O decreto desta segunda prevê que caberá à AGU opinar sobre "os tópicos em propostas de atos normativos que gerem dúvidas quanto à conformação com as normas de direito eleitoral e de direito financeiro, no último ano do mandato presidencial".

Penteado afirma que o último trecho da norma expõe "uma conotação eleitoral muito assumida". "Do ponto de vista da técnica legislativa, se eu fosse o advogado-geral da União eu ia dizer para o presidente: se o senhor tem dúvida a respeito disso, não precisa. A minha obrigação não se limita ao último ano de mandato."

Para mim parece absolutamente desnecessária. [...] Ou você regulamenta a função constitucional do AGU tendo em vista o interesse do Estado, ou você faz isso tendo em vista o interesse de um candidato a reeleição

Ricardo Penteado
advogado especialista em direito eleitoral

A iniciativa, em ano eleitoral, é deveras inteligente. [...] Denota legítima preocupação com o integral cumprimento da legislação eleitoral. Melhor prevenir do que remediar

Tarcísio Vieira de Carvalho
advogado eleitoral do presidente

O advogado Marcelo Issa, especializado em transparência eleitoral, afirma que um eventual parecer da AGU a favor da criação de novos auxílios e da ampliação de outros benefícios não tem poder para eximir Bolsonaro de eventuais violações à legislação eleitoral.

"A Justiça segue tendo a prerrogativa de avaliar se uma eventual benesse concedida no período eleitoral viola a lei eleitoral ou não. A manifestação da AGU não impede que o Judiciário posteriormente reconheça alguma infração à lei", afirma ele.

"Fica claro que é sim é uma tentativa de centralizar na AGU a avaliação interna, porque no fim das contas é disso que se trata, da legalidade de eventuais medidas que possam ter impacto eleitoral."

Issa explica que a legislação veda a instituição de benefícios no ano do pleito. "A lei diz que, no ano da eleição, é proibida a distribuição de bens, valores ou benefícios, exceto em casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais cuja a legislação já esteja aprovada e com execução orçamentária no ano anterior", afirma.

O advogado diz acreditar que pode ficar caracterizada a violação à lei eleitoral mesmo com a aprovação de uma PEC e com a instituição do estado de emergência.

"Mesmo que o governo seja bem-sucedido nessa empreitada, não fica imune a eventuais questionamentos judiciais. Isso porque, mesmo assim, seria possível que houvesse alguma ação sobre o caráter desse eventual estado de emergência no sentido de que ele poderia eventualmente ser uma burla à legislação eleitoral", diz.

Já Tarcísio Vieira de Carvalho, advogado eleitoral do presidente, elogia o decreto. "A iniciativa, em ano eleitoral, é deveras inteligente. Formata um padrão uniforme de comportamento administrativo e, adicionalmente, denota legítima preocupação com o integral cumprimento da legislação eleitoral. Melhor prevenir do que remediar".

Braga Netto como vice de Bolsonaro preocupa centrão

Nome reforçaria imagem radical do presidente em vez de ampliar eleitorado

Matheus Teixeira

BRASÍLIA Aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL) dos partidos do centrão fizeram avaliação negativa do anúncio de que o general Braga Netto (PL) será vice na chapa do chefe do Executivo nas eleições deste ano.

Apesar de evitarem críticas públicas à escolha, avaliam que o militar dificulta a missão de ampliar o eleitorado bolsonarista e reforça a imagem radical do presidente.

A preferência de grande parte do centrão era pela deputada e ex-ministra Tereza Cristina (PP). A decisão serviria para tentar melhorar o desempenho de Bolsonaro entre as mulheres, fatia do eleitorado em que tem um dos piores índices, segundo as pesquisas de intenção de votos. Além disso, havia a avaliação de que a parlamentar ajudaria a passar uma imagem mais moderada para a chapa do mandatário.

Embora tenha ouvido apelo de aliados para mudar de escolha, Bolsonaro resistiu e anunciou no domingo (26) que decidiu manter Braga Netto.

Nos bastidores, interlocutores do Palácio do Planalto creditam a escolha ao fato de o chefe do Executivo ver o militar como uma pessoa mais confiável e que não representaria risco.

Cristina, por sua vez, tem bom trânsito no Congresso e, em uma eventual crise, poderia dar força a um movimento a favor do impeachment de Bolsonaro em um segundo mandato caso seja reeleito.

General Braga Netto, indicado para vice na chapa de Jair Bolsonaro Gabriela Bilo -25.mai.22/Folhapress

Braga Netto já era dado como certo para ocupar o posto de vice. Ele se filiou neste ano ao PL e deixou o Ministério da Defesa no prazo exigido para poder disputar as eleições. Em abril, o chefe do Executivo chegou a afirmar que o general tinha 90% de chance de ser seu vice.

Nas últimas semanas, porém, Bolsonaro começou a reavaliar a decisão. Com dificuldade para decolar nas pesquisas, o nome de Tereza Cristina era defendido por integrantes do governo e do Congresso como uma forma de o chefe do Executivo ampliar o eleitorado e melhorar sua imagem junto ao público feminino.

Bolsonaro se mostrou aberto à discussão em conversas reservadas. Prova de que titubeou em relação ao general para seu vice foi a mudança de discurso recente quando abordado sobre esse assunto.

Se em abril disse que tinha 90% de chance de indicá-lo para o posto, no último dia 15 equiparou as chances dele e de Cristina para ocupar a função. Na ocasião, em entrevista, afirmou que ambos estavam "cotadíssimos" para serem seu vice.

A hesitação ocorreu no momento em que mais sofria pressão para escolher a deputada. Depois de viver um momento de euforia pela saída do ex-juiz Sergio Moro (União Brasil) da disputa presidencial e pelo impacto positivo do aumento do valor do Auxílio Brasil, Bolsonaro estagnou nas pesquisas e seus aliados começaram a traçar novas estratégias em relação à disputa contra o ex-presidente Lula (PT) nas eleições deste ano.

A principal delas era criar um fato novo positivo e indicar uma mulher para vice. No último domingo (26), entretanto, Bolsonaro frustrou os aliados.

"Pretendo anunciar nos próximos dias", afirmou, em relação ao militar. "Vice é só um. Gostaria de poder indicar dez, aí não teria problema", disse ao programa 4 por 4, em entrevista feita por simpatizantes do presidente.

Braga Netto é um dos aliados mais fiéis de Bolsonaro e ajudou o presidente a consolidar o apoio da cúpula das Forças Armadas. Nos momentos de tensão, nunca se opôs às ameaças golpistas do chefe do Executivo, tampouco ao uso do Exército para pressionar o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) contra o sistema eletrônico de votação.

Além de ter sido ministro da Defesa, também ocupou a chefia da Casa Civil, ministério mais poderoso da Esplanada e quem tem a missão de coordenar a atuação de todas as outras pastas.

A filiação do militar ao PL ocorreu no final do prazo para estar apto a concorrer nas eleições deste ano e em um ato fechado, que não foi aberto ao público, como costuma acontecer em ações desta natureza.

Como ele já era dado como favorito para ser o vice, a campanha de Bolsonaro já vinha dando papel de protagonismo ao general nas discussões internas.

Ele tem sido usado por políticos próximos ao mandatário para trazer a ala militar do bolsonarismo para perto dos aliados do centrão, que hoje tocam o dia a dia da campanha.

O general tem participado de reuniões do comitê, como mostrou o Painel, e ficou responsável pela construção do programa de governo. Segundo aliados, caberá a ele reunir dados de entregas dos ministérios e apresentar um planejamento da administração para os próximos quatro anos.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), elogia a escolha e afirma que o militar "será o braço direito do presidente Bolsonaro".

"É uma pessoa preparadíssima. Já foi chefe da Casa Civil, portanto é gestor do governo como um todo. Tem ampla visão das necessidades e da estrutura do Executivo e das oportunidades para o desenvolvimento do Brasil", diz.

Nas redes sociais, aliados de Bolsonaro também elogiaram a decisão do mandatário. Em alguns casos, publicaram a imagem do militar ao lado de uma foto do ex-governador Geraldo Alckmin (PSB), que será vice de Lula, e tentaram fazer comparações entre os dois.

O vice-presidente Hamilton Mourão disse não estar chateado por ter sido preterido ao posto neste ano, e que Braga Netto foi uma escolha menos por agregar votos à chapa e mais porque o "presidente gosta do trabalho dele".

"Não me sinto chateado, o presidente, ele tem o livre arbítrio de escolher quem ele acha mais apropriado pro projeto de reeleição dele. E o Braga Netto vai agregar aquilo de que ele acha que necessita", disse a jornalistas no Palácio do Planalto.

Questionado se a presença do general da reserva na chapa traria votos de militares, Mourão disse que, neste eleitorado, Bolsonaro já tem "base bem estabelecida". "Braga Netto é, vamos dizer assim, uma questão mais que o presidente gosta do trabalho dele."

Presidente da Fiesp defende Judiciário e diz que entidade estará com a democracia

Danielle Brant
e Ranier Bragon

BRASÍLIA O presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Josué Gomes da Silva, fez uma defesa do Judiciário, das instituições e do estado Democrático de Direito em reunião fechada de dois conselhos superiores da federação, na última segunda-feira (20), em São Paulo.

O encontro contou com as presenças, entre outras, do ex-presidente Michel Temer (MDB), que chefia um dos conselhos, e do ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

Segundo relatos de participantes da reunião, Josué abriu o encontro falando da necessidade de um Judiciário forte e independente, ressaltando que a Fiesp estará ao lado da democracia e da solidez das instituições.

A fala foi entendida como sinalização de que o comando da federação não se alinhará às investidas de raiz golpista patrocinadas pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e por boa parte de seus aliados — em especial, contra o sistema eleitoral e ministro de cortes superiores.

Em entrevista a jornalistas simpatizantes na noite deste domingo (26), Bolsonaro voltou a desfiar um rosário de insinuações e ameaças golpistas, novamente sem apresentar qualquer indício concreto de fraude nas urnas eletrônicas.

Mas sinalizou ter ciência do que uma ruptura democrática acarretaria ao dizer por que não tomou "atitude de força" nas manifestações do 7 de Setembro do ano passado ou quando o STF barrou o nome que queria colocar no comando da Polícia Federal, em 2020.

"Você pode ser herói por dois ou três dias, mas depois a conta chega", afirmou.

Josué é filho do ex-presidente José Alencar (1931-2011), que foi vice nas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), já fez críticas a Bolsonaro, mas tem ressaltado que a sua gestão na Fiesp será apartidária.

Suas palavras na reunião da semana passada se contrapõem às atitudes do antecessor Paulo Skaf, que, entre outras ações, encabeçou a campanha "não vou pagar o pato", que teve como símbolo o pato amarelo inflável e culminou na adesão da entidade à campanha pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), em 2016. Skaf também é aliado de Bolsonaro.

A **Folha** enviou perguntas sobre a reunião, o contexto exato, os motivos que motivaram sua fala e quais ações concretas a Fiesp pode tomar na defesa das instituições.

Por meio da assessoria, o empresário, dono da indústria têxtil Coteminas, disse apenas que "a Fiesp estará sempre na defesa das instituições e do estado democrático de direito e [na reunião] prestou sua homenagem ao judiciário".

Na primeira quinzena de maio, a **Folha** procurou diversas autoridades políticas, partidos, e entidades representativas da sociedade para colher a opinião sobre os ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral e a ministros das cortes superiores.

A Fiesp, na ocasião, esteve entre as entidades que preferiram não se manifestar.

A reunião do dia 20 foi realizada pelos conselhos superiores de Estudos Nacionais e Política (Cosenp) e de Assuntos Jurídicos (Conjur). O primeiro é presidido por Temer.

O tema do encontro foi "direito e política".

Após Josué, falaram Ruy Martins Altenfelder Silva, ex-integrante da Comissão de Ética Pública da Presidência e presidente da Academia Paulista de Letras Jurídicas, e Gilmar, que completou exatamente na segunda-feira passada 20 anos como ministro do STF.

Altenfelder disse ter ressaltado que nem sempre há harmonia e independência entre os Poderes. Criticou a atuação do Executivo, que, na avaliação dele, eventualmente invade a competência do Judiciário.

Ele citou, como exemplo, a graça concedida por Bolsonaro ao deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ), condenado pelo STF a 8 anos e 9 meses de prisão.

"A inviolabilidade não deveria ser irrestrita. Um deputado não poderia falar o que quer e muito menos falar contra o estado democrático de direito", disse, sem citar Silveira.

Mas contestou as decisões monocráticas de ministros do Supremo, defendendo uma limitação ao uso do recurso. "Josué falou algo com que eu concordo: as instituições devem ser políticas, não partidárias. Devem tomar uma posição política, mas não partidária."

A Fiesp fez um relato sobre a reunião em seu site, afirmando que Josué defendeu a harmonia entre os Poderes, a força das instituições e o essencial papel do Judiciário. E reproduziu duas de suas frases.

"Ainda há muito a ser feito, mas tudo o que já construímos se deve ao fato de termos instituições fortes. Vivemos em um Estado democrático de direito no qual nenhum poder deve prevalecer sobre o outro (...) Esta casa está ao lado do fortalecimento das instituições e do Judiciário."

Josué assumiu a Fiesp (maior entidade de classe da indústria brasileira) em janeiro, após 17 anos da gestão Skaf.

Em conversas com jornalistas em fevereiro passado, ele disse que Bolsonaro será lembrado pelos livros de história por ter produzido múltiplos ataques às instituições —às urnas, à vacina da Covid e à imprensa. "Mas, se ele eventualmente se eleger, torço para que ele faça diferente."

A via que não foi

Quem é tolo o bastante de ainda ter esperanças na terceira via?

Joel Pinheiro da Fonseca
Economista, mestre em filosofia pela USP

É irrelevante declarar-se apoiador de algum dos candidatos da "terceira via" neste momento. Digo sem receio, portanto, que sou irrelevante. Meu consolo é que tenho consciência disso.

Ainda acho que encerrar o desastre que é o governo Bolsonaro é prioridade inegociável, mas também não quero ver o Brasil retroceder a um governo do PT que não só não reconhece os erros que geraram tanto a crise econômica quanto a revolta antipolítica como os reforça, com mais ênfase do que nunca.

Muito se falou sobre a terceira via desde o ano passado, mas nada mudou. Comentar pesquisa eleitoral é um tédio sem fim. O apoio a Bolsonaro está no mesmo patamar há dois anos. A intenção de voto em Lula também não sai do lugar, que é o de uma vantagem confortável e com chances de vitória no primeiro turno. Se uma pesquisa apresenta uma ligeira modificação, lá vem a próxima indicar o retorno à média.

Ciro mantém seus 7%. Simone Tebet conseguiu um apoio de figuras importantes e de alto nível intelectual e político, mas continua incapaz de se fazer ouvir pelo grande público. E não há só ela: Felipe D'Avila, Luciano Bivar, Pablo Marçal, André Janones. Nomes não faltam, mas ninguém acredita que tenham chance. Havia uma conversa de que em algum momento as candidaturas se unificariam. Francamente, isso não importa, pois nem se somássemos todos o resultado chegaria próximo do segundo colocado.

Bolsonaro se agarra ao que lhe sobra: acusações de que as pesquisas estão mentindo, tentativas de requentar a desconfiança das urnas, a turbinada no Auxílio Brasil, discursos enraivecidos contra a Petrobras, novos latidos golpistas sem a menor firmeza. O combo inflação e pesquisas sempre negativas é propício a decisões intempestivas e escorregões. Quem sabe...

Seria tão bom vê-lo derreter! Possíveis novos escândalos não faltam. Só na última semana, tivemos dois: a volta da propina do MEC com a prisão de Milton Ribeiro e a menção pelo ex-presidente da Petrobras Roberto Castello Branco de que o celular funcional que devolveu ao deixar o cargo continha provas incriminadoras de Bolsonaro. Será que esse celular de sua época no cargo ainda guarda essas provas? Não duvido de nada.

O que eu duvido é que isso importe. Se a sequência de crimes —inclusive resultando em milhares de mortes na pandemia— em três anos e meio não fizeram nem o Ministério Público nem o Congresso se mexer, agora é que não será. Quem apoia Bolsonaro até hoje mostra que topa tudo, por pior que seja.

Assim, não resta nada a fazer. Você, que é da terceira via, não gaste sua energia tentando convencer parentes e amigos. Aproveite o churrasco em família, converse sobre outras coisas, na mais tranquila convicção de que nem o seu maior esforço mudaria nada nesse cenário. No que depender dos homens, o resultado já está definido.

Resta apenas o imponderável, o nome dado a todos os eventos imprevisíveis e que podem bagunçar a corrida eleitoral. Em 2014, tivemos o acidente de Eduardo Campos, em 2018 a facada em Bolsonaro. Um mundo em que nenhum evento improvável aconteça é, ele próprio, improvável. A única mudança possível é a que não vem de nós. Só não nutra esperanças. Quando ficamos à espera de um milagre, quando a situação do mundo parece exigi-lo por direito de justiça, aí é que ele não vem mesmo.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | **QUA. Elio Gaspari** | QUI. Conrado Hübner Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

Mais à direita, na frente, Odimar Barreto, ex-assessor de Milton Ribeiro, em encontro com Jair Bolsonaro Reprodução

Ex-assessor de Milton Ribeiro falta a quatro depoimentos na CGU

Odimar Barreto tem relações familiares com ex-titular da Educação e foi designado na pasta para lidar com pastores

Paulo Saldaña, Cézar Feitoza e Constança Rezende

BRASÍLIA Um ex-assessor especial de Milton Ribeiro, amigo e braço direito do ex-ministro da Educação, faltou a quatro convocações da CGU (Controladoria-Geral da União) no âmbito da investigação sobre o balcão de negócios que operava no ministério.

Odimar Barreto dos Santos era importante elo de Ribeiro com os pastores que negociavam verbas federais para prefeituras mesmo sem cargos no governo.

Servidores do MEC confirmaram à CGU que o próprio Milton Ribeiro designou Odimar para atender os pastores Arilton Moura e Gilmar Santos e que ele se reunia com Arilton frequentemente na pasta.

Ele ainda fora designado pelo ministro a trabalhar em dupla com Luciano de Freitas Musse. O também ex-assessor do MEC fazia parte da comitiva dos pastores antes de ser nomeado —Musse recebeu R$ 20 mil de um empresário nas tratativas para realização de um evento com Ribeiro no interior paulista.

A **Folha** mostrou em março que Odimar Barreto era uma das pessoas do MEC que frequentava o hotel usado como QG pelos pastores Arilton Moura e Gilmar Santos nas tratativas com gestores. Os pastores hospedaram-se 64 vezes, sendo que em dez delas Arilton estava no local ao mesmo tempo que Luciano Musse, como o jornal revelou.

Ex-major da Polícia Militar, Odimar Barreto tem relações muito próximas com Ribeiro, inclusive familiares. Ele é pastor auxiliar na mesma igreja comandada por Ribeiro em Santos, no litoral de SP.

O ex-assessor se apresenta como pré-candidato a deputado nas redes sociais. Ele publicou foto em 28 de maio com o pré-candidato ao Governo de SP pelo Republicanos, Tarcísio de Freitas, ex-ministro de Jair Bolsonaro (PL).

Em entrevista recente a um podcast, ele falou sobre sua candidatura e disse ter proximidade com Bolsonaro e outros ministros.

> Ser amigo do presidente, dos ministros: todos que trabalham no governo, e isso parte do presidente e do ministro, tem essa aproximação. Ele entende que é um time. O presidente e todos os ministros entendem que somos um time
>
> **Odimar Barreto dos Santos**
> ex-assessor especial de Milton Ribeiro

A CGU aponta que a atuação de Odimar é uma das linhas investigativas, mas não foi aprofundada até a finalização do relatório. "Evidências indicam que possivelmente tratar-se-ia de pessoa de confiança do ex-ministro Milton Ribeiro, destacada para auxiliar os pastores em suas demandas no âmbito do MEC", diz o relatório da CGU.

O documento integra processo que resultou na prisão de Ribeiro, dos pastores, do ex-assessor Luciano de Freitas Musse e de Helder Bartolomeu, genro de Arilton.

As investigações sobre Odimar não teriam sido aprofundadas porque, segundo o documento do órgão, ele faltou a quatro depoimentos agendados para os dias 14 e 29 de abril e 5 e 13 de maio. A CGU não recebeu justificativa.

Odimar foi levado ao MEC por Ribeiro. Foi nomeado em 4 de agosto de 2020, menos de um mês depois da chegada de Ribeiro. Ambos têm grande proximidade, inclusive com relações familiares. Uma das filhas de Odimar vai se casar em breve com um sobrinho de Ribeiro. Foi o próprio Milton Ribeiro quem casou outra filha de Odimar, também com um familiar do ex-ministro.

MEC e Odimar foram procurados, mas não responderam.

Ele foi exonerado em edição extra do Diário Oficial da União em 18 de março, no mesmo dia em que as primeiras informações sobre a atuação de pastores vieram à tona em reportagem do jornal O Estado de S. Paulo.

Ribeiro se afastou do cargo em 28 de março. A exoneração ocorreu uma semana depois que a **Folha** divulgou áudio em que ele afirma priorizar pedido de um dos pastores por indicação do presidente Bolsonaro.

Prefeitos e assessores relataram à **Folha** que Odimar Barreto distribuía cartões com logotipo do MEC com contatos pessoais de telefone e email, aos quais a reportagem teve acesso. Aliados do governo já davam como certo que Odimar se candidataria desde o fim do ano passado.

Além de ter faltado aos depoimentos na CGU, Odimar Barreto também sumiu da Igreja Presbiteriana Jardim de Oração desde que foi exonerado do cargo no Ministério da Educação, segundo relataram á **Folha** pessoas que frequentam a igreja. O sumiço, segundo os relatos, está relacionado com a pré-campanha de Odimar a deputado federal e à crise com Milton.

Odimar é pastor auxiliar de Milton Ribeiro na comunidade desde 2015. Mas mesmo com o cargo, ele não pregava na igreja e suas atribuições são desconhecidas pelos membros da comunidade.

Em entrevista ao podcast Loass, em 16 de junho, Odimar disse que saiu do governo para concorrer às eleições.

"É uma roupagem interessante. Ser amigo do presidente, dos ministros: todos que trabalham no governo, e isso parte do presidente e do ministro, tem essa aproximação. Ele entende que é um time. O presidente e todos os ministros entendem que somos um time", disse ele.

Ao menos cinco funcionários do MEC falaram sobre Odimar à CGU. Um ex-assessor chamado Albério Júnio Rodrigues de Lima disse que chegou a se sentir desconfortável com a presença e a atuação dos pastores, e teria pedido para ser retirado da função no começo de 2021.

Depois disso, "o então ministro Milton Ribeiro designou o sr. Odimar para atender a dupla", cita relatório da CGU.

Albério pediu demissão por causa da atuação dos pastores, segundo declarado ao órgão. A informação foi revelada pela CNN Brasil.

O chefe da assessoria parlamentar do MEC, Marcelo Mendonça, disse à Controladoria que Luciano Musse foi deslocado para trabalhar com Odimar. Outras duas servidoras relataram que ambos eram vistos juntos e que Arilton também era recebido frequentemente por Musse.

O assessor Gustavo Bechelany, lotado no gabinete do MEC, disse à CGU que desconhecia as atribuições de Odimar no MEC. A única função conhecida era de análise dos nomes indicados para reitoria das universidades federais.

Entenda as suspeitas envolvendo o MEC

O foco da investigação
Os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura são peças centrais na Operação Acesso Pago. Os dois negociavam com prefeitos a liberação de recursos federais da Educação, na época comandada pelo então ministro Milton Ribeiro, mesmo sem terem cargos no governo. Prefeitos relataram pedidos de propina, algumas em ouro. O ex-ministro e os dois pastores passaram um dia presos na semana passada.

A suspeita de interferência
Em telefonema com sua filha no dia 9 de junho, Milton Ribeiro afirmou que o presidente Jair Bolsonaro havia dito que estava com um "pressentimento" de que iriam atingi-lo por meio da investigação. "Ele acha que vão fazer uma busca e apreensão... em casa... sabe... é... é muito triste", afirmou. Já em uma segunda interceptação realizada na última quarta (22), dia em que Ribeiro foi preso, a esposa do ex-ministro, Myrian Ribeiro, relatou a um interlocutor que seu marido "estava sabendo" do que ocorreria. "Para ter rumores do alto é porque o negócio estava certo", disse em telefonema.

Posição dos investigadores
O Ministério Público Federal e a PF sustentam a versão de possível vazamento e interferência, com base em interceptações telefônicas. Segundo a PF, a ligação de Myrian registrada leva a "crer que Milton Ribeiro teria conhecimento de uma possível operação policial", fato que já estava na mira dos investigadores por causa de outras conversas do ex-ministro, entre elas uma "que teria tido com o presidente da República com este mesmo teor". A suspeita de interferência de Bolsonaro e de vazamento da operação embasaram a decisão do juiz Renato Borelli de enviar o caso para o Supremo Tribunal Federal.

A defesa de Bolsonaro
O advogado Frederick Wassef afirma que não houve conversa entre o presidente e o ex-ministro e que caberá a Ribeiro explicar o "uso indevido" do nome do chefe do Executivo. Wassef ainda reitera que Bolsonaro não interfere na PF.

Incra autoriza igreja evangélica para serviço de engenharia, mas recua

Órgão federal volta atrás após questionamento da Folha; Ministério Público pede apuração do caso

Thiago Resende e Ranier Bragon

BRASÍLIA Em uma atitude inédita, o Incra (órgão federal responsável pelas políticas de reforma agrária) credenciou uma igreja evangélica a prestar serviços de engenharia. Após questionamento da **Folha**, porém, recuou e acabou cancelando a autorização.

A igreja foi habilitada no dia 15 pela superintendência da Bahia. Foi a primeira vez em que uma autorização desse tipo foi dada no país.

A igreja beneficiada foi a Assembleia de Deus Rais de Jessé, de Simões Filho, região metropolitana de Salvador (BA). O representante da entidade é Nelson Carmo da Silva, também dono de uma empresa de construção na mesma cidade.

Procurado, Carmo da Silva não respondeu às tentativas de contato da reportagem. O Incra disse que as previsões legais foram cumpridas, mas não esclareceu o motivo de ter anulado a decisão.

O credenciamento foi assinado por Paulo Emmanuel Macedo de Almeida Alves, superintendente regional do Incra na Bahia desde setembro de 2020. Ele é servidor do órgão e atua na superintendência do estado desde 2017.

A informação de que o credenciamento saíra no Diário Oficial da União foi publicada pelo site Metrópoles.

O Ministério Público junto ao TCU (Tribunal de Contas da União) pediu que o órgão de controle apure se houve favorecimento à igreja evangélica, reforçando que esse segmento representa uma das principais bases de apoio do presidente Jair Bolsonaro (PL), pré-candidato à reeleição.

"Para que um interessado possa ser credenciado pela administração, ele deve satisfazer às condições fixadas e estar habilitado à execução dos serviços pretendidos", argumentou o subprocurador-geral, Lucas Rocha Furtado.

Considerou "triste constatar, mais uma vez, flagrante favorecimento à base evangélica do governo Bolsonaro, em prejuízo aos aspectos técnicos que devem conduzir as decisões da administração [pública]".

A última pesquisa do Datafolha mostrou que Bolsonaro lidera a corrida eleitoral entre os evangélicos.

Entre os católicos, 42% dizem que votarão em Lula (PT), enquanto 20% escolhem Bolsonaro. O presidente, por outro lado, tem a preferência de 36% dos evangélicos, contra 28% de Lula.

Uma das linhas de atuação do Incra permite que os assentados da reforma agrária recebam crédito habitacional para construção ou reforma de moradias.

Para isso, o beneficiário tem que ser atendido por um técnico autorizado e credenciado pelo Incra. O objetivo é a elaboração de projeto e responsabilização técnica pela execução e fiscalização da obra.

Esse técnico pode ser servidor do Incra, mas também pode fazer parte da equipe de uma entidade autorizada a fazer acordo de cooperação com o órgão.

No caso, foi esse tipo de credenciamento dado à Igreja Evangélica Assembleia de Deus Rais de Jessé.

No início da semana passada, o Incra disse que o aval foi dado de acordo com todas as regras previstas em decreto, instrução normativa e edital. "A entidade [igreja evangélica] foi credenciada por apresentar a documentação necessária", informou o órgão.

O credenciamento foi dado para que a igreja firmasse acordos de cooperação técnica para disponibilizar equipe habilitada na elaboração de projeto completo de engenharia, acompanhamento e fiscalização das obras das unidades habitacionais.

Para conseguir a autorização, há a exigência de comprovação de que a entidade tenha um profissional disponível para prestar os serviços de modo permanente. Além disso, é necessário a comprovação de que a entidade ou o profissional técnico tenha elaborado projetos de engenharia nos últimos cinco anos.

Ao ser questionado sobre os documentos apresentados pela igreja para cumprir esses requisitos, o Incra informou que decidiu anular o credenciamento da entidade religiosa. Desde quarta-feira (22), o órgão se recusa a esclarecer o motivo do recuo.

Na sexta, em nova resposta, o Incra disse que no momento do credenciamento, "a entidade apresentou contrato de prestação de serviço com profissional habilitado, com as certidões de registro e de acervo técnico emitidas pelo conselho profissional" e que o órgão "optou por reavaliar o credenciamento e tornar sem efeito o mesmo."

Novamente, não houve resposta sobre o que exatamente motivou o cancelamento da autorização.

O Incra diz que entidades credenciadas não recebem transferência de recursos nem podem cobrar pelos serviços a serem prestados pelo técnico habilitado e credenciado.

Na lista de entidades credenciadas, é comum encontrar fundações, associações comunitárias, cooperativas habitacionais e outras entidades privadas sem fins lucrativos.

Rodrigo prioriza gasto com asfalto em meio a campanha

Governador de SP amplia verba de obras para se contrapor a Tarcísio de Freitas

Artur Rodrigues

SÃO PAULO "Vocês sabem que muitas vezes você anda no ônibus, com a estrada velha, o ônibus vai batendo, vai incomodando", diz o governador Rodrigo Garcia (PSDB), em cima do palanque e cercado por aliados. "Agora vamos gastar R$ 22 milhões na recuperação da [avenida] Sezefredo Fagundes. A obra começa na outra semana e, em 12 meses, vai estar zero quilômetro a estrada, viu?".

O evento há duas semanas, que teve como um dos atrativos anúncio de melhorias em via que liga a capital paulista a Mairiporã, na Grande São Paulo, segue o roteiro de outros dos quais participa o governador, que assumiu o cargo em abril passado do então governador João Doria (PSDB).

Em pré-campanha pela reeleição, ele tenta pavimentar o caminho ao Palácio dos Bandeirantes com muito, muito asfalto, com gastos concentrados às vésperas da disputa.

Para se ter uma ideia, até o ano passado a verba reservada para o DER (Departamento de Estradas de Rodagem) seguia abaixo da média de outros anos. Com 2022 ainda na metade, os chamados empenhos feitos pelo departamento, na casa dos R$ 6,8 bilhões, são os maiores desde 2014, outro ano eleitoral.

A previsão é que o DER gaste R$ 9,7 bilhões neste ano, valor equivalente a mais de seis vezes o orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Social, responsável pela assistência social no estado, com R$ 1,5 bilhão previstos.

Os anúncios em série de melhorias em estradas são uma maneira de o atual governador se contrapor ao pré-candidato visto como principal obstáculo para que ele chegue ao segundo turno, o ex-ministro da Infraestrutura Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Tarcísio, chamado pelos bolsonaristas de "Tarcisão do Asfalto" por suas inaugurações enquanto atuava como ministro do governo de Jair Bolsonaro, é acusado pelo tucanato de ter uma performance pífia nesta área no estado.

A avaliação de aliados é que os números mostram que Rodrigo vence com folga essa espécie de "guerra do asfalto".

Rodrigo Garcia em evento sobre obras da Rodovia Raposo Tavares Governo de SP 1º.jun.22/Divulgação

Rodrigo, por sua vez, é apontado por adversários como responsável pelo uso da máquina do Governo de São Paulo de maneira eleitoreira, o que inclui abuso de obras com dispensas de licitação.

Um dos programas que tem sido mais amplificado pela gestão tucana no estado é o Estradas Vicinais, do qual faz parte a obra inaugurada há duas semanas.

O órgão responsável pelo programa, o DER, é área de influência de aliados estratégicos de Rodrigo, no caso o clã do vereador paulistano Milton Leite (União Brasil).

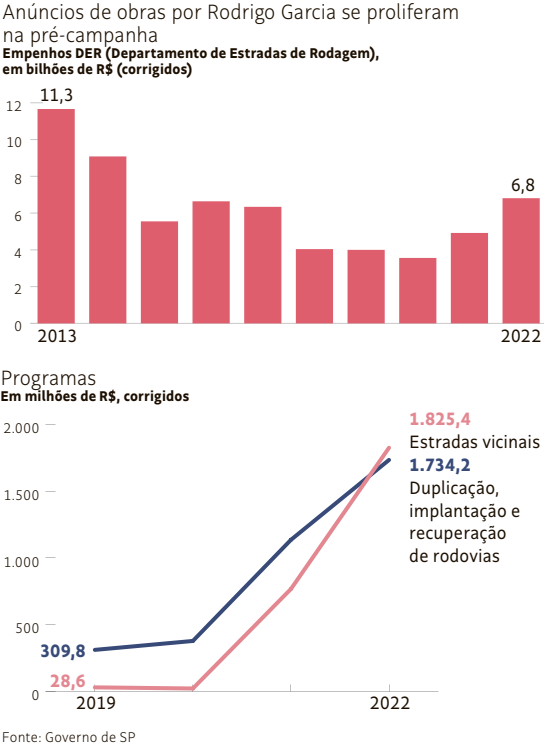
Não à toa ao lado do governador no evento da Sezefredo Fagundes estava o deputado estadual Milton Leite Filho (União Brasil), entre o público, muitos dos apoiadores da família.

Dentro de uma União Brasil rachada, são os Leite, originários do antigo DEM, que têm trabalhado para que a aliança seja oficializada, embora a ala ligada ao presidente da sigla, Luciano Bivar, vinda do PSL, resista ao acordo.

A área de transportes e logística do estado é uma das

SP aumenta gastos com rodovias às vésperas da eleição

Anúncios de obras por Rodrigo Garcia se proliferam na pré-campanha

Fonte: Governo de SP

mais cobiçadas por aliados, justamente pela visibilidade e poder financeiro do setor, que se multiplicam no ano de disputa eleitoral.

Em 2022, por exemplo, o governo já empenhou R$ 1,8 bilhão apenas no programa de estradas vicinais, quase todo o previsto para o ano. O valor é mais que o dobro de todos os gastos na mesma dotação nos três anos anteriores.

As obras, numerosas e de valores relativamente pequenos, garantem visibilidade de Rodrigo em todo o estado.

Os anúncios da liberação de valores ocorrem nas visitas constantes do governador a diversas cidades, geralmente em pacotes que também incluem entrega de veículos e reformas de equipamentos públicos.

Os gastos concentrados no ano da eleição já despertam críticas de adversários da corrida eleitoral paulista. "O que adianta passar três anos entesourando, asfixiando, para agora despejar de qualquer jeito sem qualidade no gasto?", questionou Tarcísio em entrevista ao programa Pânico, da Jovem Pan.

No mesmo dia da declaração, Rodrigo rebateu, evocando outro ponto visto como fragilidade de Tarcísio, o pouco vínculo dele com o estado. "Se ao menos ele morasse aqui, pagasse imposto aqui e ajudasse São Paulo a crescer... mas nem isso. Ele ataca São Paulo, eu defendo São Paulo. Ele critica São Paulo, eu me orgulho de São Paulo."

Aliados do governador costumam fazer comparações com a atuação de Tarcísio à frente do Ministério da Infraestrutura em relação às rodovias paulistas.

Conforme a **Folha** mostrou, pesa contra ele o fato de que DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) investiu apenas R$ 44,8 milhões em 2021 no estado —gasto que está estimado em apenas R$ 14 milhões para este ano.

Já o governo paulista contabiliza que desde o ano passado já foram investidos R$ 11 bilhões no que classificou de "maior programa de recuperação e asfaltamento de estradas da história do estado".

Em vídeo postado em seu perfil, o próprio governador afirma que o programa no estado é duas vezes maior do que o do país, contrapondo-se indiretamente ao trabalho de Tarcísio, responsável pela área no governo federal.

Uma ressalva em meio ao programa é a paralisia em relação às obras do Rodoanel Norte, à espera de leilão para a concessionária terminá-las.

Outro ponto explorado é a forma como as obras têm sido feitas. Oposição a Rodrigo na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), o deputado Paulo Fiorilo (PT) pediu investigação da explosão de gastos sem licitação ao TCE (Tribunal de Contas do Estado) e à Promotoria.

De acordo com levantamento do gabinete do parlamentar, as dispensas de licitação na dotação para duplicação, recuperação e implantação de rodovias passaram de R$ 51 milhões, em 2019, para R$ 288 milhões no ano passado, um aumento de 465%.

No ano, isso representou 25% dos empenhos desta dotação, segundo os dados divulgados pelo deputado.

Neste ano, até março, os gastos nesta modalidade de contratação já ultrapassavam R$ 100 milhões, ainda de acordo com o parlamentar.

Obras seguem a legislação, afirma Governo de São Paulo

OUTRO LADO

Questionado sobre as críticas de gastos sem licitação adequada, o governo de São Paulo afirmou que as obras emergenciais são adotadas seguindo a lei e "em rodovias que necessitam de ação rápida do poder público, como aqueles serviços que evitam interrupção total ou parcial do tráfego".

O governo ainda afirmou lamentar que o deputado Paulo Fiorilo critique "obras e serviços que melhoram a vida da população" do estado.

A respeito da concentração dos gastos no período pré-eleitoral, a gestão de Rodrigo afirmou que assumiu o governo com déficit orçamentário de R$ 10 bilhões e "implementou reformas estruturantes desde o primeiro dia de mandato".

A gestão antecessora da administração João Doria/Rodrigo Garcia foi a de Geraldo Alckmin, na época do PSDB e hoje no PSB e, no último ano, de Márcio França (PSB), ambos ex-aliados e hoje adversários políticos do grupo do atual governador.

"Desde o início de 2021, o Governo de São Paulo promove o maior programa de recuperação e asfaltamento de estradas da história do estado. Estão sendo investidos R$ 11,1 bilhões em mais de 10,2 mil quilômetros de melhorias em 918 estradas pelos programas Estrada Asfaltada e Novas Estradas Vicinais", diz a nota do governo.

"São serviços que garantem melhora na mobilidade e na logística e também garantem mais conforto, segurança para a população", completa.

Para Rodrigo Maia, Paes beneficia candidato de Bolsonaro no RJ

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O presidente do PSDB-RJ, Rodrigo Maia, afirmou que a insistência do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), em manter a pré-candidatura de Felipe Santa Cruz (PSD) ao governo estadual beneficia a reeleição de Cláudio Castro (PL), nome de Jair Bolsonaro na disputa.

Maia também defendeu a provável aliança do PSDB com o deputado federal Marcelo Freixo (PSB) durante o Brazil Forum UK, em Oxford, na Inglaterra. O pai do secretário de Projetos e Ações Especiais de São Paulo, o vereador César Maia (PSDB-RJ), é cotado para assumir a vice na chapa.

"Se a candidatura do Felipe for viável, ótimo. Mas, nesse momento, tudo que ela tem de voto, ela só tira do Marcelo e não tira do Cláudio. Então é uma candidatura que está a serviço do governador. Querendo ele ou não, é isso que está acontecendo", afirmou Maia neste domingo (26).

A fala do tucano expõe, de forma velada, comentários feitos nos bastidores da política fluminense, de que Paes deseja a reeleição de Castro sem se vincular à sua candidatura. O prefeito estaria de olho na eleição ao governo de 2026, na qual o governador não poderia tentar nova reeleição pelas leis eleitorais.

Paes vem resistindo a uma aliança com Freixo. Ele também esfriou um acordo firmado em fevereiro com o PDT, por decidir manter a pré-candidatura de Santa Cruz em vez de apoiar o ex-prefeito de Niterói Rodrigo Neves (PDT), atualmente mais bem colocado nas pesquisas eleitorais.

Maia afirmou que o ex-presidente da OAB poderia ser uma opção caso apresentasse viabilidade eleitoral. Na última pesquisa do Datafolha, divulgada em abril, ele aparece com 3%. Freixo e Castro lideram com 22% e 18%, respectivamente, no cenário mais provável.

O tucano lembrou que o pré-candidato do PSD está aparecendo em inserções partidárias na TV e disse que, caso suba nas próximas pesquisas, "pode ser um caminho que jogue Freixo mais para a esquerda, na origem dele".

Santa Cruz afirmou que acredita ser o único a poder impedir a reeleição de Cláudio Castro. "Queremos o apoio do PSDB e vamos demonstrar ao deputado Rodrigo Maia que a nossa campanha é a única capaz de impedir a reeleição de Claudio Castro. Aliás, todos sabem que o Palácio Guanabara busca polarizar com Freixo para reeditar o segundo turno de 2016, em que Crivella se elegeu para a infelicidade do povo carioca", disse o pré-candidato.

Procurado, Paes não comentou. Também em Oxford, o prefeito ironizou em rápida fala a possibilidade de César Maia ser vice de Freixo.

"Virou esquerda agora, beleza. Estou emocionado. O cara presidiu a Arena a vida inteira e vai virar PSOL. Uma loucura."

Maia explicou a aliança com Freixo como uma forma de quebrar um ciclo, segundo ele, iniciado em 1998 com a eleição de Anthony Garotinho (hoje na União Brasil) ao governo estadual. "Como rompe com esse ciclo? César Maia tentou em 1998 e não conseguiu. Eduardo Paes tentou em 2018 e não conseguiu. O governador Wilson [Witzel] que parecia ser uma renovação, era mais desse ciclo do que todos nós imaginávamos", disse ele.

"Não é questão de quero, gosto, admiro todas as ideias do deputado Marcelo Freixo. Mas ele é um bom cara do diálogo. Está tentando caminhar para ampliar a base dele. Ele sabe que, na base dele, tem muita dificuldade de ganhar a eleição."

> Se a candidatura do Felipe [Santa Cruz] for viável, ótimo. Mas, nesse momento, só tira [voto] do Marcelo e não do Cláudio. É uma candidatura a serviço do governador
>
> **Rodrigo Maia**
> presidente do PSDB-RJ

Maia não explicou do que forma caracterizaria esse ciclo, cujo período inclui Rosinha Garotinho (2003-2006), Sérgio Cabral (2007-2014) e Luiz Fernando Pezão (2014-2018). Ele mencionou a atuação de milícias no estado como um dos pontos a serem atacados.

"Eu não posso olhar o meu estado onde as milícias estão tomando conta das instituições todas. Como muda esse ciclo no Rio de Janeiro? Todo mundo que ganhou dinheiro e investiu no Rio saiu. Só ficou petróleo e serviço público. Não sobrou muita coisa no Rio de Janeiro por questões óbvias. Como reorganiza? Precisa primeiro quebrar esse ciclo que começa em 1998", afirmou ele.

Secretário da gestão do governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (PSDB), pré-candidato à reeleição, Maia diferenciou o cenário eleitoral fluminense do paulista.

"Diferente de São Paulo, onde tem um governador que está fora da polarização, então tem um espaço para que ele organize o processo eleitoral, no Rio, o governador é do bolsonarismo. Então só vai ter uma outra oportunidade aqui que é a vaga do Freixo. Por isso acho que essas alianças são possíveis", afirmou.

O tucano também comentou as dificuldades para a terceira via se viabilizar eleitoralmente. Para ele, falta clareza em relação ao projeto que ela busca representar.

"Lula tem 15% dos votos que é nosso [da centro-direita]. A nossa chance era empurrar o Bolsonaro para a extrema direita e entrar nesse eleitor com um projeto. O que ainda falta para a Simone [Tebet], faltou para o Doria, e falta para todos nós, é compreender o que nós somos e o que queremos representar para o futuro. Porque não ser Lula nem Bolsonaro não é nada. Só isso é pouco", afirmou ele.

"Temos que ajudar nesse debate com a Simone a propor algo, mesmo que a gente não vá para o segundo turno, para que o presidente Lula possa agregar nossas propostas."

Há dez anos, paywall abriu caminho na Folha para mudança digital

SÃO PAULO Há dez anos, uma iniciativa pioneira abriu caminho para a transformação digital da **Folha**. Em junho de 2012, o jornal se tornou o primeiro do Brasil a adotar modelo de negócio que viraria referência: o chamado paywall (muro de pagamento) poroso.

O sucesso do formato, adotado inicialmente pelo britânico Financial Times e pelo americano The New York Times, mostrou que havia, também para o jornalismo, um caminho possível na transição para a internet, assim como ocorreu na música e no cinema.

Desenvolvido internamente, o sistema de paywall foi implantado primeiramente no aplicativo em HTML5, em janeiro de 2012, para testes, antes de chegar ao site do jornal.

No formato inicial desse modelo, a assinatura se concentrava entre os internautas de acesso mais frequente, sendo franqueado um número de textos por mês para leitura gratuita. Com o tempo, o sistema foi se sofisticando, e hoje varia de acordo com o hábito de navegação do internauta.

O acesso a algumas partes do site não é contado no paywall. As capas, as páginas do Empreendedor Social, o painel do leitor e o Blog do Treinamento são exemplos. Além disso, em 2020, no início da pandemia, a **Folha** decidiu liberar todos os textos com serviços relevantes sobre Covid. Por outro lado, há também áreas exclusivas para assinantes, como as colunas e blogs.

Graças ao paywall, a **Folha** se tornou o primeiro grande jornal do país a ter mais assinantes digitais do que impressos. Hoje, segundo o IVC (Instituto Verificador de Comunicação), cerca de 300 mil pessoas pagam para ler as versões digitais da **Folha**.

Após a implantação do modelo, o jornal avançou em várias outras frentes do universo digital, conseguindo novos formatos de receita para financiar sua produção.

Entre essas frentes estão a organização de seminários, podcasts, a confecção de especiais aprofundados sobre diferentes temas, a criação de novos formatos comerciais no site, a implantação de um estúdio de produção de conteúdo customizado para clientes, o Estúdio **Folha**, separado da Redação.

Em anos mais recentes, a remuneração das big techs aos produtores de notícias tornou-se outra fonte. A **Folha** mantém parcerias com Google e Facebook, além de investir em fundos especiais recebidos para projetos específicos, como o Voz Delas, do Innovation Challenge.

"Em todo o mundo, o jornalismo profissional precisa do dinheiro dos assinantes para se manter independente", afirma Sérgio Dávila, diretor de Redação da **Folha**.

"A qualidade do conteúdo é fundamental para o sucesso do modelo", aponta o diretor de mercado leitor e estratégias digitais, Anderson Demian. "A maior parte das assinaturas digitais atualmente chegam por links das matérias ou de textos de opinião."

O que o assinante da Folha tem

Folha Premium
App da Edição Folha
Leia a versão digital do jornal impresso às 23h15 do dia anterior, tenha acesso ao conteúdo publicado nos últimos seis meses, ao Acervo Folha e ao caderno digital exclusivo FolhaMais

Para acessar diretamente a Edição Folha em seu celular ou tablet, baixe o aplicativo 'Folha SP Impressa' na App Store (iOS) ou no Google Play (Android). O app tem a cor azul

Folha Premium
Edição Folha
Tenha acesso à versão digital do jornal impresso diariamente a partir das 23h15 e ao caderno digital exclusivo FolhaMais

Acesse a edição digital pelo navegador (Chrome, Safari, Firefox, Microsoft Edge/Internet Explorer) de seu desktop, tablet ou celular. Digite folha.com, clique em "Edição Folha". Encontre o conteúdo também no aplicativo nativo da Folha, na App Store (iOS) ou no Google Play (Android)

Minha Folha
Seção permite salvar artigos para ler depois e seguir tópicos, autores e colunas favoritas

Dentro da área, use o botão 'Configurar preferências' ou escolha temas favoritos por meio do botão 'seguir', disponível no alto cada página no site

Link-presente
Ofereça até cinco conteúdos diários do site da **Folha** para seus contatos

Para gerar um link-presente, o assinante deve clicar no ícone que fica na barra de compartilhamento do texto. Dali, o assinante escolhe por qual meio prefere compartilhar, como redes sociais, email ou WhatsApp

Assinaturas de presente
Assinante tem direito a oferecer acesso completo ao site da **Folha** para até cinco escolhidos

Em Minha Folha, clique no seu perfil de assinatura e preencha até cinco emails para que o convidado faça um cadastro e tenha o conteúdo liberado

Acesse seu perfil
Coloque foto, veja suas informações pessoais e canais de atendimento ao assinante

Newsletters exclusivas

Receba em seu email Colunas e Blogs, Dicas do Editor, Brasília Hoje, Folhajus, Folhamed e China, Terra do Meio

Em Minha Folha, acesse a aba Newsletters ou escolha suas preferidas na página principal do site. Basta digitar seu email e clicar no conteúdo escolhido

Colunas e Blogs

Folhamed

EUA vivem panorama confuso depois de decisão sobre aborto

Biden tem poucas opções em meio a debate sobre veto a viagens interestaduais

Rafael Balago

WASHINGTON Três dias após a decisão da Suprema Corte que suspendeu o direito ao aborto nos EUA, a regulação do procedimento no país passa por um momento bastante confuso. Governadores republicanos buscam colocar novas restrições de pé, enquanto políticos democratas e a Casa Branca oferecem poucas medidas concretas para tentar viabilizar o direito à prática e lidar com um país ainda mais dividido.

Ao menos 13 estados tinham leis já prontas para serem adotadas logo depois do anúncio da corte, e a expectativa é que cerca de outros dez façam o mesmo. Assim, o procedimento seria legal em metade do país e vetado na outra. Estados do Sul e do centro formariam uma espécie de cinturão em que o procedimento é proibido, enquanto estados do Norte e das costas Leste e Oeste manteriam a liberação.

O cenário é marcado por incertezas. Alguns estados, como Missouri e Oklahoma, já estão com restrições severas em vigor. Outros debatem adotá-las nos próximos dias ou semanas, mas a Justiça ainda pode intervir. Nesta segunda, um juiz de Louisiana concedeu uma liminar e bloqueou temporariamente a adoção de uma lei estadual antiaborto. O caso deverá ser julgado na semana que vem, e a lei não poderá ser colocada em prática até lá. Ações na Justiça estão sendo apresentadas também em outros estados.

Horas após o anúncio da corte, na sexta, o presidente Joe Biden disse que faria tudo para garantir que as mulheres possam viajar de um estado a outro para abortar e tenham acesso a pílulas abortivas.

No entanto, na mesma fala, o democrata deixou claro que não poderia ir muito além. "O único caminho para garantir o direito de uma mulher a escolher é o Congresso restaurar as proteções de Roe vs. Wade como lei federal. Nenhuma ordem executiva do presidente pode fazer isso", disse. Em seguida, pediu votos para os democratas nas eleições de novembro, quando haverá renovação da Câmara e do Senado.

O principal freio é a emenda Hyde, de 1976, que impede o uso de recursos federais para custear abortos. "Mas o governo pode apoiar leis que impeçam os estados de barrar o envio de abortivos a outros estados. Seria muito significativo", diz Richard Friedman, professor de direito na Universidade de Michigan.

Em dezembro, a FDA, agência que regula medicamentos nos EUA, retirou restrições a alguns remédios que induzem o aborto. Agora, eles podem ser receitados por consulta remota e enviadas pelo correio. Seu uso é indicado nas dez primeiras semanas de gestação. Apesar disso, há punições no Texas a quem fornecê-los a mulheres com mais de sete semanas de gravidez. O envio pelo correio também foi vetado, sob multa de até US$ 10 mil. Outros estados, como Dakota do Sul e Mississippi, consideram reforçar punições ao uso.

Além de vetar pílulas, alguns estados especulam dificultar o deslocamento de suas moradoras a outros estados em busca de atendimento. A ideia, no entanto, coloca em xeque o conceito de livre circulação interna. "A Suprema Corte já reconheceu no passado o direito de viajar de um estado para outro. E o juiz [Brett] Kavanaugh disse que qualquer tentativa de tornar ilegal viajar para obter um aborto violaria este direito. Então haveria provavelmente ao menos cinco votos contra leis desse tipo", afirma Friedman.

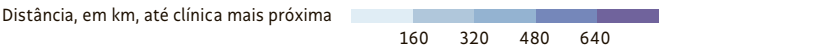
Outras possibilidades incluem punir as mulheres com base em leis já existentes, como conspirar para cometer um assassinato. Como a decisão da Suprema Corte deixa em aberto quando a vida começa, estados poderiam considerar o feto um ser humano e, assim, equiparar o aborto a um homicídio.

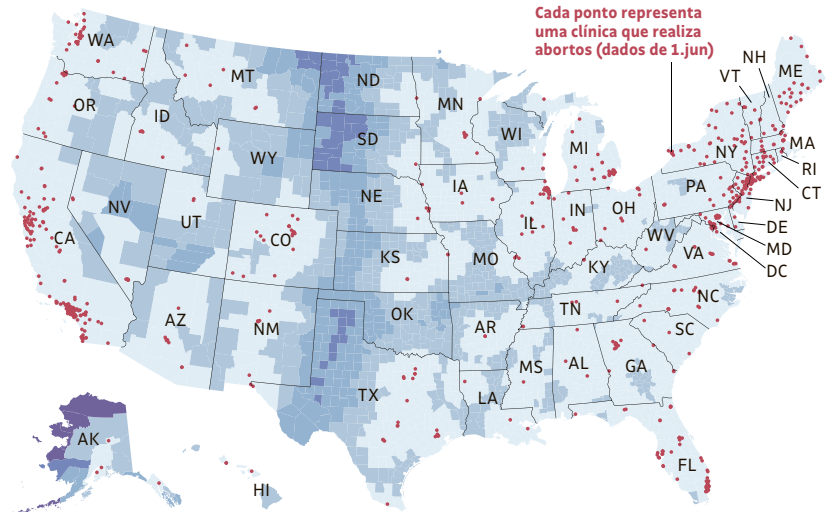
Na maioria dos casos até agora, as leis buscam isentar as gestantes que abortarem e, em vez disso, punir quem as ajuda. Ativistas e entidades que oferecem informações às mulheres buscam se proteger com base na Primeira Emenda da Constituição, que garante liberdade de expressão e acesso ao conhecimento.

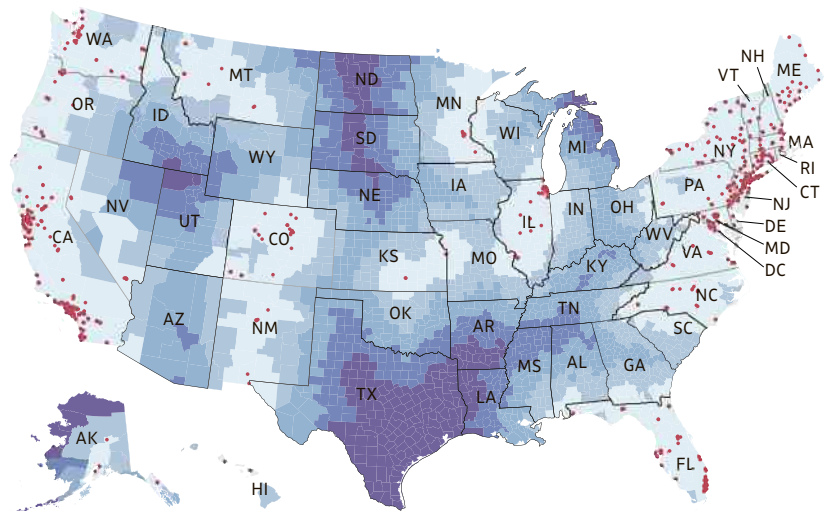
Nesta segunda, a presidente da Câmara, Nancy Pelosi, disse em uma carta aos democratas que o comando do partido planeja novas medidas, como proteger os dados das mulheres coletados por aplicativos de saúde, que poderiam ser usados como prova para denunciar um aborto irregular. Pelosi também prometeu trabalhar por uma lei que garanta o aborto no país. No entanto, a proposta dificilmente seria aprovada no Senado.

Aborto nos EUA

Antes e depois da decisão da Suprema Corte

Distância, em km, até clínica mais próxima

Com Roe vs. Wade em vigor

Antes da decisão que derrubou precedente de 1973, algumas partes do país não tinham clínicas próximas, mas 99% das mulheres em idade fértil viviam em um raio de 320 km de uma

Se estados mais prováveis banirem o aborto

Estados mais conservadores já proibiram ou tendem a proibir o procedimento. Alguns já baniram agendamentos em clínicas

Se Flórida, Kansas e Virgínia também banirem

Não está claro o rumo que esses estados tomarão, mas sua posição geográfica faria com que, em caso de proibição, fosse formado um "cinturão antiaborto" no sul do país

Fonte: The New York Times

Veja empresas que apoiam funcionárias que queiram abortar

Firmas prometem bancar custos de viagem a estado onde procedimento é legal

- Tesla
- Disney
- Netflix
- Meta
- Paypal
- Condé Nast
- Johnson & Johnson
- JPMorgan Chase
- Bank of America
- Uber
- Lyft

Decisão nos EUA leva Europa a buscar garantias à interrupção da gravidez

Mayara Paixão

GUARULHOS Mulheres da França podem realizar o aborto legal no país há quase cinco décadas, mas agora querem dar um passo além. Em reação à suspensão do direito constitucional à interrupção voluntária da gravidez nos Estados Unidos, elas almejam inscrever esse direito na Constituição, um movimento que está longe de ser simples.

Após a decisão da Suprema Corte americana, Aurore Bergé, líder do Renascimento —partido do presidente Emmanuel Macron— na Assembleia Nacional, anunciou no sábado (25) que apresentaria um projeto para incluir na Carta francesa um dispositivo que torne impossível privar alguém do direito ao aborto.

A proposta, afirmou Bergé, é também uma resposta ao crescimento da ultradireita no Legislativo francês —o Reunião Nacional, de Marine Le Pen, tornou-se a terceira maior força política na mais recente eleição.

A mudança exigiria que as duas Casas do Parlamento concordassem com a ideia ou que o projeto fosse submetido a um referendo popular —algo mais raro. Alas da esquerda, hoje a principal força de oposição, são favoráveis, e o governo também manifestou apoio por meio da primeira-ministra Élisabeth Borne.

Caso avance, a proposta poderia ser o primeiro teste ao governo de Macron, que perdeu maioria absoluta no Legislativo. "Por todas as mulheres, devemos gravar essa conquista em pedra; o Parlamento deve apoiar amplamente esse texto", escreveu Borne, segunda mulher a ocupar o cargo na história do país.

Assim como em outras nações da Europa Ocidental, a França tem visto a aprovação popular ao aborto desidratar. Cerca de 81% diziam apoiar esse direito no ano passado, segundo o instituto Ipsos, número que chegava a 90% em 2014. Ainda assim, a cifra supera a de muitos países, como os da América Latina.

Entre os europeus, 40 legalizaram o procedimento a pedido da gestante. Outros dois —Grã-Bretanha e Finlândia— atrelaram o direito a questões sociais e econômicas, como análise da quantidade de filhos e do perfil financeiro. E cinco —Andorra, Liechtenstein, Malta, Mônaco e Polônia— não permitem em nenhum caso ou apenas quando a mulher foi estuprada ou há risco à saúde, assim como no Brasil.

Na Escócia, onde a prática é legal até a 24ª semana de gravidez —mas precisa ser aprovada por dois médicos—, a primeira-ministra Nicola Sturgeon admitiu que a decisão da Justiça nos EUA, que chamou de "catastrófica", fortaleceu a posição de seu governo em apoio à criação de zonas-tampão livres de protestos ao redor de clínicas que realizam aborto ou dão instruções sobre direitos reprodutivos.

"Vivemos em uma democracia, e as pessoas são livres para ter opiniões diferentes sobre o aborto, mas o que nenhum de nós é livre para fazer é impedir o direito das mulheres de ter acesso à saúde por meio de assédio e intimidação", disse a primeira-ministra em um vídeo divulgado nesta segunda (27).

Na Alemanha, as discussões nos EUA deram argumento a parlamentares que votaram na última semana para derrubar uma lei do período nazista que proibia médicos de divulgarem informações sobre o procedimento.

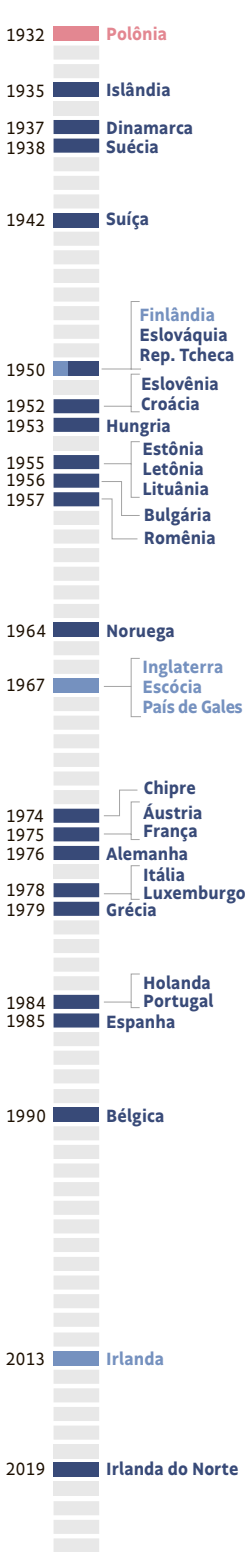
A ministra do Interior, Nancy Faeser, celebrou a decisão, uma medida "em prol da segurança das mulheres e contra o paternalismo e a estigmatização". O aborto no país é legal até a 12ª semana de gravidez, mas apenas se a mulher se consultar com um conselheiro social sobre a decisão. Aquelas que realizarem o procedimento sem cumprir o trâmite podem receber pena de até três anos de prisão.

Do lado da ultradireita, a interpretação é a de que a mudança nos EUA pode se refletir na Europa. Para a deputada alemã Beatrix von Storch, do radical AfD, "a Suprema Corte envia um sinal de esperança para o nascituro, e isso irradia para todo o Ocidente".

Quando o aborto foi descriminalizado ou legalizado em países da Europa

Região tem normas distintas aplicadas ao longo das últimas nove décadas

- Permissão atrelada a questões sociais e econômicas, como perfil financeiro, saúde mental ou quantidade de filhos
- Apenas em caso de perigo para a vida da mãe, estupro, incesto ou anomalias fetais
- A pedido da gestante (os períodos de gestação variam)

Em Malta, aborto é ilegal em qualquer circunstância

Fontes: Center for Reproductive Rights e Politico

Cúpula da Otan marca alta do efetivo no Leste Europeu

Número de soldados vai de 40 mil para 300 mil, e Moscou vira 'ameaça direta'

GUERRA DA UCRÂNIA

BRUXELAS | REUTERS E AFP A cúpula da Otan, a ser realizada em Madri, na Espanha, a partir desta terça (28) até quinta-feira (30), deve assinalar uma espécie de refundação da aliança militar ocidental diante do prolongamento da Guerra da Ucrânia e marcar o endurecimento do tom com o qual a Rússia é tratada pelos países membros do grupo.

"Esta cúpula será um ponto de virada, e várias decisões importantes serão tomadas", afirmou o secretário-geral do clube militar, Jens Stoltenberg, em entrevista coletiva em Bruxelas na segunda (27).

O número de soldados de prontidão na parte leste da Europa, disse ele, passará dos atuais 40 mil para mais de 300 mil, num contexto em que a invasão da Ucrânia se encaminha para o quinto mês, um conflito que representa o momento de maior tensão bélica no continente desde a Segunda Guerra Mundial.

O efetivo será espalhado por Lituânia, Estônia, Letônia, Polônia, Romênia, Hungria, Eslováquia e Bulgária. Militares na Alemanha também ficarão de prontidão, na maior revisão da defesa coletiva da aliança desde a Guerra Fria. O encontro ainda deve gerar a mudança da linguagem com a qual a Otan trata Moscou —pela redação atual, consagrada na cúpula de Lisboa, em 2010, a Rússia é um "parceiro estratégico".

"Espero que os aliados afirmem claramente que a Rússia representa uma ameaça direta à nossa segurança, aos nossos valores e à ordem internacional baseada em regras", afirmou o secretário. "A Rússia abandonou a parceria e o diálogo que a Otan tenta estabelecer há muitos anos. Escolheram o confronto em vez do diálogo. Lamentamos isso —mas é claro que precisamos responder a essa realidade."

A cúpula ocorre num momento crucial para o grupo, após desavenças internas geradas pelo ex-presidente dos EUA Donald Trump, que ameaçou retirar Washington do clube. Mas a invasão russa da Ucrânia, no final de fevereiro, desencadeou uma mudança geopolítica, levando dois países antes neutros, Finlândia e Suécia, a pedirem a adesão à Otan, e à Ucrânia a iniciar o processo para virar membro da União Europeia.

Os líderes da aliança intensificarão o apoio a Kiev —o presidente Volodimir Zelenski participará do encontro por meio de videoconferência. Segundo Stoltenberg, a Otan fornecerá armas pesadas ao país e quer ajudar na modernização do arsenal ucraniano, ainda baseado em equipamentos da era soviética.

Os aliados da Otan se comprometeram a dedicar 2% de seu PIB aos gastos com defesa em 2024, mas só nove dos 30 membros atingiram essa meta em 2022 —Grécia, EUA, Polônia, Lituânia, Estônia, Reino Unido, Letônia, Croácia e Eslováquia. A França investe 1,90%, a Itália, 1,54%, a Alemanha, 1,44% e a Espanha, com 1,01%, é o penúltimo da lista, à frente de Luxemburgo (0,58%), segundo dados divulgados pela Otan. "Para responder à ameaça, esta meta de 2% torna-se um piso, não mais um teto", disse Stoltenberg.

Na cúpula, é possível que o presidente dos EUA, Joe Biden, encontre-se com o líder turco, Recep Tayyip Erdogan, para discutir as preocupações do país em relação às propostas de Suécia e Finlândia para entrar na aliança, segundo o assessor de Segurança Nacional dos EUA, Jake Sullivan.

124º dia de incursões da Rússia na Ucrânia

- Reivindicado por separatistas, mas sob domínio da Ucrânia
- Controlado por separatistas e reconhecido como independente por Moscou
- Ocupado por tropas russas
- Cidades tomadas pela Rússia
- Contra-ataque ucraniano
- Anexada pela Rússia em 2014
- Combates intensos

Bolsonaro e Putin conversam por telefone, diz Kremlin

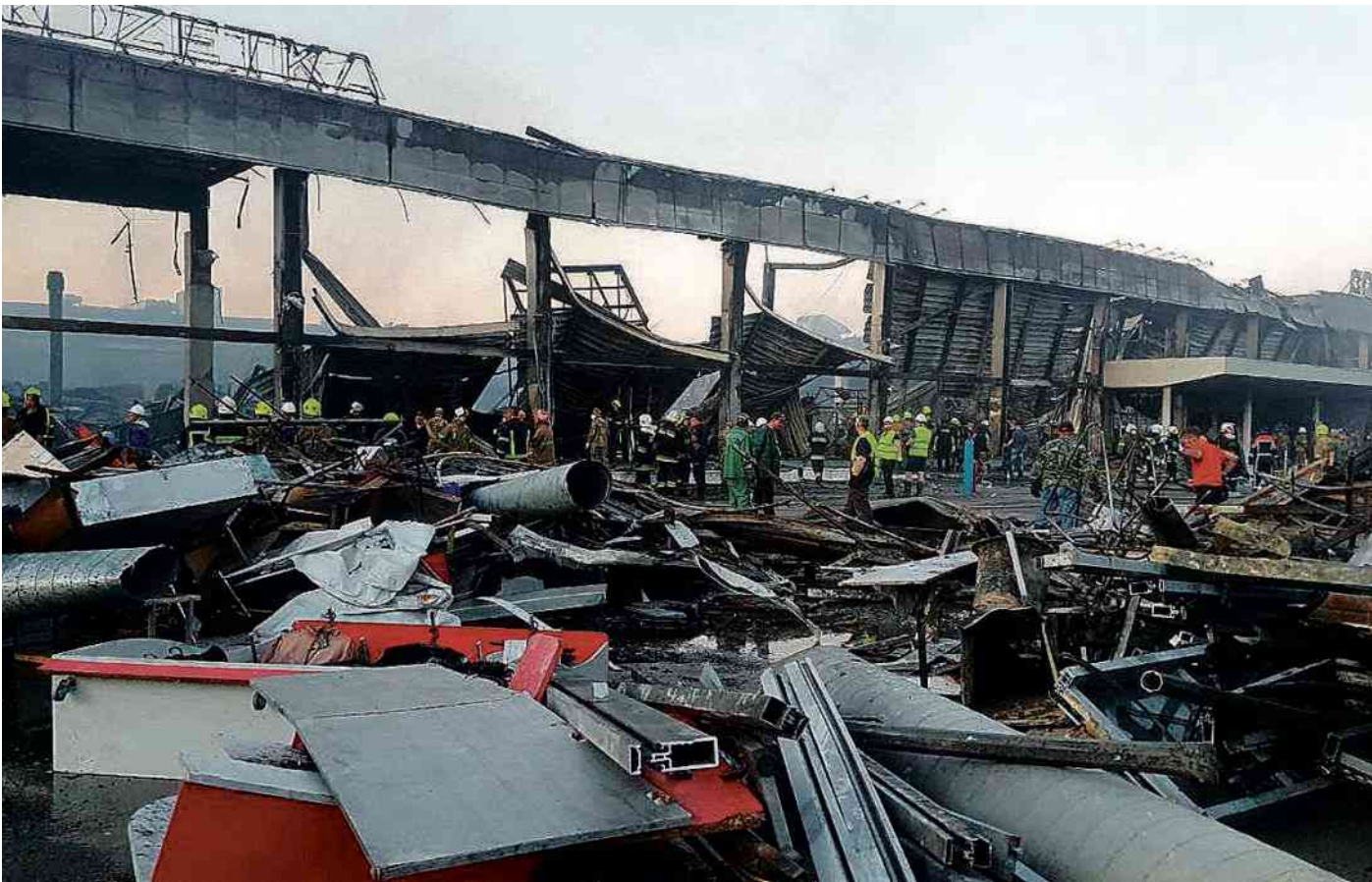
O presidente Jair Bolsonaro conversou por telefone com seu homólogo russo, Vladimir Putin, nesta segunda (27), informou o Kremlin. O diálogo entre os dois havia sido anunciado mais cedo pela agência estatal de notícias russa Tass. O objetivo, segundo a nota, era que eles conversassem sobre os resultados da cúpula de líderes do Brics, realizada de modo virtual na última semana. Bolsonaro e Putin teriam falado ainda sobre insegurança alimentar global —países do Ocidente culpam Moscou pelo agravamento da questão, algo que o Kremlin nega. Putin, de acordo com um comunicado do governo russo, assegurou que continuará fornecendo fertilizantes ao Brasil. O presidente brasileiro viajou à Rússia poucos dias antes do início da Guerra da Ucrânia, em uma agenda diplomática controversa que recebeu críticas, por exemplo, dos Estados Unidos.

G7 promete apoiar Ucrânia 'pelo tempo que for preciso'

SCHLOSS ELMAU (ALEMANHA) | Reuters e AFP Reunidos na Alemanha, os líderes do G7, o grupo das maiores economias do mundo, divulgaram nesta segunda (27) uma declaração reiterando o apoio à Ucrânia.

"[O G7] continuará a fornecer apoio financeiro, humanitário, militar e diplomático e permanecerá ao lado da Ucrânia pelo tempo que for preciso", diz trecho do documento.

Os chefes de EUA, Alemanha, França, Itália, Canadá, Reino Unido e Japão, além dos líderes da União Europeia, reforçaram as críticas à Rússia, que dizem ser responsável pela insegurança alimentar global e por escalar o "uso injustificável" de uma retórica nuclear.

O presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, fez uma participação virtual na reunião, sediada no estado alemão da Baviera. Ele pediu aos líderes que fizessem o máximo para encerrar o conflito antes do final deste ano.

Serviço Estatal de Emergência da Ucrânia/Reuters

ZELENSKI ACUSA RÚSSIA DE BOMBARDEAR SHOPPING LOTADO

O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, acusou a Rússia de bombardear um shopping lotado na cidade de Krementchuk nesta segunda-feira (27). Segundo Zelenski, havia mais de mil pessoas no local no momento do ataque. Ele não deu detalhes a respeito das possíveis vítimas, mas disse que "é inútil esperar decência e humanidade da Rússia". Serviços de emergência afirmaram que ao menos 16 pessoas foram mortas em decorrência do ataque e que 59 ficaram feridas. Krementchuk é uma cidade industrial com pouco mais de 200 mil habitantes e sedia a maior refinaria de petróleo da Ucrânia. A Rússia ainda não respondeu às acusações, mas desde o início da guerra nega que tenha alvos civis.

Equador reduz preços dos combustíveis, mas não aplaca atos

QUITO | REUTERS E AFP O presidente do Equador, Guillermo Lasso, reduziu o preço dos combustíveis, questão que detonou a onda de 15 dias de protestos no país e deixou ao menos sete mortos. Mas a decisão não arrefeceu os atos, que seguem com bloqueios em estradas, deixando a produção de petróleo em situação crítica.

"Esta decisão é insuficiente, é insensível", afirmou a poderosa Conaie (Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador), depois de Lasso anunciar, na noite de domingo (26), uma redução de US$ 0,10, levando o preço do diesel a US$ 1,80, e o da gasolina, a US$ 2,45. Os manifestantes, no entanto, exigem que o governo reduza os preços a US$ 1,50 para o galão de diesel e US$ 2,10 para o de gasolina comum.

A decisão do Executivo "não se solidariza com a situação de pobreza enfrentada por milhões de famílias", afirmou nesta segunda-feira (27) a Conaie, em comunicado assinado por seu líder, Leónidas Iza, acrescentando que "a luta não para (...) e que o protesto ainda está em vigor". Por outro lado, os grupos indígenas anunciaram nesta segunda que vão se encontrar com o governo para debater as demandas.

Lasso, no poder há um ano, está encurralado pelas manifestações e pela oposição, que discute sua possível destituição. Os bloqueios nas estradas e a apreensão de mais de mil poços deixaram o setor de petróleo, principal bem de exportação do Equador, em crise. Se as manifestações continuarem, o país pode parar de produzir o item nas próximas 48 horas, segundo o governo, que registrou perdas de US$ 500 milhões no setor estatal petrolífero e no privado de flores, laticínios, turismo e outros negócios.

Além da redução no preço dos combustíveis, o líder equatoriano também retirou medidas de segurança impostas para conter os protestos e anunciou a oferta de fertilizantes subsidiados e o perdão de dívidas. No Twitter, Lasso disse que as medidas anunciadas custarão, ao todo, US$ 600 milhões (R$ 3,1 bilhões).

> Esta decisão [de abaixar os preços dos combustíveis] é insuficiente, é insensível [e] não se solidariza com a situação de pobreza enfrentada por milhões de famílias
>
> **Leónidas Iza**
> líder da Conaie (Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador)

Em paralelo, o Congresso debateu, pelo segundo dia consecutivo, a possibilidade de destituir Lasso, que um setor da oposição considera responsável pela crise política que afeta o país desde 13 de junho, com atos e bloqueios quase diários. Após sete horas de deliberações no domingo, a sessão foi adiada para esta terça. Vinte deputados ainda pretendiam falar de um total de 84 inscritos para discursar.

A bancada do União pela Esperança, partido ligado ao ex-presidente socialista Rafael Correa, convocou o debate contra Lasso, que vê a pressão social como uma tentativa de golpe. Para que a destituição ocorra, são necessários 92 dos 137 votos possíveis no Congresso, no qual a oposição tem maioria, mas está fragmentada. Após a conclusão dos debates, os deputados terão até 72 horas para votar.

Quase 14 mil indígenas protestam em todo o Equador para exigir medidas que aliviem a pobreza em suas terras agrícolas, e quase 10 mil manifestantes saíram de suas cidades de origem para viajar até a capital.

Danny Moloshok/Reuters

Ronan Farrow
O jornalista nascido em Nova York publicou textos em jornais e revistas como Los Angeles Times, The New Yorker e Wall Street Journal. É autor de reportagens que revelaram os crimes sexuais do produtor Harvey Weinstein. É filho da atriz Mia Farrow e do cineasta Woody Allen.

Charlie Gross/Divulgação

Rachel Grady
Documentarista americana, é codiretora de produções como "Jesus Camp" (2006), indicado ao Oscar em 2007 na categoria Melhor Documentário, "Detropia" (2012), vencedor do Emmy em 2014 na categoria Notícias e Documentário, e "Os Meninos de Baraka" (2005).

Ronan Farrow e Rachel Grady

Temos que resistir à sedução teatral do jornalismo neutro

Produtor-executivo e diretora falam sobre o filme 'Endangered', que mostra repórteres sob ameaça em países democráticos

ENTREVISTA

Lúcia Guimarães

NOVA YORK "A imprensa americana precisa recuperar o tempo perdido sem confrontar o avanço autoritário", afirma Ronan Farrow, jornalista e um dos autores das reportagens que revelaram os crimes sexuais do produtor Harvey Weinstein. A cobertura rendeu um Pulitzer ao New York Times e à revista The New Yorker, em 2018.

O jornalista, filho de Mia Farrow e Woody Allen, é o produtor-executivo do documentário "Endangered" (ameaçados de extinção), que estreia nos EUA nesta terça (28) e no Brasil no dia 5 de julho. O filme tem direção das americanas Rachel Grady e Heidi Ewing, indicadas ao Oscar por "Jesus Camp" (2006).

Farrow e Grady falaram sobre o filme, que acompanha a rotina de quatro jornalistas de países democráticos enfrentando riscos. Um dos personagens é Patrícia Campos Mello, repórter da **Folha** e alvo de ataques da família Bolsonaro.

"Estamos numa situação em que não há dois lados, e temos que resistir à sedução teatral do jornalismo neutro. A imprensa foi reticente com Trump no começo, com medo de parecer partidária", diz Farrow.

> **Meu trabalho na New Yorker implica não ver o mundo com preconceito progressista, expor fatos em qualquer parte do espectro político. Mas tendências fascistas e radicais precisam ser expostas**
>
> **Ronan Farrow**

*

Como a ideia de filmar "Endangered" tomou forma?
RG O Ronan já estava envolvido com a HBO para produzir documentários e procurava projetos. Ele entrou em contato conosco e começamos a procurar juntos. Conversamos muito até chegar ao conceito que reúne verdade, liberdade de expressão e perigo físico.

O documentário acompanha um fotojornalista negro americano, um repórter britânico cobrindo Donald Trump até a invasão do Capitólio, uma jornalista brasileira cobrindo desinformação no governo Bolsonaro e a fotojornalista mexicana, a que mais corre riscos em protestos de mulheres —ela chega a ser presa e apanha da polícia. Jornalistas de democracias mais jovens são mais alertas para a repressão do Estado?
RG Concordo 100%. Os americanos, até pouco tempo, achavam que a liberdade de imprensa era um direito garantido. Como a própria Patrícia diz no filme, brasileiros têm memória de períodos de repressão.
Ronan Farrow Para todos nós nesta profissão, num país onde se espera respeito às leis, a perseguição costuma se limitar à intimidação legal ou espionagem, não é como na Rússia ou no Paquistão. Mas qualquer um que trabalha para revelar a verdade sabe que a situação pode se deteriorar. Tive experiências similares à da Patrícia e me senti mais forte conhecendo a história dela. [Farrow foi seguido por ex-espiões israelenses contratados por Harvey Weinstein e sofreu campanhas de difamação online.]

No processo para selecionar os personagens, perceberam como autocratas sexualizam os ataques às mulheres jornalistas, que trabalham sob este risco extra?
RF Sabemos que há misoginia sistêmica. Onde você trabalha e o quanto chega perto de fontes de intimidação parece ter esta constante, o sexismo está em toda parte.

Durante a produção, o possível risco de aparecer no filme foi um fator de preocupação?
RG Em qualquer documentário, sempre levamos em conta o impacto sobre os personagens que filmamos. Às vezes, a pessoa não percebe, no centro da ação, o nível de risco. No caso de "Endangered", estávamos lidando com gente muito inteligente. Todos tinham os olhos bem abertos e sabiam das repercussões potenciais. A Patrícia, por exemplo, não quer atenção. Ela é tímida e sabe que pode trabalhar melhor se ninguém a reconhecer. Mas ela também é dedicada aos temas de sua cobertura.

> **Os americanos, até pouco tempo, achavam que a liberdade de imprensa era um direito garantido. Como a própria Patrícia [Campos Mello] diz no filme, brasileiros têm memória de períodos de repressão**
>
> **Rachel Grady**

Redações nos EUA criaram "editorias de democracia" para cobrir política neste ano. É uma boa iniciativa?
RF Este movimento, que não conheço em detalhes, é correto. Estamos enfrentando uma situação em que não há dois lados, e todos nós temos que resistir a esta sedução teatral do jornalismo neutro. Meu trabalho na New Yorker implica não ver o mundo com preconceito progressista, expor fatos em qualquer parte do espectro político. Mas tendências fascistas e radicais precisam ser expostas. Donald Trump começou como um produto da mídia de Nova York e de uma rede de TV. A imprensa americana foi reticente no começo, com medo de parecer partidária. Ela precisa recuperar o tempo perdido.

O senhor foi funcionário do Departamento de Estado e escreveu sobre o desmonte recente da diplomacia americana em benefício do establishment militar —"atirar primeiro, fazer perguntas depois". Esta ausência diplomática, acelerada sob Trump, facilitou o avanço autocrático em países aliados dos EUA e contribuiu para erodir a liberdade de imprensa no mundo? O governo Biden tenta corrigir isto?
RF Quero ser cuidadoso para não conflagrar fenômenos diferentes, já que a política externa americana se realiza com alternância de partidos no poder. A expansão do complexo industrial militar é um fato. Hoje o governo faz um esforço —nem sempre bem-sucedido— para reverter isto. A resposta à militarização de democracias, à retórica anti-imprensa e à emergência de autoritários é mais jornalismo de qualidade.

China censura hashtag após jornal oficial falar em Covid zero por anos

SÃO PAULO Moradores de Pequim protestaram nesta segunda-feira (27) nas redes sociais chinesas contra a possibilidade de o regime comunista estender por anos as rígidas políticas de Covid zero, com confinamentos e testes em massa na população para sufocar as infecções pela doença —estratégia que foi abandonada na maior parte do mundo. As manifestações foram censuradas na rede pouco depois.

Os protestos começaram depois que o Beijing Daily, jornal oficial do Partido Comunista, publicou uma suposta declaração de Cai Qi, secretário local da legenda, segundo a qual, "nos próximos cinco anos Pequim compreenderá incessantemente a normalização da prevenção e o controle da epidemia".

A fala foi lida como um anúncio de que a Covid zero vai durar mais meia década, o que provocou raiva e confusão entre os moradores da cidade. A maioria dos comentaristas do site chinês Weibo não parecia surpresa com a perspectiva de mais cinco anos de confinamento, mas poucos apoiaram a ideia.

Depois que a ira se espalhou pela rede, o Beijing Daily removeu a citação aos "próximos cinco anos" tanto da reportagem quanto da transcrição da declaração de Cai Qi. Em rede social, Zhao Jingyun, chefe do jornal, justificou a retirada do trecho do ar pedindo desculpas e dizendo que o aposto havia sido incluído por um erro do repórter ao transcrever a fala. Na sequência, o Weibo também censurou a hashtag #nospróximoscincoanos, que estava entre os assuntos mais comentados.

Sob Xi Jinping, as autoridades têm mantido a política de Covid zero, apesar de o resto do mundo ter optado pela coexistência com a doença. Xi ordenou que oficiais em Pequim equilibrem a estrita vigilância da Covid com o crescimento econômico, já que as medidas de restrição incomodam os moradores.

Por outro lado, nesta segunda todos os estudantes do ensino fundamental e médio foram autorizados a ter aulas presenciais, após surtos pontuais fecharem escolas e escritórios ao longo das últimas semanas. Para voltarem às salas, professores, alunos e pais tiveram de se submeter a um exame do tipo PCR.

No sábado (25), a cidade de Xangai informou não ter registrado nenhuma nova infecção por Covid pela primeira vez desde março, quando eclodiu um surto ligado à variante ômicron na capital econômica do país, que decretou um lockdown rígido por dois meses. O confinamento foi suspenso parcialmente no início de junho, embora o retorno à normalidade tenha sido dificultado pelo restabelecimento das restrições em alguns distritos. Há duas semanas, milhões de pessoas foram novamente confinadas temporariamente, depois de o governo municipal lançar uma campanha de testes em massa.

Já Shenzhen, no sul do país, anunciou no final de semana que fechará por três dias mercados atacadistas, cinemas e ginásios de um distrito na fronteira com Hong Kong, após detectar novos casos de Covid.

Com Reuters e AFP

Novo presidente da Petrobras usará ESG como argumento para segurar preços

Ideia é defender que empresa precisa ter 'preocupação social' para não prejudicar sua imagem

Julia Chaib e Nicola Pamplona

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO Estagnado nas pesquisas, o presidente Jair Bolsonaro (PL) espera que Caio Mário Paes de Andrade, novo presidente da Petrobras, busque evitar reajuste nos preços dos combustíveis, sobretudo durante a campanha eleitoral.

Para isso, aliados de Paes de Andrade dizem que um dos argumentos que ele deve explorar é que a estatal precisa reforçar a parte social de sua pauta ESG (sigla em inglês para meio ambiente, sustentabilidade e governança).

A senha já foi dada na semana passada pelo ministro Adolfo Sachsida (Minas e Energia), durante audiência na Comissão de Minas e Energia da Câmara. Ele defendeu que as empresas devem "pensar na reputação da marca a longo prazo", não só a curto prazo.

"Os países do mundo ocidental dão muito valor à agenda ESG. Acho que também cabe à Petrobras valorizar essa agenda, porque é uma empresa que está listada em Bolsa."

Ele ainda disse que todas as empresas de petróleo do mundo têm minoritários e "todas estão levando prejuízo para preservar a marca", citando as que deixaram a Rússia por causa da Guerra da Ucrânia.

"É natural que a Petrobras também faça sacrifícios", afirmou Sachsida, antes de ressalvar que a decisão não era dele, mas "do presidente da Petrobras, do seu conselho e dos seus diretores".

Até então, Bolsonaro tem tentado, em vão, segurar os reajustes. Antes do anúncio do aumento mais recente, o dia 17, ensaiou publicar uma medida provisória com objetivo de ao menos atrasá-lo.

Ao ex-ministro Bento Albuquerque (ex-MME) foi delegada a missão de conversar com José Mauro Coelho, ex-presidente da Petrobras que havia sido seu indicado, e convencê-lo a aguardar a aprovação do projeto de lei que fixou um teto de 17% a 18% no ICMS sobre os combustíveis. José Mauro também ouviu o pedido em uma primeira reunião no Palácio do Planalto.

Após a aprovação do projeto, em 14 de junho, integrantes do governo solicitaram a Mauro que aguardasse efeitos práticos nas bombas. Em vão.

Na iminência do novo reajuste, uma ala do governo cogitou publicar uma medida provisória alterando trecho da Lei das Estatais para tenta retardá-lo. A ideia, porém, foi rechaçada em razão da resistência da equipe econômica, embora ainda haja quem insista nela.

Diretores dizem que segurar reajustes desrespeita normas e o próprio estatuto da Petrobras e que poderiam se tornam alvo de ações judiciais no Brasil e no exterior.

Para evitar a mudança nos preços com alguma segurança jurídica, dizem diretores da Petrobras ex-conselheiros, seria necessário alterar a Lei das Estatais, o estatuto interno da empresa, o que é visto como muito difícil, e outras três leis.

Por isso, a aposta é que Paes de Andrade vá ao menos tentar investir no discurso relacionado à agenda ESG para barrar mudanças em preços, num drible ao estatuto.

Integrantes do conselho dizem não ver sentido no argumento social e afirmam que o principal problema é que segurar os preços eleva o risco de desabastecimento de óleo diesel.

A Petrobras já avisou ao governo que o segundo semestre será pior. Os estoques de diesel estão baixos, o consumo na Europa aumenta, e a temporada de furacões e tornados pode prejudicar a produção.

Para respaldar o novo presidente, o governo também precisa trocar os diretores da empresa por um grupo mais alinhado ao Planalto, algo que depende de aval do conselho de administração da companhia, hoje ainda composto por executivos mais ligados aos mercados financeiro e de petróleo.

O governo teria que dobrar resistências do atual colegiado ou esperar a assembleia de acionistas que elegerá o novo conselho, ainda sem data marcada e com necessidade de um prazo mínimo de 30 dias entre convocação e realização.

Bolsonaro já tem uma lista de indicados para essa ocasião, formada majoritariamente por ocupantes de cargos públicos, incluindo o número 2 da Casa Civil, Jonathas Assunção.

Em tese, diretores da estatal também devem seguir a Lei das Estatais, que exige comprovação de experiência prévia e veda nomes ligados a partidos ou à administração pública.

Na sexta-feira (24), porém, o comitê responsável por analisar os currículos considerou que Paes de Andrade atende esses requisitos, mesmo sendo formado em comunicação social e tendo feito carreira em uma empresa de tecnologia.

Nesta segunda (27), o conselho da estatal confirmou a nomeação de Paes de Andrade (leia abaixo).

O ministro Paulo Guedes (Economia) e o presidente Jair Bolsonaro (PL) durante cerimônia no Palácio do Planalto, nesta segunda-feira (27) Gabriela Biló/Folhapress

Conselho confirma Paes de Andrade no comando na companhia; petroleiros recorrem à CVM

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O conselho de administração da Petrobras confirmou nesta segunda-feira (27) a nomeação de Caio Paes de Andrade para a presidência da companhia. Ele foi eleito também para integrar o colegiado, pré-condição para que passe a chefiar a estatal.

Com o resultado, Paes de Andrade está apto a tomar posse na empresa. Petroleiros, porém, ainda tentam barrar a nomeação e, nesta segunda, anunciaram denúncia à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) contra a aprovação do executivo.

A nomeação para presidente teve votos contrários de três conselheiros: Francisco Petros, Marcelo Mesquita e a representante dos empregados, Rosângela Buzanelli. Presidente do comitê que avalia os currículos dos indicados, Petros já havia votado pela rejeição do nome na sexta (24).

Na reunião de sexta, o conselheiro disse que o currículo de Paes de Andrade está "muito aquém das necessidades de governança e gestão da Petrobras". Assim como os sindicatos, Petros alega que Paes de Andrade não cumpre os requisitos estabelecidos pelo estatuto da companhia.

Baseado na Lei das Estatais, o estatuto exige formação acadêmica compatível e experiência de dez anos em empresas do mesmo setor ou de porte semelhante ao da Petrobras. Paes de Andrade é formado em comunicação social e fez carreira em uma empresa de tecnologia.

"A experiência mais constante no tempo e relevante do ponto de vista da formação de conhecimento gerencial do candidato foi realizado em empresas cuja complexidade é substancialmente menor que a da Petrobras", afirmou Petros, em seu voto.

Na reunião, a área de Recursos Humanos da Petrobras defendeu que a regra "é flexível e permite a interpretação de que, embora seja desejável que a experiência seja no negócio ou em área correlata, não é mandatório, sendo o critério atendido com a comprovação dos dez anos de experiência em liderança".

Caio Paes de Andrade, que foi aprovado pelo conselho para presidir a Petrobras Emiliano Capozoli - 14.jun.22/Apex

Com base nessa interpretação, os outros três membros do comitê, Luiz Henrique Caroli, Ana Silvia Matte e Tales Bronzato, disseram não ver vedações à nomeação de Paes de Andrade.

Pouco antes da reunião, sindicatos de petroleiros promoveram manifestação em frente a um dos edifícios usados pela estatal no centro do Rio de Janeiro. Eles veem a nomeação como parte de um esforço para privatizar a companhia.

Como parte da estratégia para vetar o executivo, a Anapetro (Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobras) a pedir à CVM investigação sobre possíveis irregularidades no processo de análise do nome.

"A ilegalidade da capacitação do sr. Caio de Andrade fere dois requisitos legais previstos na Lei das Estatais", diz a denúncia, feita pelo escritório Advocacia Garcez. "Esse fato poderá ensejar a realização de ações por meio de acionistas minoritários, gerar instabilidade e oscilação indesejada no mercado de capitais da companhia. Seriam estes elementos: experiência profissional e formação acadêmica."

Paes de Andrade será o quarto presidente da Petrobras no governo Jair Bolsonaro (PL) —sem considerar o presidente interino, Fernando Borges, que assumiu o cargo após a renúncia de José Mauro Coelho, na semana passada.

Randolfe pede no STF investigação contra Bolsonaro por interferir na estatal

O líder da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), ingressou com petição no Supremo para que seja aberto inquérito para investigar eventual interferência do presidente Jair Bolsonaro na estatal.

A petição também pede a busca, apreensão e perícia do celular que era usado pelo ex-presidente da Petrobras Roberto Castello Branco. Reportagem do portal Metrópoles mostrou troca de mensagem em um grupo de economistas em uma rede social, em particular entre Castello Branco com o ex-presidente do Banco do Brasil Rubem Novaes. O ex-presidente da Petrobras afirmou que o celular corporativo que foi devolvido à estatal continha mensagens e áudios que poderiam incriminar o presidente Jair Bolsonaro. Castello Branco, então, diz que devolveu o aparelho "intacto" para a estatal.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Horizonte

Monitoramento da Fiesp e do Ciesp sobre o cenário do crédito entre indústrias paulistas realizado na primeira quinzena de junho mostrou que um terço das empresas buscou instituições financeiras neste ano. Dentre elas, 70% foram atrás de capital de giro. Quase 45% também queriam antecipar recebíveis. A maioria avalia a taxa de juros como pior do que em 2021. Mais da metade diz ter encontrado faixa de juros mensal entre 1% e 2,5%. Um quarto delas falam em 2,5% a 5%.

APERTO Aproximadamente 60% das indústrias paulistas não veem mais possibilidade de buscar crédito ainda neste ano, segundo o levantamento.

CAIXA Quase 40% delas afirmam que a taxa de juros elevada desestimula. As incertezas no mercado nacional e no quadro político também aparecem como gargalo, aponta o monitoramento da Fiesp.

EM OBRAS O CNJ pediu cautela aos tribunais nos processos envolvendo o PPI (Programa de Parcerias de Investimentos). Segundo recomendação emitida pelo órgão, o objetivo é garantir a segurança jurídica e "evitar o abuso do direito de demandar que possa comprometer os projetos de infraestrutura qualificados pelo programa".

LUPA O conselho sugere que os magistrados adotem algumas cautelas antes de decidir qualquer tutela de urgência, entre elas, ouvir os órgãos da administração pública responsáveis pelo projeto.

URGENTE A recomendação aponta que é considerado excesso o ajuizamento de ações com aparente caráter de urgência infundada para questionar projetos, leilões ou contratos de infraestrutura em desenvolvimento.

BUZINA A disputa em torno da regulamentação no mercado de ônibus fretado vai ser levada a Brasília nesta terça (28). Representantes das empresas participam de reunião entre parlamentares da Comissão de Viação e Transporte com membros dos ministérios da Economia, Infraestrutura, Turismo, Casa Civil e da ANTT.

PONTO Sem regulamentação, startups de fretamento coletivo, como a Buser, e as viações tradicionais travam disputa no Judiciário. Marcelo Nunes, da Abrafrec (associação do setor), diz que as empresas pleiteiam abertura do mercado e que há analogia com a disputa entre os táxis e a Uber.

ASFALTO Já a Abrati, representante das companhias de ônibus, defende que é preciso tratar o fretado privado de forma diferente do transporte público rodoviário regular.

CHAPA Depois da repercussão do caso dos sanduíches sem picanha no McDonald's e sem costela no Burger King, o Conar recomendou a alteração nas campanhas das duas redes. Na prática, as publicidades já não estão mais sendo veiculadas, mas a formalização consolida o desfecho e serve de exemplo para futuros problemas semelhantes.

ESTÔMAGO Há pouco mais de um mês, as duas gigantes do fast-food se envolveram em polêmica sobre propaganda enganosa por causa da receita de seus sanduíches com aroma e confirmaram que os lanches não tinham as carnes a que faziam referência. Em suas defesas, as empresas afirmam que os anúncios deixavam claro que os produtos tinham apenas o aroma dos ingredientes na composição.

ARCO-ÍRIS O internauta do Brasil foi o que mais pesquisou a expressão "pink money" nos últimos 12 meses, segundo do levantamento do Google Trends. Na sequência aparecem Singapura e Portugal. O interesse pelo termo, que se refere ao poder de compra da comunidade LGBTQIA+, cresceu nove vezes na comparação dos últimos cinco anos com o período anterior.

TELA Entre os itens de compra relacionados ao termo LGBTQIA+, a bandeira foi a mais buscada nos últimos 12 meses. Em segundo lugar no ranking aparece a camisa do Vasco, um dos times que lançaram versões de seus uniformes em apoio à causa.

NA VITRINE O mercado de franquias tem atraído os famosos para impulsionar o setor. Nas últimas semanas, a atriz Flávia Alessandra e o apresentador Otaviano Costa viraram sócios da Royal Face, rede de clínicas de harmonização facial. O casal também passará a compor o conselho de marketing e estratégia da empresa, que tem 191 unidades no Brasil.

NO PALCO Neste mês, a atriz Deborah Secco também anunciou sua sociedade com a rede de lojas de brechó Peça Rara Brechó, que tem 45 unidades, entre próprias e franqueadas, em 15 estados.

com Paulo Ricardo Martins e Gilmara Santos

INDICADORES

JUROS
Jun., em % ao mês

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência junho

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.212,00	20%	R$ 242,40
Valor máx.	R$ 7.087,22	20%	R$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.jul

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.212	5%	R$ 60,60

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.212,00	7,5%
De R$ 1.212,01 até R$ 2.427,35	9%
De R$ 2.427,36 até R$ 3.641,03	12%
De R$ 3.641,04 até R$ 7.087,22	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20.jul. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

IMPOSTO DE RENDA

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	110,85
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7.jul. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

SP reduz ICMS de gasolina para 18% e espera queda de R$ 0,48 nas bombas

Diminuição também se aplica a etanol, energia elétrica, serviços de comunicação e querosene de aviação, de acordo com nova lei federal

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O governador Rodrigo Garcia (SP) anunciou nesta segunda-feira (27) a redução do ICMS sobre a gasolina de 25% para 18%.

Ele afirmou que a expectativa é uma queda de cerca de R$ 0,48 na bomba. Considerando o valor médio de R$ 6,97, o litro do combustível ficaria abaixo de R$ 6,50 com essa decisão, segundo o governador.

Documento publicado no Diário Oficial do estado desta segunda pela Secretaria de Fazenda diz que a redução se aplica também a etanol, querosene de aviação, energia elétrica e serviços de comunicação, considerando a data de quinta-feira (23).

A redução segue a nova legislação federal.

Garcia disse que o Procon-SP irá monitorar os preços em mais de mil postos no estado e divulgar os números para que o consumidor possa fiscalizar se houve redução. Garcia disse que o Procon-SP não pode multar os postos, apenas fazer essa divulgação de valores, uma vez que não há controle de preços no Brasil.

"Determinei ao Procon que a gente possa fazer a divulgação do preço médio da gasolina em todo o estado para que o consumidor de maneira livre e soberana saiba claramente aqueles postos de gasolina que estão aplicando essa redução de imposto. Não adianta a gente fazer esse esforço e a redução ficar na margem do posto de gasolina ou da distribuidora."

O impacto será de R$ 4,4 bilhões no caixa do estado (valor da perda de arrecadação em 12 meses) e será coberto neste ano pelo superávit de 2021.

O governador prevê dificuldades a partir de 2023, por isso, diz que vai continuar brigando por uma compensação federal para essa perda de arrecadação, que atinge estados e municípios, comprometendo investimentos em saúde e educação, por exemplo.

Ele destacou que os estados irão participar nesta terça (28) de audiência de conciliação com a União convocada pelo ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal). O ministro é relator de uma ação na qual a AGU (Advocacia-Geral da União) pede a suspensão de leis dos estados e do Distrito Federal que fixam alíquotas de ICMS sobre operações de combustíveis acima de 18%.

Garcia, que disputará a eleição deste ano para continuar no Palácio dos Bandeirantes, afirmou que o ICMS não é e nunca foi o vilão do preço do combustível e que não se deve "camuflar a realidade".

Segundo ele, há um problema na macroeconomia, um problema com os preços internacionais do petróleo e também na Petrobras, "que ganha muito e devolve pouco para a população deste país."

"O governo de São Paulo faz a sua parte com essa redução do ICMS de gasolina a partir de agora, e espero que o governo federal e a Petrobras tomem medidas para que a gente não venha mais a assistir a aumento de preços de gasolina e de combustível nas próximas semanas neste país. Esperamos agora que, com essa contribuição, a Petrobras faça a parte dela."

O secretário da Fazenda de São Paulo, Felipe Salto, afirmou que a redução da alíquota, publicada nesta segunda no Diário Oficial do estado, segue a determinação da lei complementar 194/2022, aprovada recentemente no Congresso e sancionada pela Presidência da República.

+ INFLAÇÃO DA GASOLINA FAZ IBGE BUSCAR MAIS DINHEIRO PARA CENSO

Com a alta dos preços de itens como gasolina e aluguel de veículos, o IBGE pretende buscar uma recomposição para o orçamento do Censo Demográfico 2022. O diretor de pesquisas do IBGE, Cimar Azeredo, disse nesta segunda-feira (27) que o órgão vai procurar o Ministério da Economia para tentar levantar recursos adicionais. O orçamento do Censo foi projetado em R$ 2,3 bilhões, mas a inflação de itens como o combustível vel força uma ampliação no valor, segundo Azeredo.

Goiás também anuncia diminuição na alíquota

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Após São Paulo, o governo de Goiás também anunciou redução nas alíquotas de ICMS sobre combustíveis, energia e telecomunicações para adequar o imposto ao teto estabelecido por lei sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro na quinta-feira (23).

Outros estados ainda esperam resultado de reunião prevista para esta terça (27) com o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes para tentar conciliação com o governo federal em processo em que a AGU (Advocacia Geral da União) pede implantação imediata da medida.

Em Goiás, o ICMS sobre a gasolina passa de 30% para 17%. A alíquota aplicada ao etanol cai de 25% para 17%. No caso do óleo diesel, além da redução de alíquota de 16% para 14%, o imposto será calculado sobre a média dos preços praticados nos últimos 60 meses, até 31 de dezembro deste ano.

Com isso, a gasolina deve ter um desconto aproximado de R$ 0,85 por litro no preço da gasolina, R$ 0,38 por litro no preço do etanol e R$ 0,14 por litro no preço do diesel. Na semana passada, os produtos tinham preço médio no estado de R$ 7,478, R$ 4,825 e R$ 7,562 respectivamente.

Relator avalia incluir auxílio a caminhoneiros de transportadoras na PEC dos Combustíveis

Thiago Resende, Idiana Tomazelli e Renato Machado

BRASÍLIA Parlamentares discutem ampliar o alcance do auxílio de R$ 1.000 a caminhoneiros e incluir também os profissionais que são vinculados a empresas transportadoras de cargas.

A medida é avaliada às vésperas da apresentação do parecer da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Combustíveis, que será divulgado nesta terça-feira (28) pelo relator, o senador Fernando Bezerra (MDB-PE).

Além do auxílio a caminhoneiros, a proposta deve prever um incremento de R$ 200 mensais às famílias do Auxílio Brasil e um aumento de 50% no valor do Auxílio Gás. Ambas as medidas valeriam até o fim deste ano.

Inicialmente, o benefício incluiria só os caminhoneiros autônomos, até o limite de 900 mil contemplados. O número considera a existência de 872,3 mil cadastros ativos nessa modalidade no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas. O gasto ficaria em até R$ 5,4 bilhões.

Caso haja a ampliação para caminhoneiros vinculados a empresas, o cadastro mantido pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) indica um público potencial de até 1,15 milhão. A equipe econômica, por sua vez, atua para tentar limitar o "valor do cheque", ou seja, o impacto para as contas públicas.

A PEC deve estipular que as regras para o pagamento do benefício serão regulamentadas posteriormente pelo Poder Executivo. Em uma das versões em análise, havia possibilidade de exigir vínculo com sindicato, associação ou cooperativa, além de comprovação de atividade como caminhoneiro nos últimos 12 meses.

A requisição do registro de profissional autônomo, porém, passou a ser rediscutida por limitar o alcance do benefício entre os caminhoneiros —grupo que compõe a base de eleitores do presidente Jair Bolsonaro (PL) e tem sido uma voz ativa contra a alta no preço dos combustíveis.

Outro ponto ainda em discussão pela equipe técnica é como propor a instituição do estado de emergência. Inicialmente, essa solução era pensada apenas para a criação do auxílio aos caminhoneiros, um benefício novo e que poderia infringir as vedações da lei eleitoral.

Há um debate, porém, sobre a necessidade de a ampliação nos valores do Auxílio Brasil e do Auxílio Gás também ficar sob o guarda-chuva desse dispositivo.

Nos bastidores, uma ala tem a avaliação de que a medida não é essencial, uma vez que os programas já estão em execução. Outro grupo, porém, entende que seria mais seguro se o estado de emergência cobrisse todos os aumentos de despesa.

Por isso, está em análise a necessidade de regulamentação específica para dar suporte jurídico ao estado de emergência, um mecanismo que hoje não existe na Constituição.

O estado de emergência foi a forma encontrada para que Bolsonaro consiga lançar um novo programa social às vésperas da eleição —o que é vedado pela lei eleitoral.

A lei eleitoral proíbe a implementação de novos benefícios no ano de realização das eleições, justamente para evitar o uso da máquina pública em favor de um dos candidatos. As únicas exceções são programas já em execução ou quando há calamidade pública ou estado de emergência.

O Auxílio Brasil e o Auxílio Gás são programas já em andamento, mas o vale para os caminhoneiros ainda não existe. Por isso, auxiliares do presidente temem que a medida represente violação da lei eleitoral e recomendam a blindagem via PEC.

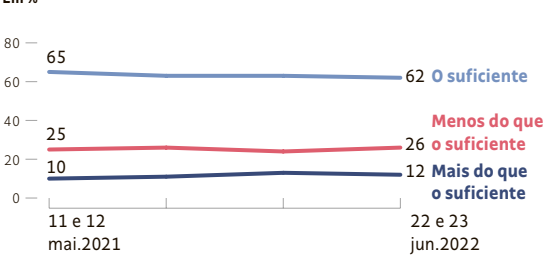
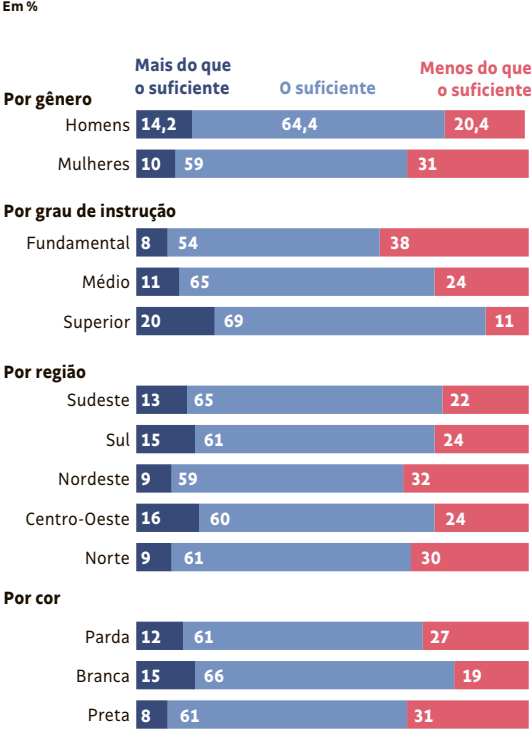
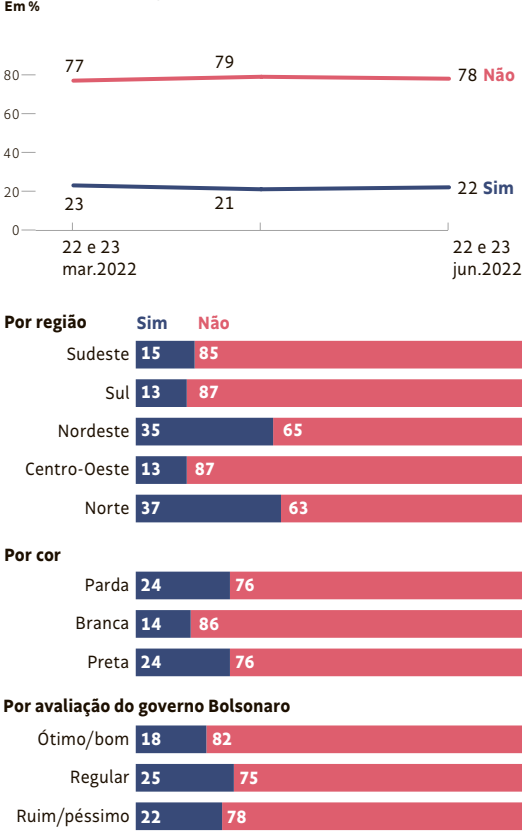
+ VALOR DE PACOTE CHEGA A R$ 34,8 BI

A PEC dos Combustíveis já passou por uma grande transformação na semana passada, antes mesmo de ser apreciada. Inicialmente, a proposta previa repasses de até R$ 29,6 bilhões para estados que optassem por zerar as alíquotas de tributos estaduais sobre os combustíveis. No entanto, o governo e as principais lideranças do Senado concordaram em mudar a estratégia e direcionar os recursos aos benefícios sociais. O montante destinado a esse pacote subiu a R$ 34,8 bilhões.

1 em cada 4 brasileiros diz que falta comida em casa

Do total dos entrevistados pelo Datafolha, 37% têm algum desempregado no lar

Comida na mesa

Nos últimos meses, a quantidade de comida para você e sua família foi:
Em %

Situação é mais sentida por mulheres, quem tem apenas até o ensino fundamental e moradores do Nordeste
Em %

Mais nordestinos, pretos e pardos dizem receber o Auxílio Brasil. Você ou alguém da sua casa recebe Auxílio Brasil?
Em %

Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.556 entrevistas presenciais em 181 municípios do país entre os dias 22 e 23 de junho de 2022. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos

Douglas Gavras

SÃO PAULO Mesmo com a leve desaceleração da inflação dos alimentos, a geladeira vazia continua a assombrar os lares brasileiros, e 1 em cada 4 diz que a quantidade de comida disponível em casa é inferior ao necessário para alimentar sua família.

Segundo pesquisa Datafolha feita na semana passada, para 26% dos entrevistados, a comida disponível nos últimos meses está abaixo do suficiente, enquanto 62% julgam ser suficiente e só 12% dizem acreditar ser mais que o suficiente.

A pesquisa foi feita nos dias 22 e 23 de junho. Foram realizadas 2.556 entrevistas em todo o Brasil, distribuídas em 181 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

O percentual dos que não têm o bastante para pôr no prato mantêm-se no mesmo patamar desde maio, oscilando dentro da margem de erro.

A persistência do dado contrasta com a desaceleração da inflação. A alta de preços medida pelo IPCA-15 subiu 0,69% em junho, sendo que o grupo alimentação e bebidas avançou 0,25%, após alta de 1,52% em maio. Em 12 meses, o acumulado é de 13,84%.

As famílias, no entanto, ainda não sentem esse movimento. Em 12 meses até maio, a inflação da cesta básica foi de 27%, segundo a PUCPR.

Além da alta de preços resistente, a volta do emprego com funções mais precarizadas e de baixa remuneração e o acúmulo de incertezas quanto ao ambiente político e econômico dos próximos meses têm feito do custo da comida um assunto central no dia a dia dos brasileiros.

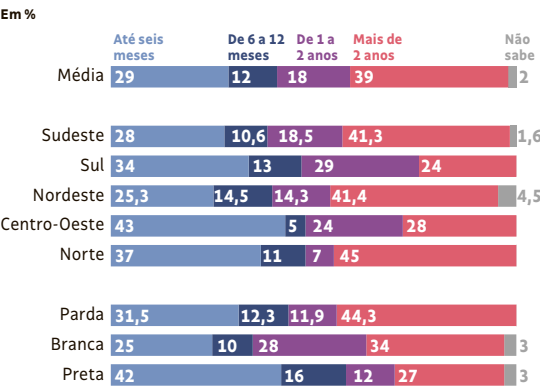
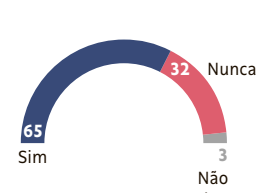
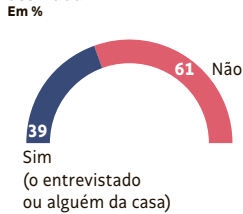
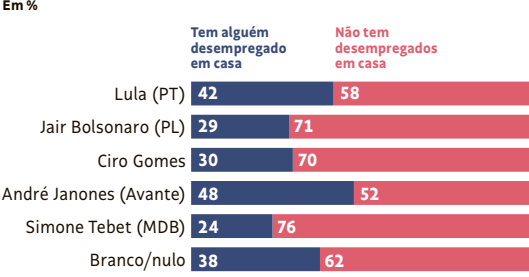
A sensação de insegurança alimentar afeta sobretudo as famílias mais pobres. Entre os que têm renda familiar de até dois salários mínimos (R$ 2.424), ela é de 38%.

Para os que recebem acima de dois e até cinco salários (R$ 6.060), o percentual é de 14%. Para quem recebe até dez salários mínimos (R$ 12.120), ela cai para 4%.

A quantidade insuficiente de comida também é uma realidade mais presente entre moradores do Nordeste (32%) e Norte (30%), mas não deixa de afetar quem vive no Centro-Oeste (24%), Sul (24%) e Sudeste (22%).

Entre os desempregados, 42% disseram que não tiveram o suficiente (eles eram 38% em março). Essa situação também afeta gravemente os que desistiram de buscar trabalho (39%), as donas de casa (38%) e os autônomos (27%).

Homem revira lixo em busca de alimento na região da baixada do Glicério, na capital paulista Karime Xavier - 18.nov.21/Folhapress

Há quanto tempo está desempregado?
Em %

Intenção de voto para presidente
Em %

Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 2.556 pessoas com 16 anos ou mais em 181 municípios nos dias 22 e 23 de junho. A margem de erro máxima é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%

Recentemente, outras pesquisas também ajudaram a detalhar a gravidade desse cenário. Em uma cidade como São Paulo, a renda dos 5% mais pobres não é suficiente para comprar dois pratos feitos ou um quilo de carne por mês.

Além disso, 33 milhões de pessoas passam fome no país, segundo apontou a segunda edição do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil —patamar semelhante ao que havia sido registrado há três décadas.

Apesar de os índices de desemprego mostrarem recuperação ante os piores momentos da pandemia, a qualidade dos empregos gerada e as incertezas quanto ao desempenho da economia nos próximos meses pesam no humor dos brasileiros.

A informalidade é uma situação crescente na saída do pior momento da pandemia. Dos brasileiros que trabalham e não têm carteira assinada, 65% já trabalharam com carteira, e 32% nunca trabalharam registrados.

Do total dos entrevistados, 37% têm algum desempregado em casa (incluindo o próprio entrevistado) e 49% dos que estão nessa situação têm renda familiar de até dois salários mínimos por mês.

Também preocupa o tempo em que muitos desses trabalhadores estão fora do mercado de trabalho. Dos entrevistados pelo Datafolha que estavam desempregados, 39% estavam nessa situação havia mais de dois anos, 29% há no máximo seis meses, 18% havia mais de um ano e menos de dois anos e 12% de 6 a 12 meses.

Nesse caso, as diferenças regionais pesam: o desemprego de mais de dois anos é um problema maior no Norte (45%), Nordeste (41%) e Sudeste (41%) na comparação com Sul (24%) e Centro-Oeste (28%).

Dos que avaliam o governo Jair Bolsonaro (PL) como ruim ou péssimo, 42% dizem estar desempregados há mais de dois anos, 29%, até seis meses, 18%, de um a dois anos, e 10%, entre seis meses e um ano.

Uma das vitrines do governo para tentar conquistar votos entre as famílias de menor renda e na região Nordeste, o programa Auxílio Brasil (que substituiu o Bolsa Família em novembro passado) atinge pouco mais de um quinto dos brasileiros.

Dos entrevistados pelo Datafolha, 22% diziam ter recebido o Auxílio Brasil em junho —um patamar semelhante ao que o instituto havia captado em maio (21%) e março (23%) passados.

PREÇO DE CARRO ELÉTRICO SOBE 22% EM UM ANO NOS EUA
Veículos da Tesla em showroom em Corte Madera, Califórnia; alta de custos com logística e componentes afeta indústria automobilística Justin Sullivan/Getty Images/AFP

Relatório afrouxa controle sobre criptoativos

Exigências mais brandas em projeto de lei que cria regras para o setor contrariam BC, que tenta fechar portas para fraudes

Julio Wiziack

BRASÍLIA O projeto de lei que pretende impor regras ao mercado de criptoativos corre o risco de ser esvaziado caso a versão apresentada pelo relator, deputado Expedito Netto (PSD-RO), seja aprovada pela Câmara nos próximos dias.

O parlamentar retirou dois pilares do projeto defendidos pelo Banco Central e que tinham sido aprovados pelo Senado na tentativa de barrar o uso das criptos para lavagem de dinheiro e fraudes, principalmente por meio de moedas como o bitcoin e o ethereum.

A **Folha** teve acesso à minuta do projeto de lei corrigido pela Subchefia de Análise Governamental, da Casa Civil, e ao relatório do deputado apresentado no dia 21 às lideranças.

Ambas as versões são similares. O parlamentar, no entanto, não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Como ainda não foi apresentada na Câmara para que seja distribuída antes da votação, a minuta do projeto de lei ainda pode sofrer alterações.

A primeira modificação se refere à flexibilização da exigência de separação entre os ativos da corretora e as aplicações dos clientes. Esse tipo de regra é comum no mercado financeiro e tem como objetivo garantir que, em casos de falência da empresa, seja possível transferir os recursos aplicados pelos clientes a outra corretora similar ou devolvê-lo para o investidor.

Para algumas empresas de criptos, no entanto, a regra aprovada pelo Senado tratava os ativos digitais como recursos financeiros, o que elas avaliavam como incorreto porque, nessa plataforma de negociação, o ativo não fica na corretora. Ela só serve de plataforma de compra e venda. Os títulos (códigos protegidos) ficam com os negociadores.

Já outras empresas, como a brasileira MercadoBitcoin, se posicionaram a favor dessa cláusula. A gigante Binance, maior corretora do mundo e que concentra mais da metade do mercado brasileiro, pediu mudanças na regra, considerada ampla demais.

Para ela, não seria possível considerar os ativos digitais como recursos a serem segregados, pois não ficam no caixa da empresa. Seria diferente da operação de uma corretora tradicional, que efetivamente lida com o dinheiro do cliente. Mesmo assim, não se opôs, segundo relatos de parlamentares.

Ao final, o relator do projeto de lei optou por descartar a obrigação de segregar os ativos digitais. Apesar disso, segundo empresas consultadas sob anonimato, o texto final ainda pode trazer surpresas.

Além disso, o deputado decidiu desobrigar as empresas a informar todo tipo de transação acima de R$ 10 mil ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), exigência feita no Senado para que esse setor opere com as mesmas regras do mercado financeiro tradicional.

Nesse caso, as empresas continuariam com a obrigação definida pela Receita Federal de informar apenas operações superiores a R$ 35 mil.

Ambas as medidas eram as mais aguardadas pelo BC, segundo pessoas que participam das discussões.

Além disso, o deputado acatou pedido de gigantes do setor para que, uma vez aprovada, a nova lei só entre em vigor após seis meses. A versão aprovada pelo Senado previa aplicação imediata.

Empresas de menor porte afirmam que esse prazo dará mais tempo ainda para que companhias, algumas alvo de investigações policiais, continuem operando sem regras.

No BC, houve revés de expectativas. A ideia era ter uma legislação rigorosa para criminalizar a prática de golpes e fraudes envolvendo criptoativos.

O banco começou a ouvir as empresas, como as gigantes estrangeiras Binance, Coinbase, Bitso, e a brasileira Mercado Bitcoin, há alguns meses, já contando com que as diretrizes da lei —previamente negociadas com as duas Casas— fossem mantidas.

Juntos, os recursos movimentados no país por essas corretoras de criptos já representam mais de "meia Bolsa", cerca de R$ 300 bilhões, segundo dados do BC de dezembro.

Nesse período, as operações de renda variável feitas na B3 (ações, fundos, BDRs e ETFs) totalizaram R$ 600 bilhões, segundo dados da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) reunidos pelo BC.

A quantia movimentada pelas aplicações digitais já representa 27% dos recursos hoje depositados na poupança.

O crescimento exponencial desse mercado nos últimos três anos, sem nenhum tipo de regulação e controle, disparou o temor do BC e da Receita para evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

Em julho de 2021, por exemplo, a Polícia Federal deflagrou a Operação Daemon, que mirou Cláudio José de Oliveira. Ele teria desviado R$ 1,5 bilhão de 7.000 clientes, segundo dados do Coaf e da PF.

Um mês depois, a Operação Kryptos avançou sobre o esquema de fraude com pirâmide capitaneado pelo empresário Glaidson Acácio dos Santos, conhecido como "faraó do bitcoin" e que acumulou mais de 67 mil clientes em quase cinco anos de operação.

BC dos BCs critica países que reduzem tributo para subsidiar combustíveis

Para BIS, governo brasileiro deveria reforçar programas sociais focalizados nos mais pobres

Fernando Canzian

SÃO PAULO O Bank for International Settlements, considerado o banco central dos bancos centrais, reprovou nesta segunda (27) a estratégia de países como o Brasil de tentar baixar impostos e subsidiar produtos como combustíveis para conter a inflação.

Para o presidente do BIS, o mexicano Agustín Carstens, esse tipo de medida acaba beneficiando muita gente que não precisa de subsídios, caso da gasolina. "O mais adequado seria reforçar programas [sociais] mais focalizados, para os que realmente precisam de ajuda", disse.

Para tentar contornar o impacto da inflação na campanha eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro (PL) avalizou o uso de quase R$ 35 bilhões em recursos públicos para subsidiar combustíveis. Mas seu governo mantém 700 mil famílias em situação de extrema pobreza (com renda mensal de até R$ 105 por pessoa) na fila de espera do Auxílio Brasil.

Outras 65,2 mil famílias em situação de pobreza, com renda mensal de R$ 105,01 a R$ 210 por pessoa, também estão habilitadas ao programa, mas ainda não tiveram o benefício concedido.

O BIS diz que o atual surto inflacionário global pode ser persistente e duradouro. Em seu relatório anual, o órgão afirma que transições para ambientes de alta inflação raramente acontecem, mas são muito difíceis de reverter.

O BIS diz que muitas economias já vivem isso e recomendou que os bancos centrais não tenham receio de infligir até recessões (via aumento das taxas de juro) para evitar um mundo persistentemente inflacionado.

Quando a **Folha**, em entrevista, lhe perguntou como conciliar aperto monetário e desaquecimento econômico com uma situação de aumento da pobreza e de fome como no Brasil, Carstens recomendou o reforço dos programas sociais.

Para o BIS, mais prejudicial para os pobres seria deixar que a inflação elevada persista, corroendo cotidianamente a renda, do que infligir perdas a curto prazo para controlar os preços —daí a necessidade de amortecer a situação com o reforço de programas sociais.

Carstens elogiou o fato de o Banco Central brasileiro ter iniciado antes do que muitos bancos centrais o aumento dos juros para conter a inflação; e admitiu que os principais organismos de controle financeiro internacionais erraram em considerar que os choques provocados pela pandemia seriam transitórios.

"O impulso das políticas monetárias [juros baixos] e fiscais [mais gastos] adotadas para evitar uma deflação [queda de preços; e possível recessão] passou a ser muito intenso e se mostrou equivocado."

Houve erro de avaliação também, segundo ele, em considerar que as interrupções nas cadeias produtivas seriam breves. "Achamos que os motores se apagariam e que ligá-los novamente seria fácil", disse, a respeito da retomada lenta, e com problemas, na produção global.

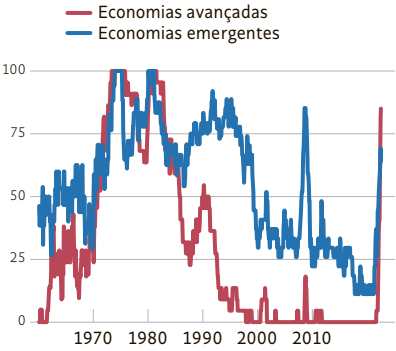
O BIS afirma que o mundo passa agora por um choque profundo e "inerentemente estagflacionário (inflação com baixo crescimento)" devido aos preços mais altos das commodities, gargalos na cadeia de suprimentos e escassez decorrentes da invasão da Ucrânia pela Rússia.

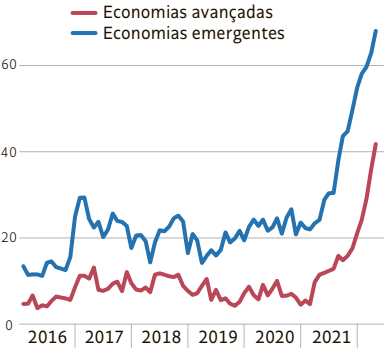
"Podemos estar chegando a um ponto de inflexão, além do qual uma psicologia inflacionária se espalha e se arraiga. Isso significaria uma grande mudança de paradigma."

Tal mudança encerraria uma era de preços gerais relativamente estáveis, com alguns produtos mais baratos e outros mais caros —num contexto em que os bancos centrais podiam ignorar aumentos temporários nos preços do petróleo ou do gás natural, por exemplo, porque a inflação em geral permanecia sob controle.

Inflação global

Total de países com inflação alta

Com taxas acima de 5% ao ano

Cestas de produtos com preços altos

Em %, com inflação acima de 5% ao ano

Fonte: BIS

> O mais adequado seria reforçar programas [sociais] mais focalizados, para os que realmente precisam de ajuda
>
> **Agustín Carstens**
> prfesidente do BIS Bank for International Settlements, considerado o banco central dos bancos centrais

EUA dizem que Rússia deu calote; Moscou nega

REUTERS A Rússia rejeitou nesta segunda-feira (27) as afirmações de que deu calote em sua dívida externa pela primeira vez em mais de um século, dizendo a investidores para procurar agentes financeiros ocidentais em busca do dinheiro que foi enviado mas que os detentores de títulos não receberam.

A Casa Branca afirmou nesta segunda-feira que a Rússia deu calote em seus títulos internacionais pela primeira vez desde a revolução bolchevique, uma vez que sanções abrangentes efetivamente excluíram o país do sistema financeiro global.

Até a semana passada, a Rússia continuava pagando seus eurobônus em moeda estrangeira de acordo com as condições previstas na emissão, mas transferências de cupons em dólares e euros feitas em maio, antes do vencimento de uma isenção dos Estados Unidos que permitia essas transações, não chegaram a investidores.

"As declarações de inadimplência são absolutamente injustificadas", disse o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, destacando o pagamento do cupom em moeda estrangeira de maio.

Nesta segunda-feira, o Ministério das Finanças disse que "as ações dos intermediários financeiros estrangeiros estão além do controle do Ministério das Finanças russo", pedindo aos detentores de títulos estrangeiros que falem diretamente com aqueles que detêm os pagamentos.

"O não recebimento de dinheiro pelos investidores não ocorreu devido à falta de pagamento, mas devido às ações de terceiros, o que não é explicitado diretamente como uma situação de inadimplência pela documentação da emissão", acrescentou o ministério.

Como uma isenção dos EUA expirou e a União Europeia sancionou o Depositário Nacional de Liquidação (NSD, na sigla em inglês) da Rússia, Moscou pagou em rublos na semana passada os próximos cupons a vencer em moeda estrangeira.

XP lança cursos grátis de graduação em tecnologia

Felipe Nunes

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO A Faculdade XP abriu nesta segunda-feira (27) o período de inscrição para o processo seletivo com 400 vagas em cursos graduação na área de tecnologia. São cinco opções de curso bacharelado e tecnólogo, sem cobrança de mensalidade.

As aulas serão virtuais, e não é preciso pagar taxa para participar do processo de seleção. O período de inscrição se encerra em 19 de julho. Para participar, o candidato precisa ter o ensino médio completo.

A iniciativa faz parte da XP Educação, uma divisão da empresa XP, e tem o objetivo de preparar os alunos para atender às necessidades do mercado de trabalho.

Assim como a abertura do prazo de inscrição, a criação da Faculdade XP foi anunciada nesta segunda (27) e contou com um aporte de mais de R$ 100 milhões.

Segundo a empresa, o primeiro edital conta com cinco cursos de graduação: sistemas de informação; ciência de dados; análise de desenvolvimento de sistemas; banco de dados; e defesa Cibernética.

Para concorrer, é preciso preencher uma ficha na plataforma da faculdade e enviar a imagem de um documento com foto. Os candidatos podem optar por participar do processo seletivo usando a nota do Enem, ou por meio de uma prova aplicada pela XP Educação.

Entre as vagas disponíveis, 25% serão destinadas a pessoas negras, e 25%, a mulheres.

A divulgação dos classificados está prevista para 16 de setembro.

"Nosso sonho grande é ser a referência em educação de alta qualidade no universo de tecnologia, inovação e negócios, criando um verdadeiro ecossistema educacional. Uma aceleradora de carreiras que entrega os profissionais já preparados para os desafios da nova economia digital", afirma Paulo de Tarso, CEO da XP Educação.

Comfrio Soluções Logísticas S.A

CNPJ/ME: 01.413.969/0001-57 - NIRE: 35300198743

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ação)

Balanços Patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	35.484	76.022	35.556	76.040
Contas a receber de clientes	26.117	18.077	32.612	19.359
Partes relacionadas	1.618	968	33.919	9.933
Tributos a recuperar	2.638	8.286	2.639	8.476
Instrumentos financeiros derivativos	9.132	-	9.132	-
Adiantamentos a terceiros	3.066	1.686	4.192	2.155
Despesas antecipadas	4.700	5.566	4.794	5.654
Outros ativos	2.060	2.529	2.060	2.529
	84.815	113.134	124.904	124.146
Não circulante				
Tributos a recuperar	6.389	247	6.389	247
Partes relacionadas	116.605	80.042	90.806	66.316
Depósitos judiciais	1.605	1.480	1.845	1.559
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	14.122	-	14.575
Imobilizado	60.442	56.186	62.273	58.649
Imobilizado - direito de uso	58.738	59.903	58.738	59.903
Intangível	19.145	21.932	31.814	32.770
	262.924	233.912	251.865	234.019
Total do ativo	347.739	347.046	376.769	358.165

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	19.252	14.474	33.839	20.882
Adiantamento de clientes	585	-	585	-
Empréstimos e financiamentos	24.248	33.186	33.892	41.306
Passivo de arrendamento mercantil	8.988	18.528	8.988	18.528
Debêntures	29.638	11.519	29.638	11.519
Impostos e contribuições sociais a recolher	6.343	3.432	9.423	4.348
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	2.308	2.461	12.135	11.381
Impostos parcelados	2.155	1.821	3.994	3.383
Partes relacionadas	32.184	21.873	7.473	2.160
Provisão para passivo a descoberto em controladas	6.912	3.547	-	-
	132.613	110.841	139.967	113.507
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	22.778	33.508	37.079	34.194
Passivo de arrendamento mercantil	61.696	60.896	61.696	60.896
Debêntures	151.615	117.204	151.615	117.204
Partes relacionadas	-	1.089	-	1.089
Impostos parcelados	5.093	5.217	10.142	10.142
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.488	-	9.160	-
Provisão para riscos	11.957	9.610	14.611	12.452
	262.627	227.524	284.303	235.977
Patrimônio líquido				
Capital social	43.994	43.994	43.994	43.994
Pagamentos baseados em ações	933	933	933	933
Ações em tesouraria	(2.837)	(2.837)	(2.837)	(2.837)
Ajustes de avaliação patrimonial	801	1.396	801	1.396
Prejuízos acumulados	(90.392)	(34.805)	(90.392)	(34.805)
	(47.501)	8.681	(47.501)	8.681
Total do passivo e patrimônio líquido	347.739	347.046	376.769	358.165

Demonstrações dos Resultados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	140.575	135.884	192.593	157.204
Custos dos serviços prestados	(126.512)	(117.858)	(176.412)	(151.714)
Lucro bruto	14.063	18.026	16.181	5.490
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais	(1.032)	(1.968)	(2.744)	(3.604)
Despesas administrativas e gerais	(5.217)	(5.279)	(23.427)	(20.100)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.993)	(10.365)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.775)	874	16.750	24.290
	(13.017)	(16.738)	(9.421)	586
Lucro operacional	1.046	1.288	6.760	6.076
Receitas financeiras	17.769	3.407	17.255	3.478
Despesas financeiras	(51.387)	(31.019)	(56.587)	(33.419)
Resultado financeiro	(33.618)	(27.612)	(39.332)	(29.941)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(32.572)	(26.324)	(32.572)	(23.865)
Imposto de renda e contribuição social Diferidos	(23.610)	8.363	(23.610)	5.904
Prejuízo do exercício	(56.182)	(17.961)	(56.182)	(17.961)
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária do capital social R$	(2,60)	(0,77)	(2,60)	(0,77)

Diretora

SIDNEY CATANIA - CPF/ME 085.086.528-01
LUIZ CARLOS HELLER DE PAULI - CPF/ME 038.592.139-03
JOSÉ ROGÉRIO DE SOUZA - CPF/ME 519.959.309-97
FLAVIO ROBERTO MARTINS MARTIL - CPF/ME 820.943.140-49

Contador

PABLO PFLEGER - CRC/PR 073.895/O-2

JFLOG Participações S.A.

CNPJ/MF nº 15.666.943/0001-25

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ação)

Balanços patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	-	1	38.068	76.553
Contas a receber de clientes	-	-	43.143	22.454
Estoques	-	-	7.228	2.276
Tributos a recuperar	-	-	6.823	9.676
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	9.132	-
Adiantamentos a terceiros	-	5	4.192	2.160
Partes relacionadas	-	-	25.385	881
Despesas antecipadas	-	-	4.794	5.654
Outros ativos	-	-	2.204	2.667
	-	6	140.969	122.321
Não circulante				
Tributos a recuperar	-	-	9.378	247
Partes relacionadas	37.972	18.026	41.021	36.969
Depósitos judiciais	-	-	1.845	1.559
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	8.381
Investimentos	-	8.629	-	-
Propriedades para investimento	-	-	40.288	36.925
Imobilizado	-	-	62.299	58.679
Imobilizado - direito de uso	-	-	90.960	91.022
Intangível	-	-	31.824	32.787
	37.972	26.655	277.615	266.569
Total do ativo	37.972	26.661	418.584	388.890

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	1	2	45.442	25.359
Adiantamento de clientes	-	-	585	-
Partes relacionadas	39.965	19.825	819	1.238
Empréstimos e financiamentos	-	-	35.824	41.551
Passivo de arrendamento mercantil	-	-	12.649	26.853
Debêntures	-	-	29.638	11.519
Impostos e contribuições sociais a recolher	35	2	10.403	4.578
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	-	12.135	11.381
Impostos parcelados	-	-	4.253	3.669
Provisão para passivo a descoberto em controladas	59.196	14.069	-	-
	99.197	33.898	151.748	126.148
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	38.222	34.194
Passivo de arrendamento mercantil	-	-	96.724	94.156
Debêntures	-	-	151.615	117.204
Partes relacionadas	-	-	-	1.089
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	16.497	-
Provisão para riscos	2.070	938	16.819	13.430
Impostos parcelados	-	-	10.534	10.792
	2.070	938	330.411	270.865
Patrimônio líquido				
Capital social	55.549	55.549	55.549	55.549
Ações em tesouraria	(2.656)	(2.656)	(2.656)	(2.656)
Reserva de capital - ágio na subscrição de ações	18.049	18.049	18.049	18.049
Pagamentos baseados em ações	927	927	927	927
Ajustes de avaliação patrimonial	10.464	10.464	10.464	10.464
Prejuízos acumulados	(145.628)	(90.508)	(145.628)	(90.508)
	(63.295)	(8.175)	(63.295)	(8.175)
Participações dos acionistas não controladores	-	-	(280)	52
	(63.295)	(8.175)	(63.575)	(8.123)
Total do passivo e patrimônio líquido	37.972	26.661	418.584	388.890

Demonstrações dos resultados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Receita operacional líquida	-	-	255.838	193.689
Custo dos serviços prestados e das mercadorias revendidas	-	-	(233.866)	(183.835)
Lucro bruto	-	-	21.972	9.854
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais	-	-	(2.744)	(3.604)
Despesas administrativas e gerais	(21)	(10)	(23.801)	(20.093)
Resultado de equivalência patrimonial	(53.756)	(26.096)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	(5)	2	23.046	25.460
	(53.782)	(26.104)	(3.499)	1.763
Lucro (prejuízo) operacional	(53.782)	(26.104)	18.473	11.617
Receitas financeiras	1.425	521	14.903	5.350
Despesas financeiras	(2.763)	(807)	(63.552)	(47.802)
Resultado financeiro	(1.338)	(286)	(48.649)	(42.452)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(55.120)	(26.390)	(30.176)	(30.835)
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	-	-	(523)	-
Diferidos	-	(175)	(24.753)	4.163
Prejuízo do exercício	(55.120)	(26.565)	(55.452)	(26.672)
Atribuído a				
Participação dos acionistas da controladora	(55.120)	(26.565)	(55.120)	(26.565)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(332)	(107)
	(55.120)	(26.565)	(55.452)	(26.672)
Prejuízo básico e diluído por ação	(1,64)	(0,79)		

As demonstrações financeiras completas, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição na sede da Empresa.

Diretores

Sidney Catania - CPF/ME 085.086.528-01
Luiz Carlos Heller De Pauli - CPF/ME 038.592.139-03
José Rogério de Souza - CPF/ME 519.959.309-97
Flavio Roberto Martins Martil - CPF/ME 820.943.140-49

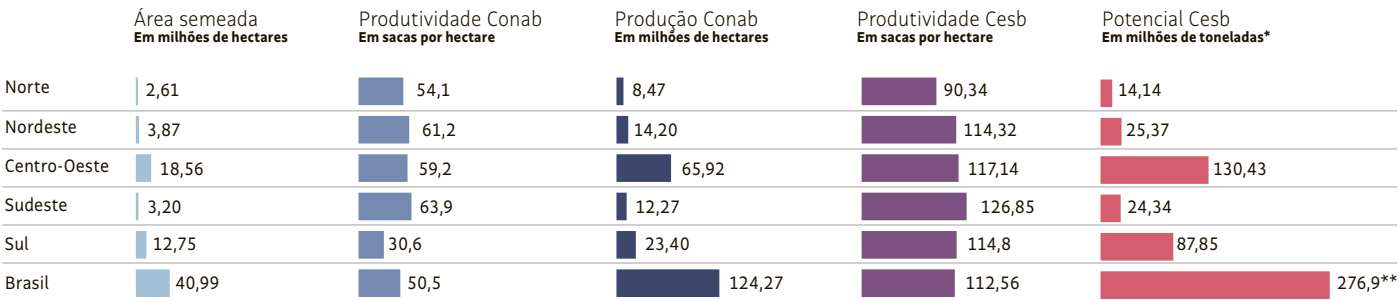
Contador

Pablo Pfleger - CRC/PR 073.895/O-2

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon
mauro.zafalon@uol.com.br

Vácuo entre potencial e produção de soja

Dados referentes à safra 2021/22

*Consideram-se a área total semeada, por região, e a produtividade máxima conseguida pelos campeões de produtividade, também por região. **Média ponderada. Fontes: Conab e Cesb

Produção e produtividade na soja ainda estão longe do potencial

Se os produtores estivessem utilizando melhor o conhecimento sobre as culturas que semeiam e aderindo a boas práticas e inovação, a produção brasileira de grãos estaria em um patamar bem mais alto.

É o que mostram números de entidades voltadas à busca de maiores produtividades nas lavouras, com base em transferências de tecnologias e sustentabilidade na produção.

Tomando como base o rendimento de produtividade dos maiores produtores de soja das cinco regiões, a produção nacional, na área atual de 41 milhões de hectares, poderia atingir 277 milhões de toneladas.

As previsões iniciais para a safra 2021/22 indicavam 145 milhões, volume não atingido devido à adversidade climática ocorrida no período.

Essa constatação de boa produtividade vem de um desafio do Cesb (Comitê Estratégico Soja Brasil), que incentiva produtores a retirar o máximo possível de suas lavouras.

Neste ano, o campeão nacional, um produtor paulista, obteve 126,85 sacas de soja por hectare no plantio sequeiro.

Na cultura do milho, um outro grupo, o Getap (Grupo Tático para Aumento de Produtividade), também lança anualmente um desafio para que produtores elevem a produtividade do cereal no país.

Na safra de verão 2021/22, na média, os produtores que participaram desse desafio obtiveram 236 sacas por hectare. Esse volume é bem superior às 91 sacas da média do país para esse período, segundo a Conab.

Dentro desse padrão de produtividade, a produção de verão de milho poderia ter atingido 64 milhões de toneladas. Prejudicada pelo clima, ficou em apenas 24,8 milhões.

Essas altas produtividades de soja e de milho são conseguidas em condições bastante especiais. Os produtores escolhem áreas pequenas e se dedicam ao máximo para a obtenção de bons volumes.

Projetar o resultado dessa produção feita em condições bastante especiais para o país como um todo é um mero jogo de números.

O resultado desses desafios mostra, porém, que os produtores que participam desses programas aumentam a produtividade média de suas propriedades ano a ano.

Na safra 2008/09, ano em que o Cesb iniciou esse desafio, as áreas auditadas obtiveram uma média de 65,2 sacas, enquanto a produtividade nacional foi de 48,8 sacas, segundo a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

Na safra deste ano, as áreas auditadas pelo Cesb apresentaram uma média de 82 sacas por hectare, 26% a mais do que em 2008/09. A média nacional subiu apenas 2,5%, para 50 sacas no período.

A experiência obtida com as pequenas áreas é transferida para a área comercial. Neste ano, a produtividade ponderada dos produtores líderes no plantio de soja sequeiro (sem irrigação) atingiu 112,56 sacas nas pequenas áreas do desafio.

Esses mesmos produtores já conseguem uma produção média ponderada de 78,93 sacas por hectare nas áreas comerciais de suas propriedades, diz Veranice Borges, coordenadora técnica do Cesb. Essa produtividade ocorre tanto em pequenas quanto em grandes propriedades, afirma ela.

Aplicada essa média para a área total semeada no país, a produção de soja já estaria em 194 milhões de toneladas.

Leonardo Sologuren, presidente do Cesb, diz que esse desafio foi lançado porque o setor queria entender o porquê de a produtividade de soja estar estagnada. “Era um desafio para os próprios produtores desafiar a eles mesmos.”

Para Nilson Caldas, diretor de marketing, a obtenção de uma alta produtividade é uma estratégia de longo prazo. Esse desafio é importante porque ajuda os produtores a repassar essas técnicas entre eles.

Esse trabalho de longo prazo é uma construção, que inclui descompactação do solo, melhoria biológica, velocidade no plantio, além de manejo. “É uma série de fatores que levam a essa alta produtividade.”

Para o agricultor paulista Matheus Leonel Nunes, o campeão nacional de produtividade, a agricultura é um processo, no qual sempre devem ser usados bons produtos.

Em um período em que o clima afeta cada vez mais as lavouras e os custos sobem acentuadamente, a eficiência na produção é fundamental. O líder em produtividade no Centro-Oeste teve uma eficiência climática de 68%, mas conseguiu uma eficiência agrícola de 92% no período. Com isso, para cada R$ 1 investido, obteve R$ 3,9 de retorno.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1006852-04.2021.8.26.0126. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível,do Foro de Caraguatatuba,Estado de São Paulo,Dr(a).GILBERTO ALABY SOUBIHE FILHO,na forma da Lei,etc.FAZ SABER Edital de Aviso de Apresentação do Plano de Recuperação Judicial(art.53, parágrafo único da Lei n. 11.101/2005), com prazo de 30 dias para objeções ao Plano (art.55, caput, da Lei n. 11.101/2005), expedido nos autos da Recuperação Judicial de MASSAGUAÇU S/A E BELOMAR INCORPORADORA E IMOBILIÁRIA LTDA,Processo nº.1006852- 04.2021.8.26.0126.O Excelentíssimo Senhor Doutor Gilberto Alaby Soubihe Filho, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro de Caraguatatuba/SP do Estado de São Paulo, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento e interessar possa que MASSAGUAÇU S/A E BELOMAR INCORPORADORA E IMOBILIÁRIA LTDA, apresentaram o PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL que se encontra juntado aos autos às fls. 1598-1933 do processo digital, sendo fixado o prazo de 30 dias, a partir da publicação deste para a apresentação de eventuais objeções nos termos do “caput” do art. 55 da Lei 11.101/2005. O Plano de Recuperação Judicial pode ser obtido mediante solicitação à Administradora Judicial EXPERTISEMAIS SERVIÇOS CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVOS pelo e-mail massaguacu.belomarcaragua2cv@gmail. com ou mediante consulta do processo digital. E, para que produza seus efeitos de direito, será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Caraguatatuba, aos 08 de junho de 2022.

MUNICÍPIO DE INÚBIA PAULISTA/SP

Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico nº 14/2022 – Processo nº 61/2022
Sistema de Registro de Preço: 06/2022

A Prefeitura Municipal de Inúbia Paulista, informa que se acha aberta a licitação do Tipo Pregão Eletrônico, tendo por objeto a obtenção da melhor proposta para **AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL – ENTREGA PARCELADA**. O inicio da disputa será no dia 08 de Julho de 2022 as 14h00min horas. O edital completo contendo todas as informações encontra-se afixado no Mural do Paço Municipal na Av. Campos Sales, nº 113, Centro, Inúbia Paulista – SP, site da Prefeitura Municipal: www.inubiapaulista.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do fone 041 – 3097-4600, site: www.bll.org.br, contato@bll.or.br. Inúbia Paulista, em 27 de junho 2022. João Soares dos Santos – Prefeito Municipal.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

TOMADA DE PREÇO Nº 02/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12377/2021
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Na qualidade de SECRETÁRIO DE SAÚDE, devidamente autorizado, conforme disposto no art. 2º do Decreto nº 08/2001, nos termos do inciso VI, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, HOMOLOGO e ADJUDICO o objeto da presente licitação, a contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de construção do Centro Integrado de Saúde da Mulher (CISM) , localizado a rua Oceania s/n, no Jardim Celani - Salto/SP, com o fornecimento de todo material, mão de obra e equipamentos necessários, a cargo da Secretaria de Saúde, de acordo com o Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentaria e os Projetos anexos ao edital à empresa **Galli Instalações e Serviços Eireli**, no valor global da contratação de R$ 1.527.273,16 (um milhão, quinhentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e três reais e dezesseis centavos)

Salto/SP, 27 de junho de 2022.
Marcio Conrado - Secretário de Saúde

IMÓVEIS LOCALIZADOS EM GOIÁS • MATO GROSSO • MINAS GERAIS • PARÁ • PERNAMBUCO • RIO DE JANEIRO • RIO GRANDE DO NORTE • RIO GRANDE DO SUL • SÃO PAULO • TOCANTINS

À VISTA 10% DE DESCONTO | APARTAMENTOS • CASAS • TERRENOS • SALAS COMERCIAIS

LOTE 21 - APARTAMENTO DUPLEX N°142
SÃO PAULO/SP - VILA SUZANA
Rua Doutor José de Andrade Figueira, (14° e 15° andares ou 17° e 18° pavimentos. 13° Subdistrito - Butantã). Edifício Morumbi Heights, com direito ao uso de 04 vagas no subsolo. Áreas totais: priv.: 298,93m² e área total: 562,408m². Matr. 120.884 do 18° RI Local.
Lance Mínimo: R$ 665.000,00
Mínimo à vista: R$ 598.500,00

LOTE 22 - TERRENO
BRAGANÇA PAULISTA/SP
JARDIM SÃO MIGUEL
Rua João de Moura Filho, s/n°, (lote n° 05 da quadra n° 29). Áreas totais: ter.: 2.736,33m². Matr. 39.889 do RI Local.
Lance Mínimo: R$ 321.000,00
Mínimo à vista: R$ 288.900,00

LOTE 23 - CASA
SÃO PAULO/SP - JARDIM GUEDALA
Rua Olegário Mariano, n° 760, (lote n° 24, da quadra n° 27). Áreas totais: ter.: 740,00m² e constr.: 458,07m² (estimada no local 670,00m²). Matr. 3.277 do 18° RI Local.
Lance Mínimo: R$ 1.248.000,00
Mínimo à vista: R$ 1.123.200,00

LOTE 28 - CASA
COTIA/SP - TIJUCO PRETO
Estrada do Espigão, nº 1688, (sobrado n° 06. Tipo A). Condomínio Residencial Villaggio Di Lucca. Áreas totais: ter.: 307,9731m² e constr.: 219,1500m². Matr. 76.801 do RI Local.
Lance Mínimo: R$ 321.000,00
Mínimo à vista: R$ 288.900,00

Comissão do leiloeiro: o arrematante pagará ao leiloeiro 5% sobre o valor da arrematação. O edital completo (descrição dos imóveis, condições de venda e pagamento) encontra-se registrado no 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo nº 5.425.892 em 14/06/2022 e 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco nº 226.345 em 21/06/2022. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 - BANCO.BRADESCO/LEILOES
www.ZUKERMAN.com.br

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2885/2022

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de pessoa jurídica especializada para serviço de iluminação pública na Av. Casper Líbero, no Bairro Santa Cruz, Salto/SP, com o fornecimento de todo material, mão de obra e equipamentos necessários, a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, de acordo com o Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentaria e os Projetos anexos ao edital. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 13 de julho de 2022. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 29/06/2022 até as 08h30min do dia 13/07/2022. Abertura de Propostas Iniciais: 13/07/2022 às 08h35min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 13/07/2022 às 09hs.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br.

Estância Turística de Salto, 27 de junho de 2022.
Wanderley Rigolin - Secretário de Desenvolvimento - Econômico, Trabalho e Turismo

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2022
PROCESSO Nº 2.321/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para construção de escola municipal em Boiçucanga. Comunica aos interessados que fica marcada para dia 30/06/2022 às 11:00 hs, na sala de reuniões da secretaria de obras, sito a av gda mor lobo viana, 427 bl. c sl 01- centro, a abertura do envelope nº2 proposta. São Sebastião, 27 de junho de 2022.- Marta Regina de Oliveira Brás – Secretária da Educação

---

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL
TOMADA DE PREÇO Nº 06/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2598/2022

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de revitalização de pavimentação asfáltico na rua Japão, Jd. Das Nações, no município de Salto/SP, com o fornecimento de todo material, mão de obra e equipamentos necessários, de acordo com o Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentaria e os Projetos anexos ao edital, a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo. Entrega dos envelopes: **Habilitação e Proposta Comercial** – até as **09horas do dia 14 de julho de 2022**, no setor de licitação – Secretaria de Administração, 1º andar, da Prefeitura, sendo que a abertura ocorrerá a **partir das 09h15min**, no mesmo dia, na sala de licitação, em sessão pública. O Edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão no site da Prefeitura: www.salto.sp.gov.br. - Licitação. Para retirada no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, 1º andar, situada na Prefeitura Municipal de Salto, na Avenida Tranquilo Giannini, nº 861, Distrito Industrial Santos Dumont, nos dias úteis, das 08hs às 16h30min, devendo a interessada comparecer munida de CD regravável, pen-drive ou outra mídia para gravação do arquivo do Edital e anexos. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br

Estância Turística de Salto, 27 de junho de 2022.
Wanderley Rigolin - Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA/SP

EDITAL DE ABERTURA DO PE Nº 110/2022 – PROC. 29594/2022 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PACIENTES PARA AS LINHAS: SOROCABA E MULTIRÃO – NOS TERMOS DO ART. 48, III DA LC N° 123/2006, COM AS ALTERAÇÕES DA LC 147/14. ENDEREÇO ELETRÔNICO: http://comprasbr.com.br DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 29.06.2022, DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 12/07/2022 às 09:30hs. O edital completo fica disponível aos interessados no site www.itapetininga.sp.gov.br/licitacao no ícone Pregão Eletrônico e na plataforma a partir do dia 29.06.2022. Itapetininga, 27.06.2022. SOLANGE D. DE BARROS OLIVEIRA – SEC. MUN. DE SAÚDE.

EDITAL DE REABERTURA DE TOMADA DE PREÇO Nº 17/2022 - PROCESSO N.º 23537/2022 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO DE UND. DE SAÚDE NO BAIRRO PINHEIROS II, NOS TERMOS DA PLANILHA ORÇAMENTARIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAIS DESCRITIVOS E PROJETOS, ATRAVÉS DE RECURSO ADVINDO DE CONVÊNIO ESTADUAL Nº 100142/2022. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL. Os envelopes “Nº 01 - Proposta e Nº 02 - Habilitação” deverão ser protocolados no Atende Fácil da Prefeitura Municipal de Itapetininga (térreo) sito na Praça dos Três Poderes n.º 1.000, Jardim Marabá, Itapetininga – SP, até às 13h30 do dia 14/07/2022. A abertura dos envelopes ocorrerá no mesmo dia às 14:00h na sala de reuniões do Pregão do Paço Municipal (térreo). O edital completo fica disponível aos interessados no site www.itapetininga.sp.gov.br/licitacao no ícone Tomada de Preço a partir do dia 29.06.2022. Itapetininga, 27.06.2022. SOLANGE D. DE BARROS OLIVEIRA – SEC. MUN. DE SAÚDE.

FIEPE CIEPE SESI SENAI IEL — Sistema FIEPE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 035/2022 - SENAI- contratação de empresa para prestação dos serviços de desmontagem, transporte e montagem de módulos pré-fabricados tipo escritório, englobando a transferência dos ambientes planejados da unidade SENAI Jaboatão para as unidades do SENAI Cabo de Santo Agostinho, Caruaru E Goiana, tudo conforme as quantidades e especificações técnicas contidas no Anexo I do Edital. **Nova Data de abertura: 07/07/2022 – 09h. Pregoeira: Cássia Coutinho**

Demais informações e aquisição do Edital, poderão ser obtidas, nos sites: **www.pe.senai.br** e ou **www.licitacoes-e.com.br** ou pelo telefone 81 3412-8532, e-mail: **licitacao@sistemafiepe.org.br** e no Edif. Casa da Indústria, localizado na Avenida Cruz Cabugá nº 767.

Recife, 28 de junho de 2022.
Comissão Permanente de Licitação – Sistema FIEPE.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2541/2022
REPUBLICAÇÃO

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de empresa para prestação de serviços de terraplanagem, limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, parques, jardins e congêneres, com fornecimento de máquinas e caminhões, dotados de equipamentos que possibilite o monitoramento e rastreio por GPS, com fornecimento de mão de obra(operador/motorista) e combustível, de acordo com as descrições e quantidades anexa ao edital, a cargo da Secretaria de Obras e Serviços Públicos. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 11 de julho de 2022. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 29/06/2022 até as 08h30min do dia 11/07/2022. Abertura de Propostas Iniciais: 11/07/2022 às 08h35min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 11/07/2022 às 09hs.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br

Estância Turística de Salto, 27 de junho de 2022.
Sandro Roberto Stivanelli - Secretário de Obras e Serviços Públicos

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Aviso de Ata de Sessão Proposta - Extrato - Tomada de Preços nº 023/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DA “CASA DA JUVENTUDE” - CONVÊNIO ESTADUAL Nº 100803/2022. Realização da sessão do processo licitatório em 27/06/2022, abertura envelope 2 “proposta” da empresa Habilitada. Após análise técnica da proposta apresentada pelo Departamento de Obras, ficou constatado que a empresa apresentou os valores compatíveis com os praticados no mercado e exequíveis conforme o paragrafo 1º do artigo 48 da Lei 8.666/93, desta forma a proposta das empresas fora, consideradas ACEITAS.1ª Classificada: FACONSTRU CONST. SINAL. ADM. E PARTICIPAÇÕES LTDA - Valor Global R$ 964.531,11; 2ª Classificada: TM8 CONSTRUTORA EIRELI ME - Valor Global R$ 986.087,19.Após a classificação a comissão de licitações, verificou que devido a condição de ME, previsto no artigo 48 § 3o da Lei Complementar 123/06, à empresa TM8 CONSTRUTORA EIRELI ME, foi considerada Vencedora. Desta maneira a empresa TM8 CONSTRUTORA EIRELI ME, foi considerada VENCEDORA com o valor global de R$ 986.087,19 (novecentos e oitenta e seis mil e oitenta e sete reais e dezenove centavos).Desta forma abre-se prazo de 05 (cinco) dias, para manifestação das empresas das propostas apresentadas, e em caso das empresas não se manifeste a apresentação da mesma, seja realizado a adjudicação e homologação do certame licitação Holambra, 27 de junho de 2022. Comissão de Licitações.

Extrato do Contrato nº 050/2022

Concorrência Pública nº 001/2022 - Contratante Município de Holambra - Contratada IMPREJ ENGENHARIA LTDA - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO “CENTRO DIA DO IDOSO” NA CIDADE DE HOLAMBRA - Vigência Contrato 12 (doze) meses - Valor global dee oitenat e sete centavos) - Modalidade Pregão Presencial - Assinatura em 24/06/2022. Holambra,27 de junho de 2022. Fernando Henrique Capato - Prefeito Municipal.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão: 08/07/2022, às 11h30 | 2º Público Leilão: 12/07/2022, às 11h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **JJO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ/RFB nº 02.680.280/0001-51, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 1802, TIPO “1”, 18º PAVIMENTO DO BLOCO Nº 01, integrante do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL THE GATE**, situado na Rua Dona Tecla, nº 602, Guarulhos/SP, contendo as seguintes áreas: privativa total de 81,5000m²; comum de divisão não proporcional de 53,6190m²; comum de divisão proporcional de 27,6726m², composta de 16,8097m² de área padrão de construção do condomínio e 10,8629m² de área descoberta; total de 162,7916m²; FIT de 19,7928m² e coeficiente de proporcionalidade de 0,3167%, com direito ao uso de 01 depósito e 02 vagas indeterminadas, localizadas na garagem coletiva do condomínio. Matrícula Imobiliária nº 161.678 do 2º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 083.64.34.0536.00.000 (área maior). Valores: **1º Leilão: R$ 857.810,38**. **2º Leilão: R$ 963.250,49**. **Encargos do Arrematante**: **i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Quitação dos débitos de IPTU vencidos e todas as despesas que vencerem a partir da data da arrematação; **iv)** Verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; **v)** Venda ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **vi) IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo do arrematante. Fica a Devedora Fiduciante **ALINE MARIA DA SILVA**, CPF nº 065.416.954-31, comunicada das datas dos leilões também pelo presente edital, tendo em vista que se encontra em lugar ignorado. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital Completo de Leilão, disponível no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR.** Maiores informações pelo e-mail **contato@pecinileiloes.com.br**; WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão: 08/07/2022, às 11h00 | 2º Público Leilão: 12/07/2022, às 11h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **JJO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ/RFB nº 02.680.280/0001-51, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 1807, TIPO “1”, 18º PAVIMENTO DO BLOCO Nº 02, integrante do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL THE GATE**, situado na Rua Dona Tecla, nº 602, Guarulhos/SP, contendo as seguintes áreas: privativa total de 81,5000m²; comum de divisão não proporcional de 53,6190m²; comum de divisão proporcional de 27,6726m², composta de 16,8097m² de área padrão de construção do condomínio e 10,8629m² de área descoberta; total de 162,7916m²; FIT de 19,7928m² e coeficiente de proporcionalidade de 0,3167%, com direito ao uso de 01 depósito e 02 vagas indeterminadas, localizadas na garagem coletiva do condomínio. Matrícula Imobiliária nº 164.383 do 2º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 083.64.34.0536.00.000 (área maior). Valores: **1º Leilão: R$ 834.539,08**. **2º Leilão: R$ 657.658,64**. **Encargos do Arrematante**: **i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Quitação dos débitos de IPTU vencidos e todas as despesas que vencerem a partir da data da arrematação; **iv)** Verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; **v)** Venda ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **vi) IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo do arrematante. Fica a Devedora Fiduciante **JULIANA GOIS DOS SANTOS**, CPF nº 323.439.028-28, comunicada das datas dos leilões também pelo presente edital. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital Completo de Leilão, disponível no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR.** Maiores informações pelo e-mail **contato@pecinileiloes.com.br;** WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

Grande Valle S/A

CNPJ nº 03.292.467/0001-40

Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31/12/2021 e 31/12/2020

Balanços Patrimoniais	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		**18.267.475,06**	**17.061.568,01**
Circulante		1.978.608,35	907.969,24
Disponível		1.959.408,35	943.026,76
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	1.959.408,35	943.026,76
Realizável a Curto Prazo		19.200,00	(35.057,52)
Permanente		16.207.646,82	16.072.378,88
Imobilizado	3	16.207.646,82	16.072.378,88
Não Circulante		81.219,89	81.219,89
Realizável a Longo Prazo		81.219,89	81.219,89

Balanços Patrimoniais	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Passivo		**18.267.475,06**	**17.061.568,01**
Circulante		556.559,40	995.289,10
Fornecedores		(1.420,34)	959,03
Obrigações Fiscais	4	431.155,60	812.427,17
Credores Diversos		126.864,14	181.902,90
Patrimônio Líquido		17.710.915,66	16.066.278,91
Capital Social	5	6.432.500,00	6.432.500,00
Reservas		11.278.415,66	9.633.778,91
De Capital		1.790.322,60	1.527.183,99
De Lucro		9.488.093,06	8.106.594,92

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas	Cap. realizado Cap. subscrito	Reserva Lucro	Lucros Acumulados	Totais
Saldo em 31/12/2019		**6.432.500,00**	**1.375.082,92**	**8.345.760,01**	16.153.342,93
Dividendos Aprovados	**6**			(3.129.085,43)	
Reserva Legal				(152.101,07)	
Lucro Líquido do Exercício				3.042.021,41	
Saldo em 31/12/2020		**6.432.500,00**	**1.527.183,99**	**8.106.594,92**	16.066.278,91
Dividendos Aprovados	6			(3.618.135,36)	
Reserva Legal				(263.138,61)	
Lucro Líquido do Exercício				5.262.772,11	
Saldo em 31/12/2021	6	**6.432.500,00**	**1.790.322,60**	**9.488.093,06**	17.710.915,66

Notas Explicativas

1 - Contexto operacional: A Grande Valle S.A. é uma sociedade empresária anônima, tem sua sede em Jaú, estado de São Paulo e tem como atividade preponderante a cultivo de cana de açúcar, através de parceria agrícola. 1.1- **Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 1.2 - **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638-07 e 11.941/09. 2 - **Caixa e Equivalentes de Caixa** e outros ativos financeiros compõem: Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras--Renda Fixa. 3 - **Imobilizado**: Avaliado ao custo de aquisição, formação ou construção. 4 - **Obrigações Fiscais:** compõem todos os encargos trabalhistas, previdenciários e tributários. 5 - **Patrimônio Líquido:** Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado e composto por 6.375.119 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. 6 - **Dividendos:** De acordo com o estatuto social, o acionista tem direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro anual ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/76. Aprovação das Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 31/12/2021.

Demonstrações dos Resultados

Descrição	Notas	31/12/2021 Valor	31/12/2020 Valor
Receitas Brutas		**6.622.919,34**	**3.945.060,06**
= Receita Líquida		6.622.919,34	3.945.060,06
(–) Custos		–	–
= Lucro Bruto		**6.622.919,34**	**3.945.060,06**
Despesas Administrativas		(28.030,27)	(26.611,58)
Despesas Financeiras		(7.929,36)	(5.255,80)
Despesas Gerais		(868.481,20)	(618.574,89)
Despesas Tributárias		(455.706,40)	(252.596,38)
Outras Receitas Operacionais			
= Lucro Operacional		5.262.772,11	3.042.021,41
= Lucro Contábil Líquido antes da C. Social		5.262.772,11	3.042.021,41
= Lucro Contábil Líquido antes do I. Renda		5.262.772,11	3.042.021,41
= Lucro		5.262.772,11	3.042.021,41
= Lucro Líquido do Período		5.262.772,11	3.042.021,41

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido do Exercício	5.262.772,11	3.042.021,41
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado Abrangente do Exercício	5.262.772,11	3.042.021,41

Demonstrações do Fluxo de Caixa	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	1.959.408,35	943.026,76
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	1.959.408,35	943.026,76
Resultado do Período	5.262.772,11	3.042.021,41
Disponibilidades Líq. Geradas pela Ativ. Operacionais	5.262.772,11	3.042.021,41

A Diretoria

Contador
Reynaldo Cezar Pacanaro - CT CRC: 1SP 149838/O-2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENNUCCI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022 PROCESSO Nº 162/2022

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PAPEL SULFITE A4. Abertura dia: 11 de julho de 2022. O Edital estará disponível no site www.sudmennucci.sp.gov.br a partir do dia 29 de junho de 2022. Mais informações pelo fone (18) 3786-9600/9613. Sud Mennucci - SP, 27 de junho de 2022.

JOSÉ URBINO DOS SANTOS NETO - PREFEITO MUNICIPAL

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba comunica que se acha aberta a **Tomada de Preços nº 01/2022 - Processo nº 370/2022**, contratação de empresa de engenharia especializada para a execução das obras necessárias visando a individualização da medição de água nos blocos dos residenciais de interesse social, Condomínios Parque dos Eucaliptos e Ipatinga, pelo tipo menor preço. **Encerramento dia 15/07/2022, às 09:30 horas**. O edital completo será disponibilizado no site www.saaesorocaba.com.br. Informações pelos telefones: (15) 3224-5825 ou pessoalmente na Av. Pereira da Silva, 1.285, no Setor de Licitação e Contratos. Sorocaba, 27 de Junho de 2022. **Comissão Permanente de Licitações – Karen Vanessa de M C Chiozzi - Presidente.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO/SP

SETOR DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS

A prefeitura Municipal de General Salgado/SP, comunica aos interessados que se encontra aberta a Tomada de Preços nº 13/2022, cujo objeto é a contratação de empresa para reforma e remodelação do Estádio Municipal Paulo Possetti e Ginásio Municipal Domingos Fantini, Município de General Salgado, conforme Termo de Convênio nº 102031/2022, Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, esta por sua Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais , e o Município de General Salgado, considerando o menor preço global. O encerramento dar-se-á no dia 19 de Julho de 2022 às 9:15hs e a abertura dos envelopes às 9:30hs do mesmo dia. Para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital que poderá ser retirado aos interessados na participação do certame, no setor de licitações da Prefeitura Municipal, de segunda a sexta feira, no horário de expediente (das 9:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00 horas) ou pelo site www.generalsalgado.sp.gov.br, sendo que também uma via será afixada em local de costume desta repartição pública.

Local e Data: General Salgado, 27 de Junho de 2022.

Mauro Gilberto Fantini-Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE PAULISTA /SP

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Vargem Grande Paulista, através do Departamento de Licitações e Contratos Administrativos, TORNA PÚBLICO aos interessados a retificação do aviso de licitação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, SEÇÃO I, Volume 132, Número 123, pág 545; bem como no Jornal de Grande Circulação "Jornal Agora" de 25 de junho de 2022. **Onde se lê:** "Contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura, para implantação de infraestrutura urbana em via pública compreendendo a execução de pavimentação asfáltica,drenagem de águas pluviais, sinalização viária horizontal e vertical do novo Centro (Avenida Brasil), (Avenida 01 e Avenida 02), em conformidade com Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária Estimativa, Cronograma Físico-Financeiro e demais anexos do Edital e seus Anexos". **LEIA-SE** "Contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura, para implantação de infraestrutura urbana em via pública compreendendo a execução de pavimentação asfáltica, drenagem de águas pluviais, sinalização viária horizontal e vertical do novo Centro (Avenida Odilon Tácito de Oliveira – Trecho 1), (Avenida Central Deputado José Camargo) e (Rua José Pires da Silva), em conformidade com Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária Estimativa, Cronograma Físico-Financeiro e demais anexos do Edital e seus Anexos". Demais informações permanecem inalteradas. Em, 27 de Junho de 2022 – Luís Henrique Laroca – Departamento de Licitações e Contratos Administrativos.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 74/2022

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO devidamente autorizada, no uso das atribuições que me são conferidas, conforme disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 08/2001, Lei Federal nº 8666/93 e posteriores alterações e Lei 10.520/02, HOMOLOGO E ADJUDICO todos os atos praticados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no processo acima citado, cujo objeto é contratação de empresa, com cota reservada para ME/EPP, para prestação de serviços de fornecimento de kit material escolar, com montagem(por modalidade) e entrega dos materiais em forma de kit para distribuição gratuita, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Educação, conforme quantidades e especificações relacionadas no anexos ao edital à empresa **RT Comércio e Serviços Eireli**, para os lotes 2, 3 e 4, no valor global da contratação de R$ 1.403.100,00 (um milhão, quatrocentos e três mil e cem reais).

Salto/SP, 27 de junho de 2022.

Anna Christina Carvalho Macedo de Noronha Fávaro - Secretária de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA SESI Nº 004/2022 – Contratação de serviços especializados para modernização do elevador panorâmico existente na Casa da Indústria, incluindo a desmontagem do elevador panorâmico hidráulico existente, fornecimento e instalação do novo elevador panorâmico, bem como manutenção preventiva e corretiva pelo prazo de um ano. **Data de abertura:14/07/2022 – 10:00h – Presidente Cláudia Vital Rocha Soares.**

Demais informações e aquisição do Edital, poderão ser obtidas, no site: **www.pe.sesi.br** ou pelo telefone 81 3412-8504 / 8322, e-mail: **licitacao@sistemafiepe.org.br** e no Edif. Casa da Indústria, localizado na Avenida Cruz Cabugá nº 767.

Recife, 28 de junho de 2022.

Comissão Permanente de Licitação – Sistema FIEPE

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

RATIFICAÇÃO DO ATO

PROCESSO Nº 2235-7/2022

RATIFICO a dispensa da licitação promovida pela PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL, com suporte nos termos do Inciso VIII do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, com os valores definidos pela referida Lei e posteriores alterações, em favor **EMURJA - EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO DE JABOTICABAL LTDA.**, visando a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, compreendendo o fornecimento de mão de obra capacitada e qualificada, ferramentas e equipamentos, conforme Termo de Referência anexo aos autos, **ao custo total estimado de R$2.222.426,54 (dois milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e vinte e seis reais e cinquenta e quatro centavos)**, face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Jaboticabal, 27 de junho de 2022

Emerson Rodrigo Camargo - Prefeito

ATA DE REUNIÃO DOS SÓCIOS QUOTISTAS LUDANI PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ 23.188.734/0001-41 - NIRE 35229386864

Aos quatorze dias do mês de abril de 2022 às dez horas, na sede da sociedade, na cidade e comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua dos Morás, 542, Apto 21, Edifício Chelsea, Vila Madalena, CEP 05434-020, São Paulo/SP. Marcelo Bazzali, Luana Jazzar Bazzali e Daniela Jazzar Bazzali, representando a totalidade do capital social, compareceram e declararam cientes do local, data, hora e ordem do dia, dispensando as formalidades da convocação. Compondo a mesa MARCELO BAZZALI, presidente e LUANA JAZZAR BAZZALI, secretária. **Os sócios deliberaram** sobre a redução do valor do capital social de **R$ 2.112.500,00 (dois milhões e cento e doze mil e quinhentos reais) para R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), posto a ordem do dia em discussão e votação, aprovaram sem reservas e restrições. Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada por todos os sócios da empresa, para apresentação e arquivamento na JUCESP.**

MARCELO BAZZALI – Presidente; **LUANA JAZZAR BAZZALI** – Secretária

DANIELA JAZZAR BAZZALI

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220007

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220007, de interesse do Corpo de Bombeiros Militar – CBMCE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de viaturas para o serviço de fiscalização da segurança contra incêndio nas edificações e áreas de risco com capacidade de manobras em terrenos de difícil acesso e dotados de sinalização de emergência. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 6192022, até o dia 11/07/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Junho de 2022. CIRÍACO BARBOSA DAMASCENO NETO - PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL BADY BASSITT

Edital do Pregão Presencial nº 019/2022

A Prefeitura Municipal de Bady Bassitt faz saber a todos os interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial nº 019/2022, referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INTERLIGAÇÃO DAS REDES DE COMPUTADORES DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BADY BASSITT POR FIBRA ÓPTICA E FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO DE ACESSO À INTERNET NOS TERMOS DAS EMPRESAS OUTORGADAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL. O recebimento e abertura dos envelopes ocorrerão no dia 12/07/2022 às 09:00 horas, na Biblioteca Municipal de Bady Bassitt. Edital completo e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.badybassitt.sp.gov.br ou pelo e-mail licitacoes@badybassitt.sp.gov.br. Prefeitura Municipal de Bady Bassitt, em 27 de junho de 2022. Luiz Antonio Tobardini - Prefeito Municipal.

Pregão Presencial nº 020/2022 - Registro de Preços

Órgão Licitante: Município de Bady Bassitt. Modalidade: Pregão Presencial nº 020/2022, do tipo "menor preço global". Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA RETIRADA E CONSTRUÇÃO DE CERCAS NAS ESTRADAS BBS 354 -A, BBS 354 – B E BBS 132, NO MUNICÍPIO DE BADY BASSITT - SP. Sessão: 10h30 do dia 12/07/2022, na sede da Biblioteca Municipal, na Rua Camilo de Moraes, 58. Edital completo e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.badybassitt.sp.gov.br ou pelo e-mail licitacoes@badybassitt.sp.gov.br. Bady Bassitt, 27 de junho de 2022. LUIZ ANTONIO TOBARDINI - Prefeito Municipal

Pregão Presencial nº 021/2022 - Registro de Preços

Órgão Licitante: Município de Bady Bassitt. Modalidade: Pregão Presencial nº 021/2022, do tipo "menor preço por item". Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. Sessão: 14h30 do dia 12/07/2022, na sede da Biblioteca Municipal, na Rua Camilo de Moraes, 58. Edital completo e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.badybassitt.sp.gov.br ou pelo e-mail licitacoes@badybassitt.sp.gov.br. Bady Bassitt, 27 de junho de 2022. LUIZ ANTONIO TOBARDINI - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE INÚBIA PAULISTA/SP

Aviso de Licitação – Tomada de Preço n.º 07/2022 – Processo n.º 60/2022

A Prefeitura Municipal de Inúbia Pta/SP, torna publico a quem possa interessar que se acha aberta nesse município, licitação do tipo Tomada de Preços nº 07/2022, cujo objeto é SUBSTITUIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE CONTINUIDADE DE GALERIAS PLUVIAIS NAS RUAS MIGUEL PEREIRA E RUA BENJAMIM CONSTANT DO MUNICÍPIO DE INUBIA PAULISTA. O edital e anexos encontra-se afixado no Mural do Paço Municipal, na Av. Campos Sales, nº 113, Centro de Inúbia Paulista – SP, através do e-mail: licitacao.inubiapta@gmail.com ou transparencia@inubiapaulista.sp.gov.br e site: www.inubiapaulista.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do fone (018) – 3556-9900. Na qual será aberta no dia 19 de julho de 2.022, às 09h00 horas, conforme prazo estipulado em Lei específica (8.666/93 e atualizações). Informamos que C.R.C deverá ser obtido até o terceiro dia anterior a abertura do presente processo licitatório. Inúbia Paulista, 27 de Junho de 2.022. João Soares dos Santos - Prefeito Municipal.

SINTURDI - Sindicato dos Empregados em Empresas de Turismo e em Casas de Diversões e Entretenimentos de Rio Claro e Região (CNPJ 03.587.014/0001-41)

Convocamos os empregados, associados e não associados, integrantes das categorias profissionais de: "empregados em casas de diversões - data base 01/10"; "empregados em empresas de turismo - data base 01/11"; para participarem de AGE com direito a voz e voto, que será realizada no dia 04/07/2022, às 9:00 horas, na Rua 06 nº 130, Jardim Donângela, Rio Claro/SP a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: A) elaboração e aprovação das pautas de reivindicações referentes as datas bases das categorias profissionais convocadas; B) delegação de poderes ao Sindicato para entabular e finalizar negociações coletivas com o Sindicato Patronal; firmar convenções coletivas de trabalho; acordos em processos de dissídios coletivos e, caso necessário, instaurar dissídios coletivos e/ou outros procedimentos judiciais junto ao TRT, inclusive processos de mediação e arbitragem; C) delegação de poderes ao Sindicato para firmar termos aditivos emergenciais para adequações nas relações e contratos de trabalho no período de enfrentamento do Covid-19, bem como nas demais situações que se faça necessário; D) aprovação e autorização de desconto da contribuição assistencial. Não havendo número legal de trabalhadores presentes em 1ª convocação, a assembleia será realizada 01 hora após, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes. Rio Claro, 28/06/2022 - **Roselaine Ferreira Alves da Silva** - Presidente.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1912/2022

REPUBLICAÇÃO – ITENS REMANESCENTES

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de exames de imagem para diagnósticos aos pacientes do SUS da Rede Municipal de Saúde, de **itens remanescentes**, conforme quantidades e especificações relacionadas no Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Saúde. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 12 de julho de 2022. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 29/06/2022 até as 13hs do dia 12/07/2022. Abertura de Propostas Iniciais: 12/07/2022 às 13h05min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 12/07/2022 às 13h30min**. O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br.

Estância Turística de Salto, 27 de junho de 2022.

Marcio Conrado - Secretário de Saúde

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE DIADEMA SECRETARIA DE OBRAS – SO

COMUNICADO - NOVA DATA DE ABERTURA: REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO – RDC PRESENCIAL Nº 01/2022 – PEC 099/2022 – OBJETO: Execução de obras e serviços para construção do "Quarteirão da Educação", localizado na Rua Pau do Café com Rua Antonio Cardoso de Barros – Bairro Promissão. Comunicamos que a representação impetrada no TCESP (motivo da suspensão do certame veiculada em 10/06/22) foi julgada improcedente e será dada a sequência do certame com sua abertura no dia 29/06/2022, às 10:00 horas, na Secretaria de Obras, sita à Av. Dr. Ulysses Guimarães, 3269 – Vl. Nogueira. Informações das 9hs às 13hs e das 14hs às 17hs, no mesmo endereço ou pelos tels: (11) 4072-9227 e 9226 ou ainda pelo E-mail: licitacao.obras@diadema.sp.gov.br (mediante confirmação de recebimento).

Grande Valle S/A

CNPJ nº 03.292.467/0001-40

Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020, 2019 e 2018 - Em milhares de reais

Balanços Patrimoniais	Notas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Ativo		**17.061.568,01**	**17.557.400,44**	**17.448.579,04**
Circulante		907.969,24	1.507.889,31	1.480.603,41
Disponível		943.026,76	1.305.749,20	1.353.053,68
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	943.026,76	1.305.749,20	1.353.053,68
Realizável a Curto Prazo		(35.057,52)	202.140,11	127.549,73
Permanente		16.072.378,88	15.968.291,24	15.886.755,74
Imobilizado	3	16.072.378,88	15.968.291,24	15.886.755,74
Não Circulante		81.219,89	81.219,89	81.219,89
Realizável a Longo Prazo		81.219,89	81.219,89	81.219,89

Balanços Patrimoniais	Notas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Passivo		**17.061.568,01**	**17.557.400,44**	**17.448.579,04**
Circulante		995.289,10	1.376.964,14	2.039.967,18
Fornecedores		959,03	168,54	281.887,37
Obrigações Fiscais	4	812.427,17	1.072.796,48	1.655.825,01
Credores Diversos		181.902,90	303.999,12	102.254,80
Patrimônio Líquido		16.066.278,91	16.180.436,30	15.408.611,86
Capital Social	5	6.432.500,00	6.432.500,00	6.432.500,00
Reservas		9.633.778,91	9.747.936,30	8.976.111,86
De Capital		1.527.183,99	1.375.082,92	1.230.056,15
De Lucro		8.106.594,92	8.372.853,38	7.746.055,71

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas	Cap. realizado Cap. subscrito	Reserva Lucro	Lucros Acumulados	Totais
Saldo em 31/12/2018		6.432.500,00	1.230.056,15	7.718.210,89	15.380.767,04
Dividendos Aprovados	6	–	–	(2.110.051,45)	–
Reserva Legal		–	–	(145.026,77)	–
Lucro Líquido do Exercício		–	–	2.882.627,34	–
Saldo em 31/12/2019		6.432.500,00	1.375.082,92	8.345.760,01	16.153.342,93
Dividendos Aprovados	6	–	–	(3.129.085,43)	–
Reserva legal		–	–	(152.101,07)	–
Lucro Líquido do Exercício		–	–	3.042.021,41	–
Saldo em 31/12/2020		6.432.500,00	1.527.183,99	8.106.594,92	16.066.278,91

Demonstrações dos Resultados	31/12/2020 Valor	31/12/2019 Valor	31/12/2018 Valor
Receitas Brutas	**3.945.060,06**	**3.818.173,51**	**3.302.068,51**
= Receita Líquida	3.945.060,06	3.818.173,51	3.302.068,51
(–) Custos	–	–	(14.952,80)
= Lucro Bruto	**3.945.060,06**	**3.818.173,51**	**3.287.115,71**
Despesas Administrativas	(26.611,58)	(26.259,38)	(332.332,79)
Despesas Financeiras	(5.255,80)	(44.449,19)	(38.231,16)
Despesas Gerais	(618.574,89)	(607.005,40)	(743.313,00)
Despesas Tributárias	(252.596,38)	(257.832,20)	(222.072,05)
Outras Receitas Operacionais			
= Lucro Operacional	3.042.021,41	2.882.627,34	1.951.166,71
= Lucro Contábil Líquido antes da C. Social	3.042.021,41	2.882.627,34	1.951.166,71
= Lucro Contábil Líquido antes do I. Renda	3.042.021,41	2.882.627,34	1.951.166,71
= Lucro	3.042.021,41	2.882.627,34	1.951.166,71
= Lucro Líquido do Período	3.042.021,41	2.882.627,34	1.951.166,71

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Lucro Líquido do Exercício	3.042.021,41	2.882.627,34	1.951.166,71
Outros Resultados Abrangentes	–	–	–
Resultado Abrangente do Exercício	3.042.021,41	2.882.627,34	1.951.166,71

Demonstrações do Fluxo de Caixa	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e Equivalente de Caixa - no Início do Exercício	943.026,76	1.305.749,20	1.351.227,47
Caixa e Equivalente de Caixa - no Final do Exercício	943.026,76	1.305.749,20	1.353.053,08
Resultado do Período	3.042.021,41	2.882.627,34	1.951.166,71
Disponibilidades Líq. Geradas pela Ativ. Operacionais	3.042.021,41	2.882.627,34	1.951.166,71

Notas Explicativas

1 - Contexto operacional: A Grande Valle S.A. é uma sociedade empresária anônima, tem sua sede em Jaú, estado de São Paulo e tem como atividade preponderante a cultivo de cana de açúcar, através de parceria agrícola. **1.1 - Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas vêem sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **1.2 - Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638-07 e 11.941/09. **2 - Caixa e Equivalentes de Caixa** e outros ativos financeiros compõem: Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras-Renda Fixa. **3 - Imobilizado**: Avaliado ao custo de aquisição, formação ou construção. **4 - Obrigações Fiscais**: compõem todos os encargos trabalhistas, previdenciários e tributários. **5 - Patrimônio Líquido**: Em 31 de dezembro de 2020/2019 o capital social subscrito e integralizado é composto por 6.375.119 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **6 - Dividendos:** De acordo com o estatuto social, o acionista tem direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro anual ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/76. Aprovação das Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 31/12/2020 e 31/12/2019.

A Diretoria

Contador

Reynaldo Cezar Pacanaro - CT CRC: 1SP 149838/O-2

HOSPITAL VERA CRUZ S.A.

CNPJ/ME nº 46.009.718/0001-40 - NIRE 35300058585

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2022 - (realizada de modo exclusivamente digital)

1. Data, Horário e Local: às 09 horas, do dia 23/06/2022, por videoconferência, nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, ("Lei das S.A."), por meio da plataforma Microsoft Teams. **2. Convocação**: O Edital de Convocação, datado de 14/06/2022, foi publicado no Jornal Folha de São Paulo nos dias 15, 16 e 17/06/2022 e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet, cujas cópias seguem anexas à presente Ata como Anexo I. **3. Presença e Instalação**: A Companhia informa que, nos termos da regulamentação aplicável, considera-se presente à Assembleia, o acionista que (i) compareceu, pessoalmente ou por representante devidamente constituído, por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams disponibilizado pela Companhia, ou (ii) enviou o boletim de voto à distância válido para a Companhia, sendo assegurado em ambos os casos o direito de voto e participação na Assembleia Geral. Desta forma, presentes os acionistas titulares de 97,94% do capital social da Companhia com direito a voto, havendo, portanto, quórum para instalação e deliberação das matérias constantes da ordem do dia, nos termos da legislação em vigor e do Estatuto Social da Companhia, conforme registro digital de presença de acionistas constante do sistema eletrônico de participação disponibilizado pela Companhia, de acordo com a regulamentação aplicável. **4. Mesa**: Presidente: Sr. Aguinaldo Pereira Catanoce; e Secretário: Sr. Guilherme Amorim Marques. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(a)** a autorização para realização, pela Companhia, da sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em até duas séries, em sistema de vasos comunicantes, no valor total de até R$ 150.000.000,00, e conforme características abaixo definidas ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), para distribuição privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Oferta"), por meio da celebração do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até Duas Séries, para Colocação Privada, da Hospital Vera Cruz S.A.*", entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, a **True Securitizadora S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Santo Amaro, 48, 1º andar, conjunto 11, Vila Nova Conceição, CEP 04.506-000, na Cidade de São Paulo/SP, CNPJ/ME nº 12.130.744/0001-00 ("Securitizadora" ou "Debenturista"), na qualidade de debenturista, o **Hospital Care Caledonia S.A.**, sociedade por ações, com registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 25771, com sede na Cidade de Campinas/SP, na Rua Umbú, nº 291, Alphaville Business (Edifício Rachel), CEP 13098-325, CNPJ/ME nº 25.249.439/0001-83 ("Hospital Care Caledonia"), o **Hospital São Lucas S.A.**, sociedade por ações, sem registro de capital aberto perante a CVM, com sede na Cidade de Ribeirão Preto/SP, na Rua Bernardino de Campos, nº 1.426, CEP 14.015-130, inscrita perante o CNPJ/ME nº 55.980.148/0001-21 ("Hospital São Lucas"), e a **São Lucas Ribeirania S.A.**, sociedade por ações, sem registro de capital aberto perante a CVM, com sede na Cidade de Ribeirão Preto/SP, na Rua Carlos Lucas Evangelista, nº 351, CEP 14096-480, inscrita perante o CNPJ/ME nº 06.260.857/0001-27 ("São Lucas Ribeirania" e, em conjunto com o Hospital Care Caledonia e o Hospital São Lucas, "Fiadores"), na qualidade de fiadores ("Escritura de Emissão de Debêntures"), que serão subscritas de forma privada pela Securitizadora, que, por sua vez, emitirá até 2 cédulas de crédito imobiliário integrais para representar os créditos imobiliários decorrentes das Debêntures, nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário Integrais, Sem Garantia Real sob a Forma Escritural*" ("CCI" e "Escritura de Emissão de CCI", respectivamente), a ser celebrada entre a Securitizadora e a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, CNPJ/ME nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de instituição custodiante ("Instituição Custodiante"), conforme disposto na Lei nº 10.931, de 02/08/2004, conforme alterada ("Lei nº 10.931"), para que os créditos imobiliários decorrentes das Debêntures sejam vinculados como lastro para a emissão dos certificados de recebíveis imobiliários da 1ª e 2ª séries da 34ª emissão da Securitizadora ("CRI DI" e "CRI IPCA" e, quando em conjunto, os "CRI"), em sistema de vasos comunicantes, os quais serão distribuídos por instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), sendo um deles o coordenador líder da Oferta Restrita de CRI (conforme definido abaixo) ("Coordenador Líder"), por meio de oferta pública de distribuição em regime de garantia firme, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16/12/2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476", "Oferta Restrita de CRI" e "Operação de Securitização", respectivamente), , e serão destinados a investidores profissionais, conforme definido no artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11/05/2021 ("Resolução CVM 30" e "Investidores Profissionais", sendo os Investidores que efetivamente subscreverem e integralizarem os CRI no âmbito da Oferta Restrita de CRI ou no mercado secundário, denominados "Titulares de CRI"); **(b)** a autorização para celebração, pela Companhia, da Escritura de Emissão de Debêntures e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo) e seus eventuais aditamentos; **(c)** a autorização à diretoria da Companhia, e/ou aos seus procuradores, para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária com relação à realização da Emissão, da Oferta, da Oferta Restrita de CRI e da Operação de Securitização, incluindo, mas não se limitando, (i) a contratação dos Coordenadores para realizar a distribuição pública dos CRI, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476; (ii) a contratação dos demais prestadores de serviços inerentes à Emissão e à Operação de Securitização, incluindo, sem limitação, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Agente Fiduciário, os assessores legais, a B3, dentre outros; e (iii) praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão, da Oferta, da Oferta Restrita de CRI e da Operação de Securitização, incluindo a celebração de todos os contratos e documentos necessários à concretização da Emissão, da Oferta, da Oferta Restrita de CRI, da Operação de Securitização e/ou relacionados às deliberações acima, inclusive instrumentos acessórios e aditamentos, incluindo, mas não se limitando, à Escritura de Emissão de Debêntures e ao Contrato de Distribuição; e **(d)** a ratificação dos atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores relacionados às deliberações acima. **6. Deliberações**: Abertos os trabalhos, os acionistas presentes à assembleia geral extraordinária da Companhia aprovaram, por unanimidade e sem reservas: **(a)** A celebração, pela Companhia, da Escritura de Emissão de Debêntures, e a realização, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, da Emissão e da Oferta, que terão as características e condições principais descritas abaixo, e cujos créditos imobiliários, representados pelas CCI, serão vinculados como lastro da Oferta Restrita de CRI: **(i)** Número da Emissão. 1ª emissão de debêntures da Companhia; **(ii)** Número de Séries. A Emissão será realizada em duas séries, sendo cada série denominada individualmente como "Série" e, em conjunto, como "Séries". Ressalvadas as referências expressas às debêntures da primeira Série ("Debêntures DI") e às debêntures da segunda Série ("Debêntures IPCA"), todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures DI e às Debêntures IPCA em conjunto. A quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série será definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), observado que a alocação das Debêntures entre as séries previstas nesta Escritura de Emissão ocorrerá no sistema de vasos comunicantes, em que a quantidade de Debêntures DI e de Debêntures IPCA será livremente alocada entre as próprias séries, sem que haja valor mínimo para qualquer das séries, sendo que qualquer uma das Séries poderá não ser emitida, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding* ("Sistema de Vasos Comunicantes"); **(iii)** Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R$ 150.000.000,00, na Data de Emissão, sendo que que as quantidades de Debênture DI e Debêntures IPCA serão definidas em sistema de vasos comunicantes no Procedimento de Bookbuilding; **(iv)** Quantidade de Debêntures. Serão emitidas até 150.000 debêntures ("Debêntures", e os titulares das Debêntures, "Debenturistas"), sendo certo que a efetiva emissão das respectivas séries e a quantidade final de Debêntures alocadas, por série, serão formalizadas por meio de aditamento à Escritura de Emissão de Debêntures, sem a necessidade de aprovação societária da Companhia e/ou aprovação da Securitizadora sendo que as Debêntures DI ou as Debêntures IPCA poderão não ser emitidas, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*; **(v)** Procedimento de Distribuição. As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não estando sujeitas, portanto, ao registro de emissão perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei 6.385, de 7/12/1976, conforme alterada ("Lei de Mercado de Valores Mobiliários"), e ao registro perante a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ANBIMA; **(vi)** Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00, na Data de Emissão (abaixo definida) ("Valor Nominal Unitário"); **(vii)** Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia definido na Escritura de Emissão de Debêntures ("Data de Emissão"); **(viii)** Conversibilidade. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; **(ix)** Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, e contarão ainda com Garantia Adicional Fidejussória prestada pelos Fiadores; **(x)** Destinação dos Recursos. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados para construção e/ou reforma de determinados imóveis e/ou reembolso de despesas de aluguel da Companhia, por ela ou por suas controladas, sociedades sob controle comum, ou veículos do mesmo grupo econômico, devendo a Companhia transferir os recursos obtidos por meio da Emissão para as sociedades investidas e tomar todas as providências para que elas os utilizem nos Empreendimentos Imobiliários, especificados no Anexo I à Escritura de Emissão de Debêntures ("Empreendimentos Imobiliários"), para (i) o reembolso de despesas de natureza imobiliária incorridos nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da Emissão, diretamente atinentes à despesas de aluguel firmados e averbados nos respectivos cartórios de registros de imóveis anteriormente à emissão dos CRI, aquisição, construção e/ou reforma dos Empreendimentos Imobiliários ("Destinação Reembolso"); e (ii) construção e/ou reforma dos Empreendimentos Imobiliários, conforme cronograma indicativo previsto na Escritura de Emissão de Debêntures, bem como para o pagamento dos aluguéis futuros do imóvel descrito na Escritura de Emissão de Debêntures ("Contrato de Locação para Destinação Futura") mencionado no Anexo VI da Escritura de Emissão de Debêntures ("Destinação Futura" e, em conjunto com a Destinação Reembolso, "Destinação dos Recursos"); **(xi)** Garantia Adicional Fidejussória. Em garantia do fiel, integral e pontual pagamento do Valor Total da Emissão, devido nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures, acrescido da Remuneração da respectiva Série e dos Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias presentes e futuras, principais e acessórias, previstas na Escritura de Emissão de Debêntures, inclusive honorários advocatícios, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas aos prestadores de serviço envolvidos na Emissão, bem como honorários, despesas judiciais e extrajudiciais comprovadamente incorridas pelo Debenturista, inclusive, na constituição, formalização, execução e/ou excussão das garantias previstas na Escritura de Emissão de Debêntures ("Obrigações Garantidas"), os Fiadores prestarão fiança em favor do Debenturista, nos termos do artigo 818 do Código Civil, independentemente das outras garantias constituídas no âmbito da Emissão, obrigando-se solidariamente entre si e com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadores, co-devedores solidários e principais pagadores ("Fiança"); **(xii)** Público-alvo. A totalidade das Debêntures deverão ser subscritas pela Securitizadora; **(xiii)** Data de Integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista e em moeda corrente nacional, em cada uma das datas de integralização dos CRI, caso haja mais de uma, observados os termos e condições do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 34ª Emissão da True Securitizadora S.A.*", a ser celebrado entre Securitizadora e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira com filial na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, 1.052, 13º andar, Itaim Bibi, CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de agente fiduciário dos CRI, e da Escritura de Emissão de Debêntures ("Data de Integralização"); **(xiv)** Preço de Integralização e Forma de Integralização. As Debêntures serão integralizadas **à vista e em moeda corrente nacional,** em cada uma das datas de integralização dos CRI, caso haja mais de uma, sendo certo que o preço de subscrição das Debêntures será o Valor Nominal Unitário, observada possibilidade de ágio ou deságio, que deverá ser o mesmo para as Debêntures da mesma Série subscritas numa mesma Data de Integralização. Caso ocorra a integralização dos CRI, e consequentemente, das Debêntures em mais de uma data, o preço de integralização das Debêntures que forem integralizadas após a primeira Data de Integralização será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures DI e ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA, conforme o caso, acrescido da Remuneração da respectiva Série calculada pro rata temporis, a partir da primeira Data de Integralização (inclusive) até a data da efetiva integralização das Debêntures da respectiva Série (exclusive) ("Preço de Integralização"); **(xv)** Remuneração das Debêntures DI. As Debêntures DI farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3, no informativo diário, disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxas DI"), acrescida de *spread* (sobretaxa) equivalente a 1,05% ao ano, base 252 Dias Úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão de Debêntures, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures DI, desde a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures DI, inclusive, ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures DI, inclusive, até a data de pagamento da Remuneração das Debêntures DI em questão, ou a data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de uma hipótese de vencimento antecipado, o que ocorrer primeiro (exclusive) ("Remuneração das Debêntures DI"); **(xvi)** Remuneração das Debêntures IPCA. As Debêntures IPCA farão jus a juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) e, em qualquer caso, equivalente ao que for maior entre (i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B - NTN B), com vencimento em 2028, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br) do dia anterior ao Procedimento de *Bookbuilding*, acrescida de *spread* (sobretaxa) equivalente a 1,30% ao ano, base 252 Dias Úteis, e (ii) *spread* (sobretaxa) de 6,80% ao ano, base 252 Dias Úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão de Debêntures, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures IPCA, desde a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures IPCA (conforme definido abaixo) das Debêntures IPCA imediatamente anterior (inclusive), até a data de pagamento da Remuneração das Debêntures IPCA em questão, ou a data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de uma hipótese de vencimento antecipado, o que ocorrer primeiro (exclusive) ("Remuneração das Debêntures IPCA"); **(xvii)** Pagamento da Remuneração. Ressalvada as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures em razão de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme as hipóteses descritas na Escritura de Emissão de Debêntures, da respectiva Série será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15/12/2022, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o último devido na Data de Vencimento da respectiva Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"); **(xviii)** Prazo e Data de Vencimento. Observado o disposto na Escritura de Emissão de Debêntures, **(a)** as Debêntures DI terão prazo de vencimento de 1.822 dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11/06/2027 ("Data de Vencimento das Debêntures DI"); e **(b)** as Debêntures IPCA terão prazo de vencimento de 2.555 dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 13/06/2029 ("Data de Vencimento das Debêntures IPCA" e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures DI, as "Datas de Vencimento"); **(xix)** Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade das Debêntures. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo pela inscrição do Debenturista no Livro de Registro de Debêntures Nominativas, nos termos dos artigos 63 e 31 da Lei das Sociedades por Ações; **(xx)** Direito de Preferência. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia; **(xxi)** Atualização Monetária das Debêntures DI. O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures DI não será atualizado monetariamente; **(xxii)** Atualização Monetária das Debêntures IPCA. O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debentures IPCA, conforme o caso, será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a primeira Data de Integralização até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures IPCA, conforme o caso ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). **(xxiii)** Repactuação. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; **(xxiv)** Amortização do Valor Nominal Unitário. Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures em razão de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme as hipóteses descritas na Escritura de Emissão de Debêntures, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures DI será amortizado em única data, qual seja na Data de Vencimento das Debêntures DI. O saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA será amortizado em 2 parcelas anuais, de acordo com a tabela abaixo (cada uma dessas datas, uma "Data de Amortização das Debêntures IPCA"): Datas de Amortização das Debêntures IPCA; Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser amortizado. 13/06/2028; 50,0000%; Data de Vencimento das Debêntures IPCA; 100,0000% **(xxv)** Procedimento de *Bookbuilding*. Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*"), a ser organizado pelos Coordenadores, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, observado o disposto no artigo 3º da Instrução CVM 476 da taxa final para a remuneração dos CRI IPCA e, consequentemente, para a Remuneração das Debêntures IPCA, bem como a quantidade de CRI e, consequentemente, Debêntures a ser alocada em cada Série da Emissão, conforme Sistema de Vasos Comunicantes, sendo certo que o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será refletido por meio de aditamento à Escritura de Emissão de Debêntures, mas de qualquer forma anteriormente à primeira Data de Integralização, sem necessidade de nova deliberação societária da Companhia, aprovação da Securitizadora, dos Fiadores ou aprovação por Assembleia Geral de Titulares de CRI; **(xxvi)** Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia na conta de titularidade do Debenturista de nº 61486-3, mantida na agência 0350 do Banco Itaú Unibanco S.A., vinculada aos CRI ("Banco Liquidante" e "Conta Centralizadora", respectivamente); **(xxvii)** Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão de Debêntures até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos; **(xxviii)** Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração da respectiva Série, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% ; e (ii) juros moratórios à razão de 1% ao mês calculados *pro rata temporis* ("Encargos Moratórios"); **(xxix)** Resgate Antecipado Facultativo Total. As Debêntures não estarão sujeitas à qualquer resgate antecipado facultativo, seja total ou parcial; **(xxx)** Aquisição Facultativa. Não será permitida ou facultada a realização da aquisição facultativa das Debêntures; **(xxxi)** Amortização Extraordinária. Não será admitida a realização de Amortização Extraordinária das Debêntures; **(xxxii)** Oferta de Resgate Antecipado. A Companhia poderá, a seu exclusive critério e a qualquer tempo, mediante deliberação de seus órgãos societários competentes, realizar uma oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures DI e das Debêntures IPCA (sendo vedado a oferta de resgate antecipado parcial das Debêntures), em conjunto ou individualmente ("Oferta de Resgate Antecipado"), devendo a Oferta de Resgate Antecipado proposta pela Companhia ser dirigida ao Debenturista, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRI. A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada de acordo com os termos e condições a serem definidos na Escritura de Emissão de Debêntures; **(xxxiii)** Vencimento Antecipado. As Debêntures terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos previstos na Escritura de Emissão de Debêntures, com base nas práticas usuais de mercado adotadas em operações semelhantes; **(xxxiv)** Demais Condições. Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão e/ou às Debêntures, as quais regerão a Emissão durante todo o prazo de vigência das Debêntures, são tratadas na Escritura de Emissão de Debêntures. **(b)** A celebração pela Companhia da Escritura de Emissão de Debêntures, do Contrato de Distribuição e seus eventuais aditamentos, de forma a viabilizar a Emissão das Debêntures e a distribuição dos CRI pelos Coordenadores aos Investidores Profissionais; **(c)** A autorização à diretoria da Companhia, e/ou seus procuradores, a praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária com relação à realização da Emissão, da Oferta, da Oferta Restrita de CRI e da Operação de Securitização, incluindo, mas não se limitando, (i) a contratação dos Coordenadores para realizar a distribuição pública dos CRI, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476; (ii) a contratação dos demais prestadores de serviços inerentes à Emissão e à Operação de Securitização, incluindo, sem limitação, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Agente Fiduciário, os assessores legais, a B3, dentre outros; e (iii) praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão, da Oferta, da Oferta Restrita de CRI e da Operação de Securitização, incluindo a celebração de todos os documentos e instrumentos contratuais, inclusive instrumentos acessórios e aditamentos, necessários à concretização da Emissão, da Oferta, da Oferta Restrita de CRI, da Operação de Securitização e/ou relacionados às deliberações acima, incluindo, sem limitação, a Escritura de Emissão de Debêntures e o Contrato de Distribuição; e **(d)** A ratificação de quaisquer atos já praticados pela diretoria, por procuradores e/ou representantes da Companhia relacionados às deliberações acima. **7. Assinatura Eletrônica**: Será permitida a assinatura eletrônica da presente ata, mediante folha de assinaturas eletrônicas, para que esse documento produza os seus efeitos jurídicos e legais, devendo, em qualquer hipótese, ser emitido com certificado digital nos padrões ICP-Brasil, conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200/2001 em vigor no Brasil. **8. Aprovação e Encerramento:** Como nada mais havia a ser tratado, a Assembleia Geral Extraordinária foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, uma vez reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Campinas, 23/06/2022. Mesa: **Aguinaldo Pereira Catanoce -** Presidente; **Guilherme Amorim Marques -** Secretário

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ

TOMADA DE PREÇOS 07/2022 – Processo 11.048/2022
SUSPENSÃO

Encontra-se SUSPENSO para revisão do Anexo I – Termo de Referência, a presente Tomada de Preços que tem por objetivo a contratação de empresa para recepção e beneficiamento de resíduos da construção civil - RCD, e resíduos de vegetação gerados e/ou coletados pela Prefeitura de Porto Feliz. Outras informações poderão ser solicitadas através do link https://portofeliz.1doc.com.br/atendimento (Protocolos). Antônio Cássio Habice Prado - Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO – O **DEPARTAMENTO DE ESGOTO E ÁGUA DE GUAÍRA (DEAGUA)** torna público que o Pregão Presencial nº 09/2022 – Edital nº 10/2022 – Processo Licitatório nº 30/2022 – tipo menor preço por item – Objeto: Aquisição de grelhas para bocas de lobo em vários locais da cidade e tampas para caixa de registro e poço de sucção de estação elevatória de esgoto no bairro Reynaldo Stein – será realizado na Estação de Tratamento de Água "Manoel Joaquim de Almeida", localizada na Avenida 35-A, n° 288, bairro Reynaldo Stein, no município de Guaíra/SP. **Data de Abertura e Credenciamento: 14/07/2022 às 09h00min**. Disponibilizamos o EDITAL, franco de pagamento, na Sede Administrativa do DEAGUA, localizada na Rua 12, nº 315, Centro, Guaíra/SP, das 09h às 16h e/ou no site www.deagua.com.br. Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@deagua.com.br ou pelo Tel. (17) 3330-1500, das 09h às 16h. Guaíra/SP, 27 de junho de 2022. José Mauro Caputi Júnior – Diretor.

HOSPITAL MUNICIPAL "DR. TABAJARA RAMOS" – Aviso de Republicação de edital - Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos" Pregão Eletrônico nº 37/2022- UASG 927826 Processo Licitatório nº 0575/2022 - Objeto: Registro de preços para o fornecimento parcelado de materiais de expediente por um período de 12 (doze) meses, com abertura às 09h00min do dia 12 de julho de 2022.O edital completo encontram-se a disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitações, situada no 2º andar do Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos", sito a Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Planalto Verde, na cidade de Mogi Guaçu/SP, no horário das 08h30min às 16h00min, em dias úteis, e/ou através dos sites www.gov.br/compras/pt-br e www.mogiguacu.sp.gov.br. Mogi Guaçu, 27 de junho de 2022. Wagner Tadeu Cezaroni – Superintendente.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.252/2012, de 06 de junho de 2012, publicada na Seção III do Diário Oficial da União – Edição nº 144 de 26/07/2012, alterada pela Resolução nº 1.501/2022, de 17/01/2022, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2022012000116 – Serviços especializados para manutenção dos pisos esportivos de Diversas Unidades. Abertura: 14/07/2022 às 10h30.

PE 2022012000132 – Serviços especializados de vigilância e segurança patrimonial – armada e desarmada, para a Unidade Santo André e futura Unidade São Bernardo do Campo. Abertura: 25/07/2022 às 10h30.

PE 2022012000202 – Fornecimento futuro e eventual de armários e bases de aço para Diversas Unidades. Abertura: 27/07/2022 às 10h30.

PE 2022012000222 – Serviços especializados de reforma e manutenção de mobiliário para Diversas Unidades. Abertura: 26/07/2022 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE JABOTICABAL - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - O Presidente da entidade supra, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca toda a categoria dos trabalhadores e empregados do comércio varejista, atacadista em geral e Concessionárias de veículos, sócios e não-sócios, de sua base territorial integrada pelos Municípios de Jaboticabal, Monte Alto, Guariba, Cândido Rodrigues, Fernando Prestes, Barrinha, Taiaçu, Taiuva e Vista Alegre do Alto, no Estado de São Paulo, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 05 do mês de julho do ano de 2022, das 18:00 às 20:00 horas. A assembleia contará com uma urna fixa na sede do sindicato e com uma urna itinerante que percorrerá os estabelecimentos do comércio varejista, atacadista em geral e concessionárias de veículos nos dias 04/07/2022 e se encerrará no dia 05/07/2022, na sede do sindicato, na Rua São Sebastião, nº 694, Bairro Centro, nesta cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, a fim de deliberar, a partir dos votos coletados, sobre os assuntos constantes da seguinte Ordem do Dia: **a - apresentação, discussão e aprovação das propostas de pauta de reivindicações** para a negociação da Convenção Coletiva de Trabalho a ser negociada junto às categorias econômicas representantes do **Comércio Varejista e Atacadista do Estado de São Paulo, com representação específica e geral e, Sindicato das Concessionárias de Veículos do Estado de São Paulo - SINCODIV**, visando a obtenção de vantagens econômico-sociais para os componentes da respectiva categoria profissional; **b - deliberar e aprovar sobre as formas e meios de custeio das atividades sindicais**; **c - discussão e aprovação das condições em que haverá paralisação coletiva**, na hipótese de recusa pela categoria patronal em discutir as reivindicações constantes da pauta a ser aprovada, ou cumprimento da mesma após formalizada; **d - votação pela Assembleia sobre a concessão de poderes específicos ao Presidente da entidade e/ou da Federação dos Empregados no Comércio do** Estado de São Paulo para negociar e firmar a norma coletiva, ou instaurar Dissídio Coletivo de Trabalho nos termos da legislação vigente, se for o caso; **e - outros assuntos de interesse da categoria profissional, especialmente, a autorização para a implementação de um sistema para o tratamento de dados pessoais e informações da categoria profissional** representada, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade referente aos dados coletados por esta entidade, com a finalidade de desenvolver pesquisa, estudo, elaborar propostas que contemple os interesses da categoria profissional, oferecer serviços individuais e coletivos, atender a normativos e regulamentos legais administrativo e judicialmente, aptos a atender ao disposto na Lei 13709/2018, na forma do art. 612 c/c o art. 859, da CLT, e em consonância com o Estatuto Social da entidade, a AGE somente poderá deliberar, em primeira convocação, com a presença e votação de 2/3 (dois terços) dos sócios e de qualquer número de não sócios, e em segunda convocação, uma hora após, com a presença e votação de 1/3 (um terço) dos sócios e de qualquer número de não sócios. Jaboticabal/SP 28 de junho de 2.022. **Benedito Oclavio Frizzas** - Presidente.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO "JOSÉ GOMES DA SILVA"

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DOS ENVELOPES Nº 1 – PROPOSTA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES Nº 2 - HABILITAÇÃO, DA TOMADA DE PREÇOS ITESP Nº 02/2022 - PROCESSO ITESP-PRC-2022/00321.

Às 10h00min (dez) do dia **22 de JUNHO de 2022** no Auditório Mario Covas, no 1º andar do Prédio sede da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva", na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, nº 554, Bela Vista, nesta Capital do Estado de São Paulo, presentes Reginaldo Roque, RG n°24.647.835-4 SSP/SP, Técnico em Gestão Organizacional, como Presidente; Letícia Gil Cunha, RG nº 29.742.600-X, Advogada; Priscilla Sayuri Okado, RG nº 46.752.639-4 SSP/SP, Analista de Gestão Organizacional e Vinicius Henrique Poleti RG nº 36.692.171-X SSP/SP, Gerente de Infraestrutura e Meio Ambiente, como membros responsáveis pelo julgamento desta licitação, regularmente designados através do despacho do Senhor Diretor Adjunto de Administração e Finanças desta Fundação ITESP, Michel Cruz, RG nº 28.696.878, anexado ao presente processo, reuniram-se para procederem o recebimento dos envelopes nº01 – PROPOSTA e nº02 – HABILITAÇÃO, bem como a abertura e julgamento do envelope nº 01 relativo à Tomada de Preços nº 02/2022 do processo ITESP-PRC-2022/00321, que objetiva a contratação de empresa para a **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CÂMARA FRIGORIFICA no Assentamento Sumaré I, localizado no município de Sumaré/SP,** em conformidade com as especificações técnicas constantes dos anexos que integram o edital.
Iniciados os trabalhos e não tendo chegado nenhuma licitante, a comissão decidiu prorrogar o prazo de início da sessão por mais 30(trinta)minutos, sendo que após este prazo, nenhuma empresa compareceu à sessão pública de abertura e julgamento das propostas e da habilitação.
Nada mais havendo a tratar, a Comissão Julgadora de Licitação declara a licitação Tomada de Preços ITESP nº 002/2022 deserta, encerrando os trabalhos às 10:30hs, lavrando-se a presente Ata que vai assinada pela Comissão Julgadora de Licitação.
São Paulo, 22 de junho de 2022.

Comissão Julgadora de Licitação

Reginaldo Roque______________________________
Priscilla Sayuri Okado______________________________
Letícia Gil Cunha______________________________
Vinicius Henrique Poleti______________________________

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESCRITÓRIOS DE EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS SECAS E MOLHADAS, CARGAS PESADAS E LOGÍSTICAS EM TRANSPORTES DE SÃO PAULO E ITAPECERICA DA SERRA - SINDLOG - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - O Presidente do Sindlog, Sr. Moacyr Firmino dos Santos, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os empregados em escritórios de empresas de transportes rodoviários de cargas secas e molhadas, cargas pesadas e logísticas em transportes de São Paulo e Itapecerica da Serra, associados ou não à entidade, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária na sede da entidade - à Av. Tiradentes, 1525, bairro da Luz, São Paulo/SP, próximo à Estação Armênia do Metrô -, na data de 09/07/2022, às 10:00 horas em primeira convocação e às 11:00 horas em segunda e última convocação quando então será realizada com qualquer número de presentes, para debater e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 01. Leitura, discussão e aprovação da Ata da Assembleia anterior; 02. Referendar ou não a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho com o SETCESP, relativa ao exercício 2022/2023; estando inclusa nessa Convenção o índice de reajuste de 12,47% (doze vírgula quarenta e sete por cento) para os trabalhadores que percebem salário mensal de até R$ 4.000,00 (quatro mil reais), sendo 10% (dez por cento) em maio de 2022, acrescidos de 2,47% (dois vírgula quarenta e sete por cento) em outubro de 2022; reajuste de 14% (quatorze por cento) sobre o Vale Refeição; assim como a manutenção da Assistência Odontológica (Convênio Odontológico) para todos os integrantes da categoria, gratuitamente, com o custeio a cargo das empresas empregadoras abrangidas pela CCT 2022/2023; 03. Aprovação da quantia destinada a todos os trabalhadores da categoria profissional, independentemente do teto salarial e a título de PLR, no valor total de R$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), valor este a ser dividido em duas parcelas iguais, sendo a primeira parcela em outubro de 2022 no valor de R$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) e a segunda em abril de 2023 também no valor de R$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais); sendo que em cada uma das datas estabelecidas para os pagamentos da PLR será devido o desconto da importância de R$ 44,00 (quarenta e quatro reais) a cada parcela, a título de contribuição específica ao sindicato laboral, sempre em obediência ao disposto na sentença exarada pela 4ª Vara do Trabalho de São Paulo na data de 02.12.2021, a qual encontra-se homologada e já transitada em julgado, e em conformidade com a Lei 13.467/17 que estabeleceu o primado do negociado sobre o legislado, Nota Técnica nº2 de outubro de 2018 MPT, Nota Técnica nº3 de março de 2019 MPT, e Enunciado nº24 do MPT; 04. Referendar ou não o desconto aprovado do valor equivalente ao percentual de 2% (dois por cento) do salário piso do conferente já aprovado - R$ 2.037,48 (dois mil e trinta e sete reais e quarenta e oito centavos) em maio de 2022, e 2.083,24 (dois mil e oitenta e três reais e vinte e quatro centavos) em outubro de 2022 - a ser descontado mensalmente de todos os integrantes da categoria laboral, a título de contribuição negocial devida por todos os membros da categoria profissional associados ou não ao Sindicato, em função da participação da entidade sindical na formulação das normas coletivas, considerando-se a permanência da unicidade sindical - uma vez que todos os trabalhadores da categoria são beneficiados pela norma coletiva geral -, para que surta os efeitos legais na condição de concordância expressa, tudo em obediência ao disposto na sentença exarada pela 4ª Vara do Trabalho de São Paulo na data de 02.12.2021, a qual encontra-se homologada e já transitada em julgado, e ademais conforme a Lei 13.467/17 que estabeleceu o primado do negociado sobre o legislado, Nota Técnica nº2 de outubro de 2018 MPT, Nota Técnica nº3 de março de 2019 MPT, e Enunciado nº24 do MPT; 05. Estabelecimento das medidas para apresentação de carta de oposição ao desconto acordado na Convenção Coletiva 2022/2023. Serão respeitadas as normas sanitárias federais, estaduais e municipais vigentes, assim como tomadas todas as medidas pertinentes à higienização e prevenção face ao coronavírus. São Paulo, 27 de junho de 2022. **Moacyr Firmino dos Santos**, CPF 180.094.764-04 - Presidente.

ABIMDE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA
Av. Brig. Luís Antônio, 2367 – 12º andar – Conj. 1211 – Edifício Barão de Ouro Branco
Jardim Paulista – São Paulo/SP – CEP: 01.401-000 - Fone: (11) 3170-1860

Consultamos as possíveis empresas nacionais que forneçam os serviços: Serviço de descarte de artefatos explosivos/desmilitarização. Descrição: Segregação dos produtos ativos das demais partes; Descaracterização dos componentes não ativos por meio de trituração, deformação e remoção de logomarcas e inscrições de características, nomenclatura, identificação e/ou qualquer outro caracter alfanumérico e código de cores; e Destruição das partes ativas por processo de detonação controlada ou incineração; a se manifestarem com a devida comprovação e em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação deste informe, nos termos de nossa Norma de Emissão de Declaração de Exclusividade. Caso não haja qualquer manifestação em contrário até o fim deste prazo, será expedida a Declaração de Exclusividade. São Paulo, 28 de junho de 2022.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão: 08/07/2022, às 10h30 | 2º Público Leilão: 12/07/2022, às 10h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **VCI CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ/RFB nº 16.587.536/0001-95, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 115, TIPO "2", 1º PAVIMENTO DO BLOCO Nº 03 - EDIFÍCIO FOREVER ZEN, integrante do empreendimento "FOREVER RESIDENCE RESORT"**, situado na Rua Senhora do Porto, nº 77, Vila Barros, Guarulhos/SP, contendo as seguintes áreas: privativa de 61,7700m²; comum de divisão não proporcional de 25,8622m², já incluído o direito ao uso de 01 vaga indeterminada, localizada na garagem coletiva; comum de divisão proporcional de 20,0078m², sendo 11,8000m² de área padrão de construção do condomínio e 8,2078m² de área descoberta; total de 107,6399m²; FIT de 14,6243m², e nas demais coisas de uso comum o coeficiente de 0,2925%. Matrícula Imobiliária nº 155.782 do 2º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 084.42.99.0001.03.003. Valores: **1º Leilão: R$ 514.686,23**. **2º Leilão: R$ 457.720,65**. **Encargos do Arrematante**: **i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Quitação de todas as despesas que vencerem a partir da data da arrematação; **iv)** Verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; **v)** Venda ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **vi) IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo do arrematante. Ficam os Devedores Fiduciantes **ANTONIO FIRMINO DA SILVA**, CPF nº 630.574.414-91 e **MARIA JOSE DE LIMA SILVA**, CPF nº 320.986.934-00, comunicados das datas dos leilões também pelo presente edital. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital Completo de Leilão, disponível no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR.** Maiores informações pelo e-mail **contato@pecinileiloes.com.br**; WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 010/2022

O Município de Jaguariúna torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberta nesta Prefeitura a CONCORRÊNCIA Nº 010/2022, cujo objeto é a ampliação do sistema de automação e telemedição existente no DAE, incluindo 04 novas estações (Nova Jaguariúna, Florianópolis, Ana Helena e Rinaldi), espelhamento de tela na ETA e versão mobile para smartphones, conforme demais especificações contidas no Edital. O encerramento do prazo para a entrega dos envelopes se dará no dia 01 de agosto de 2022 às 09:00 horas. O Edital completo poderá ser consultado e adquirido no Departamento de Licitações e Contratos, sito à Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Jaguariúna/SP, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou através do site www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br a partir do dia 28 de junho de 2022. Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9707, com Esther, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9757, com Edson, (19) 3867-9760, com Luciano, (19) 3867-9825, com Renato ou pelo endereço eletrônico: renato_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.
Jaguariúna, 27 de junho de 2022.
Antonia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 093/2021
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2021
Contratada: Projecon Projetos & Construções LTDA – CNPJ 26.588.542/0001-10
Contratante: Município de Jaguariúna
Objeto: Confecção de passarela sobre a Rodovia SP-095 – Pq. Florianópolis. Fica prorrogado o prazo de execução do objeto por mais 06 meses a contar de 25/04/2022, isto é, até 25/10/2022, bem como prorrogada a vigência contratual por mais 06 meses a contar de 25/06/2022, isto é, até 25/12/2022. Ratificam-se neste ato todas as cláusulas do Contrato, as quais permanecem inalteradas para todos os efeitos legais.
Secretaria de Gabinete, 24 de junho de 2022
Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva - Secretária Municipal de Gabinete

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220033

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220033 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, para atender as necessidades de apoio ao desenvolvimento de projetos, contratação, fiscalização e controle de obras na capital e interior do Ceará. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4892022, até o dia 11/07/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 24 de Junho de 2022. SIMONE ALENCAR ROCHA - PREGOEIRA

Comunicado

A **TELEFÔNICA BRASIL S.A.**, denominada Vivo, comunica aos seus clientes residenciais e aos usuários em geral, a prorrogação do prazo para novas adesões da Oferta Conjunta denominada "Oferta Vivo Fibra", composta pelos Planos Alternativos de Serviços - PA nº 137 "VIVO FIXO ILIMITADO LOCAL" e pelo PA nº 137 e 138 "PROMOÇÃO VIVO FIXO ILIMITADO BRASIL", válido para chamadas locais originadas de terminais fixos pós-pagos e destinadas a terminais fixos e móveis em sua área de autorização Regiões I, II e setor 33 da Região III do PGO, a partir do dia 01/07/2022 até 30/09/2022 e seus benefícios terão vigência por 12 (doze) meses após a sua contratação.

Os valores a serem praticados da oferta de 1P e os valores dos minutos excedentes fixo-fixo e fixo-móvel se mantém os mesmos publicados no Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, no dia 18/06/2022, nas páginas A20 e A22, no dia 21/05/2021, nas páginas A11 e A12 e dia 30/01/2021, no Caderno Mercado, nas páginas 5 e 6 e os valores da oferta de 2P e 3P no Jornal Folha de São Paulo nos dias 06/09/2020, no Caderno Mercado na página 5, no dia 15/09/2020 na página A26, no dia 09/10/2020 nas páginas A22 e A23 e no dia 29/01/2021 na página A22.

Maiores informações podem ser obtidas acessando o regulamento da Promoção no site www.vivo.com.br ou no nosso Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) 103 15, que funciona 24 horas, nos sete dias da semana. Pessoas com necessidades especiais de fala/audição, ligue 142. Para saber qual a loja VIVO mais perto de você acesse www.vivo.com.br.

Comunicado

A **TELEFÔNICA BRASIL S.A.**, denominada Vivo, comunica aos seus clientes residenciais e aos usuários em geral, a prorrogação do prazo para novas adesões da Oferta Conjunta denominada "Oferta Vivo Fibra", composta pelos Plano de Serviços Local PA nº 283 - "PLANO ILIMITADO LOCAL" e PA nº 283 e 284 "Promoção VIVO FIXO ILIMITADO BRASIL", válido para chamadas locais originadas de terminais fixos pós-pagos e destinadas a terminais fixos e móveis, em sua área de Concessão, setor 31 da Região III do Plano Geral de Outorgas (PGO), a partir do dia 01/07/2022 até 30/09/2022 e seus benefícios terão vigência por 12 (doze) meses após a sua contratação.

Os valores a serem praticados da oferta 1P e os valores dos minutos excedentes fixo-fixo e fixo-móvel se mantém os mesmos publicados no Jornal Folha de São Paulo, no dia 18/06/2022, na página B8 e no Jornal Agora São Paulo no dia 21/05/2021, nas páginas A11 e A12 e no dia 30/01/2021, nas páginas A11 e A13 e os valores das ofertas de 2P e no 3P no Jornal Agora São Paulo no dia 09/10/2020 nas páginas A8 e A10 e no dia 29/01/2021 na página A9 e no Jornal Folha de São Paulo, nos dias 06/09/2020 no Caderno Mercado, nas paginas 5 e 16 e no dia 15/09/2020 nas páginas A18 e A21.

Maiores informações podem ser obtidas acessando o regulamento da Promoção no site www.vivo.com.br ou no nosso Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) 103 15, que funciona 24 horas, nos sete dias da semana. Pessoas com necessidades especiais de fala/audição, ligue 142. Para saber qual a loja VIVO mais perto de você acesse www.vivo.com.br.

MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.532/2022
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA EM PAVIMENTAÇÃO DE PISO EM CONCRETO (INTERTRAVADO) NA RUA ORLANDO BOAVENTURA DA COSTA (PARCIAL), LOTEAMENTO JARDIM ELDORADO, BAIRRO VARADOURO, NESTE MUNICÍPIO. **DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES:** 14/07/2022 ÀS 09H00. O edital licitatório e seus anexos poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Santa Isabel, sito na Avenida República n° 530, 4º Andar, Centro – Santa Isabel/SP, das 08h00 às 17h00 ou **Portal da Transparência:** www.santaisabel.sp.gov.br - link: Licitações e ainda no mural de avisos no térreo deste endereço.

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.272/2022
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA DAS ACÁCIAS (PARCIAL); SINALIZAÇÃO E ÁREA DE PASSEIO NA RUA MARIA DE LOURDES SAES NUNES (PARCIAL) NO BAIRRO MORRO GRANDE, LOTEAMENTO JARDIM DAS ACÁCIAS, NESTE MUNICÍPIO. **DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES:** 19/07/2022 ÀS 09H00. O edital licitatório e seus anexos poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Santa Isabel, sito na Avenida República n° 530, 4º Andar, Centro – Santa Isabel/SP, das 08h00 às 17h00 ou Portal da Transparência: www.santaisabel.sp.gov.br - link: Licitações e ainda no mural de avisos no térreo deste endereço.

AVISO DE LICITAÇÃO- REPUBLICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 540/2022
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO PREDIAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. **DATA E HORA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 13/07/2022 ÀS 09H00. O edital licitatório e seus anexos poderá ser obtido no endereço eletrônicos: www.santaisabel.sp.gov.br, Link: Licitações. Maiores informações estão disponíveis através do telefone (11) 4656-8746 / 8731 ou e-mail: licitacao@santaisabel.sp.gov.br.

Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis de Marília e Região, pelo presente Edital ficam convocados todos os associados que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no próximo dia 14 de julho 2022, à Rua Paraíba, nº 577, Bairro Banzato, Marília/SP às 16h00 em primeira convocação com 2/3 dos associados ou 16h30min em segunda convocação, com qualquer número de associados para tratar da seguinte ordem do dia: a)Tomar conhecimento e deliberar sobre parecer do Conselho Fiscal da entidade a respeito do Balanço Financeiro do Exercício de 2021. Marília/SP, 28 de junho de 2022. Rosângela Aparecida Rodrigues - Diretora Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO – O **DEPARTAMENTO DE ESGOTO E ÁGUA DE GUAÍRA (DEAGUA)** torna público que o Pregão Presencial nº 08/2022 – Edital nº 09/2022 – Processo Licitatório nº 29/2022 – tipo menor preço por item – Objeto: Aquisição de produtos de limpeza, higienização e gênero alimentício para uso da Autarquia Municipal – será realizado na Estação de Tratamento de Água "Manoel Joaquim de Almeida", localizada na Avenida 35-A, n° 288, bairro Reynaldo Stein, no município de Guaíra/SP. **Data de Abertura e Credenciamento: 12/07/2022 às 09h00min**. Disponibilizamos o EDITAL, franco de pagamento, na Sede Administrativa do DEAGUA, localizada na Rua 12, nº 315, Centro, Guaíra/SP, das 09h às 16h e/ou no site www.deagua.com.br. Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@deagua.com.br ou pelo Tel. (17) 3330-1500, das 09h às 16h. Guaíra/SP, 27 de junho de 2022. José Mauro Caputi Júnior – Diretor.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1934/2022
COTA RESERVADA PARA ME/EPP
REPUBLICAÇÃO

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de empresa, com cota reservada para ME/EPP, para fornecimento de mobiliários, compreendendo: mesas de escritório, cadeiras, estantes de aço, longarinas, arquivos, estação de trabalho e divisor de mesa, destinados as Unidades Básicas de Saúde - UBS; conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I, a cargo da Secretaria de Saúde. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 13 de julho de 2022. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 28/06/2022 até as 13h30min do dia 13/07/2022. Abertura de Propostas Iniciais: 13/07/2022 às 13h35min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 13/07/2022 às 14hs.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br
Estância Turística de Salto, 27 de junho de 2022.
Marcio Conrado - Secretário de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220009

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220009, de interesse da Superintendência de Obras Hidráulicas – SOHIDRA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de materiais de consumo (Brocas), conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 8462022, até o dia 11/07/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 20 de Junho de 2022. ÊNIO JOSÉ GONDIM GUIMARÃES - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220815

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220815 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 8152022, até o dia 11/07/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 20 de Junho de 2022. RAIMUNDO VIEIRA COUTINHO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220056

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220056 de interesse da Secretaria da Educação – SEDUC, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de laboratórios de robótica com treinamento para professores, visando atender às Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 9652022, até o dia 11/07/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Junho de 2022. MARCOS ANTÔNIO FROTA RIBEIRO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220057 - IG No 1164813000

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220057 de interesse da Secretaria da Educação – SEDUC, cujo OBJETO é: Contratação de serviços de locação de veículos (veículos tipos S.U.V, de referência tipo Chevrolet / Trailblazer, caminhão baú e caminhão baú grande), com motorista e ajudantes para serviço de carga e descarga, visando atender às demandas da Rede Estadual de Ensino em todo o Estado do Ceará, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 9542022, até o dia 11/07/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Junho de 2022. JANES VALTER NOBRE RABELO - PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM - SP

EXTRATO CONTRATO

Termo de alteração contratual nº 01/22 – Alteração de Endereço. Ata de Registro de Preços nº 08/22 - Processo nº 06/22. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 02/22. **Contratada:** CASSIA COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA. **Alteração de endereço de: Rua Kantoko Iha, nº 92, na Cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo, CEP 18.304-190, para Av Doutor Pericles de Freitas, nº 96, Terras do Embirucu, na Cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo, CEP 18.304-750. Data da assinatura:** 23 de junho de 2022. **Objeto:** "Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar, para as escolas de Jumirim EMEB-Jumirim "Governador Mário Covas Junior", E.E. "Prof. Jefferson Soares de Souza"; EMEB "Marina Luchesi Fávero"; EMEB "Laerte Adelso Tezoto", para o período de 12 meses."

Termo de alteração contratual nº 01/22 – Alteração de Endereço. Ata de Registro de Preços nº 05/22 - Processo nº 06/22. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 02/22. **Contratada:** CASSIA COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA. **Alteração de endereço de: Rua Kantoko Iha, nº 92, na Cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo, CEP 18.304-190, para Av Doutor Pericles de Freitas, nº 96, Terras do Embirucu, na Cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo, CEP 18.304-750. Data da assinatura:** 23 de junho de 2022. **Objeto:** "Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar, para as escolas de Jumirim EMEB-Jumirim "Governador Mário Covas Junior", E.E. "Prof. Jefferson Soares de Souza"; EMEB "Marina Luchesi Fávero"; EMEB "Laerte Adelso Tezoto", para o período de 12 meses."

Ata de Registro de Preço nº 23/22 Processo nº 836/22 – Pregão Presencial nº 08/22. **Contratado:** CENTRO PAULISTA DE CIRURGIA OCULAR LTDA. **Data da assinatura:** 21/06/2022. **Valor do Contrato:** R$ 45.600,00. **Objeto:** "Contratação de serviço especializado para consultas oftalmológicas para atendimentos de pacientes do Sus do Centro de Saúde Braziliano Poggi". **Prazo:** 21/06/22 a 21/06/2023.

COMUNICADO DE ADJUDICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Jumirim leva ao conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº 08/22 – Processo nº 836/22, tendo como objeto: "Contratação de serviço especializado para consultas oftalmológicas para atendimentos de pacientes do Sus do Centro de Saúde Braziliano Poggi", foi adjudicado pelo Pregoeiro, Sr. Danillo Antônio de Camargo Nitrini em favor da empresa: CENTRO PAULISTA DE CIRURGIA OCULAR LTDA. Data: 13/06/2022.

A Prefeitura Municipal de Jumirim leva ao conhecimento dos interessados que a Carta Convite nº 16/22 – Processo nº 757/22, tendo como objeto "REFORMA DO CRAS DE JUMIRIM/SP", foi adjudicado pela autoridade competente, Daniel Vieira em favor de B 3 - ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA. Data: 22/06/2022.

A Prefeitura Municipal de Jumirim leva ao conhecimento dos interessados que a Tomada de Preços nº 01/22 – Processo nº 781/22, tendo como objeto "Contratação de Empresa Especializada em Construção Civil para a execução da CRECHE ESCOLA que será construída no Bairro São Matheus, município de Jumirim/SP", foi adjudicado pela autoridade competente, Daniel Vieira em favor de MATHESIS ENGENHARIA & CONSTRUCAO LIMITADA. Data: 21/06/2022.

COMUNICADO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Jumirim leva ao conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº 08/22 – Processo nº 836/22, tendo como objeto: "Contratação de serviço especializado para consultas oftalmológicas para atendimentos de pacientes do Sus do Centro de Saúde Braziliano Poggi", foi homologado pela autoridade competente, Daniel Vieira em favor da empresa CENTRO PAULISTA DE CIRURGIA OCULAR LTDA. Data: 13/06/2022.

A Prefeitura Municipal de Jumirim leva ao conhecimento dos interessados que a Carta Convite nº 16/22 – Processo nº 757/22, tendo como objeto "REFORMA DO CRAS DE JUMIRIM/SP", foi homologado pela autoridade competente, Daniel Vieira em favor de B 3 - ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA. Data: 22/06/2022.

A Prefeitura Municipal de Jumirim leva ao conhecimento dos interessados que a Tomada de Preços nº 01/22 – Processo nº 781/22, tendo como objeto "Contratação de Empresa Especializada em Construção Civil para a execução da CRECHE ESCOLA que será construída no Bairro São Matheus, município de Jumirim/SP", foi homologado pela autoridade competente, Daniel Vieira em favor de MATHESIS ENGENHARIA & CONSTRUCAO LIMITADA. Data: 21/06/2022.

Jumirim, 27 de junho de 2022. Daniel Vieira. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

Guilherme Antônio dos Santos, Secretário Municipal de Planejamento Obras e Serviços do Munícipio de São José do Rio Pardo, torna público que acha - se aberta a **Tomada de Preço Nº 27/2022**, para Contratação de empresa especializada com fornecimento de mão de obra e material, para prestação de serviços de ampliação do Centro de Referência em Saúde Mental, conforme Projeto, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Cronograma Físico Financeiro, com encerramento dia 14/07/2022 às 09:00 horas. Mais informações pelo telefone (19) 3682-7831, no setor de licitações – Praça dos Três Poderes nº 01 – Centro, São José do Rio Pardo - SP, o edital estará disponível no endereço eletrônico: http://saojosedoriopardo.sp.gov.br/.

Acha-se aberta no **Hospital Regional de Assis, o Pregão Eletrônico nº 104/2022 a referente ao Processo SES/2022/24565, ordem de compras 090121000012022oc00192 objetivando a** Contratação de Empresa Terceirizada Especializada em Serviços de Lavanderia Hospitalar nas dependências da Contratada, com locação de enxoval incluindo Serviços de Gerenciamento e Controle, através de pregão eletrônico. **O tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 12/07/2022 às 9h00min, através do site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br. O edital estará disponível para consulta e retirada através dos sites www.e-negociospublicos.com.br. CONTATO TELEFÔNICO COM JACQUELINE CHAHDE (18) 3302-6047/ 3302-6008**

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Amparo/SP

LICITAÇÃO: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002939/2022 – ÓRGÃO: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE AMPARO/SP – **MODALIDADE:** PREGÃO Nº 24/2022 (ELETRÔNICO). **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REPOSIÇÃO DOS ESTOQUES DO ALMOXARIFADO CENTRAL DO SAAE AMPARO PELO PERIODO ESTIMADO DE 12 (DOZE) MESES CONFORME EDITAL E ANEXOS. COMUNICADO:** A gerente da divisão de suprimentos respeitosamente comunica que a data de realização do pregão supracitado, anteriormente marcada para o dia 08/07/2022 está **SUSPENSA** em face de falha no sistema eletrônico do pregão. **NOVO PRAZO PARA CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS / NOVA DATA DE REALIZAÇÃO: A SEREM DEFINIDOS.** Edital retificado será disponibilizado em momento oportuno na Divisão de Suprimentos do SAAE AMPARO, das 9h00 às 16h00 ou através dos seguintes endereços: https://saaeamparo.sp.gov.br/categoria/pregao e https://egov.paradigmabs.com.br/cebi/Default.aspx INFORMAÇÕES: Tel (19) 3808-8400, ramais 237 / 261, com Tauan ou Marli. Amparo, 27 de junho de 2022.
MARLI ROLEDO MAIORAL - Gerente de Suprimentos

SINDICAR – SINDICATO DOS CARREGADORES AUTÔNOMOS DE HORTIFRUTIGRANJEIROS E PESCADOS EM CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 69.131.290/0001-09
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

De conformidade com as leis vigentes e sobretudo, conforme o Estatuto Social do SINDICAR em seu artigo 12º, afim de cumprir o determinado no art. 13º, ficam todos os associados e carregadores vinculados a esta entidade, convocados para a Assembleia Geral Ordinária que será realizada no no dia 30 de junho de 2.022, com primeira chamada às 14:40 horas e a segunda chamada às 15:20 horas, na Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946 – EDSED 01 – conjunto 10 – Vila Leopoldina - São Paulo – SP no auditório. Para apreciarem as seguintes ordens do dia: A) Apreciação a prestação das contas da administração da entidade no período do ano de 2.021. B) O tesoureiro e o Presidente da Entidade irão relatar sobre as receitas x despesas do ano 2021 e os motivos pelos quais a Diretoria não pode exercer a previsão orçamentaria para o período 2021/2022 como também para o período 2022/2023. (C) Votação para aprovação ou não dos itens A e B; (D) – A leitura da carta de renuncia do Secretario Geral e a indicação para substituição deste cargo pelo Primeiro Secretário, conforme sua renuncia enviada.

São Paulo, 24 de junho de 2022.
JOSE PINHEIRO DE SOUZA – Presidente.

MUNICÍPIO DE GUARANTÃ/SP
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
PROCESSO N.º 045/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022

EDITAL Nº023/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INFRAESTRUTURA URBANA, CONFORME TERMOS DE CONVÊNIOS 100343/2022, 100551/2022, 100555/2022, 100512/2022 E 100341/2022, ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTE POR SUA SUBSECRETARIA DE CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS E ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E O MUNICÍPIO DE GUARANTÃ. MARCOS ROBERTO FRUGERI, Prefeito do Município de Guarantã/SP, usando de suas atribuições legais, e observadas os requisitos da Lei Federal Nº8.666/93 e suas posteriores alterações e demais legislações pertinentes à espécie, tendo em vista a manifestação da Comissão Municipal de Licitação – COMUL, faço saber que nesta data HOMOLOGO o Processo em epígrafe e ADJUDICO o objeto do Processo Licitatório nº 045/2022, referente a Tomada de Preços nº 004/2022, ao respectivo vencedor, como segue: TELETUSA TELEFONIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ Nº 54.826.144/0001-20, no valor total de R$ 911.294,99 (novecentos e onze mil duzentos e noventa e quatro reais e noventa e nove centavos). Determina a publicação no local de costume, conforme a modalidade da Licitação.
Guarantã, 27 de junho de 2022.
MARCOS ROBERTO FRUGERI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberta no Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração, às seguintes licitações:
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2022 – Registro de preço para contratação de empresa especializada em ensaios e corpo de prova em vias públicas do Município, pelo prazo de 12 (doze) meses.
Sessão Pública do Pregão: 08 de julho de 2022 à partir das 09h. Tempo para credenciamento: 15 minutos.
Local: Sala do Pregão do Departamento de Compras, situada na Rua Pedro Álvares Cabral, 83 – Centro, Araras - SP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2022 – Registrar o menor preço para kit de sondagem vesical, destinado a Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 12 (doze) meses.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 8h do dia 11 de julho de 2022.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 8h30min do dia 11 de julho de 2022.
TEMPO DE DISPUTA: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.
A pasta contendo os editais e anexos estarão à disposição para leitura e retirada no site www.araras.sp.gov.br ou no Departamento de Compras, situada na Rua Pedro Alvares Cabral nº 83 centro, em dias úteis no horário das 09:00 às 16:00 horas.
Todas as informações poderão ser obtidas no órgão supra ou telefone/fax (19) 3547-3107 ou e-mail compras@araras.sp.gov.br.
Araras, 27 de junho de 2022.
ÉLCIO RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Municipal de Administração

SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda.

CNPJ nº 07.278.350/0001-63

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	2021	2020
Circulante	**104.290**	**98.331**
Caixa e equivalentes de caixa	3.180	2.051
Aplicações financeiras	4.864	20.032
Contas a receber de clientes	28.535	35.665
Estoques	60.089	35.645
Tributos e contribuições a recuperar	2.359	684
Contas a receber - partes relacionadas	10	380
Outros créditos	5.253	3.874
Não circulante	**16.596**	**20.899**
Tributos e contribuições a recuperar	1	21
Outros créditos	3.247	4.329
Imobilizado	8.409	9.610
Intangível	4.939	6.939
Total do ativo	**120.886**	**119.230**

Passivo e patrimônio líquido	2021	2020
Circulante	**324.321**	**280.281**
Empréstimos e financiamentos	24.951	1.112
Fornecedores	26.469	29.040
Outras obrigações	98.338	88.421
Prestamistas a pagar	112.098	103.222
Tributos e contribuições sociais	42.996	40.568
Obrigações trabalhistas	9.202	10.628
Contas a pagar - partes relacionadas	2.607	1.900
Outras receitas antecipadas	222	222
Outras contas a pagar	7.438	5.168
Não circulante	**10.149**	**9.996**
Empréstimos e financiamentos	1.474	1.278
Provisão para demandas judiciais	8.248	8.068
Outras receitas antecipadas	427	650
Patrimônio líquido	**(213.583)**	**(171.047)**
Capital social	550.400	526.015
Adiantamento para futuro aumento de capital	25.705	–
Outros resultados abrangentes	(217)	(113)
Prejuízos acumulados	(789.471)	(696.949)
Total do passivo e patrimônio líquido	**120.886**	**119.230**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
(=) Prejuízo do exercício	**(92.522)**	**(16.149)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação do imobilizado	3.110	2.980
Amortização do intangível	3.051	3.272
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	460	–
Juros sobre financiamentos	1.868	215
Baixa do ativo imobilizado	482	369
Baixa do ativo intangível	2	423
Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(706)	2.385
Adição/(reversão) de provisão para riscos processuais	180	(1.329)
Provisão para perdas com estoques	4	33
Outras receitas antecipadas	(222)	(222)
Resgates de prestamistas	(109.899)	(108.327)
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Contas a receber de clientes	7.836	(4.538)
Estoques	(24.447)	7.928
Tributos e contribuições a recuperar	(1.655)	103
Outros créditos - partes relacionadas	370	(371)
Outros créditos	(297)	(2.984)
Fornecedores	(2.571)	(529)
Outras obrigações	9.917	12.125
Recebimento de prestamistas	129.412	121.416
Repasses ao tesouro	(10.637)	(13.946)
Tributos e contribuições sociais	2.428	2.603
Obrigações trabalhistas	(1.530)	2.300
Contas a pagar - partes relacionadas	707	1.874
Outras contas a pagar	2.270	–
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(82.392)**	**9.632**
Pagamentos de juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(460)	–
Pagamentos de juros sobre empréstimos - empréstimos e financiamentos	(1.764)	2
Fluxo de caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(84.616)**	**9.634**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aplicações financeiras	15.168	(17.300)
Adições ativo imobilizado	(2.390)	(2.945)
Adições do ativo intangível	(1.053)	(894)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**11.725**	**(21.139)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos - partes relacionadas	18.600	–
Captação de empréstimos e financiamentos	40.659	2.191
Pagamento principal de empréstimos - Partes relacionadas	(18.600)	–
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal	(16.728)	(1.424)
Aumento de capital	24.384	9.272
Adiantamento para futuro aumento de capital	25.705	–
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**74.020**	**10.039**
Aumento/(Redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	**1.129**	**(1.465)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.051	3.516
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.180	2.051
Aumento/(Redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	**1.129**	**(1.465)**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Receita operacional líquida	318.670	370.070
(–) Custo dos produtos vendidos	(124.673)	(122.065)
(=) Lucro bruto	**193.997**	**248.005**
(+/–) (Despesas)/receitas operacionais		
Despesas com vendas	(159.127)	(151.572)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros	706	2.385
Gerais e administrativas	(119.592)	(112.228)
Outras receitas (despesas) operacionais	9.426	10.344
(=) Resultado antes do resultado financeiro	**(74.590)**	**(3.066)**
Receitas financeiras	3.597	4.088
Despesas financeiras	(21.529)	(17.171)
(=) Resultado financeiro líquido	**(17.932)**	**(13.083)**
(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(92.522)**	**(16.149)**
(=) Prejuízo do exercício	**(92.522)**	**(16.149)**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(92.522)	(16.149)
Plano de benefício assistência médica - CPC 33	(104)	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(92.626)**	**(16.149)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital social	AFAC	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**508.117**	**8.626**	**(113)**	**(680.800)**	**(164.169)**
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	–	9.272	–	–	**9.272**
Aumento de capital	17.898	(17.898)	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	(16.149)	**(16.149)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**526.015**	**–**	**(113)**	**(696.949)**	**(171.047)**
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	–	50.089	–	–	**50.089**
Aumento de capital	24.384	(24.384)	–	–	–
Plano de benefício assistência médica - CPC 33	–	–	(104)	–	**(104)**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(92.522)	**(92.522)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**550.399**	**25.705**	**(217)**	**(789.471)**	**(213.583)**

Daniela Antunes de Oliveira Rocha - Contadora - CRC SP-275306/O-8

SS Industrial S.A.

CNPJ nº 07.290.528/0001-91
Avenida das Comunicações, 927
Industrial Anhanguera - Osasco/SP

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	35	12	3.215	2.063
Aplicações financeiras	7.377	14.405	12.241	34.438
Contas a receber de clientes	–	–	28.535	35.665
Estoques	–	–	60.089	35.645
Tributos e contribuições a recuperar	199	135	2.558	819
Contas a receber - Partes relacionadas	–	–	10	380
Outros créditos	–	–	5.253	3.874
Total do ativo circulante	**7.611**	**14.552**	**111.901**	**112.884**
Não circulante				
Tributos e contribuições a recuperar	465	465	466	486
Outros créditos	–	–	3.247	4.329
Imobilizado	–	–	8.409	9.610
Intangível	–	–	4.939	6.939
Total do ativo não circulante	**465**	**465**	**17.061**	**21.364**
Total do ativo	**8.076**	**15.017**	**128.962**	**134.248**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	–	–	24.951	1.112
Fornecedores	8	8	26.478	29.048
Outras obrigações	–	–	98.338	88.421
Prestamistas a pagar	–	–	112.098	103.222
Tributos e contribuições sociais	4	4	43.000	40.572
Obrigações trabalhistas	–	–	9.202	10.628
Contas a pagar - partes relacionadas	–	–	2.607	1.900
Outras receitas antecipadas	–	–	222	222
Outras contas a pagar	–	–	7.438	5.168
Total do passivo circulante	**12**	**12**	**324.334**	**280.293**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	–	–	1.474	1.278
Provisão para perda em investimento	213.585	171.047	–	–
Provisão para demandas judiciais	138	–	8.386	8.068
Outras receitas antecipadas	–	–	427	650
Total do passivo não circulante	**213.723**	**171.047**	**10.287**	**9.996**
Patrimônio líquido				
Capital social	590.755	580.755	590.755	580.755
Adiantamento para futuro aumento de capital	33.098	–	33.098	–
Reserva de ágio	650	650	650	650
Outros resultados abrangentes	(217)	(113)	(217)	(113)
Prejuízos acumulados	(829.945)	(737.333)	(829.945)	(737.333)
Total do patrimônio líquido	**(205.659)**	**(156.041)**	**(205.659)**	**(156.041)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**8.076**	**15.017**	**128.962**	**134.248**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA- EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
(=) Prejuízo do exercício	**(92.612)**	**(16.056)**	**(92.612)**	**(16.056)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação do imobilizado	–	–	3.110	2.980
Amortização do intangível	–	–	3.051	3.272
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	–	–	460	–
Juros sobre financiamentos	–	–	1.868	215
Resultado da equivalência patrimonial	92.522	16.149	–	–
Baixa do ativo imobilizado	–	–	481	360
Baixa do ativo intangível	–	–	2	423
Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	–	–	(706)	2.385
Adição/(reversão) de provisão para riscos processuais	138	–	318	(1.329)
Provisão para perdas com estoques	–	–	4	33
Outras Receitas Antecipadas	–	–	(223)	(222)
Resgates de prestamistas	–	–	(109.899)	(108.327)
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo				
Contas a receber de clientes	–	–	7.836	(4.538)
Estoques	–	–	(24.447)	7.928
Tributos e contribuições a recuperar	(61)	38	(1.719)	151
Outros créditos - Partes relacionadas	–	–	370	(371)
Outros créditos	–	–	(297)	(2.984)
Fornecedores	–	8	(2.570)	(522)
Outras obrigações	–	–	9.917	12.125
Recebimento de prestamistas	–	–	129.412	121.416
Repasses ao tesouro	–	–	(10.637)	(13.946)
Tributos e contribuições sociais	–	(35)	2.428	2.568
Obrigações trabalhistas	–	–	(1.530)	2.300
Contas a pagar - Partes relacionadas	–	–	707	850
Outras contas a pagar	–	–	2.270	1.024
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(14)**	**104**	**(82.408)**	**9.736**
Pagamentos de juros sobre empréstimos - Partes relacionadas	–	–	(460)	–
Pagamentos de juros sobre empréstimos - Empréstimos e financiamentos	–	–	(1.764)	2
Fluxo de caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(14)**	**104**	**(84.631)**	**9.738**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições do investimento	(50.090)	(9.273)	–	–
Aplicações financeiras	7.028	(11.888)	22.197	(29.188)
Adições ativo imobilizado	–	–	(2.390)	(2.945)
Adições do ativo intangível	–	–	(1.053)	(894)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(43.062)**	**(21.161)**	**18.754**	**(33.027)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos - Partes relacionadas	–	–	18.600	–
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	40.659	2.191
Pagamento principal de empréstimos - Partes relacionadas	–	–	(18.600)	–
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal	–	–	(16.728)	(1.424)
Aumento de capital	10.000	21.000	10.000	21.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	33.098	–	33.098	–
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**43.098**	**21.000**	**67.029**	**21.767**
Aumento/(Redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	**23**	**(57)**	**1.152**	**(1.521)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12	69	2.063	3.584
Caixa e equivelentes de caixa no final do exercício	35	12	3.215	2.063
Aumento/(Redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	**23**	**(57)**	**1.152**	**(1.521)**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Receita operacional líquida	–	–	318.670	370.070
(–) Custo dos produtos vendidos	–	–	(124.673)	(122.065)
(=) Lucro bruto	**–**	**–**	**193.997**	**248.005**
(+/–) (Despesas)/receitas operacionais				
Despesas com vendas	–	–	(159.127)	(151.572)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros	–	–	706	2.385
Gerais e administrativas	(249)	(176)	(119.841)	(112.404)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1)	–	9.425	10.345
Resultado de equivalência patrimonial	(92.522)	(16.149)	–	–
(=) Resultado antes do resultado financeiro	**(92.772)**	**(16.325)**	**(74.840)**	**(3.241)**
Receitas financeiras	201	303	3.798	4.390
Despesas financeiras	(31)	(15)	(21.560)	(17.186)
(=) Resultado financeiro líquido	**170**	**288**	**(17.762)**	**(12.796)**
(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(92.602)**	**(16.037)**	**(92.602)**	**(16.037)**
(–) Imposto de Renda	(6)	(12)	(6)	(12)
(–) Contribuição Social	(4)	(7)	(4)	(7)
(=) Prejuízo do exercício	**(92.612)**	**(16.056)**	**(92.612)**	**(16.056)**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2021	Consolidado 2020
Prejuízo do exercício	(92.612)	(16.056)
Plano de benefício assistência médica - CPC 33	(104)	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(92.716)**	**(16.056)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)

	Capital social	AFAC	Reserva de ágio	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**555.255**	**4.500**	**650**	**(113)**	**(721.277)**	**(160.985)**
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	–	21.000	–	–	–	**21.000**
Aumento de capital	25.500	(25.500)	–	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(16.056)	**(16.056)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**580.755**	**–**	**650**	**(113)**	**(737.333)**	**(156.041)**
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	–	43.098	–	–	–	**43.098**
Aumento de capital	10.000	(10.000)	–	–	–	–
Plano de benefício assistência médica - CPC 33	–	–	–	(104)	–	**(104)**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(92.612)	**(92.612)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**590.755**	**33.098**	**650**	**(217)**	**(829.945)**	**(205.659)**

Daniela Antunes de Oliveira Rocha - Contadora - CRC SP-275306/O-8

As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes, estão disponíveis na sede da Empresa

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ

C.N.P.J. nº 62.070.362/0001-06 - NIRE nº 3530003343-4

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 26 DE ABRIL DE 2022

I - DATA, LOCAL, HORA: Assembleia realizada em 26 de abril de 2022, às 15h00, na sede da companhia, situada na Rua Boa Vista nº 175, Bloco B, 7º andar, São Paulo/SP. **II - CONVOCAÇÃO:** Assembleia regularmente convocada por editais publicados no jornal "Folha de São Paulo", nas edições dos dias 13, 14 e 15/04/2022, às fls. A17, A21 e A16, e nas mesmas datas por meio eletrônico em https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/. **III - QUÓRUM:** Acionistas representando 99,99% do Capital Social, conforme assinaturas lançadas às fls. 84v., do Livro de Presença dos Acionistas. Presentes os acionistas: Fazenda do Estado de São Paulo, representada pela Procuradora do Estado, Laura Baracat Bedicks; Municipalidade de São Paulo, representada pela Procuradora do Município, Katia Leite. **IV - MESA:** Presidente: Sr. Osvaldo Garcia, Presidente do Conselho de Administração. Secretária: Sra. Mariana Albert Acherboim. **V - ORDEM DO DIA: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2021; **2.** Eleger os membros do Conselho de Administração e designar o Presidente do Conselho de Administração; **3.** Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes para mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2023; **4.** Fixar a remuneração dos membros dos órgãos estatutários. **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 1.** Deliberar sobre a reforma do Estatuto Social da Companhia para: atualizar o caput do artigo 3º em decorrência de alteração do Capital Social e modificar os artigos 9º e 46; **2.** Consolidar o Estatuto Social da Companhia em decorrência da deliberação do item 1 da pauta; **3.** Outros assuntos de interesse. **VI - MANIFESTAÇÕES:** O Senhor Presidente registrou o cumprimento das formalidades legais determinadas pela Lei Federal nº 6.404/76 e alterações posteriores, indispensáveis à realização desta Assembleia e consistentes na publicação no jornal Folha de São Paulo nos dias 25, 26 e 27/03/22, às fls. B5, B5 e A22, respectivamente, e nas mesmas datas por meio eletrônico em https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/, do "Aviso aos Acionistas" a que alude o Artigo 133 do referido diploma legal; ainda, na edição de 18/04/22 nos mesmos veículos, do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Referidos documentos foram apresentados aos acionistas e estão arquivados na sede. Estavam também presentes: Sr. Humberto Macedo Puccinelli, Conselheiro Fiscal, e Fernanda Carolina Inácio, representante da Mazars Auditores Independentes SS, não sendo solicitados esclarecimentos. Os assuntos objeto da ordem do dia foram encaminhados ao prévio exame do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, que se manifestou por meio dos **Pareceres CODEC nº 028/2022** e **033/2022** (Processo Eletrônico SFP-PRC-2022/00093). **VII - DELIBERAÇÕES:** O voto do acionista Estado de São Paulo foi proferido nos exatos termos dos Pareceres CODEC nº 028/2022 e 033/2022. O voto do acionista Município de São Paulo foi proferido de acordo com o documento nos exatos termos do "Encaminhamento SGM/GAB/EP nº 061958902". Assim, os acionistas decidiram: **Assembleia Geral Ordinária: ITEM 1.** Aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Parecer do Comitê de Auditoria, por unanimidade, abstendo-se de votar o Acionista Municipalidade de São Paulo. **ITEM 2.** Eleger, como Presidente do Conselho de Administração, o Sr. **OSVALDO GARCIA,** brasileiro, viúvo, engenheiro, portador do RG nº 2.847.611/SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 538.650.146-15, residente e domiciliada na Rua Corinto, nº 739, apartamento 102-A, Vila Indiana, São Paulo/SP (em 3º mandato e 2ª recondução); e para membros do Conselho de Administração, Sr. **SILVANI ALVES PEREIRA,** brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 936.405-SSP/GO, inscrito no CPF/MF nº 233.820.821-87, residente e domiciliado no Condomínio Mansões Itaipu, Rua 7, nº 28, ramal 282, Jd. Botânico, Brasília-DF, na qualidade de Diretor-Presidente nos termos do parágrafo 1º, do artigo 8º do Estatuto Social; Sr. **TORQUATO LORENA JARDIM,** brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/DF sob nº 2884 e inscrito no CPF/MF nº 042.029.101-68, residente e domiciliado na Rua Pernambuco, nº 109, apto. 31, Higienópolis, São Paulo, SP (em 3º mandato e 2ª recondução); Sr. **ALMINO MONTEIRO ÁLVARES AFFONSO,** brasileiro, viúvo, advogado, portador do RG nº 10.869.084-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 297.058.198-15, residente e domiciliado na Rua Desembargador Ferreira França nº 40, apartamento nº 132 - Bloco A, São Paulo, SP (em 3º mandato e 2ª recondução); Sr. **GILBERTO MAGALHÃES OCCHI,** brasileiro, divorciado, advogado, portador do RG nº 3.434.955-3 SSP/SE e inscrito no CPF sob o nº 518.478.841-68, residente e domiciliado SQN 208 bloco J apto. 604, Asa Norte - Brasília-DF, CEP - 70853100, (em 2º mandato, 1ª recondução); Sra. **GILSA EVA DE SOUZA COSTA,** brasileira, casada, administradora, portadora do RG nº 401.9520, SSPTC/GO e inscrita no CPF/MF sob o nº 955.679.681-91, residente e domiciliada a Av. Lins de Vasconcelos nº 2880, apto. 132, Vila Mariana, São Paulo - SP, (em 2º mandato, 1ª recondução); Sr. **JOSÉ UMBERTO PEREIRA,** brasileiro, divorciado, pedagogo, portador do RG nº 869.190 SSP/GO e inscrito no CPF/MF nº 166.974.561-91, residente e domiciliado na SQSW 102, bloco E, apartamento 106 - Setor Sudoeste - Brasília/DF (em 3º mandato, 2ª recondução); Sr. **RUY MARTINS ALTENFELDER DA SILVA,** brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Rua Marechal Hastinphilo de Moura nº 338, apartamento 5D, Bloco B, nesta Capital, portador do RG nº 2.417.826-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 028.677.108-04, (em 3º mandato, 2ª recondução) **na qualidade de Conselheiro Independente;** e Sr. **MARCELO DINIZ DE PAULA ROCHA,** brasileiro, viúvo, economista e contador, portador do RG nº 7.677.956-7, SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 074.004.868-61, residente e domiciliado a Rua Princesa Isabel, 1003, apto. 31, bairro do Campo Belo, São Paulo, SP, CEP 04601-002, (em 2º mandato,1ª recondução) **na qualidade de Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria,** por unanimidade de votos, abstendo-se de votar o Acionista Municipalidade de São Paulo. As indicações contaram com a competente autorização governamental (ATG/Ofício nº 085/22-SG), e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal nº 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento (processo eletrônico SFP-PRC-2019/00385, que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho de Administração da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2018), verificando-se a sua aprovação por unanimidade de votos, abstendo-se de votar o Acionista Municipalidade de São Paulo. A representante do acionista Municipalidade de São Paulo, nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia e com fundamento no artigo 239 da Lei Federal nº 6.404/1976, e no artigo 19 da Lei Federal nº 13.303/2016, nos termos do Ofício nº 113/2022/SGM/GAB, de 10/03/2022, daquela municipalidade, resolveu eleger o Sr. **LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO,** brasileiro, casado, advogado e Procurador Municipal, residente e domiciliado na Rua Coronel Oscar Porto nº 472, apartamento 31, nesta Capital, portador do RG nº 44.040.683-3-SSP/SP e CPF/MF nº 366.631.018-46, (em 2º mandato, 1ª recondução) para integrar, como membro, o Conselho de Administração da Companhia do Metrô, tendo a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal nº 13.303/2016, sido atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento. Os conselheiros eleitos deverão exercer suas funções com mandato de dois anos nos termos do estatuto social da empresa, com um novo mandato unificado até a Assembleia que se destinar à aprovação das contas de 2023. A investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, os quais devem ser verificados pela empresa no ato da posse. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. A Declaração de Desimpedimento dos Conselheiros eleitos e os demais documentos apresentados encontram-se arquivados na sede da Companhia. **ITEM 3.** Eleger para compor o Conselho Fiscal da Sociedade, como membros efetivos e seus respectivos suplentes: Sr. **HUMBERTO MACEDO PUCCINELLI,** brasileiro, divorciado, economista, residente e domiciliado na Rua Silvio Sacramento, 225, nesta Capital, portador do RG nº 9.211.361-8-SSP/SP e CPF/MF nº 022.759.188-76, (em 3º mandato, 2º recondução); e sua suplente, Sra. **MARISA DE ANDRADE SANTAREM,** brasileira, solteira, servidora pública estadual, residente e domiciliado à Rua Afonso Pena, 298 - apto. 12 - Bom Retiro - São Paulo - SP, portador de RG nº 06.895.166 SSP/SP e CPF/MF nº 902.107.518-00, (em 1º mandato); Sra. **CLÁUDIA MARIA MENDES DE ALMEIDA PEDROZO,** brasileira, divorciada, advogada, residente e domiciliada à Rua José Maria Lisboa, 696/103 - Jardim Paulista - São Paulo - SP, portadora de RG nº 11878359-6, IFP-RJ e CPF/MF nº 000.957.267-80, (em 1º mandato) e seu suplente, Sr. **AMAURI GAVIÃO ALMEIDA MARQUES DA SILVA,** brasileiro, solteiro, advogado, residente e domiciliado à Rua Capote Valente, 411 - apto. 503 - São Paulo - SP, portador de RG nº 23.889.330-3 SSP/SP e CPF/MF nº 297.782.298-48, (em 1º mandato); Sr. **ANTONIO JOSÉ IMBASSAHY DA SILVA,** brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 66.916.374-0-SSP/SP e inscrito no CPF 023.729.675-68, residente e domiciliado na Rua Waldemar Falcão, 1495 - Edifício Mansão dos Bosques, 2201, Brotas, Salvador, Bahia, e sua suplente, a Sra. **ANDRA ROBERT DE CARVALHO CAMPOS,** brasileira, solteira, administradora, portadora do RG nº 26.250.295-1 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 095.713.388-00, residente e domiciliada na Rua Girassol, 700, apartamento 126, São Paulo, SP (ambos em 3º mandato e 2ª recondução); Sr. **TOMÁS BRUGINSKI DE PAULA,** brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Rua Morás, 588 - ap. 301, Pinheiros, São Paulo - SP, CEP 05434-020, portador do RG nº 1.554.630 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 092.553.068-98, e o seu suplente Sr. **DIEGO ALLAN VIEIRA DOMINGUES,** brasileiro, solteiro, engenheiro, residente e domiciliado na Rua Corrientes, 280, Lapa, São Paulo - SP, CEP 05076-010, nesta Capital, portador do RG nº 27.476.792-2-SSP/RJ e inscrito no CPF/MF sob nº 320.328.238-02, (ambos em 2º mandato e 1ª recondução), por unanimidade de votos, abstendo-se de votar a Acionista Municipalidade de São Paulo. As indicações contaram com a competente autorização governamental (ATG/Ofício nº 085/22-SG), e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal nº 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social (Processo Eletrônico SFP-PRC-2019/00403, que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho Fiscal da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2018). A acionista Municipalidade de São Paulo, nos termos do artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, e com fundamento no artigo 240 da Lei Federal nº 6.404/1976, e em conformidade com os termos do Ofício nº 113/2022/SGM/GAB de 10/03/2022, resolveu eleger o Sr. **ADOLFO CASCUDO RODRIGUES,** brasileiro, divorciado, servidor público municipal e administrador, residente e domiciliado na Praça Centenário de Vila Prudente, 139, apto. 44, Vila Prudente, São Paulo - SP, portador do RG nº 05978304-3-SSP/RJ e CPF/MF nº 912.884.017-87, e o Sr. **MARCELO SOARES DE SOUZA**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Rua Lair, 149 - Vila Albertina, São Paulo-SP, portador do RG º 58.958.341-4 SSP/SP e CPF/MF nº 075.073.037-48, como membros efetivo e suplente, respectivamente, do Conselho Fiscal da Companhia do Metrô. O Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social, atestou a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários. A investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, o que deve ser verificado pela Companhia no ato da posse. Os conselheiros fiscais exercerão suas funções até a próxima Assembleia Geral Ordinária e, na impossibilidade de comparecimento do membro efetivo, deverá ser convocado o respectivo suplente para participar das reuniões e, na falta deste, um dos demais suplentes. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. **ITEM 4.** Aprovar, por unanimidade, a proposta da acionista majoritária, nos termos dos artigos 152, caput, e 162, §3º da Lei federal nº 6.404/1976, e artigo 41, caput, e parágrafo 1º do Estatuto Social, que a remuneração, gratificações, benefícios e vantagens, dos administradores (membros da Diretoria e do Conselho de Administração) e dos membros do Conselho Fiscal, do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento e do Comitê de Auditoria, seja fixada nos estritos termos da Deliberação CODEC nº 001/2018, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 30 de março de 2018, atualizada pela Deliberação CODEC nº 001/2019, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 01 de maio de 2019, abstendo-se de votar o acionista Municipalidade de São Paulo. **Assembleia Geral Extraordinária: ITEM 1.** Aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia para: dar nova redação ao caput do artigo 3º, ao parágrafo 2º do artigo 9º e ao artigo 46 e parágrafos do Estatuto Social, por unanimidade de votos, abstendo-se a Municipalidade. A redação do Estatuto Social para os dispositivos alterados passará a ser: **ARTIGO 3º -** O capital social é de R$ 43.307.459.455,13 (quarenta e três bilhões, trezentos e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e treze centavos), dividido em 7.911.418 (sete milhões, novecentas e onze mil e quatrocentas e dezoito) ações ordinárias, de classe única, nominativas e sem valor nominal". **ARTIGO 9º** ... **Parágrafo segundo -** O regimento interno do Conselho de Administração, ao dispor sobre o exercício do cargo de representante dos empregados, deverá guardar estrita observância em relação aos requisitos e às vedações do artigo 17, da Lei Federal nº 13.303/2016". **ARTIGO 46 -** A empresa assegurará aos membros dos órgãos estatutários por meio de sua área jurídica ou de profissional contratado, a defesa técnica em processos judiciais e administrativos propostos durante ou após os respectivos mandatos, por atos relacionados com o exercício de suas funções. Parágrafo primeiro - A mesma proteção poderá, mediante autorização específica do Conselho de Administração, ser estendida aos empregados, prepostos e mandatários da empresa. Parágrafo segundo - A forma, os critérios e os limites para a concessão da assistência jurídica estabelecida neste artigo serão definidos pelo Conselho de Administração. Parágrafo terceiro - Com a proposta da Diretoria Colegiada, aprovada pelo Conselho de Administração, desde que não implique conflito de interesses, fica assegurada a assistência de advogado do quadro profissional da Companhia. Parágrafo quarto - A empresa poderá, a seu critério, manter permanentemente contratado ou pré-qualificado um ou mais escritórios de advocacia de reconhecida reputação profissional para estar em condições de assumir, a qualquer tempo, a defesa técnica dos agentes abrangidos por este artigo. Parágrafo quinto - Se, por qualquer motivo, não houver escritório de advocacia contratado ou pré-qualificado pela empresa, ou não houver sido indicado e aprovado, em tempo hábil, o profissional para assumir a defesa, o agente poderá contratar advogado de sua própria confiança, caso em que os honorários e outras despesas incorridas na defesa técnica serão reembolsados ou adiantados pela empresa, após a comprovação da realização da despesa ou de sua iminência, desde que os valores envolvidos tenham sido aprovados pelo Conselho de Administração quanto à sua razoabilidade. Parágrafo sexto - A empresa, além de assegurar a defesa técnica e o acesso em tempo hábil a toda a documentação necessária para esse efeito, arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza e depósitos para garantia de instância. Parágrafo sétimo - O agente que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir à empresa os valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando ao interesse da empresa. Parágrafo oitavo - A empresa poderá contratar seguro em favor dos membros dos órgãos estatutários, e, mediante aprovação do Conselho de Administração, em favor de empregados, prepostos e mandatários, para a cobertura de responsabilidades decorrentes do exercício de suas funções". **ITEM 2.** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, por unanimidade de votos, abstendo-se a Municipalidade, passando o Estatuto Social da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô a ter a redação constante no ANEXO I, que é parte integrante desta ata. **ITEM 3.** Nos termos do Parecer CODEC 028/2022, registre-se, por determinação da acionista majoritária, que todas as publicações da Companhia devem continuar sendo realizadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, sem prejuízo do atendimento do artigo 289, da Lei federal nº 6.404/1976. **VIII - ENCERRAMENTO:** a presidência considerou finda a reunião e determinou que fosse lavrada a presente ata, a qual, lida e aprovada, segue assinada pelos membros da mesa, dela tirando-se cópias autênticas para os fins legais. São Paulo, 26 de abril de 2022. (aa) Pelo Conselho de Administração: Osvaldo Garcia. Secretária da Reunião: Mariana Albert Acherboim. Pela Fazenda do Estado de São Paulo: Laura Baracat Bedicks, Procuradora do Estado; Pela Municipalidade: Katia Leite, Procuradora do Município. Certifico que o presente é cópia fiel da Ata lavrada no Livro das Assembleias Gerais nº 02 da Companhia. OSVALDO GARCIA, Presidente do Conselho de Administração. Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP. Certifico o registro sob o número 299.767/22-0, em 21/06/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

METRÔ

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Transportes Metropolitanos

Ainda não lidamos com a endogamia nas universidades

Talvez doutores da elite não sejam o suficiente para pensar o Brasil

Michael França
Ciclista, doutor em teoria econômica pela Universidade de São Paulo; foi pesquisador visitante na Universidade Columbia e é pesquisador do Insper

A sociedade brasileira apresentou avanços na democratização do acesso ao ensino superior nos últimos anos. Porém, o mesmo não pode ser dito sobre a pós-graduação. Ainda existem consideráveis desafios a serem enfrentados se o objetivo for criar as condições necessárias para que jovens talentosos de baixa renda consigam prosperar na carreira acadêmica.

Esses jovens superaram as mais variadas barreiras para chegar até o ensino superior. Contudo, a luta não termina quando são aprovados no vestibular. A graduação é um período marcado pelo desafio de continuar estudando com o baixo apoio financeiro que os pais conseguem dar, e, em muitos casos, as universidades estão localizadas em bairros distantes ou em outras cidades.

O trabalho e o tempo de deslocamento retiram desses jovens a oportunidade de se dedicar com maior empenho à vida universitária. Muitos terão dificuldades para participar dos eventos, projetos de extensão e fazer iniciação científica. Isso pode diminuir o interesse acadêmico e, consequentemente, impactar negativamente a quantidade daqueles que aplicam para o mestrado e doutorado.

O baixo envolvimento com atividades da graduação também pode se refletir negativamente no currículo e no aproveitamento, diminuindo, assim, as chances de eles conseguirem ser aprovados nos programas de pós-graduação mais concorridos.

Do outro lado, os candidatos de alta renda tendem a possuir maior suporte familiar e costumam ter a oportunidade de passar um período se preparando exclusivamente para participar dos processos seletivos nacionais e internacionais.

Assim, mesmo os melhores alunos de baixa renda terão dificuldades na competição acadêmica. Apesar de seus esforços, os resultados alcançados são não apenas um reflexo de suas capacidades cognitivas mas também do descaso que a sociedade brasileira tem com suas trajetórias.

Nos últimos anos, houve um expressivo corte de bolsas de estudos e, sob a cegueira do discurso do mérito, vários departamentos de pós-graduação alocam as poucas bolsas que restaram para os candidatos de alta renda e, assim, desconsideram que muitos estudantes talentosos de baixa renda percorreram um caminho bem maior para chegar até ali.

Entretanto, mesmo com uma bolsa de estudos, o custo de vida nas grandes cidades é alto, e muitos ainda precisam ajudar seus pais financeiramente. Em vários casos, a pressão familiar e o maior retorno inicial do mercado de trabalho são condições suficientes para eles desistirem de continuar estudando.

Desse modo, existe um conjunto de circunstâncias que estão fora do controle do indivíduo e faz com que o custo de continuar na trajetória acadêmica para os estudantes de baixa renda seja maior do que para seus colegas de alta renda. Tal cenário tem profunda repercussão sobre a diversidade da pós-graduação e contribui para que uma parcela expressiva dos professores universitários seja apenas um retrato da elite.

No entanto, sabemos que isso não é uma particularidade das universidades. Dadas a arquitetura de funcionamento da sociedade brasileira e nossa incompetência em diminuir a desigualdade de oportunidades, o que se tem no país é uma espécie de endogamia nas posições de maior status social.

Porém, tal fato é ainda mais preocupante quando consideramos os centros de produção e difusão de conhecimento. Isso porque, assim como a variabilidade genética é essencial para a evolução das espécies, a diversidade de pensamentos é fundamental para o avanço das ideias.

Sem maior inclusão das minorias nos nossos departamentos de pós-graduação, talvez os doutores da elite tenham dificuldades em compreender a complexidade da realidade social brasileira. Vale lembrar que até pouco tempo atrás defendia-se a tese de que o país vivia em plena democracia racial.

*

O texto é uma homenagem à música "Freedom", interpretada por Charles Mingus.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. **Helio Beltrão** | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Eletrobras resiste à queda da Bolsa após privatização

Desde a mudança de controle, ações da empresa acumulam alta de 5,13%, ante perdas de 5,91% do Ibovespa

FOLHAINVEST

Clayton Castelani

SÃO PAULO Nas semanas seguintes à conclusão do seu processo de capitalização, a Eletrobras acumulou ganhos no mercado de ações, apesar do pior momento do ano para a Bolsa de Valores brasileira.

Desde 9 de junho, dia da formação de preço das ações cuja emissão tirou o controle da companhia das mãos do governo federal, os papéis da empresa tiveram valorização de 5,13%, considerando o fechamento do mercado nesta segunda (27). No mesmo intervalo, o Ibovespa afundou 5,91%.

Turbulências domésticas, desencadeadas pela insatisfação do presidente Jair Bolsonaro (PL) com o eventual prejuízo eleitoral do aumento aplicado pela Petrobras aos combustíveis, e o temor de recessão global, ampliado pela alta histórica dos juros nos EUA, levaram o Ibovespa a frequentar seu menor patamar em um ano e meio.

A marca dos 100 mil pontos, perdida no dia 17, só voltou a ser alcançada nesta segunda.

Resistência às oscilações do mercado é uma das características do ramo elétrico e do setor de utilities, como é chamado o segmento dos serviços essenciais, no qual podem ser incluídas companhias fornecedoras de gás, água e saneamento. Por isso investidores chamam de defensivas as ações de empresas desse grupo.

"São empresas resistentes às crises porque têm uma demanda pouco elástica. Elas têm pouca relação com crescimento econômico e são previsíveis quando ao fluxo de caixa, que é muito constante", comenta o economista Paulo Henrique Duarte, da Valor investimentos.

Mesmo comparada ao seu segmento, porém, a Eletrobras tem desempenho superior. Enquanto a empresa registra ganhos na Bolsa desde a sua capitalização, o IEE (Índice de Energia Elétrica) caiu 1,23%.

As elétricas foram melhor [do que o Ibovespa no período], e a Eletrobras foi melhor

Saguão da B3 (Bolsa de SP) após a privatização da Eletrobras Nelson Almeida - 14.jun.22/AFP

Eletrobras em 2022

Evolução do fechamento diário das ações ordinárias (ELET3) na B3

Em R$

50 | 40 | 30 | 20

32,19 — Privatização 43,04 — 45,30

30.dez.21 — 9.jun.22 — 27.jun

Fonte: CMA

> "São empresas resistentes às crises [as do setor de energia elétrica]. Elas têm pouca relação com crescimento econômico
>
> **Paulo Henrique Duarte**
> Valor investimentos

entre os pares dela", diz Duarte. "Ela mostra força [desde a privatização], isso é uma verdade, mas essa também é uma característica do setor."

No ano, o desempenho da Eletrobras é oito vezes superior ao do setor na Bolsa. Enquanto as ações ordinárias da Eletrobras acumulam alta de 35,4%, o IEE subiu 4,4%. Já o resultado do Ibovespa em 2022 é negativo em 3,87%.

A expectativa que antecedeu a privatização é, segundo Duarte, o que explica a discrepância. "O volume de negociação atípico é normal antes de uma capitalização tão grande, depois o papel costuma voltar para margens de preços razoáveis."

Os próximos passos da companhia em relação às boas práticas de governança, redução de custos e investimentos devem ditar também o ritmo de valorização da Eletrobras aos olhos do mercado, segundo Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos.

"Há muita coisa para fazer, mas tem um grande potencial para gatilhos operacionais, financeiros e de governança após esse passo transformacional para a companhia, que agora está em fase incipiente."

+

Aneel mantém bandeira verde para conta de luz em julho

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) manteve a bandeira tarifária verde em julho para todos os consumidores conectados ao SIN (Sistema Interligado Nacional). Nela, não há acréscimos sobre a tarifa da energia do consumidor. É o terceiro o anúncio de bandeira verde realizado pela Aneel desde o fim da bandeira escassez hídrica, que durou de setembro de 2021 até abril deste ano. Segundo a agência, a bandeira verde foi escolhida devido às condições favoráveis de geração de energia elétrica.

Dono dos óculos Ray-Ban e Oakley morre aos 87

Cláudia Cristoferi e Giulia Segreti

MILÃO | REUTERS Leonardo Del Vecchio, o italiano que saiu da pobreza na infância para construir o império de óculos dono de marcas como Ray-Ban e Oakley, morreu aos 87 anos, anunciou sua empresa na segunda-feira (27).

Del Vecchio acrescentou um toque de estilo italiano aos óculos e se tornou um dos homens mais ricos da Europa, investindo parte de sua fortuna em participações no grupo financeiro Mediobanca e na seguradora Generali, ambos italianos.

O bilionário fundou a empresa Luxottica em 1961, inicialmente para fornecer peças para óculos, e permaneceu como presidente e principal acionista do maior grupo de óculos do mundo depois de somar forças com a francesa Essilor, em 2018.

O estilista Giorgio Armani foi um dos que homenagearam Del Vecchio, com quem ele trabalhou desde os anos 1980.

"Juntos, inventamos um fenômeno que não existia: percebemos imediatamente que os óculos, de simples objetos funcionais, se tornariam acessórios de moda indispensáveis", disse Armani.

A história da pobreza à riqueza de Del Vecchio, que foi criado parcialmente num orfanato, refletiu a própria recuperação da Itália após a Segunda Guerra Mundial.

"Uma figura de destaque nos negócios italianos durante mais de 60 anos, Del Vecchio criou uma das maiores empresas do país partindo de origens humildes", disse o primeiro-ministro Mario Draghi, chamando o empresário de "um grande italiano".

A mídia italiana disse que Del Vecchio morreu no hospital San Raffaele, em Milão, após ser internado com pneumonia.

Ele permaneceu uma figura ativa e influente nos negócios italianos, e sua morte foi um choque.

"A EssilorLuxottica anuncia hoje que seu presidente morreu", disse o grupo em comunicado, acrescentando que o conselho se reunirá para "determinar os próximos passos".

Ele permaneceu como presidente-executivo da EssilorLuxottica até dezembro de 2020, quando entregou a condução diária da empresa a Francesco Milleri, um antigo aliado.

A influência de Del Vecchio se estendeu além de seu próprio negócio, e, no fim de 2021, ele era o segundo homem mais rico da Itália, atrás de Giovanni Ferrero, do grupo que fabrica a Nutella, segundo a revista Forbes.

Sua morte levanta perguntas sobre o que será de sua participação de 32% na EssilorLuxottica e de outros investimentos. Ele teve seis filhos, mas nenhum herdeiro designado publicamente.

Sua holding Delfin é a maior acionista do grupo italiano de serviços financeiros Mediobanca e tem participação de pouco menos de 10% na maior seguradora da Itália, Generali. Também detém cerca de 27% da empresa imobiliária Covivio, cotada em Paris e Milão.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

O italiano Leonardo Del Vecchio, fundador da Luxottica 16.jan.17/AFP

670.606 mortes
País registrou 147 óbitos por Covid entre domingo e segunda

32.136.916 casos
Mais 59.944 infecções foram detectadas em 24 horas

Brasil perde duas crianças abaixo de cinco anos por dia para o coronavírus

Análise da Fiocruz mostra que Nordeste lidera mortes; número total é o triplo em relação aos EUA

Cláudia Collucci

SÃO PAULO O Brasil tem média de duas mortes diárias por Covid-19 entre crianças abaixo de cinco anos, faixa etária ainda não elegível para a vacinação no país e que vem lotando os hospitais pediátricos.

Em 2020 e 2021, foram 1.439 óbitos nesse grupo, sendo 48% de bebês entre 29 dias e um ano incompleto (pós-neonatal), média de 1,9 por dia. Em 2022, pelo menos mais 291 mortes abaixo dos cinco anos até 11 de junho, média de 1,8 por dia.

Para comparação, desde o início da pandemia, os Estados Unidos, que já estão imunizando essa faixa etária, registraram 442 mortes entre crianças abaixo dos cindo anos por Covid, quase um terço (30,7%) do total de óbitos brasileiros. Os EUA têm 3,6 milhões de nascimentos por ano, enquanto o Brasil cerca de 2,6 milhões.

Criança é vacinada contra a Covid em São Paulo Adriana Toffetti - 15.jun.22/Ato Press/Agência O Globo

A análise é do Observa Infância, projeto ligado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz). Os números de 2020 e 2021 foram extraídos do SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade) e já passaram por revisão do Ministério da Saúde e das secretarias estaduais de Saúde.

O Nordeste registrou a maior parte das mortes infantis por Covid nesses dois anos, com 43,9% do total, em média. A região tem só um terço da população de crianças abaixo de cinco anos. Em seguida, vem o Sudeste, com 24,5% dos óbitos. Depois, o Norte (18,1%), o Centro-Oeste (6,1%); e o Sul (7,3%).

Embora o número de mortes de crianças até cinco anos represente apenas 0,22% do total de óbitos por Covid até dezembro de 2021 (668.074) no Brasil, o pesquisador do Observa Infância Cristiano Boccolini, autor principal do estudo, diz que a quantidade não é insignificante. "São quase 1.500 famílias que perderam seus bebês e crianças. É uma tragédia."

Os dados do Observa Infância levam em conta a Covid como causa básica da morte e também como causa contribuinte. Ou seja, a criança já tinha algum problema de saúde, como uma insuficiência cardíaca congênita, foi infectado pelo coronavírus, teve o quadro piorado e morreu.

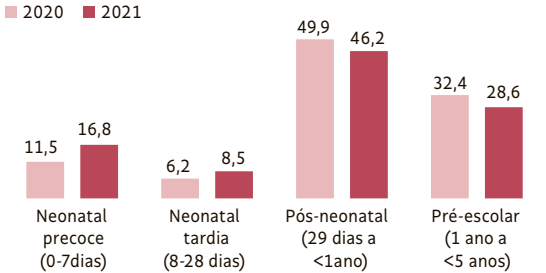
Para Boccolini, o número alto de mortes comparado a outros países reflete o grande número de infecções e de mortes pela doença no Brasil associada à desigualdade de acesso aos serviços de saúde entre as regiões do país.

O pesquisador diz que mais estudos serão necessários para identificar o motivo do excesso de mortes de crianças brasileiras quando comparadas com as de outros países, e da concentração dos óbitos no Norte e Nordeste e na faixa etária do pós-neonatal.

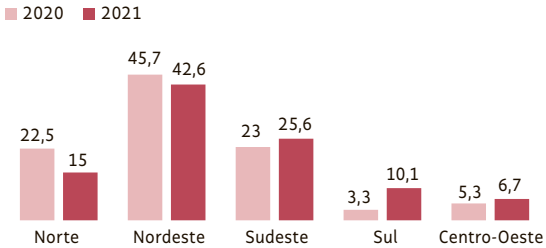
Em números absolutos, as mortes infantis brasileiras até cinco anos de idade representam 26,8% dos 5.376 óbitos de crianças nesse grupo registrados em 91 países que possuem dados desagregados por faixa etária, segundo o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

> A cada dia que passamos sem vacinação para as crianças a partir de seis meses, o Brasil perde duas delas. Isso é inaceitável. O óbito por Covid já pode ser considerado evitável
>
> **Cristiano Boccolini**
> pesquisador do Observa Infância e um dos autores do estudo

As mortes infantis por Covid abaixo de 5 anos

Frequência de mortes por faixa etária*

Por regiões

Total de mortes

2020	2021
599	840

*Entre crianças com menos de 5 anos de idade em que a Covid-19 foi causa básica ou associada do óbito. Fonte: Observa Infância, projeto da Fiocruz

Por considerar a Covid como causa básica e causa contribuinte, o total de óbitos mensurado pelo Observa Infância é 18,3% superior ao divulgado nos boletins do Ministério da Saúde, que só computa a morte por Covid como causa básica. Em 2020 e 2021, as mortes oficiais somam 1.175, segundo os boletins divulgados pela pasta.

"Temos um excesso de mortes por Covid nessa faixa etária abaixo dos cinco anos. A cada dia que passamos sem vacinação para as crianças a partir de seis meses, o Brasil perde duas delas. Isso é inaceitável. O óbito por Covid já pode ser considerado evitável", diz Boccolini.

Na opinião do infectologista Munir Ayub, membro do comitê de imunizações da SBI (Sociedade Brasileira de Infectologia), não há dúvidas de que a população menor de cinco anos está mais vulnerável à Covid e que precisa ser vacinada. "A questão é saber qual vacina será liberada no Brasil e quando isso vai acontecer."

Os Estados Unidos começaram na terça (21) a imunizar crianças entre seis meses e cinco anos de idade com as vacinas da Pfizer e da Moderna.

Desde março, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) analisa o pedido do Instituto Butantan para uso da Coronavac entre três e cinco anos, mas ainda não há uma decisão. No dia 8 de junho, a agência ouviu especialistas das sociedades brasileiras de infectologia, pediatria e imunologia, além da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva).

Na semana passada, a farmacêutica Pfizer informou que prepara a documentação para solicitar à Anvisa a autorização para vacinar crianças entre seis meses e cinco anos, mas ainda não há prazo para que isso ocorra. Ou seja, no momento não há nenhuma vacina sob análise para a faixa etária em que as mortes têm se concentrado, entre 29 dias e um ano incompleto.

Segundo a pediatra Isabella Ballalai, vice-presidente da SBIm (Sociedade Brasileira de Imunizações), crianças menores de um ano são mais vulneráveis a todas as infecções. Nos primeiros meses de vida, os bebês estão protegidos devido aos anticorpos transferidos pelas mães por meio da placenta e do leite materno.

"A gente começa a vacina a partir dos seis meses para que, quando os anticorpos maternos acabarem, elas já estejam protegidas pelas vacinas", explica a médica.

Segundo a pediatra, é muito importante que a imunização contra Covid chegue para as crianças abaixo de cinco anos e que avance entre aquelas de 5 a 11 anos. A taxa de vacinação nessa faixa está em 37%.

Para a médica, o movimento dos antivacina, ao espalhar boatos sobre eventos adversos graves que nunca existiram, não só assustou os pais sobre a imunização como também acabou com a percepção de risco, com o falso argumento de que a Covid não causa doença grave nas crianças.

"Não é isso que a gente está vendo. A gente sempre priorizou os mais velhos, porque têm uma taxa de incidência maior, mas, com isso, as famílias entenderam que as crianças não correm riscos", afirma.

O infectologista Ayub lembra também que muitos dos pais de crianças pequenas e mesmo os seus filhos maiores não estão com o esquema completo de vacinação. Com a alta circulação da variante ômicron, associada ao abandono das medidas de proteção, as chances de se infectarem e transmitirem para os seus bebês aumentam bastante.

"O vírus está circulando e pegando uma população de crianças que não tem proteção nenhuma. Já mata muito mais crianças do que a meningite, doença que todos os pais temem."

Atualmente, a faixa etária entre zero e cinco anos se tornou a de maior risco de hospitalização pela doença, excetuando a população acima de 60 anos, segundo outra análise da Fiocruz.

Em novembro, esse grupo não representava 5% dos casos semanais de Srag (Síndromes Respiratória Aguda Grave) por Covid-19 no país. De abril em diante, ele passou a responder por até 15% dos registros.

Além dos casos agudos que podem complicar, outro risco que as crianças correm é de desenvolver a síndrome inflamatória multissistêmica pediátrica (SIM-P). A taxa de mortalidade brasileira por essa síndrome está em 6%, quatro vezes superior à registrada pelos EUA.

Revista 'despublica' estudo sobre proxalutamida para Covid

Giuliana Miranda

LISBOA Um artigo que indicava redução de 91% em hospitalizações por Covid-19 em homens que usaram proxalutamida acaba de ser retratado —ou seja, despublicado— pela revista científica Frontiers in Medicine. Segundo o periódico, os resultados apresentados não foram "adequadamente apoiados pela metodologia do estudo".

Antes da decisão final, a revista já havia divulgado uma nota pública que alertava para potenciais problemas graves do trabalho, conduzido em dois hospitais de Brasília. Um outro artigo do mesmo grupo, dessa vez no British Medical Journal, recebeu o selo de "expressão de preocupação" e passa por um processo de revisão.

Logo após a publicação do trabalho na Frontiers in Medicine, em julho de 2021, cientistas do Brasil e do exterior passaram a criticar abertamente vários pontos da pesquisa, desde a confiabilidade dos dados até aspectos éticos do experimento.

Diante dos questionamentos da comunidade científica, o periódico contratou uma investigação independente.

Segundo o desenho metodológico, o ensaio era do tipo duplo-cego e randomizado: quando os participantes são aleatoriamente divididos, sem que os voluntários ou os pesquisadores saibam quem usou placebo ou medicamento. De acordo com o parecer, porém, não foi isso o que aconteceu.

Com base nas informações sobre a ordem de alocação dos voluntários do estudo, o responsável pelo parecer diz ter submetido os dados a uma análise de execução estatística, o consagrado teste Wald-Wolfowitz, um procedimento que analisa a ocorrência de eventos semelhantes e indica se eles foram gerados aleatoriamente.

Segundo o parecer, a probabilidade de ter sequências em que pessoas consecutivas são alocadas ao mesmo grupo, como aconteceu no estudo da proxalutamida, é muito menor do que a chance de alguém ser atingido por um raio na cabeça durante um ano.

O parecerista —que não teve o nome revelado pelos editores da revista científica— afirma que as justificativas apresentadas pelos autores são fracas. "Em resumo, os resultados mostram evidências contundentes de que o processo de alocação para tratamento e controle não foi aleatório. Portanto, as conclusões tiradas do estudo não podem ser defendidas."

O conteúdo do parecer e de toda a correspondência com os editores da Frontiers in Medicine foi divulgado pelos próprios autores do estudo, que não concordaram com a retratação e contestam as críticas.

Coordenador do experimento, o médico Flávio Cadegiani, doutor em endocrinologia, questiona a lisura do processo de revisão e diz que os autores suspeitam de que a pessoa responsável pelo parecer tenha interesses pessoais na retratação do artigo.

"Fomos completamente ignorados, a nosso ver, porque não há respostas plausíveis. Oferecemos múltiplas chances de respostas. Além disso, ela [a crítica] foi completamente anônima, com absolutamente nenhuma declaração feita em primeira pessoa. Ou seja, sempre as decisões eram baseadas em opiniões de terceiros, estes nunca revelados", afirmou.

Segundo Cadegiani, a revista ignorou "análises independentes adicionais" que mostrariam vícios de análise no laudo apresentado.

> A retratação do trabalho se deu por questões metodológicas, que eram realmente muito fracas. A decisão não precisou nem entrar na parte ética, que era muito pior
>
> **Ana Carolina Peçanha**
> médica intensivista

"A retratação de um artigo acontece, na ciência, quando o processo de revisão por pares de alguma forma falhou, e começam a aparecer evidências de erros", explica Leandro Tessler, professor do Instituto de Física da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), que já fez parte de comissões para investigar trabalhos com problemas.

"O que não faz sentido são os autores do estudo agirem como se houvesse uma espécie de complô mundial contra um trabalho", completa.

Doutora em pneumologia, a médica intensivista Ana Carolina Peçanha tem no currículo vários treinamentos de elaboração e análise de ensaios clínicos. "A retratação do trabalho se deu por questões metodológicas, que eram realmente muito fracas. A decisão não precisou nem entrar na parte ética, que era muito pior."

A crítica sobre os aspectos éticos faz referência às acusações de má conduta em ensaios com a proxalutamida em hospitais de várias cidades do Brasil. A droga chegou a ser apelidada de "a nova cloroquina" por ser defendida pelo presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores.

A condução disseminada dos testes foi declarada irregular pela Conep (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), instância máxima de avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos no país.

A entidade afirma que o grupo desrespeitou a autorização inicial, que teria sido fornecida a uma única instituição de Brasília, e realizou experimentos com a droga em outros pontos do país. A entidade também faz referências a outras questões metodológicas e éticas.

A Conep denunciou o caso à Procuradoria-Geral da República, que agora investiga o estudo em Manaus, que registrou 200 mortes entre os voluntários. As denúncias fizeram com que a diretoria colegiada da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) decidisse por unanimidade, em setembro de 2021, suspender a importação e o uso da proxalutamida em pesquisas científicas no Brasil.

Bebidas de baixa caloria têm efeito de água no emagrecimento

Pesquisa comparou líquidos para entender qual tinha os melhores resultados durante a perda de peso

Maria Tereza Santos

SÃO PAULO Adoçantes são ingredientes com um sabor intensamente doce, mas que não acrescentam calorias à dieta. Seja em gotas no cafezinho ou na composição de alimentos industrializados, são opções ao açúcar para quem tem diabetes, síndrome metabólica ou está simplesmente tentando emagrecer.

Sua eficiência já era conhecida, mas uma nova revisão de estudos publicada no JAMA (Jornal da Associação Médica Americana, em português), mostrou que os benefícios podem ser comparados até mesmo com os da água.

Os cientistas de diversas instituições europeias e norte-americanas selecionaram 17 ensaios clínicos que compararam os efeitos de bebidas açucaradas e adoçadas de baixa ou nenhuma caloria com a água, observando os resultados no processo de redução de peso.

No total, as pesquisas contaram com a participação de 1.733 adultos acima do peso ou obesos que tinham diabetes ou corriam risco de desenvolver a doença. Foram acompanhados por 12 semanas.

No fim da análise, concluíram que a troca de bebidas açucaradas por adoçadas foi associada à perda de 1,06 kgs e significativa redução no IMC (índice de massa corporal), gordura corporal e gordura no fígado – todos fatores de risco cardiometabólicos, que levam ao infarto e AVC (acidente vascular cerebral).

Além disso, o consumo dessas bebidas com adoçante estava relacionado a uma pequena diminuição de peso e maior redução da pressão arterial sistólica em relação à água. Em outras palavras, quando falamos de perder peso, beber líquidos adoçados de baixa ou nenhuma caloria gera resultados semelhantes ao da água no emagrecimento. Mas será que os adoçantes são tudo isso mesmo?

Para o endocrinologista Clayton Macedo, da Abeso (Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica), o resultado precisa ser olhado com cuidado. Apesar de publicada em uma revista científica conceituada, ele frisa que a conclusão demonstra associação, não uma relação de causa e efeito.

"A perda de peso foi de 1,06 quilos. Tudo estatisticamente significativo, mas o que esse número significa no universo de uma população com excesso de peso? Não estou invalidando, mas precisamos ver o propósito da mensagem final", avalia.

A nutricionista Gisele Hayek, especialista em Controle Higiênico Sanitário dos Alimentos pela Pró Alimento, diz que o período da análise é baixo para grandes conclusões. "Três meses é pouco para afirmar que aquela conduta é a melhor ou que a gente tenha um resultado tão bom quanto o da água", afirma.

Já Márcia Terra, nutricionista e diretora da Sban (Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição) e membro do Conselho Científico da Anad (Associação Nacional de Atenção ao Diabetes), defende a pesquisa, lembrando que é uma meta-análise sistemática, o que mostra que é um estudo robusto e importante, e que os próprios autores apontam a moderação na força das evidências.

"Esta pesquisa mapeou trabalhos em importantes bancos de dados científicos e teve cuidado com o risco de vieses. O resultado, pelo menos a meu ver, foi o esperado. O estudo foi bacana porque as bebidas com adoçantes sempre são alvo de críticas e muitos trabalhos mostram resultados negativos, mas muito questionáveis", aponta.

A revisão publicada no JAMA também concluiu que não há evidência de danos ou efeitos colaterais associados à troca das bebidas açucaradas pelas que contêm adoçante. Mas há discussão entre os próprios especialistas da área sobre a segurança do produto em longo prazo.

Diversas pesquisas investigam a relação entre os adoçantes e problemas na microbiota intestinal. Recente revisão feita por cientistas americanos, caribenhos e nigerianos mostrou alterações no intestino relacionadas ao consumo de vários adoçantes artificiais.

"Essa desregulação é determinante para o desenvolvimento de obesidade e para o mecanismo de resistência à insulina. Talvez os adoçantes estejam contribuindo com essa piora", diz Macedo.

Outra visão, da Associação Médica Canadense, sugere que a ingestão frequente deste ingrediente estaria associada a aumento do IMC e risco cardiometabólico.

"Como é artificial, o adoçante é uma substância que não temos no corpo. Então, o organismo acaba não tolerando bem e pode ler como se fosse toxina, que tem afinidade pelo tecido gorduroso. Em médio a longo prazo, se tornaria um estímulo para o aumento desse tecido", diz Hayek.

Ela indica dar preferência às versões naturais, como xilitol, estévia e eritritol, ao invés dos artificiais sucralose, ciclamato e acessulfame. Nesses casos é importante checar o rótulo dos alimentos.

"Lembrando que xilitol e eritritol fermentam. Para quem sofre de gases ou síndrome do intestino irritável, não são recomendados, pois podem causar desconforto", diz.

O estudo foi bacana porque as bebidas com adoçantes sempre são alvo de críticas e muitos trabalhos mostram resultados negativos, mas muito questionáveis

Márcia Terra
nutricionista e diretora da Sban (Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição)

'Grande Nu' e 'Luz' (abaixo), pinturas produzidas pelo artista plástico durante as sessões Egas Francisco

Obras feitas por Egas Francisco em terapia são publicadas em livro de psiquiatra e psicanalista

SAÚDE MENTAL

Sílvia Haidar

SÃO PAULO O que não é possível expressar com palavras, pode ser com a arte. Foi o que o psiquiatra e psicanalista Isac Karniol e a psicóloga e psicanalista Patrícia Karniol descobriram durante sessões com o artista plástico Egas Francisco.

Com uma grave depressão, Egas raramente falava e não conseguia explicar o que estava sentindo durante as consultas. Por isso, foi estabelecida uma nova linguagem entre paciente e terapeuta por meio da arte.

Durante os encontros, o artista produziu cerca de 500 obras em consultório que agora são publicadas no livro "O Primordial no Homem Moderno", que será lançado pela Zagodoni, na quinta-feira (30), no café da editora, em Pinheiros, na zona oeste de São Paulo.

O livro é dividido em 89 sessões que ocorreram entre outubro de 2017 e março de 2020 e é ilustrado com as pinturas produzidas nesses dias. Cada capítulo também aborda o que foi discutido em terapia e o que os desenhos representavam para o artista.

"O Egas doou em cartório todos os esboços dele para nós. Para estudo e pesquisa e também para exposição e divulgação", conta Patrícia.

"Esses esboços são considerados verdadeiros documentos psicanalíticos. Eles mudam a história da psicanálise porque, anteriormente, o que existia na literatura, como nos casos de Vincent van Gogh (1853-1890) e Jackson Pollock (1912-1956), eram artistas que fizeram tratamentos psiquiátricos e levavam suas obras para seus analistas, só que eles entendiam essas pinturas como presentes. Eles não percebiam que nesses materiais estavam contidas informações em códigos, toda uma linguagem da mente explicando o que estava acontecendo com esses pacientes", ressalta.

A técnica utilizada por Isac e Patrícia é diferente da arteterapia, prática terapêutica que busca o tratamento de condições mentais por meio da arte, aplicada com sucesso por profissionais como a psiquiatra Nise da Silveira (1905-1999), já na década de 1940.

"O que nós fizemos não é arteterapia. No nosso caso, havia um encontro entre profissional e paciente, com forte influência analítica, em que as obras de arte eram produzidas nesse contato terapêutico", ressalta Isac.

O que nós fizemos não é arteterapia. No nosso caso, havia um encontro entre profissional e paciente, com forte influência analítica, em que as obras de arte eram produzidas nesse contato terapêutico

Isac Karniol
psiquiatra

"Na arteterapia clássica, como a aplicada pela Nise da Silveira, é fornecido o material para o paciente se expressar livremente por meio da arte, mas não há um contato terapêutico direto entre paciente e o profissional", explica o psiquiatra, professor titular aposentado de psiquiatria clínica pela FCM-Unicamp (Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas)

Em consultório, pacientes como Egas expressam por meio da arte —pintura, desenho, poesia— o que nem sempre conseguem dizer com palavras. A produção é examinada pelos profissionais com base na psicanálise e na psiquiatria em busca de um tratamento mais adequado.

O paciente pode ser questionado sobre o que significa aquela pintura, por exemplo, e quais são seus sentimentos por trás daquilo. O método desenvolvido por Isac e Patrícia também foi aplicado pela professora Robinéia da Costa Seraphim. Os três escreveram juntos "Bullying: Quem São os Alvos?", que será lançado pela Editora CRV no mesmo dia.

O livro conta como a abordagem foi utilizada pela professora em uma escola com um adolescente que sofria agressões de colegas. Os desenhos e a evolução do menino podem ser vistos na obra.

O Primordial no Homem Moderno
Isac G. Karniol e Patrícia S.L. Karniol, editora Zagodoni, 187 págs., R$ 120

Bullying: Quem São os Alvos?
Robinéia da Costa Seraphim, Patrícia S.L. Karniol e Isac G. Karniol, editora CRV, 98 págs., R$ 63,48

Quase 20 bebês são entregues para adoção por mês no estado de SP

Levantamento do Tribunal de Justiça aponta que em 2022 foram registrados 98 casos até maio

Carlos Petrocilo

SÃO PAULO De janeiro a maio deste ano, 98 crianças recém-nascidas foram entregues pela mãe de maneira voluntária para adoção no estado de São Paulo, uma média de 19 por mês. É o que aponta um levantamento do Tribunal de Justiça do estado obtido pela **Folha**.

O procedimento, semelhante ao que fez a atriz Klara Castanho, 21, é previsto pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e é sigiloso. Mas não foi o que ocorreu no caso dela.

Klara revelou no sábado (25) que foi vítima de um estupro e manteve a gestação, entregando a criança para adoção após o nascimento.

A atriz relatou que, ainda sob o efeito da anestesia do parto, uma enfermeira entrou na sala cirúrgica e a ameaçou com o vazamento de informações sobre a situação. Ela deu à luz em um hospital em Santo André, na Grande São Paulo.

"Ela fez perguntas e ameaçou: 'Imagina se tal colunista descobre essa história'. Eu estava dentro de um hospital, um lugar que era para supostamente me acolher e proteger. Quando cheguei no quarto já havia mensagens do colunista, com todas as informações", escreveu Klara nas redes sociais.

A entrega da criança à adoção pode ocorrer independentemente da gravidez ter sido fruto de um estupro.

Quando a mulher solicita sigilo total, a Justiça nem tenta estabelecer o vínculo da criança com a família extensa —avós, tios, primos. Na maioria dos outros casos, a ideia é que a Justiça tente promover o retorno à família biológica.

"A regra é que, somente se a mulher não fizer questão do sigilo, a Justiça busque à família extensa", afirma Iberê de Castro Dias, juiz assessor da Corregedoria Geral da Justiça em assuntos da Infância e da Juventude.

No ato da entrega, a genitora pode explicar os seus motivos ou, então, mantê-los em segredo. Uma equipe de assistentes sociais e de psicólogos da Vara da Infância deve avaliar cada caso para se certificar que a decisão da mulher foi livre e consciente.

"É necessário o respaldo do atendimento psicossocial para afastar hipóteses da mulher estar com uma depressão e a depressão pós-parto, às vezes está sendo pressionada por questões financeiras", afirma o juiz.

"A entrega à adoção é definitiva e, por isso, precisamos tentar entender a mulher. Se o problema é financeiro, o sistema judiciário busca por meio de auxílio social", explica Dias.

Entre os motivos que levam a genitora a tomar tal decisão estão a violência sexual, gravidez inesperada e relacionamentos malsucedidos.

Ao todo, de agosto de 2018 até maio deste ano, 714 recém-nascidos foram entregues pela genitora, sendo 255 na capital paulista e 459 no interior do estado. Foram 191 casos em 2021; 195 em 2020 e, em 2019, 175.

A mãe biológica pode informar o desejo de entregar a criança durante a gestação e logo após o parto. Caso ela anuncie tal decisão durante a gravidez, deverá ratificá-la em uma audiência judicial depois do parto.

A comunicação pode ser feita diretamente à Justiça ou, então, para um profissional da saúde ou um representante do Ministério Público. Nesses dois últimos casos, a doação será comunicada à Vara da Infância. "Nenhum desses profissionais podem expor esta situação, isto é crime de delito de violação de segredo profissional [em local privado] ou de violação de sigilo funcional [no caso de funcionários públicos]", afirma Dias.

Nesta segunda-feira (27), o Ministério Público de São Paulo informou que está apurando a conduta de uma enfermeira que teria ameaçado Klara. A Promotoria de Justiça da Infância e de Santo André disse que o processo de entrega da criança seguiu o trâmite previsto pelo ECA.

O Coren (Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo) anunciou, no domingo (27), que vai apurar a denúncia envolvendo a profissional de enfermagem. Em última instância, a enfermeira pode perder o registro profissional.

O Hospital Brasil, que pertence à Rede D´Or e onde Klara deu à luz, diz que abriu uma sindicância interna para a apuração desse fato. Disse ainda que tem como princípio preservar a privacidade de seus pacientes e o sigilo das informações do prontuário médico.

Como funciona a entrega legal à adoção

Quando proceder?
A genitora pode expor o seu desejo de entregar a criança durante a gestação e ratificá-lo após o parto. Também pode expor a sua intenção somente depois do nascimento.

Comunicar para quem?
A entrega à adoção por ser comunicada aos profissionais da rede de saúde, conselhos tutelares e Ministério Público - essas instituições devem comunicar o fato à Justiça. Ou, a mulher pode procurar diretamente a Vara da Infância.

Quem receberá a criança?
A adoção seguirá a fila do Cadastro Nacional de Adoção. Geralmente, antes do parto, o pretendente já é comunicado, mas ele fica de sobreaviso caso a genitora desista de entregar o bebê.

A mãe biológica pode escolher com que a criança ficará?
Não. Como também não pode transferir a criança a terceiros sem autorização da Justiça.

O recém-nascido adotado carregará o nome da mãe?
Sim, é direito da criança ser registrado em nome da mãe biológica, mesmo nos casos de entrega legal

Secretário do Ministério da Saúde defende guia que considera todo aborto crime no Brasil

Thaísa Oliveira

O secretário de Atenção Primária, Raphael Câmara Jane de Araújo/Agência Senado

BRASÍLIA O secretário de Atenção Primária do Ministério da Saúde, Raphael Câmara, defendeu o guia do governo federal que afirma que todo aborto é crime e que, portanto, não há interrupção de gravidez legal no Brasil, mas abortos "previstos em lei".

Está marcada para esta terça-feira (28) uma audiência pública na sede da pasta para debater o documento lançado no início deste mês. A discussão acontecerá em meio à repercussão do caso da menina de 11 anos de Santa Catarina vítima de estupro.

Defensorias públicas, entidades que lidam com o tema, grupos de estudos e clínicas jurídicas de universidades brasileiras enviaram manifestações ao ministério nos últimos dias para contestar o guia e pedir a sua revogação.

Querem também o adiamento da audiência pública, convocada com apenas uma semana de antecedência. O aviso da reunião foi publicado no Diário Oficial da União da última terça (21), sem divulgação por parte da pasta até a sexta-feira (24).

Em entrevista à **Folha** na sexta, Câmara afirmou que a agenda está mantida.

Obstetra e crítico do "ativismo pró-aborto", como já escreveu em artigo nesta **Folha**, o secretário repetiu os termos da cartilha para dizer que, em sua visão, "todo aborto é crime" e o que ocorre é que não há punição penal quando o procedimento acontece dentro das hipóteses previstas em lei.

O aborto legal no Brasil está inscrito no Código Penal, que ampara a interrupção da gravidez em caso de estupro, risco de morte para a gestante e anencefalia do feto.

Raphael Câmara fez uma analogia com o crime de homicídio, mesmo argumento usado na cartilha.

"Se você mata alguém e, após investigação policial, fica provado que você matou em legítima defesa, você cometeu um crime, mas não será punido por causa do excludente de ilicitude", disse.

O excludente de ilicitude está previsto no Artigo 23 do Código Penal e diz textualmente, diferentemente do que prega o secretário e a cartilha, que "não há crime" quando preenchidos seus requisitos, entre os quais a legítima defesa.

"Nunca vi a mídia chamar de 'homicídio legal' nesses casos. O que há é um homicídio com excludente de ilicitude. É a mesma coisa do aborto", afirmou.

Além de a comparação usada pelo governo estabelecer textualmente na lei não haver crime, o excludente de ilicitude se aplica ao fato já consumado. Já as regras do aborto legal são autorizativas do ato, que deve ser realizado por profissionais da medicina —em boa parte, do estado.

As novas diretrizes foram publicadas pela Secretaria de Atenção Primária do ministério em 7 de junho.

Para os defensores públicos, a informação do secretário tem imenso potencial de causar desinformação. O grupo afirma que "há indiscutível consenso sobre o fato do aborto não ser crime" em três situações: gravidez decorrente de estupro, risco à vida da mulher e anencefalia do feto. "Pode-se dizer que, nestas hipóteses, o aborto é legal."

"A gente enxerga que a [audiência] é simplesmente para dar um verniz democrático à versão preliminar do guia", afirma a defensora pública do estado de São Paulo Nálida Coelho Monte, coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres.

Câmara, por sua vez, afirmou que não vai adiar a audiência pública porque uma semana "é tempo mais que suficiente" para as pessoas se organizarem.

"Se você me chamasse para discutir aborto de um dia para o outro, eu pararia a minha vida toda e iria para a audiência. Se isso realmente for prioridade, pague sua passagenzinha, venha para Brasília, e fale. Uma semana é tempo mais que suficiente", disse.

O ministério informou que a lista de participantes ainda não está fechada. Câmara adiantou que convidou a Defensoria Pública da União, o Conselho Nacional do Ministério Público e pessoas e entidades que, assim como ele, rechaçam o termo "aborto legal".

A avaliação dos defensores públicos é de que, mesmo sem valor jurídico, o guia pode impedir ou dificultar o direito ao aborto legal, como ocorreu com a menina de 11 anos vítima de estupro. O Hospital Universitário de Florianópolis condicionou o procedimento a uma decisão judicial.

"Na prática, esse guia, devido às várias informações imprecisas e destituídas de caráter científico, dá uma falsa percepção de insegurança jurídica e deixa os profissionais de saúde coagidos ante a necessidade de aplicação do procedimento médico", avalia a defensora pública Nálida Coelho Monte.

A advogada e pesquisadora do Instituto de Bioética Anis, ONG a favor da descriminalização do aborto, Gabriela Rondon explica que a avaliação de que o aborto deve ser realizado até a 22ª semana de gestação ou enquanto o feto pesar menos de 500 g já foi superada. A informação também aparece em uma norma técnica de 2012 do Ministério da Saúde.

"O objetivo [do documento de 2012] era criar certos padrões para a prestação do serviço. A questão é que essa norma técnica está defasada. Ela já tem 10 anos e está em desconformidade com os guias internacionais mais recentes", afirma.

"A normativa que fala especificamente do caso de anencefalia, inclusive, dá orientações sobre como realizar o aborto na 27ª semana [de gestação]. O que mostra que claramente não é uma questão clínica. É possível realizar o aborto acima dessas semanas [20ª ou 22ª]."

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Maestro, fez história na música marcial brasileira

WALDENILSON CUNHA COSTA (1959-2022)

Mauren Luc

CURITIBA A 14ª Copa Pernambucana de Bandas e Fanfarras levará o nome de Waldenilson Cunha Costa, que também teve um ginásio em Recife com o seu nome. A homenagem vem após a morte repentina do maestro, um dos maiores incentivadores de bandas marciais e fanfarras no Brasil. Seu trabalho ajudou a colocar Pernambuco em destaque no cenário nacional de bandas marciais.

Sua história com a música marcial começou na banda do Ginásio Pernambucano aos 11 anos, tocando corneta. Desde então, não parou de estudar, formando-se músico e pedagogo.

Gestor cultural da Secretaria de Educação de Pernambuco, Costa foi maestro e educador de milhares de alunos de escolas estaduais. "Ele mudou a vida de muitos. A música era a forma dele ajudar e resgatar muitos meninos que poderiam ter ido para as ruas", conta o amigo Lourenço da Luz Neto, presidente da Abanfare-PE (Associação de Bandas, Fanfarras e Regentes de Pernambuco).

A entidade teve Costa como primeiro presidente, em 1997. Neto conta que conheceu Costa com 17 anos e que por sua influência se formou regente pelo Conservatório de Pernambuco. "Foram 35 anos de trabalho. Milhares de estudantes passaram pela batuta dele e muitos enveredaram pela música", conta.

"Mas o maior trabalho dele foi social, com crianças em vulnerabilidade, moradores de periferia, em situação familiar conturbada. Ele trabalhava muito a autoestima, a valorização da pessoa, além do profissional." Costa foi alegre, autêntico, justo e de bom coração, afirma o amigo. "Era muito paizão, dedicava seu tempo à família e a banda era também a família dele."

A mulher de Costa, Maria, disse que que o conheceu quando tinha 18 anos —eles viveram juntos por 27. "Ele sempre foi muito inteligente, se destacava na escola, foi um gestor muito inteligente e sempre teve muito carinho pelos alunos."

Maria destaca que Costa era muito intenso, um ótimo pai, trabalhador, que gostava de se informar, estudar e ajudar as pessoas. "Um verdadeiro humanista, insubstituível."

O maestro morreu no dia 10 de junho, aos 63 anos, após um acidente vascular cerebral (AVC). Deixa esposa, cinco filhos e cinco netos.

ROBERTO FERREIRA DE PAIVA
Aos 74, casado. Segunda (27/6). Cemitério Nossa Senhora do Montenegro, Jundiaí (SP)

1 ANO

CECILIA MARIA BRITTO **CEZAR DE ANDRADE** Quarta (29/6) às 10h, Igreja de São José, Jardim Europa, São Paulo (SP)

ROBERTO JORGE SOUZA DE MIRANDA Quarta (29/6) ao meio-dia, Igreja Cruz Torta, Alto de Pinheiros, São Paulo (SP)

Hora de falar de sexo com crianças

Qual pacto social é possível diante de tanta hipocrisia?

Vera Iaconelli

Diretora do Instituto Gerar de Psicanálise, autora de "O Mal-Estar na Maternidade" e "Criar Filhos no Século XXI". É doutora em psicologia pela USP

Não conheço pai, mãe ou educador, dignos de suas responsabilidades, que não busquem proteger as crianças de informações sexuais impróprias. Faz parte de suas preocupações o medo de expô-las a experiências precoces e traumáticas, a gravidezes indesejadas e a doenças sexualmente transmissíveis.

Mas o fato é que, mesmo com todo zelo e boa intenção, as crianças têm tido acesso irrestrito a informações equivocadas ou incompletas sobre sexo, além de pornografia. Seu filho não tem celular? Não se iluda, basta qualquer criança de seu convívio ter. Além disso, as ideias promovidas nas redes fazem parte do caldo de cultura no qual estamos inseridos que revelam a hipocrisia de uma sociedade que se diz libertária, quando de fato tem sérios problemas quando se trata de sexualidade.

Somado ao acesso a material inadequado, cuja solução depende de regulação midiática, conscientização e ações coletivas difíceis de implementar, enfrentamos outros dilemas. Muitas famílias acreditam que falar sobre o assunto com crianças e jovens seria incutir na cabeça deles algo que eles desconhecem.

Então, temos de um lado a violência das redes sociais atravessando a vida das crianças sem mediação e, de outro, o silêncio alienado dos adultos que não sabem o que fazer com a temática sexual. Alguns ousam educar, mas acreditam que basta informar os aspectos anátomo-fisiológicos e a missão está cumprida. Falar de sexo não é só falar sobre o que órgãos e suas funções, dados necessários, mas insuficientes. Estão em jogo aqui temas fundamentais tais como: consentimento, desejo, identidade, responsabilidade, amor, respeito, violência, gravidez e doenças.

Freud alertava para o fato de que os pais costumam se embananar com suas próprias angústias diante dos filhos, não sendo as pessoas mais indicadas para abordar a questão da sexualidade. Nessas horas, é mais producente contar com adultos próximos e confiáveis como tios/as, padrinhos/as e professores.

Além disso, antes de pensar em trazer-lhes mais informações, é imprescindível escutá-las e fazê-las refletir sobre os estímulos a que já estão submetidas. Conteúdos extremamente machistas próprios da estética do pornô, por exemplo, incrementam a violência contra meninas, num mundo no qual a mulher não é sequer sujeito. Meninos também estão expostos a abusos sexuais e pressão para reproduzir comportamentos aviltantes.

Famílias nas quais o recato desemboca em omissão correm risco de deixar as crianças à mercê de sua curiosidade, excitação e ignorância, ou seja, totalmente desprotegidas. Hipersexualização conjugada com o silêncio pernicioso dos adultos explicam muitos casos aberrantes nos quais uma criança engravida da outra. Junte-se a isso políticas públicas que apostam na abstinência voluntária, ao invés de promover e oferecer meios de proteção e teremos a encruzilhada sexual inédita na qual nos encontramos.

A criminalização do aborto e sua obstrução em casos previstos pela lei revela que quando as coisas não saem como esperado, o Estado comparece para deixar ainda mais sem saída quem já vinha desprotegido. A cereja do bolo é a condenação moral de quem, para não abortar, entrega em adoção uma criança não desejada, como vimos no caso da jovem Klara Castanho. Depois de uma gravidez excruciante, decorrente de estupro, a jovem de 21 anos teve seu prontuário vazado e, o que considero ainda pior, sua decisão de entregar o bebê em adoção julgada no tribunal da internet.

Todos esses são sinais inequívocos de que estamos a anos-luz de qualquer ideia de liberdade sexual, confundida com exibicionismo e violência. Urge falar sobre sexo com nossas crianças tanto na esfera pública, quanto privada.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Maria Homem | TER. Vera Iaconelli | **QUA. Ilona Szabó de Carvalho**, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Documento de identificação único entra em fase de testes

Responsável pelo projeto, TSE espera ter versão final de app até o fim de 2022

Thaísa Oliveira

BRASÍLIA Prometido desde o século passado e lançado oficialmente em 2018, o documento único de identificação entrou em fase de testes com servidores da Justiça Eleitoral.

A expectativa do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) é disponibilizar o aplicativo até o final deste ano, mas apenas em Minas Gerais e para um número limitado de pessoas.

A promessa do chamado DNI (Documento Nacional de Identidade) é agregar diferentes dados do cidadão em um documento exclusivamente digital. Para isso, será preciso instalar o sistema no celular.

O número de identificação será o CPF. A plataforma permitirá reunir outros registros como título de eleitor, certidão de nascimento e de casamento, certificado de reservista e identificações de órgãos de classe.

"A perspectiva que nós temos é emitir um milhão de documentos até o final de 2022. Em 2023, cinco milhões. Em 2024, o céu é o limite. Já estaremos com todo o sistema preparado e vamos ter a experiência de como tocar esse documento eletrônico", afirma o juiz auxiliar da presidência do TSE Sandro Nunes Vieira.

O DNI também vai incluir as informações biométricas e biográficas: impressões digitais e da face, assinatura, nome completo, gênero, estado civil, data de nascimento, nacionalidade, naturalidade e ocupação. Como a biometria é única para cada indivíduo, o poder público afirma que uma pessoa não poderá se passar por outra.

Em 2018, após a aprovação da lei no ano anterior, TSE e governo federal chegaram a anunciar um projeto piloto do DNI. Os testes, porém, não foram adiante por falta de recursos, travados em razão do teto de gastos. Vieira também atribui o fracasso da iniciativa à falta de experiência da Justiça Eleitoral.

"Em 2018, o TSE não tinha expertise para entender que, para você lançar um documento para 150 milhões de brasileiros, você tem que ter uma retaguarda. Atendimento presencial, via 0800, via WhatsApp, chatbot... Atendimento técnico para a pessoa que não conseguiu validar o documento dela online. [É preciso] toda uma infraestrutura que o TSE não tinha condições de colocar à disposição do Brasil inteiro", afirma o juiz.

Novo DNI vai agregar CPF, RG e título de eleitor, entre outros documentos Divulgação Serpro

O aplicativo que está sendo testado agora foi desenvolvido pelo Serpro após acordo assinado em dezembro do ano passado com o TSE. O contrato é de cinco anos. Nesse período, a empresa pública de tecnologia também ficará responsável pelo atendimento aos usuários.

Embora a coleta da biometria tenha sido interrompida por causa da pandemia, o pagamento do Auxílio Emergencial escancarou a falta de dados sobre os brasileiros e ajudou a destravar o projeto, segundo Vieira. Cerca de 120 milhões de brasileiros já tiveram a biometria coletada.

No ano passado, o TSE assinou um convênio com o governo para a ampliação da plataforma gov.br. Hoje, a base de dados do tribunal é a principal fonte do aplicativo para checar a identidade dos brasileiros. A corte não pode comercializar os dados, mas pode receber para conferir informações para empresas.

"Serviços de identificação já estão sendo prestados pelo TSE em larga escala. A forma que o governo achou de fazer a liberação dos recursos esquecidos em contas bancárias foi via gov.br. Por conta disso, nós validamos 28 milhões de brasileiros que se cadastraram", afirma o juiz auxiliar.

O ministro Luís Roberto Barroso, que ficou à frente do TSE nos últimos dois anos, afirma que, apesar das dificuldades, o projeto avançou durante sua gestão.

Além do início da emissão do DNI e da autenticação de serviços do governo federal, ele destacou que a capacidade de armazenamento de biometrias coletadas passou de 120 milhões para 170 milhões.

"Esse sistema permite assegurar que a pessoa que comparece a determinado órgão público ou instituição privada é efetivamente quem ela diz ser. Em breve colheremos os frutos, facilitando a vida dos cidadãos e evitando fraudes", afirmou à **Folha**.

A ideia de unificar todos os documentos do cidadão se arrasta há anos e já foi batizada de RIC (Registro de Identificação Civil) e RCN (Registro Civil Nacional).

Eduardo Tomasevicius Filho, professor de Direito Civil da USP (Universidade de São Paulo), explica que a primeira legislação sobre o tema é de 1997.

"Começaram a tentar estabelecer um padrão para o RG em 1983, mas ele é estadual. Já a Receita Federal tinha um número que valia para o Brasil inteiro. Por isso o comércio passou a usar o CPF como base", diz.

Em fevereiro, o presidente Jair Bolsonaro (PL) assinou o decreto que institui a carteira de identidade nacional, que vai substituir o RG. O número único de identificação será o CPF. Hoje, uma pessoa que perde o RG e tira a segunda via em outro estado, por exemplo, recebe um número diferente.

Relator do projeto de 2017 que instituiu o documento nacional de identificação, o ex-deputado federal Julio Lopes (PP-RJ) atribui a demora à disputa pela base de dados dos brasileiros.

É por isso que, segundo ele, a CNH (Carteira Nacional de Habilitação) não está abarcada pelo DNI. Também não há previsão de que o passaporte seja incluído.

"Informação é poder. Cada instituição que tinha o domínio de um cadastro quis preservar o seu, a sua informação. Como o TSE já tinha digitalizado o CPF dos brasileiros, nós aproveitamos o recurso que já tinha sido despendido", afirma o ex-deputado.

O projeto de lei foi enviado ao Congresso pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) em 2015 por sugestão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, à época presidente do TSE. Toffoli se tornou um dos maiores defensores públicos da ideia.

"Chegamos a identificar um cidadão com 27 CPFs diferentes, 42 RGs diferentes. Eram inúmeros casos de duplicidade. É evidente que a pessoa nessa situação quer utilizar a documentação para fraudes", afirmou à **Folha**.

"Os benefícios são evidentes, não só para o Estado, na medida em que você evita essa duplicidade, mas também para a iniciativa privada. Um banco, por exemplo, pode evitar um empréstimo [irregular]. É um dos melhores projetos para fins de evitar fraudes, tramoias, identificações duplas, triplas."

Ao anunciar a parceria com o Serpro e o Ministério da Economia em fevereiro deste ano, Barroso ressaltou que o DNI também pode impedir que uma pessoa seja presa injustamente por homonímia.

Apesar disso, Tomasevicius destaca que a lista de potenciais prejuízos para o cidadão também é extensa, como o maior controle do Estado sobre o indivíduo e os crimes digitais.

"Se o Estado consegue te localizar muito facilmente, você sofre um controle exacerbado. Qual é o limite? Com um único registro fica, de fato, mais fácil a 'caça ao cidadão'. Você aumenta o controle que potencialmente pode resultar em abusos", diz.

"Na incidência de uma exposição de dados, você fica muito mais vulnerável. Com um único documento você consegue acessar muitas esferas de atuação de uma pessoa. Com o CPF, por exemplo, é possível abrir conta em banco digital."

> A perspectiva que nós temos é emitir um milhão de documentos até o final de 2022. Em 2023, cinco milhões. Em 2024, o céu é o limite. Já estaremos com todo o sistema preparado
>
> **Sandro Nunes Vieira**
> juiz auxiliar da presidência do TSE

USP terá banca de identificação racial de alunos no próximo vestibular

SÃO PAULO A USP (Universidade de São Paulo) aprovou a criação de uma comissão para conferir a autenticidade da autodeclaração racial dada pelos alunos que ingressam na universidade por meio do sistema de cotas.

A medida passa a valer no vestibular deste ano.

A criação de uma banca de identificação, decidida na última quarta-feira (22), era uma demanda dos estudantes negros da universidade, mas enfrentava resistência de gestões anteriores.

Em fevereiro, logo após assumir a reitoria, o médico Carlos Gilberto Carlotti Junior disse à **Folha** que uma de suas primeiras ações à frente da universidade seria implantar um sistema de heteroidentificação racial.

A mudança ocorre depois de a universidade expulsar seis fraudadores em julho de 2021. A primeira expulsão da história da universidade após julgamento de fraude ocorrera um ano antes.

A USP implantou o sistema de cotas em 2018, sendo uma das últimas universidades do país a aderir à política. Também é uma das últimas a criar mecanismos para coibir fraudes na reserva de vagas.

Em outubro de 2019, as Defensorias Públicas do Estado de São Paulo e da União recomendaram que a USP criasse uma comissão e instrumentos para coibir fraudes. O ex-reitor Vahan Agopyan argumentava que a criação de uma banca poderia ser discriminatória.

Os critérios a serem usados pela comissão de verificação, assim como a composição da banca, ainda serão definidos. As regras serão definidas e apresentadas antes do início das inscrições para o próximo vestibular, que começam em 15 de agosto.

As novas regras valerão para a seleção de candidatos que concorrem a 8.230 vagas com reserva para autodeclarados pretos, pardos e indígenas pela Fuvest.

Em maio, A USP aprovou a criação da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento, um novo órgão administrativo que tem como objetivo aumentar a diversidade dentro da universidade.

Trans temem perder cobertura para cirurgia

STJ desobrigou operadoras a custear procedimentos fora da lista da ANS; operação é cara e tem longa espera no SUS

Bruno Lucca

SÃO PAULO Thalita, 21, está ansiosa. A jovem transexual busca, na Justiça, que uma operadora de saúde custeie sua cirurgia de transgenitalização —alteração dos órgãos genitais—, aguardada há anos.

Ela e várias outras pessoas trans se veem inseguras após o STJ (Superior Tribunal de Justiça) modificar o entendimento sobre o rol de procedimentos da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

No último dia 8, os ministros do STJ decidiram que o rol deve ser taxativo, desobrigando planos de saúde a custear procedimentos não incluídos nele. Anteriormente, a lista era vista com exemplificativa, abrindo brechas para que, na Justiça, usuários buscassem o custeio de procedimentos fora dele.

A transgenitalização não faz parte da lista da ANS e, com o entendimento atual, poderá ser prontamente negada. Apesar de a decisão dos ministros do STJ não ser vinculante, ela tende a ser seguida por juízes de todo o país.

Thalita, em tratamento hormonal desde os 18 anos e fazendo acompanhamento psicológico há mais tempo, teme as consequências da decisão do STJ.

"Eu estava otimista que o julgamento olharia para a comunidade trans. Sinto extrema necessidade de poder me amar mais. Não consigo viver e me deparar com o meu passado todos os dias. Ver que por mais que tenha trocado minha documentação e esteja em processo de terapia hormonal e psicológica, nunca estarei satisfeita", declara a jovem. "Tenho medo de que essa angústia demore ainda mais tempo para ser sanada. Não posso custear o valor total da cirurgia no particular."

Pessoas carregam bandeira durante Parada do Orgulho LGBTQ+, em São Paulo Carla Carniel - 19.jun.22/Reuters

A advogada Claudia Ramos, membro da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil) e integrante do coletivo Mães Pela Diversidade, diz que nunca foi fácil conseguir que operadoras de saúde custeassem a cirurgia de redesignação sexual, mas o Judiciário, muitas vezes, acolhia os pedidos. Agora, avalia, a tendência é que esses procedimentos sejam negados. A esperança está no STF (Supremo Tribunal Federal).

"[A decisão do STJ] é uma lesão à Constituição, que consagrou o princípio da dignidade da pessoa humana como um dos princípios fundamentais do Estado democrático de Direito. E, havendo lesão ao texto constitucional, o STF poderá ser chamado a enfrentar o tema. É a luz que vemos no fim do túnel."

Ela afirma que algumas pessoas trans têm a chamada disforia de gênero, uma insatisfação ou desconforto persistente com características sexuais que remetem ao gênero atribuído ao nascer. "Essas pessoas podem desenvolver um quadro depressivo, um sentimento de total infelicidade e inadequação."

> Tenho medo de que essa angústia demore ainda mais tempo para ser sanada. Não posso custear o valor total da cirurgia
>
> **Thalita, 21**
> jovem transexual

No Brasil, clínicas chegam a cobrar R$ 45 mil pelo procedimento. O SUS (Sistema Único de Saúde) também realiza, gratuitamente, a cirurgia para redesignação sexual, mas a espera para sua realização é o principal empecilho.

Em São Paulo, segundo informações da Defensoria Pública do estado, uma pessoa trans pode ficar até 18 anos na fila esperando pela cirurgia.

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo afirma que foram realizados 284 procedimentos cirúrgicos de afirmação de gênero no SUS desde 2019, incluindo as cirurgias de redesignação sexual, histerectomia (retirada do útero), plástica mamária reconstrutiva e mastectomia masculinizante. Quando questionada sobre a fila de espera para os procedimentos no estado, a secretaria não respondeu.

Em meio a tanta incerteza, Thalita relata desgaste emocional. "Sendo [o procedimento de redesignação] extremamente caro e o sistema público de saúde tão lento, minha luta [na Justiça] se torna angustiante. Não se trata apenas de ansiedade ou estética, mas de um desgaste emocional gigantesco", diz.

Procurada por três vezes e questionada sobre o tema, a Abramge (Associação Brasileira de Planos de Saúde) não se pronunciou até a publicação da reportagem.

Já a ANS apenas confirmou que o procedimento não faz parte da sua lista de cobertura.

Considerada primeira travesti do Brasil, Xica Manicongo deve virar nome de rua em São Paulo

Nathan Fernandes

CÓRDOBA (ARGENTINA) A Câmara Municipal de São Paulo aprovou no início de junho a nomeação de uma rua em homenagem à Xica Manicongo, considerada a primeira travesti do Brasil. O projeto aguarda sanção ou veto do prefeito Ricardo Nunes (MDB) —ele tem até o início de julho para se manifestar sobre o tema.

Se aprovado, a rua Sem Nome, do bairro do Grajaú, na zona sul da capital paulista, será a primeira via da cidade a homenagear uma travesti.

"Xica Manicongo representa a luta das travestis brasileiras pelo seu direito à memória e reconhecimento e por isso é importante homenagear sua luta e existência", disse na justificativa do projeto a vereadora Erika Hilton (PSOL), autora da proposta.

Sequestrada de onde hoje fica o Congo e escravizada no Brasil do século 16, Xica teve seu caso descoberto inicialmente pelo antropólogo Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia. Ele encontrou nos arquivos da Torre do Tombo, em Lisboa, uma denúncia de sodomia feita em 1591 aos Tribunais do Santo Ofício (a Inquisição).

De acordo com os documentos, "Francisco", como Xica era conhecida, vivia em Salvador. Os documentos a classificam como "membro de uma quadrilha de feiticeiros sodomitas" que se vestia com um pano preso em um nó para frente e como alguém que tinha grande resistência em usar roupas masculinas. Mas, para sobreviver, teve que negar sua identidade e, até o fim do século 20, foi considerada um homem gay, inclusive na pesquisa de Mott.

De acordo com um artigo de Jaqueline Gomes de Jesus, professora de psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a primeira pessoa a definir Xica como travesti foi a ativista Majorie Marchi, então presidente da Astra-Rio (Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro), já no começo do século 21.

Assim ela é considerada a primeira travesti com identidade confirmada da história do Brasil.

Segundo a historiadora Giovanna Heliodoro, criadora do canal Trans Preta, para entender a importância da homenagem proposta por Hilton, primeiro, é preciso entender a importância da própria história. "Assim, entendemos a relevância de fazer com que pessoas trans e travestis reescrevam a história por si mesmas."

Hoje, Xica se faz presente nas letras de cantoras como Linn da Quebrada e na obra de artistas como Neon Cunha —em 2018, ela e o estilista Isac Silva lançaram uma coleção de roupas em homenagem à primeira travesti negra brasileira. "Xica permeia a nossa existência, a nossa contemporaneidade", disse Cunha.

A ativista lembra que, além das vestes femininas, a própria figura de Xica confundia a cabeça dos colonizadores. Xica não era propriamente uma travesti, como conhecemos hoje, ela era uma "cudina", uma espécie de divindade do Congo. "No Ocidente, existe a lógica binária de homem e mulher, mas, quando saímos dessa visão de mundo, encontramos sociedades que construíram identidades de gênero que estão muito além do binarismo", explica Heliodoro.

SOLD LEILÕES — EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º LEILÃO: 11 de julho de 2022, a partir das 11h00min *. 2º LEILÃO: 18 de julho de 2022, a partir das 14h00min *. *(horário de Brasília)

ALEXANDRE TRAVASSOS, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105, 4º andar, Edifício Berrini One - Brooklin Paulista - CEP: 04571-010, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará à **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E/OU ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular com Força de Escritura Pública Contrato nº 0010030454, datado de 28/06/2019, firmado com os **Fiduciantes ATAIDE LIMA DA SILVA**, brasileiro, gerente de recursos humanos, portador do RG nº 41.114.436-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 341.846.968-26 e sua cônjuge **ITAIANA KELLE DA SILVA LIMA**, brasileira, do lar, RG nº 49.579.964-6 SSP/SP, inscrita no CPF nº 405.159.538-22, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Gerson Azeredo Coutinho nº 18-B, Jardim Buriti, São Paulo/SP, em PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R$ 703.007,20 (Setecentos e três mil, sete reais e vinte centavos - *atualizado conforme disposições contratuais*), o imóvel constituído por: Casa situada na Rua Senador Filinto Muller nº 192 em Itaquera, São Paulo/SP, com área construída de 88,00m² e área total de 125,00m², melhor descrito na **matrícula nº 125.397 do 9º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Cadastro Municipal: 152.221.0045-4. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO** (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R$ **313.847,13 (Trezentos e treze mil, oitocentos e quarenta e sete reais e treze centavos** - *nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97*). **Se o caso, o leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro. Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar na Loja SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net) e no SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net), **e se habilitar com antecedência de 24 horas úteis do início do leilão**. Em virtude da pandemia da COVID-19 o evento será realizado exclusivamente *on line* através da Loja SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net) e do SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net). **Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL** NA LOJA SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net) E NO SUPERBID MARKETPLACE (www.superbid.net). Informações:11-4950-9602 / / imoveis.sac@superbid.net (17944 - Dossiê).

PUBLICUM gestão em leilões

Esta empresa colabora com a AACD

Edital de 1º e 2º Leilão de Bem Imóvel e para intimação dos executados **Geral Freios Ltda**, CNPJ 66.592.411/0001-21, na pessoa de seu representante legal e a **Geraldo Antônio Ferreira**, CPF 046.977.328-63 e **Deise Aparecida Fernandes Bezerra Ferreira**, CPF 074.461.948-39, bem como os compromissários compradores **Genesio Valesi**, CPF 059.717.308-78 e s/m **Helenita Silva Valési**, CPF em comum, **Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, eventuais ocupantes do imóvel abaixo e demais interessados**, expedido nos Autos da Ação de Execução de Título Judicial (0834465-62.2006.8.26.0011) (01) - Processo principal 0112435-74.2006.8.26.0011, em trâmite na 1ª Vara Cível - Foro Regional XI - Pinheiros, requerida por **Ruth Simis**, CPF 105.617.308-49. O Dr. Raphael Garcia Pinto, Juiz de Direito, na forma da lei, etc., nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que o leiloeiro nomeado Sr. Wanderley Samuel Pereira, matriculado na JUCESP sob o nº 981, levará a leilão o bem abaixo descrito, através do Gestor www.publicumleiloes.com.br, em condições que segue: **DATAS DOS LEILÕES - 1º Leilão começa em 05/07/2022, às 10:00hs, e termina em 08/07/2022, às 10:00hs e 2º Leilão começa em 08/07/2022, às 10hs 01 min, e termina em 28/07/2022, às 10:00 hs. BEM -** Direitos pertencentes aos executados Geraldo Antônio Ferreira e Deise Aparecida Fernandes Bezerra Ferreira sobre o prédio à Rua Gilberto Duarte de Azevedo, nº 19, e respectivo terreno constituído de metade do lote 28 da quadra U, do loteamento denominado Jardim São Jorge, 1ª Gleba, 13º Subdistrito Butantã, medindo 5,00m de frente para a referida Rua Gilberto Duarte de Azevedo, encerrando a área total de 125,00m². Matrícula nº 90.858 do 18º CRI/SP. Contribuinte nº 185.031.0096-6. Sendo nomeados depositários os Srs. Geraldo Antônio Ferreira, CPF 046.977.328-63 e Deise Aparecida Fernandes Bezerra Ferreira, CPF 074.461.948-39. **AVALIAÇÃO - R$ 723.987,98 (março/2022),** que será atualizada até a data do leilão pela Tabela Prática do TJ/SP. **DÉBITO EXEQUENDO - R$ 150.749,79 (março/2022),** que será atualizado até a data do leilão. **CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO** - edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, débitos, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.publicumleiloes.com.br. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Maria Paula, 36 - 6º andar - Bela Vista - CEP: 01319 - 000 - São Paulo-SP, tel: 11-2149-2249 e email: contato@publicum.com.br. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. São Paulo, 03.05.2022.

Edital de 1º e 2º Leilão de Bem Imóvel e para intimação dos executados **José Antônio Ferrinha**, CPF 702.686.818-72 e **Sandra de Albuquerque Ferrinha**, CPF 338.780.418-02, o coproprietário **Antônio de Deus Ferrinha**, CPF 118.913.788-72 a **Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, eventuais ocupantes do imóvel abaixo e demais interessados**, expedido nos Autos da Ação de Arbitramento de Aluguel Processo nº 0210183-19.2009.8.26.0006 (006.09.210183-1), em trâmite na 2ª Vara Cível - Foro Regional VI - Penha de França, requerida por **Angélica da Ressurreição Ferrinha Lomas**, CPF 143.791.858-18, **Manoel Alves Lomas**, CPF 113.524.268-20, **Cleide Ferrinha**, CPF 652.037.478-49, **Rubens Ferrinha**, CPF 508.265.908-10, **Norma Ferrinha Bueno**, CPF 112.707.918-26 e seu marido **Adécio Rodrigues Bueno**, CPF 105.706.598-68. A Dra. Deborah Lopes, Juíza de Direito, na forma da lei, etc., nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que o leiloeiro nomeado Sr. Wanderley Samuel Pereira, matriculado na JUCESP sob o nº 981, levará a leilão o bem abaixo descrito, através do Gestor www.publicumleiloes.com.br, em condições que segue: **DATAS DOS LEILÕES - 1º Leilão começa em 05/07/2022, às 10:30hs, e termina em 08/07/2022, às 10:30hs e 2º Leilão começa em 08/07/2022, às 10:31hs, e termina em 28/07/2022, às 10:30hs. BEM-** Direitos Sobre - Um prédio a projetada Rua Trinta e Um nº 83- Tinta, no 38º. Subdistrito - Vila Matilde, e seu terreno, correspondente ao lote nº 02 da quadra nº 30, da Vila Guilhermina, medindo 10,00m de frente, da frente aos fundos de ambos os lados, mede 32,50m, mais ou menos, sendo que do lado direito de quem de dentro do terreno olha para a rua, divide com o lado do lote nº 3, do outro lado, divide com o lote nº1 e parte com os fundos do lote nº 25, tendo nos fundos a largura de 10,00m, mais ou menos, e divide com os fundos do lote nº 21, perfazendo a área de 330,00m², mais ou menos. Matrícula nº 108.424 do 16º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP. **AVALIAÇÃO - R$ 535.000,00 (Nov/2013)**, que será atualizada até a data do leilão pela Tabela Prática do TJ/SP. **DÉBITO EXEQUENDO - R$ 79.119,01 (Maio/2016)** que será atualizado até a data do leilão. **CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO** - edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, débitos, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.publicumleiloes.com.br. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Maria Paula, 36 - 6º andar - Bela Vista - CEP: 01319 - 000 - São Paulo-SP, tel: 11-2149-2249 e email: contato@publicum.com.br. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. São Paulo, 10.05.2022.

Edital de 1º e 2º Leilão de Bem Móvel e para intimação do executado **Jonatas Sales de Oliveira**, CPF 366.082.198-57 **e demais interessados,** expedido nos autos da ação de Execução de Título Extrajudicial, Proc. 1004022-05.2019.8.26.0007, em trâmite na 2ª Vara Cível - Foro Regional VII - Itaquera, requerida pela **Azul Companhia de Seguros Gerais**, CNPJ 33.448.150/0001-11. O Dr. Carlos Eduardo Santos Pontes de Miranda, Juiz de Direito, na forma da lei, nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que o leiloeiro nomeado Sr. Wanderley Samuel Pereira, matriculado na JUCESP sob o nº 981, levará a leilão o bem abaixo descrito, através do site www.publicumleiloes.com.br, em condições que segue: **DATAS DOS LEILÕES - 1º Leilão começa em 05/07/2022, às 12:30hs, e termina em 08/07/2022, às 12:30hs e 2º Leilão começa em 08/07/2022, às 12hs 31 min, e termina em 28/07/2022, às 12:30 hs. BEM -** Veículo marca Volkswagen, modelo Gol 1.6 Rallye, cor prata, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação/modelo 2010/2011, placa EQX2993, chassi 9BWAB05U9BP112225, renavam 281620628. **AVALIAÇÃO (fls. 122) - R$ 29.000,00 (out/2021),** que será atualizada pela Tabela Prática do TJ/SP, desde a data do laudo ou do auto até a data em que oferecida a proposta de aquisição, na forma do art. 891, parágrafo único, do CPC. Que se encontra na Rua Visconde de Mayrink, 29, apto 31-A, Cidades Tiradentes, São Paulo/SP, sendo nomeado depositário o Sr. Jonatas Sales de Oliveira, CPF 366.082.198-57. **DÉBITO EXEQUENDO - R$ 18.439,73 (maio/2019),** que será atualizada até a data do leilão. **CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO** - edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, débitos, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.publicumleiloes.com.br. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Maria Paula, 36 - 6º andar - Bela Vista - CEP: 01319 - 000 - São Paulo-SP, tel: 11-2149-2249 e email: contato@publicum.com.br. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. São Paulo, 19.05.2022.

Edital de 1º e 2º Leilão de Bem Móvel e para intimação da executada **Agner B. Tozadori - EPP,** CNPJ 222.345.338/0001-18 **e demais interessados,** expedido nos autos do Cumprimento de sentença (0013198-32.2021.8.26.0564) - Processo principal 1007523-71.2021.8.26.0564, em trâmite na Vara do Juizado Especial Cível - Foro de São Bernardo do Campo, requerida por **Tamires Santos da Cruz**, CPF 373.131.688-96. O Dr. Carlos Gustavo Visconti, Juiz de Direito, na forma da lei, etc., nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que o leiloeiro nomeado Sr. Wanderley Samuel Pereira, matriculado na JUCESP sob o nº 981, levará a leilão o bem abaixo descrito, através do Gestor www.publicumleiloes.com.br, em condições que segue: **DATAS DOS LEILÕES - 1º Leilão começa em 05/07/2022, às 13:00hs, e termina em 08/07/2022, às 13:00hs e 2º Leilão começa em 08/07/2022, às 13hs 31 min, e termina em 28/07/2022, às 13:00 hs. BEM -** Um conjunto de cozinha com 05 peças, em MDP - preta com castanho. OBS.: Está na exposição da loja. **AVALIAÇÃO - R$ 6.700,00 (março/2022)**. Que se encontra na Rua Marechal Deodoro, 1868, Centro, São Bernardo do Campo/SP, sendo nomeada depositária a Sra. Selma Boaro, RG. 16.684.147- X. **DÉBITO EXEQUENDO - R$ 7.209,29 (maio/2022),** que será atualizado até a data do Leilão. **CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO** - edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, débitos, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.publicumleiloes.com.br. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Maria Paula, 36 - 6º andar - Bela Vista - CEP: 01319 - 000 - São Paulo-SP, tel: 11-2149-2249 e email: contato@publicum.com.br. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. S.B.Campo, 19.05.2022.

Edital de 1º e 2º Leilão de Bem Imóvel e para intimação do executado **Marcello Marins Cau**, CPF 318.075.818-02, bem como sua mulher, se casado for, os coproprietários **Valquíria Ferrari**, CPF 003.447.068-93 e **Renan Marins Cau**, CPF ignorado, **Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, eventuais ocupantes do imóvel abaixo e demais interessados**, expedido nos Autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial, Processo nº 1088400-37.2018.8.26.0100, em trâmite na 19ª Vara Cível - Foro Central Cível, requerida por **Marco Antônio de Oliveira Farias**, CPF 043.983.448-10. A Dra. Camila Rodrigues Borges de Azevedo, Juíza de Direito, na forma da lei, etc., nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que o leiloeiro nomeado Sr. Wanderley Samuel Pereira, matriculado na JUCESP sob o nº 981, levará a leilão o bem abaixo descrito, através do Gestor www.publicumleiloes.com.br, em condições que segue: **DATAS DOS LEILÕES - 1º Leilão começa em 05/07/2022, às 15:00hs, e termina em 08/07/2022, às 15:00hs e 2º Leilão começa em 08/07/2022, às 15hs 01 min, e termina em 28/07/2022, às 15:00 hs. BEM -** Um prédio situado, à Rua Nova Trento, nº 314, antiga Rua 86, nº 21, seu terreno constituído do lote 21, da quadra 92, Vila Formosa, medindo 10,00m de frente, por 34,48m da frente aos fundos do lado direito, confinando com o lote 22, 32,55m do lado esquerdo, confrontando com o lote 20, e 10,00m da largura nos fundos, confronta com os lotes nº 03, 04 e 05, encerrando a área de 331,00m². Matrícula nº 98.263 do 9º CRI/SP. Contribuinte nº 116.152.0105-9. Sendo nomeado depositário o Sr. Marcello Marins Cau, CPF 318.075.818-02. **AVALIAÇÃO ATUALIZADA - R$ 1.624.383,05 (maio/2022),** que será atualizada até a data do leilão pela Tabela Prática do TJ/SP. **DÉBITO EXEQUENDO - R$ 170.369,61 (maio/2022),** que será atualizado até a data do leilão. **CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO** - edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, débitos, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.publicumleiloes.com.br. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Maria Paula, 36 - 6º andar - Bela Vista - CEP: 01319 - 000 - São Paulo-SP, tel: 11-2149-2249 e email: contato@publicum.com.br. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. São Paulo, 24.05.2022.

Edital de 1º e 2º Leilão de Bens Móveis e para intimação da executada **Josefina Aparecida de Lima Martorano - ME**, CNPJ 28.538.059/0001-57, na pessoa de seu representante legal **e demais interessados,** expedido nos autos Do Cumprimento de sentença (0005450-88.2018.8.26.0099) - Proc. principal 1007809-28.2017.8.26.0099, em trâmite na Vara do Juizado Especial Cível e Criminal - Foro de Bragança Paulista, requerida por **Fernando Franco Rancan - Me**, CNPJ 17.140.171/0001-19. A Dra. Ana Paula Schleiffer Livreri, Juíza de Direito, na forma da lei, etc., nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que o leiloeiro nomeado Sr. Wanderley Samuel Pereira, matriculado na JUCESP sob o nº 981, levará a leilão os bens abaixo descritos, através do site www.publicumleiloes.com.br, em condições que segue: **DATAS DOS LEILÕES - 1º Leilão começa em 05/07/2022, às 16:00hs, e termina em 08/07/2022, às 16:00hs e 2º Leilão começa em 08/07/2022, às 16hs 01 min, e termina em 28/07/2022, às 16:00 hs. BENS: Lote 1-** Quadro, pintura a óleo acadêmica, tema: "Casamento de Isac", medindo 1,50 X 1,00mts. **AVALIAÇÃO - R$ 9.700,00 (abril/2022). Lote 2-** Quadro, pintura a óleo acadêmica, tema: "Carro de boi", medindo 1,60 X 1,00mts. **AVALIAÇÃO - R$ 8.500,00 (abril/2022). Lote 3-** Quadro, pintura a óleo acadêmica, tema: "Parati", medindo 0,90 X 0,60mts. **AVALIAÇÃO - R$ 6.800,00 (abril/2022).** Que se encontram na Rua José Del Roio, 600, Uberaba, Bragança Paulista/SP, sendo nomeada depositária a Sra. Josefina Aparecida de Lima Martorano, CPF 068.725.478-71. **DÉBITO EXEQUENDO - R$ 3.217,07 (março/2021) - MULTAS - R$ 6.000,00 e R$ 10.000,00 - TOTALIZANDO O VALOR DO DÉBITO EXEQUENDO DE: R$ 19.217,07,** que será atualizada até a data do leilão. **CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO** - edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, débitos, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.publicumleiloes.com.br. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Maria Paula, 36 - 6º andar - Bela Vista - CEP: 01319 - 000 - São Paulo-SP, tel: 11-2149-2249 e email: contato@publicum.com.br. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. Bragança Paulista, 06.06.2022. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Bragança Paulista, aos 15 de junho de 2022.

Edital de 1º e 2º Leilão de Bens Imóveis e para intimação dos executados **NVH Terceirização de Serviços Ltda,** CNPJ 07.253.582/0001-67, na pessoa de seu representante legal e a **Helena Gonçalves dos Santos**, CPF 049.759.898-16 e s/m **Renato de Paula**, CPF 077.208.478-57 e **Indianara Gonçalves Pereira**, CPF 318.807.868-42, bem como a **Prefeitura Municipal de Lins/SP, eventuais ocupantes dos imóveis abaixo e demais interessados**, expedido nos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial, Processo 1014714-75.2019.8.26.0003, em trâmite na 3ª Vara Cível - Foro Regional III - Jabaquara, requerida pelo **Banco Bradesco S/A, CNPJ 60.746.948/0001-12.** A Dra. Lidia Regina Rodrigues Monteiro Cabrini, Juíza de Direito, na forma da lei, etc., nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que o leiloeiro nomeado Sr. Wanderley Samuel Pereira, matriculado na JUCESP sob o nº 981, levará a leilão o bem abaixo descrito, através do Gestor www.publicumleiloes.com.br, em condições que segue: **DATAS DOS LEILÕES - 1º Leilão começa em 05/07/2022, às 17:00hs, e termina em 08/07/2022, às 17:00hs e 2º Leilão começa em 08/07/2022, às 17hs 01 min, e termina em 28/07/2022, às 17:00 hs. BENS:** Lotes de terrenos subordinados aos nºs 53 e 54, ambos da quadra "B" do loteamento denominado Jardim Bom Viver III, da Cidade e Comarca de Lins/SP, com frente para a Rua Luiz Ceranto, perfazendo uma área de 230,00m², cada um. Matrículas nºs 25.602 e 25.603, respectivamente, do CRI da Comarca de Lins/SP. **AVALIAÇÃO TOTAL - R$ 292.380,00 (março/2022),** que será atualizada até a data do leilão pela Tabela Prática do TJ/SP. **DÉBITO EXEQUENDO - R$ 4.669.550,00 (julho/2019),** que será atualizado até a data do leilão. **CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO** - edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, débitos, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.publicumleiloes.com.br. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Maria Paula, 36 - 6º andar - Bela Vista - CEP: 01319 - 000 - São Paulo-SP, tel: 11-2149-2249 e email: contato@publicum.com.br. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. São Paulo, 25.05.2022.

Edital de 1º e 2º Leilão de Bem Móvel e para intimação do executado **Diogo de Andrade,** CPF 217.468.728-37 **e demais interessados,** expedido nos autos do Cumprimento de sentença (0016646-13.2021.8.26.0564) - Processo principal 1021375-65.2021.8.26.0564, em trâmite na Vara do Juizado Especial Cível - Foro de São Bernardo do Campo, requerida por **Ronaldo Batista dos Santos**, CPF 623.431.576-34. O Dr. Carlos Gustavo Visconti, Juiz de Direito, na forma da lei, etc., nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que o leiloeiro nomeado Sr. Wanderley Samuel Pereira, matriculado na JUCESP sob o nº 981, levará a leilão o bem abaixo descrito, através do Gestor www.publicumleiloes.com.br, em condições que segue: **DATAS DOS LEILÕES - 1º Leilão começa em 05/07/2022, às 10:15hs, e termina em 08/07/2022, às 10:15hs e 2º Leilão começa em 08/07/2022, às 10hs 16 min, e termina em 28/07/2022, às 10:15 hs. BEM -** Veículo marca Renault, modelo Kangoo RN 1.6, misto caminhoneta, cor azul, ano de fabricação/modelo 1999/2000, combustível gasolina, placas AJD0689, chassi 8A1KC0035YL093181, renavam 730550320, **AVALIAÇÃO** (fs. 16) **- R$ 10.500,00 (nov/2021)**. Que se encontra na Rua Doutor Curt, 275, Independência (Jardim Brasília), São Bernardo do Campo/SP, sendo nomeado depositário o Sr. Diogo de Andrade, CPF 217.468.728-37. **DÉBITO EXEQUENDO - R$ 3.664,87 (maio/2022),** que será atualizado até a data do Leilão. **CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO** - edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, débitos, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.publicumleiloes.com.br. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Maria Paula, 36 - 6º andar - Bela Vista - CEP: 01319 - 000 - São Paulo-SP, tel: 11-2149-2249 e email: contato@publicum.com.br. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. São Bernardo do Campo, 25.05.2022.

Edital de 1º e 2º Leilão de Bem Móvel e para intimação da executada **Truck Center Bragança Ltda**, CNPJ 12.349.294/0001-40, na pessoa de seu representante legal **e demais interessados,** expedido nos autos do Cumprimento de sentença (0002663-52.2019.8.26.0099) - Processo principal 0007757-15.2018.8.26.0099, em trâmite na Vara do Juizado Especial Cível e Criminal - Foro de Bragança Paulista, requerida por **Michele Alves de Souza,** CPF 363.319.388-00. A Dra. Ana Paula Schleiffer Livreri, Juíza de Direito, na forma da lei, nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que o leiloeiro nomeado Sr. Wanderley Samuel Pereira, matriculado na JUCESP sob o nº 981, levará a leilão o bem abaixo descrito, através do site www.publicumleiloes.com.br, em condições que segue: **DATAS DOS LEILÕES - 1º Leilão começa em 05/07/2022, às 11:15hs, e termina em 08/07/2022, às 11:15hs e 2º Leilão começa em 08/07/2022, às 11hs 16 min, e termina em 28/07/2022, às 11:15 hs. BEM -** Um baú isotérmico marca Cargovan, de 4,00 metros. **AVALIAÇÃO** (certidão de reavaliação fls. 83) **- R$ 10.500,00 (abril/2022)**, que será atualizada pelos índices adotados pelo E. Tribunal de Justiça, desde a data do laudo. Que se encontra na Avenida dos Imigrantes, 5038, Jardim América, Bragança Paulista/SP, sendo nomeado depositário o Sr. Alex Alves Mazolini, CPF 168.271.588-45. **DÉBITO EXEQUENDO - R$ 2.315,51 (agosto/2019),** que será atualizada até a data do leilão. **CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO** - edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, débitos, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.publicumleiloes.com.br. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Maria Paula, 36 - 6º andar - Bela Vista - CEP: 01319 - 000 - São Paulo-SP, tel: 11-2149-2249 e email: contato@publicum.com.br. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. Bragança Paulista, 26.05.2022.

Edital de 1º e 2º Leilão de Bem Imóvel e para intimação da executada **Mafra Construtora e Incorporadora Ltda,** CNPJ 49.333.024/0001-51, na pessoa de seu representante legal, bem como os Credores Hipotecários **IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor**, CNPJ 58.120.387/0001-08 e Outros, o **Condomínio do Edifício Silver Tower**, na pessoa do síndico/representante legal, **Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, eventuais ocupantes do imóvel abaixo e demais interessados**, expedido nos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial, Processo nº 1030017-40.2016.8.26.0002, em trâmite na 2ª Vara Cível - Foro Regional II - Santo Amaro/SP, requerida por **Condomínio do Edifício Silver Tower,** CNPJ 03.198.040/0001-88. O Dr. Leonardo Fernando de Souza Almeida, Juiz de Direito, na forma da lei, etc., nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que o leiloeiro nomeado Sr. Wanderley Samuel Pereira, matriculado na JUCESP sob o nº 981, levará a leilão o bem abaixo descrito, através do Gestor www.publicumleiloes.com.br, em condições que segue: **DATAS DOS LEILÕES - 1º Leilão começa em 05/07/2022, às 11:45hs, e termina em 08/07/2022, às 11:45hs e 2º Leilão começa em 08/07/2022, às 11hs46min, e termina em 28/07/2022, às 11:45hs. BEM -** Unidade autônoma designada sala para escritório nº 113, localizada no 11º andar do "Edifício Silver Tower", situado na Avenida Vereador José Diniz, nºs 3643 e 3651, no 30º Subdistrito - Ibirapuera, com a área útil de 35,200m², área comum de garagem (uma vaga indeterminada) de 10,25m², área comum de 35,772m², área total de 81,222m², fração ideal de terreno de 0,0157289. Matrícula nº 168.960 do 15º CRI/SP. Contribuinte nº 086.040.0240-5. Sendo nomeada depositária Mafra Construtora e Incorporadora Ltda, CNPJ 49.333.024/0001-51, na pessoa de seu representante legal. **AVALIAÇÃO - R$ 360.000,00 (set/2020) - AVALIAÇÃO ATUALIZADA - R$ 394.050,92 (agosto/2021),** que será atualizada até a data do leilão pela Tabela Prática do TJ/SP. **OBS:** Conforme pesquisa realizada na Prefeitura Municipal de São Paulo/SP (18.01.2022) sobre o referido imóvel Constam Débitos de IPTU, no valor total de R$ 8.965,74 e DIVIDA ATIVA, no valor total de R$ 32.290,75, cujos valores deverão ser atualizados até a data do leilão. **DÉBITO EXEQUENDO - R$ 81.737,47 (out/2021),** que será atualizado até a data do leilão. **DÉBITOS e OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE - Tributos e contribuições condominiais relativos ao imóvel e vencidos até a lavratura do auto de arrematação se sub-rogarão no preço, não sendo de responsabilidade do arrematante. CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO** - edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, débitos, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.publicumleiloes.com.br. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Maria Paula, 36 - 6º andar - Bela Vista - CEP: 01319 - 000 - São Paulo-SP, tel: 11-2149-2249 e email: contato@publicum.com.br. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. São Paulo, 30.05.2022.

Edital de 1º e 2º Leilão de Bens Móveis e para intimação dos executados **Felipe Borges de Araújo**, CPF 385.689.808-56 e **Thais dos Santos Ferreira**, CPF 370.321.898-30 **e demais interessados,** expedido nos autos do Cumprimento de sentença (0000036-07.2021.8.26.0099) - Proc. principal 1002484-67.2020.8.26.0099, em trâmite na Vara do Juizado Especial Cível e Criminal - Foro de Bragança Paulista, requerida por **Fabio Wohlers**, CPF 333.742.618-25. A Dra. Ana Paula Schleiffer Livreri, Juíza de Direito, na forma da lei, etc., nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que o leiloeiro nomeado Sr. Wanderley Samuel Pereira, matriculado na JUCESP sob o nº 981, levará a leilão os bens abaixo descritos, através do site www.publicumleiloes.com.br, em condições que segue: **DATAS DOS LEILÕES - 1º Leilão começa em 05/07/2022, às 12:15hs, e termina em 08/07/2022, às 12:15hs e 2º Leilão começa em 08/07/2022, às 12hs 16 min, e termina em 28/07/2022, às 12:15 hs. BENS:** 06 (seis) placas de granitos na cor verde Ubatuba, tamanho padrão, no estoque rotativo. **AVALIAÇÃO UNITÁRIA - R$ 1.650,00 (abril/2022) - AVALIAÇÃO TOTAL - R$ 9.900,00 (abril/2022),** que será atualizada até a data do leilão pelos índices adotados pelo E. Tribunal de Justiça, desde a data do laudo. Que se encontram na Av. Prof. Júlio Ramos da Silva, 289, casa 2, Águas Claras, Bragança Paulista, sendo nomeado depositário o Sr. Felipe Borges de Araújo, CPF 385.689.808-56. **DÉBITO EXEQUENDO - R$ 4.368,00 (dez/2020),** que será atualizada até a data do leilão. **CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO** - edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, débitos, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.publicumleiloes.com.br. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Maria Paula, 36 - 6º andar - Bela Vista - CEP: 01319 - 000 - São Paulo-SP, tel: 11-2149-2249 e email: contato@publicum.com.br. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. Bragança Paulista, 30.05.2022.

Edital de 1º e 2º Leilão de Bem Móvel e para intimação do executado **João Vicente da Silva**, CPF 039.571.948-81 **e demais interessados,** expedido nos autos do Cumprimento de sentença (0000861-53.2018.8.26.0099) - Processo principal 0007056-88.2017.8.26.0099, em trâmite na Vara do Juizado Especial Cível e Criminal - Foro de Bragança Paulista, requerida por **Francivaldo das Chagas**, CPF 007.626.778-48. A Dra. Ana Paula Schleiffer Livreri, Juíza de Direito, na forma da lei, nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que o leiloeiro nomeado Sr. Wanderley Samuel Pereira, matriculado na JUCESP sob o nº 981, levará a leilão o bem abaixo descrito, através do site www.publicumleiloes.com.br, em condições que segue: **DATAS DOS LEILÕES - 1º Leilão começa em 05/07/2022, às 12:45hs, e termina em 08/07/2022, às 12:45hs e 2º Leilão começa em 08/07/2022, às 12hs 46 min, e termina em 28/07/2022, às 12:45 hs. BEM -** Veículo marca Volkswagen, modelo Gol CL, cor prata, ano de fabricação/modelo 1993/1994, combustível álcool, placas BNM-9177, chassi 9BWZZZ30ZPT133136, renavam 612737098. **AVALIAÇÃO - R$ 4.500,00 (março/2022**), que será atualizada pelos índices adotados pelo E. Tribunal de Justiça, desde a data do laudo. Que se encontra na Rua Joaquim Manoel de Macedo, 49, Jardim São Cristóvão, Bragança Paulista/SP, sendo nomeado depositário o Sr. João Vicente da Silva, CPF 039.571.948-81. **DÉBITO EXEQUENDO - R$ 2.267,87 (dez/2020),** que será atualizada até a data do leilão. **CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO** - edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, débitos, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.publicumleiloes.com.br. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Maria Paula, 36 - 6º andar - Bela Vista - CEP: 01319 - 000 - São Paulo-SP, tel: 11-2149-2249 e email: contato@publicum.com.br. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. Bragança Paulista, aos 15 de junho de 2022.

Edital de 1º e 2º Leilão de Bem Imóvel e para intimação dos executados **João Carlos Cunha**, CPF 082.945.278-82, **Vilma Gonçalves Cunha**, CPF 157.367.148-76 e s/m **Otávio Cunha**, CPF 136.170.608-20, bem como a terceira interessada **Quintoandar Serviços Imobiliários Ltda**, CNPJ 16.788.643/0001-81, o **Condomínio Edifício Arena**, na pessoa do síndico/representante legal, **Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, eventuais ocupantes do imóvel abaixo e demais interessados**, expedido nos autos do Cumprimento Provisório de Sentença (0010592-05.2020.8.26.0002) - Processo principal 1065096-12.2018.8.26.0002, em trâmite na 2ª Vara Cível - Foro Regional II - Santo Amaro/SP, requerida por **Walter Perussi,** CPF 366.075.418-87. O Dr. Leonardo Fernando de Souza Almeida, Juiz de Direito, na forma da lei, etc., nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que o leiloeiro nomeado Sr. Wanderley Samuel Pereira, matriculado na JUCESP sob o nº 981, levará a leilão o bem abaixo descrito, através do Gestor www.publicumleiloes.com.br, em condições que segue: **DATAS DOS LEILÕES - 1º Leilão começa em 05/07/2022, às 13:45hs, e termina em 08/07/2022, às 13:45hs e 2º Leilão começa em 08/07/2022, às 13hs 46 min, e termina em 28/07/2022, às 13:45 hs. BEM:** Apartamento nº 03, localizado no 1º andar ou 2º pavimento do Edifício sem denominação, situado à Rua Padre Antônio Thomaz, nº 84, 19º Subdistrito - Perdizes, com a área construída de 85,85m², área útil de 58,65m², correspondendo-lhe uma parte ideal de 43,78m², no terreno e coisas comuns. Matrícula nº 35.958 do 2º CRI/SP. Contribuinte nº 022.086.0113-0. **AVALIAÇÃO - R$ 454.000,00 (março/2019),** que será atualizada até a data do leilão pela Tabela Prática do TJ/SP. **DÉBITO EXEQUENDO - R$ 170.434,96 (outubro/2021),** que será atualizado até a data do leilão. **CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO** - edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, débitos, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.publicumleiloes.com.br. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Maria Paula, 36 - 6º andar - Bela Vista - CEP: 01319 - 000 - São Paulo-SP, tel: 11-2149-2249 e email: contato@publicum.com.br. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. São Paulo, 01 de junho de 2022.

Edital de 1º e 2º Leilão de Bem Móvel e para intimação dos executados **Eva Venilda dos Santos Carvalho**, CPF 002.199.130-80 e **Geice Keli Martins**, CPF 391.709.358-82 **e demais interessados,** expedido nos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial, Proc. 1009324-30.2019.8.26.0099, em trâmite na Vara do Juizado Especial Cível e Criminal - Foro de Bragança Paulista, requerida por **Ricardo Camargo Fontes**, CPF 148.870.118-06. A Dra. Ana Paula Schleiffer Livreri, Juíza de Direito, na forma da lei, nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que o leiloeiro nomeado Sr. Wanderley Samuel Pereira, matriculado na JUCESP sob o nº 981, levará a leilão o bem abaixo descrito, através do site www.publicumleiloes.com.br, em condições que segue: **DATAS DOS LEILÕES - 1º Leilão começa em 05/07/2022, às 14:45hs, e termina em 08/07/2022, às 14:45hs e 2º Leilão começa em 08/07/2022, às 14hs 46 min, e termina em 28/07/2022, às 14:45 hs. BEM -** Veículo marca Volkswagen, modelo Fox 1.0, cor vermelha, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação/modelo 2006/2006, placa DSF1540, chassi 9BWKA05ZX64198252, renavam 887340423. **AVALIAÇÃO - R$ 19.307,00 (maio/2022**), que será atualizada pelos índices adotados pelo E. Tribunal de Justiça, desde a data do laudo. Que se encontra na Rua Manoel André de Barros, 318, Vila Bianchi, Braganca Paulista-SP, sendo nomeada depositária a Sra. Geice Keli Martins, CPF 391.709.358-82. **DÉBITO EXEQUENDO - R$ 9.757,43 (maio/2022),** que será atualizada até a data do leilão. **CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO** - edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, débitos, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.publicumleiloes.com.br. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Maria Paula, 36 - 6º andar - Bela Vista - CEP: 01319 - 000 - São Paulo-SP, tel: 11-2149-2249 e email: contato@publicum.com.br. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.**NADAMAIS**.Dado e passado nesta cidade de Bragança Paulista, aos 09 de junho de 2022.

Edital de 1º e 2º Leilão de Bem Imóvel e para intimação dos executados **Hara Empreendimentos Ltda**, CNPJ 44.717.171/0008-88, na pessoa de seu representante legal e a **Eduardo Tadatoshi Hara,** CPF 155.045.898-19, **Prefeitura Municipal de Bragança Paulista /SP, eventuais ocupantes do imóvel abaixo e demais interessados**, expedido nos Autos do Cumprimento de sentença, Processo nº 1001501-05.2019.8.26.0099, em trâmite na Vara do Juizado Especial Cível e Criminal - Foro de Bragança Paulista, requerida por **Amarildo Antonio Ferraz,** CPF 045.554.478-67. A Dra. Ana Paula Schleiffer Livreri, Juíza de Direito, na forma da lei, etc., nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que o leiloeiro nomeado Sr. Wanderley Samuel Pereira, matriculado na JUCESP sob o nº 981, levará a leilão o bem abaixo descrito, através do Gestor www.publicumleiloes.com.br, em condições que segue: **DATAS DOS LEILÕES - 1º Leilão começa em 05/07/2022, às 15:15hs, e termina em 08/07/2022, às 15:15hs e 2º Leilão começa em 08/07/2022, às 15hs 16 min, e termina em 28/07/2022, às 15:15 hs. BEM -** Um Terreno com área de 6.689,18m², mais ou menos, atualmente sem benfeitorias, localizado no bairro do Matadouro, na Cidade de Bragança Paulista, confrontando em seu todo com a Avenida dos Imigrantes, Rua Cel. Daniel Peluso, com os fundos do quintal da casa da Rua Cel. Daniel Peluso, de quem de direito, e com o Ribeirão Lavapés. Terreno esse, que é o remanescente do todo havido por força do título aquisitivo. Matrícula nº 32.115 do CRI de Bragança Paulista/SP. Inscrição Cadastral nº 2.00.00.42.0100.0500.01.00. Sendo nomeado depositário o Sr. Eduardo Tadatoshi Hara, CPF 155.045.898-19. **AVALIAÇÃO - R$ 10.300.000,00 (abril/2022),** que será atualizada até a data do leilão pela Tabela Prática do TJ/SP. **DÉBITO EXEQUENDO - R$ 51.112,00 (junho/2020),** que será atualizado até a data do leilão. **CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO** - edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, débitos, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.publicumleiloes.com.br. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Maria Paula, 36 - 6º andar - Bela Vista - CEP: 01319 - 000 - São Paulo-SP, tel: 11-2149-2249 e email: contato@publicum.com.br. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. Bragança Paulista, 08.06.2022.

Edital de Leilão Único de Bem Imóvel e para intimação da executada **Lucimara Angela da Silva** ou **Lucimara Angela da Silva Lima Santos**, CPF 312.071.868-80, bem como s/m, se casada for, a Credora Fiduciária Caixa Econômica Federal**, o Condomínio Residencial Saint Germain, na pessoa do síndico/representante legal, Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, eventuais ocupantes do imóvel abaixo e demais interessados**, expedido nos Autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial, Processo nº 1008655-39.2018.8.26.0704, em trâmite na Foro Regional XV - Butantã, requerida pelo **Condomínio Residencial Saint Germain,** CNPJ 06.155.202/0001-99. A Dra. Luciane Cristina Silva Tavares, Juíza de Direito, na forma da lei, etc., nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que o leiloeiro nomeado Sr. Wanderley Samuel Pereira, matriculado na JUCESP sob o nº 981, levará a leilão o bem abaixo descrito, através do Gestor www.publicumleiloes.com.br, em condições que segue: **DATAS DO LEILÃO - Leilão começa em 05/07/2022, às 11:00h, e termina em 04/08/2022, às 11:00h. BEM -** Direitos pertencentes a executada sobre o Apartamento nº 503, localizado no 4º andar do bloco 03, integrante do empreendimento imobiliário denominado Residencial Saint Germain, situado na Rua Doutor Luiz Migliano, 811, no 13º Subdistrito Butantã, com a área útil de 42,74m², a área comum de 16,2858m², a área total de 59,0258m², correspondendo-lhe ainda uma fração ideal no terreno de 0,010053702. Matrícula nº 171.309 do 18º CRI/SP. Contribuinte nº 171.258.1012-7 (Av.02/171.309). Sendo nomeada depositária a Sra. Lucimara Angela da Silva ou Lucimara Angela da Silva Lima Santos, CPF nº 312.071.868-80. **AVALIAÇÃO - R$ 200.000,00 (março/2022),** que será atualizada até a data do leilão pela Tabela Prática do TJ/SP. **DÉBITO EXEQUENDO - R$ 50.495,04 (junho/2022),** que será atualizado até a data do leilão**. OBS.:** Às fls. 462/464, a Caixa Econômica Federal informa o valor da dívida do financiamento imobiliário: R$ 297.826,69 (abril/2022). **CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO** - edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, débitos, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.publicumleiloes.com.br. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Maria Paula, 36 - 6º andar - Bela Vista - CEP: 01319 - 000 - São Paulo-SP, tel: 11-2149-2249 e email: contato@publicum.com.br. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. São Paulo, 10.06.2022.

Edital de 1º e 2º Leilão de Bem Imóvel e para intimação do executado **Joaquim Trolezi Veiga**, CPF 096.887.816-49, bem como sua mulher, se casado for, **o Condomínio Edifício Barão de Penedo, na pessoa do síndico/representante legal, Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, eventuais ocupantes do imóvel abaixo e demais interessados**, expedido nos Autos do Cumprimento de sentença, Proc. nº 0162039-18.2012.8.26.0100, em trâmite na 27ª Vara Cível - Foro Central Cível, requerida pelo **Condomínio Edifício Barão de Penedo,** CNPJ 54.203.823/0001-43. A Dra. Melissa Bertolucci, Juíza de Direito, na forma da lei, etc., nos termos do Art. 881, § 1º do NCPC, **FAZ SABER** que o leiloeiro nomeado Sr. Wanderley Samuel Pereira, matriculado na JUCESP sob o nº 981, levará a leilão o bem abaixo descrito, através do Gestor www.publicumleiloes.com.br, em condições que segue: **DATAS DOS LEILÕES - 1º Leilão começa em 05/07/2022, às 14:15hs, e termina em 08/07/2022, às 14:15hs e 2º Leilão começa em 08/07/2022, às 14hs 16 min, e termina em 28/07/2022, às 14:15 hs. BEM -** Unidade Autônoma nº 108, localizada no 1º andar ou 4º pavimento do Edifício Barão de Penedo, situado à Rua da Consolação, nº 323, no 7º Subdistrito-Consolação, com a área útil de 30,27m², área comum de 20,27m² e área total de 50,54m², correspondendo-lhe no terreno a fração ideal de 0,352.268%. Matrícula nº 65.999 do 5º CRI/SP. Contribuinte nº 006.013.1433-6. Sendo nomeado depositário o Sr. Joaquim Trolezi Veiga, CPF 096.887.816-49. **AVALIAÇÃO** (fls.367) **- R$ 202.000,00 (nov/2020),** que será atualizada até a data do leilão pela Tabela Prática do TJ/SP. **DÉBITO EXEQUENDO - R$ 32.449,31 (maio/2022),** que será atualizado até a data do leilão. **CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO** - edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, débitos, comissão do leiloeiro e demais condições no site www.publicumleiloes.com.br. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Maria Paula, 36 - 6º andar - Bela Vista - CEP: 01319 - 000 - São Paulo-SP, tel: 11-2149-2249 e email: contato@publicum.com.br. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. São Paulo, 02.06.2022.

WWW.PUBLICUMLEILOES.COM.BR

Governo federal bloqueia R$ 2,5 bilhões de fundo para a ciência

Lei impede cortes no setor, mas o Executivo encontrou alternativa para diminuir financiamento do FNDCT

Lucas Marchesini

BRASÍLIA O governo federal bloqueou R$ 2,5 bilhões do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), o que representa 56% do total dos recursos disponíveis no fundo.

O corte determinado pelo governo foi considerado necessário para acomodar no teto de gastos possíveis despesas extras que estão sendo estudadas pela gestão do presidente Jair Bolsonaro (PL).

O FNDCT tem R$ 4,5 bilhões disponíveis para 2022, mas o governo federal já avisou que não repassará R$ 2,5 bilhões. Na prática, isso significa que o FNDCT até pode empenhar o recurso, mas não terá dinheiro para fazer o pagamento neste ano.

O empenho é a primeira etapa de qualquer gasto orçamentário e funciona como uma reserva da verba destinada no Orçamento para um gasto específico.

O corte foi revelado pelo jornal O Globo e confirmado pela **Folha** em consulta aos dados orçamentários disponibilizados pelo Senado Federal no Siga, portal que reúne informações da administração financeira da União. O MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) não se pronunciou sobre o assunto até o momento.

A SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) criticou a decisão do governo federal. "O corte em si é ultrajante e coloca em risco todo o sistema de pesquisa científica e tecnológica do país", apontou em nota aberta. Para a organização, "a ciência se tornou alvo preferencial do governo federal, impondo ao setor uma restrição orçamentária sem paralelo no Poder Executivo".

O FNDCT é composto por 17 fundos setoriais. Deles, seis tiveram o orçamento completamente zerado com a decisão. Os fundos que ficaram sem recursos financiam iniciativas voltadas para a Amazônia e projetos aquaviários, de biotecnologia, informática e automação, para pequenas e médias empresas do setor mineral e de transportes.

Uma lei aprovada no ano passado proibia o corte de gastos no FNDCT. Assim, para conseguir fazer o corte, o governo federal encontrou um outro método, que é o de declarar indisponível parte dos recursos. Com isso, fica mais difícil questionar juridicamente o corte porque do ponto de vista orçamentário os recursos estão disponíveis, mas não do ponto de vista financeiro.

O bloqueio dos recursos fez com que o orçamento do FNDCT para 2022 seja 45% menor do que em 2021, quando a lei que proibia cortes no fundo ainda não estava em vigor.

A SBPC aponta que o corte foi pesado em cima do FNDCT porque outras pastas conseguiram reduzir o quanto perderiam no orçamento. "De acordo com os dados divulgados pela equipe econômica, todos as pastas afetadas pelo bloqueio tiveram seus cortes orçamentários reduzidos, transferindo a carga para o MCTI", diz a nota.

O resultado final, prossegue o texto, é que "36,72% dos recursos discricionários do MCTI não poderão ser utilizados". Recursos discricionários são os de livre aplicação, ao contrário dos obrigatórios.

Em termos absolutos, o FNDCT foi a terceira unidade orçamentária que mais teve recursos declarados indisponíveis para este ano. Na frente dele estão o Fundo Nacional de Saúde, com R$ 5,7 bilhões, e o Fundo do Regime Geral de Previdência Social, com R$ 2,7 bilhões. A diferença é que no caso do primeiro, o montante bloqueado representa 3,76% do total e no do segundo, 0,34% do total.

Não é de agora que a SBPC está se queixando dos cortes de recursos destinados a pesquisa e inovação. Em carta enviada ao ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Paulo Alvim, em 7 de junho deste ano, a entidade reclama da diminuição nos investimentos.

"O progresso da ciência poderá desenvolver o País e seu povo, erradicando a miséria e a pobreza, pondo fim à fome, que tem crescido estes últimos tempos, fazendo o Brasil retornar ao mapa do qual tinha saído há cerca de dez anos", diz o texto que também é assinado pela Academia Brasileira de Ciências e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

O corte é ultrajante e coloca em risco todo o sistema de pesquisa científica e tecnológica do país. A ciência se tornou alvo preferencial do governo federal, impondo ao setor uma restrição orçamentária sem paralelo no Poder Executivo

SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência)
em nota

Grupo Ocean Rebellion protesta em Lisboa nesta segunda Carlos Costa/AFP

Conferência da ONU tenta colocar oceanos no centro da agenda climática

Na abertura do encontro, em Lisboa, António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, classificou situação como de 'emergência'

PLANETA EM TRANSE

Giuliana Miranda

LISBOA Embora cubram mais de 70% da superfície da Terra e tenham sido responsáveis por absorver 91% do aquecimento do planeta, os oceanos não costumam protagonizar os debates ambientais de alto nível. Realizada em Lisboa de 27 de junho a 1º de julho, a 2ª Conferência dos Oceanos da ONU tenta trazer as questões para o centro das discussões.

"Infelizmente, tomamos os oceanos como garantidos e hoje enfrentamos o que eu chamaria de 'emergência nos oceanos'", afirmou o secretário-geral da ONU, António Guterres, na abertura do encontro. "Temos de inverter a maré. Oceanos saudáveis e produtivos são vitais para o nosso futuro comum."

A missão dos mais de 140 países com presença confirmada na conferência, no entanto, é complexa. Os oceanos sofrem hoje com uma série de problemas, como o despejo intensivo de resíduos sem tratamento, o acúmulo de plásticos e a sobrepesca.

Há ainda outras questões graves. De acordo com o último relatório sobre o clima da Organização Meteorológica Mundial, em 2021 a acidificação dos oceanos, o aumento do nível do mar e a concentração de gases-estufa atingiram níveis recordes.

"Os oceanos não têm estado na mesa de negociações, não têm estado nem nas prioridades políticas, nem nas prioridades econômicas", diz Tiago Pitta e Cunha, presidente da Fundação Oceano Azul, maior organização não governamental de Portugal na área de proteção marinha.

Segundo ele, após um período de discussões muito intensivas sobre os mares entre 1982 e 1994, devido sobretudo aos interesses econômicos e políticos das grandes potências, o tema passou praticamente à margem das últimas grandes negociações.

"Estes últimos 20 anos foram verdadeiramente perdidos para a causa dos oceanos em nível mundial", diz.

"No tratado mais importante dos primeiros 20 anos deste século, que é o Acordo de Paris para o clima, a palavra 'oceanos' aparece apenas uma vez no preâmbulo. Parece acrescentado à última hora", exemplifica.

Diretora de conservação e políticas na Associação Natureza Portugal/WWF, Catarina Grilo considera que, desde a última Conferência do Clima da ONU, em 2021, o tema dos oceanos tem ganhado mais protagonismo.

"De fato, os oceanos têm sido pouco privilegiados na agenda climática, mas foi dado um passo importante na COP de Glasgow, quando houve o reconhecimento do papel dos oceanos na regulação do clima e de que precisamos de oceanos saudáveis para ter também o clima estável."

Embora as expectativas sejam altas, o documento final produzido pela conferência não deve ser um tratado vinculativo entre as nações. "Esta não é uma conferência para gerar acordos", disse o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, José Gomes Cravinho.

Ainda assim, a declaração final da conferência, que vem sendo negociada por diplomatas no âmbito das Nações Unidas há mais de um ano, deve apresentar propostas para um plano de ação futura.

Delegados da ONU, assim como representantes da sociedade civil, trabalham para garantir que as nações apresentem compromissos voluntários concretos para ações sobre os oceanos.

"A nossa expectativa é de que haja, por parte dos países, não só o anúncio de novos compromissos para os oceanos, mas também de ações em concreto para implementar aqueles compromissos que ficaram por cumprir desde a última Conferência dos Oceanos, em 2017", diz Catarina Grilo, da ANP/WWF.

O projeto Planeta em Transe é apoiado pela Open Society Foundations.

Os oceanos não têm estado na mesa de negociações, não têm estado nem nas prioridades políticas, nem nas prioridades econômicas

Tiago Pitta e Cunha
presidente da Fundação Oceano Azul

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0045265-66.2010.8.26.0554. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro de Santo André, Estado de São Paulo, Dr(a). Alexandre Zanetti Stauber, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MARCIO NUNES DOS SANTOS, CPF 417.634.018-55, com endereço à Rua Apucarana, 186, Jardim do Estádio, CEP 09175-060, Santo André - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Portoseg Sa Cfi: Objetivando a quantia de R$ 166.163,48 (atualizado até dezembro de 2019), representada pelo Contrato de Financiamento Garantido por Alienação Fiduciária nº 001060000830. Estando o executado em lugar ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Santo André, aos 16 de março de 2022.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, Comunicação e Serviços Gráficos de São Paulo e Região

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO: 2021

Pelo presente **Edital**, em obediência ao artigo 28° do Estatuto Social da entidade, para os fins previstos no artigo 39°, em consonância com o artigo 9° do mesmo estatuto, ficam convocados todos os trabalhadores gráficos associados, em pleno gozo de seus direitos estatutários, para participarem da **Assembleia Geral Ordinária** que será realizada na sede social do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, Comunicação e Serviços Gráficos de São Paulo e Região, na **Rua da Figueira, 233, Brás, São Paulo-SP, no dia 30 de junho de 2022, às 11:00 horas em primeira convocação**, com a presença mínima de 1/3 (um terço) dos associados em condições de voto, para discutir e referendar sobre a seguinte pauta: **a) leitura e votação do balanço; b) prestação de contas dos exercícios encerrados em 01/01/2021 à 31/12/2021, com parecer do Conselho Fiscal; c) previsão orçamentária para o exercício de 2022, com parecer do Conselho Fiscal; d) apreciação do orçamento financeiro para o exercício de 2022, com parecer do Conselho Fiscal.** Não sendo obtido o quórum estatutário, a Assembleia será realizada em segunda e última convocação 01:00 hora após o horário designado para a primeira convocação, com a presença de qualquer número de associados. São Paulo, 28 de junho de 2022. Membros da Diretoria Executiva: **Elisangela de Oliveira**, Presidente; **Sebastião Santana**, Vice-Presidente; **Augusto Adriano de Barros Neto**, Tesoureiro; **José Vicente dos Santos**, Tesoureiro Adjunto; **Alexsandro dos Reis**, Secretário Geral; **Alex Fabio Souza Patez**, Secretário Adjunto.

Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos – CET-Santos

EDITAL

Licitação exclusiva para empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Órgão: Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos, CET-Santos. **Processo nº** 2599-2022. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 018/2022. Objeto: Seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando o fornecimento de baterias automotivas, em quantidades estimadas, para serem utilizadas durante o prazo de 06 (seis) meses, conforme **Anexo I** – Termo de Referência, do Edital. **Recebimento das propostas:** até as 9h do dia 12/07/2022. **Abertura das propostas:** às 9h do dia 12/07/2022. Início da disputa de preços: às 10h do dia 12/07/2022. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, sob nº **945965**. Santos, 21 de junho de 2022. **Engº Antonio Carlos Silva Gonçalves - Diretor-Presidente**

Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos – CET-Santos

EDITAL

Licitação com 01 (um) lote de ampla participação e 01 (um) lote de cota reservada para empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Órgão: Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos, CET-Santos. **Processo nº** 7552-2021. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 017/2022. Objeto: Fornecimento parcelado de botoeiras sonoras para utilização em semáforos de pedestres, no prazo previsto de 24 (vinte e quatro) meses, conforme Termo de Referência e Especificações Técnicas que constituem o **Anexo I** do presente Edital. **Recebimento das propostas:** até as 9h do dia 11/07/2022. **Abertura das propostas:** às 9h do dia 11/07/2022. **Início da disputa de preços:** às 10h do dia 11/07/2022. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, sob nº **945959**. Santos, 21 de junho de 2022. **Engº Antonio Carlos Silva Gonçalves - Diretor-Presidente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHEMBI – Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº. 06/2022. OBJETO: Aquisição de equipamentos para instalação de cozinha piloto. TIPO: Menor preço por item. ENTREGA: única. PAGAMENTO: conforme edital. ESCLARECIMENTOS: (14) 3884-9020 ou pelo e-mail licitacao@anhembi.sp.gov.br. Recebimento das propostas: das 00h00 do dia 30/06/2022 às 08h00 do dia 13/07/2022. Análise das propostas: das 08h00 às 09h00 do dia 13/07/2022. Início da disputa de preços: 09h00 do dia 13/07/2022. Local: www.bllcompras.com. Os demais atos estarão disponíveis no endereço eletrônico www.anhembi.sp.gov.br. Anhembi, 29/06/2022. Lindeval Augusto Motta – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº. 07/2022. OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares. TIPO: Menor preço por item. ENTREGA: única. PAGAMENTO: conforme edital. ESCLARECIMENTOS: (14) 3884-9020 ou pelo e-mail licitacao@anhembi.sp.gov.br. Recebimento das propostas: das 00h00 do dia 30/06/2022 às 08h00 do dia 13/07/2022. Análise das propostas: das 08h00 às 09h00 do dia 13/07/2022. Início da disputa de preços: 10h00 do dia 13/07/2022. Local: www.bllcompras.com. Os demais atos estarão disponíveis no endereço eletrônico www.anhembi.sp.gov.br. Anhembi, 27/06/2022. Lindeval Augusto Motta – Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio do Secretário Municipal de Gestão Pública, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo a seguinte licitação, na modalidade "PREGÃO":
EDITAL Nº 082/2022 - PROCESSO Nº 13.243/2022
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO, "ON-SITE", COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS (CONTROLADORA, DISCOS E GAVETAS) DAS SOLUÇÕES DE ARMAZENAMENTO EMC VNX5300, PELO PERÍODO DE 12 MESES.
Os envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e "HABILITAÇÃO" serão recebidos e abertos no Departamento de Gestão de Bens e Serviços (1º andar do Edifício-Sede da Prefeitura), às 14:30 horas do dia 14 de julho de 2022. O edital e seus anexos encontram-se à disposição para download no site da Prefeitura (www.mogidascruzes.sp.gov.br - link: Licitações).
Mogi das Cruzes, em 27 de junho de 2022.
MAURÍCIO PINTO PEREIRA JUVENAL - Secretário Municipal de Gestão Pública

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038-2/2022 - PROCESSO Nº 9.458/2022.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE RECOMPOSITOR DE PISTA, USINADO A QUENTE (CBUQ), SACO DE RAFIA OU SIMILAR DE 25 KG.
EMPRESA VENCEDORA: REBORN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA E PAVPRONTO COMERCIO E TECNOLOGIA EM ASFALTOS LTDA.
VALOR GLOBAL: R$ 74.971,69 (setenta e quatro mil, novecentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos).
Mogi das Cruzes, em 22 de junho de 2022
ALESSANDRO SILVEIRA - Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

LICITAÇÃO COM COTA RESERVADA ÀS ME/EPP E LOTE DESTINADO À AMPLA CONCORRÊNCIA
O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio do Secretário Municipal de Saúde, torna público que está promovendo a seguinte licitação, na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO":
EDITAL Nº 075/2022 - PROCESSO Nº 6.881/2022 e apenso.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE KIT PARTO NORMAL DE EMERGÊNCIA E KIT DESCARTÁVEL PARA INSERÇÃO DE DIU.
As propostas serão abertas em sessão pública que ocorrerá exclusivamente em ambiente eletrônico, na internet, no endereço: http://www.licitacoes-e.com.br, às 08:00 horas do dia 14 de julho de 2022. O edital e seus anexos encontram-se à disposição para download no site da Prefeitura (www.mogidascruzes.sp.gov.br/licitacao) e no referido endereço (licitações-e).
Mogi das Cruzes, em 27 de junho de 2022.
ZENO MORRONE JÚNIOR - Secretário Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio do Secretário Municipal de Saúde, torna público que está promovendo a seguinte licitação, na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO":
EDITAL Nº071/2022 - PROCESSO Nº 12.690/2022 e AP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS (MICRO-ONDAS, GELADEIRA, TELEVISOR E VENTILADOR)
As propostas serão abertas em sessão pública que ocorrerá exclusivamente em ambiente eletrônico, na internet, no endereço: http://www.licitacoes-e.com.br, às 08:00 horas do dia 12 de julho de 2022. O edital e seus anexos encontram-se à disposição para download no site da Prefeitura (www.mogidascruzes.sp.gov.br/licitacao) e no referido endereço (licitações-e).
Mogi das Cruzes, em 27 de junho de 2022
DR. ZENO MORRONE JUNIOR - Secretário Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio do Secretário Municipal de Saúde, torna público que está promovendo a seguinte licitação, na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO":
EDITAL Nº088/2022 - PROCESSO Nº 10.386/2022 e AP
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS (INJETÁVEIS, SOLUÇÕES, SUSPENSÕES, POMADAS, CREMES, GELÉIAS, COMPRIMIDOS, ETC).
As propostas serão abertas em sessão pública que ocorrerá exclusivamente em ambiente eletrônico, na internet, no endereço: http://www.licitacoes-e.com.br, às 08:00 horas do dia 13 de julho de 2022. O edital e seus anexos encontram-se à disposição para download no site da Prefeitura (www.mogidascruzes.sp.gov.br/licitacao) e no referido endereço (licitações-e).
Mogi das Cruzes, em 27 de junho de 2022
DR. ZENO MORRONE JUNIOR - Secretário Municipal de Saúde

CYRELA BRAZIL REALTY S.A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Companhia Aberta

CNPJ/ME n.º 73.178.600/0001-18 - NIRE 35.300.137.728 | Código CVM n.º 14.460

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2022

1. DATA, HORA, LOCAL: Aos 31 (trinta e um) dias do mês de maio de 2022, às 10:00 horas, na sede da **CYRELA BRAZIL REALTY S.A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES** ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, nº 109, 2º andar, Sala 01 - Parte, Vila Olímpia, CEP 04.552-000. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do §1º do art. 26 do Estatuto Social da Companhia, por estarem presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração a saber: Elie Horn, Rogério Frota Melzi, Rafael Novellino, George Zausner, Fernando Goldstein, João Cesar de Queiroz Tourinho, José Guimarães Monforte e Ricardo Cunha Sales, com participação por meio de videoconferência ou conferência telefônica, nos termos do art. 26, § 2º, do Estatuto Social. **3. MESA:** Presidente – Rogério Frota Melzi; Secretário – Miguel Maia Mickelberg. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a prestação de garantias a terceiros, para negócios relacionados aos interesses sociais da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Instalada a reunião do Conselho de Administração, e após o exame e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração presentes deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer ressalvas, em conformidade com o disposto no artigo 142, inciso VIII, da Lei nº 6.404/76, **autorizar** a **prestação de garantias** de quaisquer espécies, incluindo, mas não se limitando, a avais, fianças e penhores, em favor de uma ou mais sociedades nas quais a Companhia detenha participação direta ou indireta no capital social, ou participe em conjunto no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários ("Sociedade" ou "Sociedades"), desde que a outorga da referida garantia seja condição para a realização do negócio, e que este esteja relacionado ao objeto social da Companhia. A autorização para outorga dessas garantias é **válida até 31 de maio de 2023**. Ficam ratificados todos os atos anteriormente praticados, que estejam em concordância com o previsto nesta ata. Essa deliberação prevalece sobre todas as demais havidas anteriormente a esta data. Os Conselheiros autorizam os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos, e assinarem todos os documentos que se fizerem necessários ao cumprimento da deliberação acima. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. **Assinaturas:** Mesa: Rogério Frota Melzi - Presidente; Miguel Maia Mickelberg - Secretário. Conselheiros: Elie Horn, George Zausner, Rafael Novellino, Rogério Frota Melzi, Fernando Goldstein, João Cesar de Queiroz Tourinho, José Guimarães Monforte e Ricardo Cunha Sales. *Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.* São Paulo, 31 de maio de 2022. **Mesa: ROGÉRIO FROTA MELZI** - Presidente e **MIGUEL MAIA MICKELBERG** - Secretário. JUCESP nº 299.519/22-3 em 20.06.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS, COMUNICAÇÃO E SERVIÇOS GRÁFICOS DE SÃO PAULO E REGIÃO

Edital de Convocação - Assembleia Geral dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas

Pelo presente **Edital**, nos termos do Estatuto Social da entidade, e na condição Categoria Profissional Gráfica Diferenciada nos termos do artigo 511 da CLT, Processo MTPS 319.819/73, DOU de 03.10.1974, página 11.231, independentemente da atividade principal da empresa, **convoco todos** os trabalhadores gráficos integrantes nas Indústrias da: Gravura, Oficiais Gráficos e Encadernadores, Tipografia, Encadernação e Impressão Digital e Eletrônica, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos, e das atividades descritas da C.B.O. - Classificação Brasileira de Ocupações do MTE, no grupo 9.2 e do Grande Grupo 7, nos códigos 7661 - 7662 - 7663 - 2149-30 e 2624-10, produtos e segmentos gráficos relacionados no IBGE - Indústria da Transformação, Grupos 17.3, 17.4, 18.1, 18.2 e como informação e Comunicação Grupo 58.2 - CNAE, CONCLA, PRODLIST, estabelecidos nos municípios de São Paulo e Região, **associados(as)** ou **não**, para a **Assembleia Geral dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas** a realizar-se às 15:00 horas do dia 30 de Junho de 2022 na Rua da Figueira, nº 233, Brás, na Cidade de São Paulo/SP, em primeira convocação, ou uma hora após em segunda e última convocação. **Da mesma forma convoco todos os trabalhadores que desenvolvem as suas atividades gráficas** acima mencionadas nas **Oficinas e Departamentos Gráficos das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas no Estado de São Paulo**, classificadas no 3º Grupo do Plano da CNTCP, estabelecidas nestes mesmos Municípios, para outra **Assembleia Geral de Trabalhadores Gráficos de Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas** no mesmo dia e local, a realizar-se às 13:00 horas do dia 30 de Junho de 2022, para o fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) discussão da Pauta de Reivindicações a ser encaminhada ao Setor Patronal para a Renovação da Convenção Coletiva de Trabalho para o período de 2022 a 2023; b) outorga de poderes à diretoria desta entidade para empreender as negociações necessárias, celebrar CCT, instaurar dissídio, firmar Acordo Judicial; c) autorizar o exercício do Direito de Greve na forma da Lei 7.783/89, em caso de malogro das negociações; d) discutir a instituição de Contribuição em favor desta entidade sindical e das entidades de grau superior, conforme deliberação determinada pela Assembleia, a ser descontada em folha de pagamento de todos os trabalhadores da categoria; e) discussão sobre a definição de prazos, formas e condições para o Direito de Oposição ao referido desconto.

São Paulo, 28 de Junho de 2022

Elisangela de Oliveira - Presidente; Alexsandro dos Reis - Secretário Geral

COMUNICADO

VIA SA. Inscrita no **CNPJ. 33.041.260/1075-54** e **IE. 145.614.611.113** no end. Av. Guilherme Cotching, 1442 - Bairro Vl. Maria – São Paulo – SP. Relata o extravio dos ECFs **Marca** EPSON / TM-T81 FBIII com os **ns. EP081210000000033577 / EP081210000000033458/ EP081210000000033497 / EP081210000000033343 / EP081210000000033052** com n° atrib. **Cx.02/03 /04/05/06** conforme ocorrência Registrada na Delegacia Eletrônica com **n° CT 2156-1/2022** emitido em 24/06/2022.

Fundação Zerbini

CNPJ/ME nº 50.644.053/0001-13

Aviso de Licitação

A Fundação Zerbini torna público o processo abaixo, para a Unidade do Instituto do Coração – InCor--HCFMUSP, a saber: Processo 1145/2022 – P.P. 09/2022 para Aquisição de Equipamentos de Raio-X Portátil que será realizado em 25/07/2022 às 09:30 hrs. O edital poderá ser obtido na íntegra no site: www.zerbini.org.br. São Paulo, 27 de Junho de 2022. **Rafael Miranda** – p/ Equipe de Apoio.

GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MARÍTIMO - UGE - 180201

PREGÃO ELETRÔNICO GBMar-PMSP- 20222047035-1

PROCESSO GBMAR Nº PMSP-PRC-20222047035-1 – EDITAL DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta, na UGE - 180201 – GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MARÍTIMO (GBMar), a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº GBMar-20222047035-1 objetivando a Aquisição de 02 (duas) Lanchas infláveis de comprimento mínimo de 37 pés (11,2 m), com as características físicas e técnicas de uma embarcação para as aplicações específicas de uso Comercial/Trabalho/Profissional/Serviço, destinada a executar serviço de SAR (Search And Rescue) Busca e Salvamento do Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar). A sessão de ABERTURA ocorrerá no dia 04/07/2022 às 9:00, poderão retirar o Edital pelo site www.bec.sp.gov.br.

Fundação Zerbini

CNPJ/ME nº 50.644.053/0001-13

Aviso de Licitação

A Fundação Zerbini torna público o processo abaixo, para a Unidade do Instituto do Coração – InCor--HCFMUSP, a saber: Processo 1209/2022 – P.P. 015/2022 para Aquisição de Angiógrafos – Sistema de Hemodinâmica que será realizado em 18/07/2022 às 09:30 hrs. O edital poderá ser obtido na íntegra no site: www.zerbini.org.br. São Paulo, 27 de Junho de 2022. **Rafael Miranda** – p/ Equipe de Apoio.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 123/2022 – Proc. Adm. n.º 426/2022

Objeto: Registro de Preços para o fornecimento e instalação de CORTINAS EM TECIDO OXFORD, em atendimento aos colégios da Rede Municipal de Ensino, pelo período de 12 (doze) meses. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 28/06/2022, no site www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do portal do município no endereço https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 08/07/2022, às 10h00min.**

Santana de Parnaíba, 27 de junho de 2022.

ORDENADOR DE PREGÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente edital, ficam convocados todos os associados do **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Guarulhos e Arujá,** quites com os cofres da Entidade e em pleno gozo de seus direitos estatutários, a comparecerem na **Assembleia Geral Ordinária** que se realizará no próximo dia 01 (um) de julho de 2022, às 17h00 em primeira convocação, na sede social deste Sindicato, sito à Rua Ipê, nº 139, Centro, Guarulhos/SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Leitura, discussão e votação da ata de Assembleia anterior; e b) Leitura, discussão e votação do balanço e resumo dos principais acontecimentos do ano anterior, bem como o parecer do Conselho Fiscal de conformidade com o artigo 34, §1° do Estatuto em vigor. De acordo com o referido Estatuto combinado com a legislação vigente, o não comparecimento de número legal de associados para realização da Assembleia em primeira convocação, e, em segunda convocação, com qualquer número de associados presentes, uma hora depois, posto a inexistência de exigência legal para este tipo de situação (art. 16, §2º, do Estatuto). **Maria Reis Nepomuceno Santos -** Diretora Presidente.

Edital de Convocação - Assembléia Geral Extraordinária Unificada **- O Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Ônibus Rodoviários Internacionais, Interestaduais, Intermunicipais e *SETOR DIFERENCIADO* de São Paulo, Itapecerica da Serra, São Lourenço da Serra, Embu Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Poá e Itaquaquecetuba -** Convoca todos os trabalhadores da categoria profissional do **SETOR DIFERENCIADO a) "Motoristas e Ajudante de Motorista da: Indústria, Comércio, Empresas de Seguros Privados e Capitalização, Bancos, Fundações, Empresas Estatais e Suas Sucessoras Privadas, Estabelecimentos de Ensino, Comunicações, Radiodifusão, Telecomunicações, de Informática, Esportes, Diversões e Serviços Diversos - Empresas Distribuidoras e Representantes de Gás GLP (somente motorista) e Empresas de Limpeza Urbana (somente motorista), b) Nova Opção (Coletare Ambiental Eireli), Peralta, Pioneira (JRL Apoio Administrativo Ltda, TK Service Ltda), Selur, Sergás, Sinbfir, Centro Veterinário Paiol, Kelly Rodrigues Rações ME, GR Moreira, Translight Transportes, Supermercados Veran, V. Weiss & Cia Ltda., W & W Serviços de Apoio Administrativo e Operacional Eireli, Mardan e Gelo Puro - data base setembro"** na base territorial de São Paulo, Itapecerica da Serra, São Lourenço da Serra, Embu Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Poá e Itaquaquecetuba, associados ou não, a participarem da Assembléia Geral Extraordinária nos termos do Estatuto Social, que se realizará na sede do sindicato e nos respectivos locais de trabalho da seguinte forma; das 05:00 horas do dia 18 de julho de 2022 às 15:00 horas do dia 29 de julho de 2022, com qualquer número de presentes por tratar de assembleia permanente, para tratar da seguinte ordem do dia; 1º - Leitura e aprovação da ata da assembleia anterior; 2º - Discussão e aprovação das Pautas de Reivindicações - **Data Base Setembro 2022**; 3º - Discussão e aprovação de contribuição/mensalidade sindical, em vista das negociações; 4º - Concessão de poderes a diretoria do Sindicato para negociação, formalização de Convenções e/ou Acordos Coletivos e se necessário for instaurar Dissídio Coletivo e/ou de Greve e declarar se necessário for o caráter permanente da assembleia, independentemente de nova assembleia, 5º Outros assuntos de interesse do sindicato. São Paulo, 27 de junho de 2022, José Alves do Couto Filho (Toré), Presidente.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
COMUNICADO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO SF/CPL Nº 20/2022
PREGÃO ELETRÔNICO SF/CPL Nº 12/2022
PROCESSO SEI Nº 6017.2021/0051736-4
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de suporte de Hardware e Software on-site pelo período de 12 (doze) meses para equipamentos em funcionamento no Datacenter da Secretaria Municipal da Fazenda.
OFERTA DE COMPRA Nº 801002801002022OC00017.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br ou www.becfazenda.sp.gov.br.
DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DAS PROPOSTA ELETRÔNICA: 28/06/2022.
DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 11/07/2022 às 09h00.
O Edital poderá ser consultado nos sites: http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br/ ou www.bec.sp.gov.br.

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 27/07/2022, às 10:00h / 2º Público Leilão: 29/07/2022, às 10:00h

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matriculas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob n° 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Uma casa sob o nº 49, com 62,16m² de área construída, e seu respectivo terreno designado como sendo lote nº 8, da quadra III, localizado na Rua Júlio Barazal Salgado, nº 77, no Conjunto Residencial Parque Terra Nova II – São Bernardo Do Campo/SP. Objeto da Matrícula nº 24.819 do 2º Ofício de Registro de Imóveis e Anexos de São Bernardo do Campo/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. **1º Leilão: R$ 744.502,58 (setecentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e dois reais e cinquenta e oito centavos) 2º leilão: R$ 372.251,29 (trezentos e setenta e dois mil, duzentos e cinquenta e um reais e vinte nove centavos)**. O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Ficam os Fiduciantes: GILMAR BONIFÁCIO, brasileiro, corretor de imóveis, CPF: 097.254.928-54, RG: 19.935.662 SSP/SP, CNH: 02326705847, nascido em 22/10/1967, filho de Olídia Caporasso Bonifácio e Sebastião Bonifácio e SANDRA VALADARIO BONIFÁCIO, brasileira, confeiteira, CPF: 281.461.528-99, RG: 22.792.713-8 SSP/SP, nascida em 30/12/1972, casados entre si sob o regime de comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Júlio Barazal Salgado, nº 77, Parque Terra Nova II, São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09820-675, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/SME/2022
PROCESSO ELETRÔNICO nº 6016.2021/0133098-0 - Registro de Preços visando à contratação de empresa para eventual aquisição de 506.330 (quinhentos e seis mil trezentas e trinta) unidades de **CAPAS DE PROTEÇÃO E PELÍCULA DE PROTEÇÃO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS PORTÁTEIS DO TIPO TABLET**, para atendimento à demanda de segurança e proteção de equipamentos da Secretaria Municipal de Educação (SME) de São Paulo, atendendo as Unidades Educacionais da SME.
Acha-se reaberta a licitação em epígrafe, que será realizada às **09h30** do dia **11/07/2022**.
O **Edital e seus Anexos** poderão ser obtidos, até o último dia que anteceder a abertura, mediante recolhimento de guia de arrecadação, ou através a apresentação de *pen-drive* para gravação na COMPS - Núcleo de Licitação e Contratos - Rua Dr. Diogo de Faria, 1247 - sala 316 - Vila Clementino, ou através da internet pelo site www.comprasnet.gov.br e http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br, bem como, as cópias do Edital estarão expostas no mural do Núcleo de Licitação.

Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

CNPJ nº 02.102.498/0001-29 - NIRE 35.300.151.071

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada no Dia 17 de Dezembro de 2021

1. Data, Hora e Local da Assembleia: Realizada aos 17 dias do mês de dezembro de 2021, às 10:00 horas, na sede social da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Flórida, nº 1.595, 8º andar, conjunto 81, Brooklin Novo, com acesso também pela Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1.253, 8º andar, conjunto 81, Brooklin Novo, CEP: 04571-010 ("Companhia"). **2. Convocação:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme o disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.404/76"), em decorrência de estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença de Acionistas". **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Francisco Ignacio Espinoza Concha e secretariados pelo Sr. Marco Antonio Klein. **4. Ordem do Dia:** (i) eleição da Sra. **Marcia Tiemi Takakura** para o cargo de Diretora sem designação específica, (ii) ratificação da composição e atribuições da Diretoria da Companhia, (iii) redistribuição de funções entre os Diretores da Companhia, (iv) aumento do capital social, e (v) alteração e consolidação do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: **5.I.** Eleger para o cargo de Diretora sem designação específica da Companhia, a Sra. **Marcia Tiemi Takakura**, brasileira, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 36.233.000-1 (SSP/SP), inscrita no CPF nº 303.214.518- 05, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo, com escritório na Rua Flórida, nº 1.595, 8º andar, conjunto 81, Brooklin Novo, CEP 04565-001, para um mandato que deve corresponder ao prazo de mandato remanescente dos demais Diretores da Companhia, que encerrar-se-á na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023. A Diretora ora eleita preenche todas as condições estabelecidas pela Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") nº 330, de 09 de dezembro de 2015 ("Resolução CNSP nº 330/2015") e Circular da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP") nº 526, de 25 de fevereiro de 2016 ("Circular SUSEP nº 526/2016"), bem como declara não estar incursa em nenhum dos crimes previstos em lei que a impeçam de exercer atividades empresárias, ou administração de sociedades empresárias, sendo certo que a ela foi dado amplo conhecimento da legislação aplicável. **5.II.** Ratificar a composição da Diretoria da Companhia, cujos membros possuem um mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023, a qual passa a ser formada pelo: (a) Sr. **Breno Persona Machado Gomes**, brasileiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 22.594.599-X SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 160.690.478-77, na qualidade de Diretor Presidente; (b) Sr. **Francisco Ignacio Espinoza Concha**, brasileiro e chileno, contador e auditor, portador da cédula de identidade RG nº 116215380 - SSP-SP, inscrito CPF nº 237.014.908-64, para o cargo de Diretor Financeiro; e (c) Sra. **Marcia Tiemi Takakura**, brasileira, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 36.233.000-1 (SSP/SP), inscrita no CPF nº 303.214.518- 05, na qualidade de Diretora sem designação específica, todos residentes e domiciliados na Capital do Estado de São Paulo, com escritório na Rua Flórida, nº 1.595, 8º andar, conjunto 81, Brooklin Novo, CEP 04565-001. **5.III.** Em atenção às deliberações acima, e em atendimento ao quanto disposto na Resolução CNSP nº 330/2015, Circular SUSEP nº 526/2016 e Carta-Circular nº 01/2016/SUSEP-CGRAT, as acionistas da Companhia resolvem redistribuir e ratificar as funções específicas dos membros da Diretoria, uma vez homologada a eleição da Sra. Marcia Tiemi Takakura, a composição da Diretoria passará a ser a seguinte, com as respectivas atribuições: (i) Sr. **Breno Persona Machado Gomes**, na qualidade de Diretor Presidente, exercerá as seguintes funções: (a) Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/2005; (b) Diretor responsável pela contratação de correspondentes de microsseguro e pelos serviços por eles prestados e (c) Diretor responsável pela contratação de correspondentes de microsseguro e pelos serviços por eles prestados; (ii) Sr. **Francisco Ignacio Espinoza Concha**, na qualidade de Diretor Financeiro, exercerá as seguintes funções: (a) Diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (b) Diretor responsável técnico; (c) Diretor designado como responsável administrativo-financeiro; (d) Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (e) Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 383/2020; e (f) Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de auditoria contábil independente previstos na regulamentação em vigor, nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015; e (iii) a Sra. **Marcia Tiemi Takakura**, na qualidade de Diretora sem designação específica, exercerá as seguintes funções: (a) Diretora responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998; (b) Diretora responsável pelos controles internos da Companhia, de caráter de fiscalização e controle; e (c) Diretora responsável pela política institucional de conduta, nos termos da Resolução CNSP nº 382/2020, ora remanejadas de caráter de executivo ou operacional, observada a Carta-Circular 1/2016 Susep-CGRAT, cabendo-lhe zelar pela observância do normativo mencionado e da respectiva regulamentação complementar, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023. **5. IV.** Nos termos da regulamentação aplicável, em especial da Circular SUSEP nº 529/2016, aumentar o capital social, dos atuais R$ 655.055.099,00 (seiscentos e cinquenta e cinco milhões, cinquenta e cinco mil, noventa e nove reais) para R$768.209.099,00 (setecentos e sessenta e oito milhões, duzentos e nove mil, noventa e nove reais), sendo esse aumento no valor de R$ 113.154.000,00 (cento e treze milhões, cento e cinquenta e quatro mil reais), mediante a emissão de 122.993.478 (cento e vinte e dois milhões, novecentos e noventa e três mil, quatrocentas e setenta e oito) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, emitidas pelo preço de emissão aproximado de R$ 0,92 (noventa e dois centavos de real) cada uma, fixado com base no valor do Patrimônio Líquido apurado no balanço da Companhia levantado em 30 de novembro de 2021. As ações ora emitidas são neste ato totalmente subscritas e integralizadas mediante a capitalização de recursos remetidos do exterior pelas acionistas, conforme segue: (i) **MetLife International Holdings, LLC** subscreve 81.989.912 (oitenta e um milhões, novecentas e oitenta e nove mil, novecentas e doze) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, emitidas pelo preço de emissão aproximado de R$ 0,92 (noventa e dois centavos de real) cada uma, pelo valor total de R$75.430.719,00 (setenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta mil, setecentos e dezenove reais); (ii) **MetLife Worlwide Holdings, LLC** subscreve 41.002.336 (quarenta e um milhões, duas mil, trezentas e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, emitidas pelo preço de emissão aproximado de R$ 0,92 (noventa e dois centavos de real) cada uma, pelo valor total de R$ 37.722.149,00 (trinta e sete milhões, setecentos e vinte e dois mil, cento e quarenta e nove reais); e (iii) **Natiloportem Holdings, LLC**, subscreve 1.230 (mil duzentas e trinta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, emitidas pelo preço de emissão aproximado de R$ 0,92 (noventa e dois centavos de real) cada uma, pelo valor total de R$1.132,00 (mil cento e trinta e dois reais), tudo conforme os Boletins de Subscrição que seguem anexos à presente ata (Anexos I, II e III). Dessa forma, o artigo 5º do Estatuto Social é alterado e passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 5º -** O capital social da companhia é de R$ 768.209.099,00 (setecentos e sessenta e oito milhões, duzentos e nove mil, noventa e nove reais), dividido em 736.136.954 (setecentos e trinta e seis milhões, cento e trinta e seis mil, novecentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - Cada ação nominal registrada conferirá ao acionista o direito a um voto nas Assembleias. **Parágrafo 2º -** As ações podem ser representadas por certificados assinados por dois Diretores ou por um certificado múltiplo de ações." **5. V.** Por fim, é aprovada a nova redação do Estatuto Social, que já refletindo as alterações acima deliberadas, passará a vigorar na forma da consolidação anexa (Anexo III), nos termos da regulamentação aplicável, em especial da Circular SUSEP nº 529/2016. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo, 17 de dezembro de 2021. Marco Antonio Klein - Secretário; Francisco Ignacio Espinoza Concha - Presidente. Acionistas: MetLife International Holdings, LLC, p.p. Eduardo Avila de Castro; Natiloportem Holdings, LLC, p.p. Eduardo Avila de Castro; MetLife Worldwide Holdings, LLC, p.p. Eduardo Avila de Castro. Diretora eleita: Marcia Tiemi Takakura. JUCESP nº 316.931/22-6 em 23/6/22. Gisela Simiema Ceschin - Secretária-Geral. **Anexo III - Estatuto Social: Capítulo I - Nome, Objetivo, Duração e Sede: Artigo 1º -** A Companhia é denominada Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., sendo regida por este Estatuto e pela legislação aplicável em vigor. **Artigo 2º -** A Companhia tem por objeto a criação, administração e comercialização de seguros de pessoas e planos de benefícios de caráter previdenciário, concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas, e a participação em outras companhias, como quotista ou acionista, observadas, as restrições previstas em lei. **Artigo 3º -** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Flórida, n.º 1595, 8º andar, conjunto 81, Brooklin Novo, CEP 04565-000, com acesso também pela Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 1253, 8º andar, conjunto 81, Brooklin Novo, CEP 04571-010, possuindo também os andares nºs.: 1º andar - conjunto 11; 4º andar - conjunto 41; 5º andar - conjunto 51; 7º andar - conjunto 71; 13º andar - conjunto 131; 14º andar - conjunto 141; e 15º andar - conjunto 151, e podendo abrir e manter escritórios e filiais em qualquer parte do território nacional e no exterior. **Artigo 4º -** A Companhia tem prazo de duração por tempo indeterminado. **Capítulo II - Capital e Ações: Artigo 5º -** O capital social da companhia é de R$ 768.209.099,00 (setecentos e sessenta e oito milhões, duzentos e nove mil, noventa e nove reais), dividido em 736.136.954 (setecentos e trinta e seis milhões, cento e trinta e seis mil, novecentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal. **Parágrafo 1º -** Cada ação nominal registrada conferirá ao acionista o direito a um voto nas Assembleias. **Parágrafo 2º -** As ações podem ser representadas por certificados assinados por dois Diretores ou por um certificado múltiplo de ações. **Capítulo III - Assembleia de Acionistas: Artigo 6º -** As Assembleias Gerais podem ser Ordinárias ou Extraordinárias. As Assembleias Ordinárias deverão ser realizadas nos primeiros 03 (três) meses subsequentes ao término do exercício social, e as Extraordinárias sempre que necessário. **Artigo 7º -** As Assembleias Gerais serão presididas por um dos Diretores da empresa. O presidente da Assembleia escolherá o Secretário. **Parágrafo Único -** Para a instalação da Assembleia Geral será necessário, em primeira chamada, o quórum mínimo de 2/3 do capital votante e, em segunda chamada, a simples maioria. Todas as outras regras concernentes à convocação das Assembleias e à votação poderão ser encontradas na legislação em vigor. **Artigo 8º -** Todas as decisões tomadas nas Assembleias Gerais (ordinárias ou extraordinárias) deverão ser aprovadas pela maioria do capital votante, exceto se maior quórum for exigido pela legislação aplicável. **Capítulo IV - Direção e Administração: Artigo 9º -** A companhia será administrada pela Diretoria. **Parágrafo 1º** - Os Diretores tomarão posse quando da aprovação de seus nomes pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados ou após, decorridos trinta (30) dias da data da solicitação desta aprovação, o que acontecer antes, de acordo com a regulamentação aplicável, mediante assinatura de termo de posse no livro pertinente. Os Diretores permanecerão no cargo até a data prevista para suas respectivas substituições. **Parágrafo 2º -** A Assembleia Geral estabelecerá a remuneração dos Diretores, que será levada à conta de despesas gerais da Companhia. **Capítulo V - Diretoria: Artigo 10 -** A Companhia será administrada por no mínimo 02 (dois) e no máximo 05 (cinco) Diretores, sendo um o Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e os outros Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes no Brasil, com mandato de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Artigo 11 -** Os Diretores da Companhia serão eleitos pela Assembleia Geral. **Parágrafo 1º** - Os Diretores eleitos deverão ser pessoas que preencham os requisitos legais, com experiência reconhecida, e que possam dedicar à companhia tempo compatível com as obrigações por eles assumidas. **Parágrafo 2º** - No caso de vacância de cargo de Diretor, a Assembleia Geral indicará o substituto para período remanescente. **Parágrafo 3º** - A Assembleia Geral poderá remover, a qualquer tempo, qualquer Diretor, com ou sem causa. **Artigo 12 -** Os Diretores reunir-se-ão sempre que necessário ou sempre que solicitado por quaisquer dos Diretores, para deliberar sobre os seguintes assuntos: (a) organização e operacionalização da Companhia; (b) obediência a todas as deliberações tomadas em Assembleias Gerais de acionistas; (c) controle geral de todas as decisões das Assembleias Gerais; e (d) elaboração de relatórios da administração e demais documentos que se fizerem necessários para apresentação às Assembleias Gerais. **Parágrafo Único -** As resoluções tomadas pelos Diretores deverão ser aprovadas por maioria simples de votos. **Artigo 13 -** Os Diretores, com as restrições presentes neste Estatuto Social, são investidos de todos os poderes de administração para o melhor desempenho de suas funções, incluindo, exemplificativamente: (a) representação da Companhia como demandante ou demandado em todas as ações e processos e perante qualquer, tribunal, repartição federal, estadual ou municipal; e (b) direção e administração dos negócios da Companhia. **Artigo 14** - Os Diretores poderão efetuar qualquer negócio no curso normal das atividades da Companhia, observando o orçamento anual da empresa e as regras incluídas neste Estatuto Social. **Artigo 15 -** Para a prática dos atos abaixo relacionados em nome da Companhia, as seguintes formalidades deverão ser observadas: (a) Em atos envolvendo montante superior a R$3.000.000,00 (três milhões de reais), a Companhia obrigar-se-á mediante as assinaturas do Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor da Companhia; (b) Em atos envolvendo o montante entre R$2.000.000,00 (dois milhões de reais) a R$2.999.999,99 (dois milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), a Companhia obrigar-se-á mediante as assinaturas de quaisquer 02 (dois) Diretores, agindo em conjunto entre si; (c) Em atos envolvendo o montante entre R$1.000.000,00 (um milhão de reais) a R$1.999.999,99 (um milhão, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), a Companhia obrigar-se-á mediante as assinaturas (i) de quaisquer 02 (dois) Diretores, agindo em conjunto entre si; ou (ii) de um Diretor, agindo em conjunto com 01 (um) Procurador do Grupo A; ou (iii) de 02 (dois) Procuradores do Grupo A, agindo em conjunto entre si; (d) Em atos envolvendo o montante entre R$500.000,00 (quinhentos mil reais) a R$999.999,99 (novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), a Companhia obrigar-se-á mediante as assinaturas (i) de quaisquer 02 (dois) Diretores, agindo em conjunto entre si; ou (ii) de 02 (dois) Procuradores, agindo em conjunto entre si, sendo um deles obrigatoriamente do Grupo A; ou (iii) de 01 (um) Procurador agindo em conjunto com qualquer Diretor da Companhia; (e) Em atos envolvendo o montante inferior a R$500.000,00 (quinhentos mil reais), a Companhia obrigar-se-á mediante as assinaturas (i) de 02 (dois) Diretores, agindo em conjunto entre si; ou (ii) de qualquer Diretor, agindo em conjunto com qualquer Procurador; ou (iii) de 02 (dois) Procuradores agindo em conjunto entre si. **Parágrafo 1º -** As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser sempre assinadas em conjunto por 02 (dois) Diretores e deverão estabelecer todos os poderes da representação, bem como a indicação da classe do procurador, nos termos do parágrafo 2º abaixo. Com exceção das procurações ad judicia, as procurações não deverão ter prazo de validade superior a 1 (um) ano. **Parágrafo 2º -** Os procuradores da Companhia pertencerão ao Grupo A ou ao Grupo B, conforme for designado no respectivo instrumento de mandato. **Parágrafo 3º -** Nos casos de ausência ou impedimento temporário de qualquer um dos Diretores, seja o Diretor Presidente ou um dos Diretores sem designação específica, poderá o ausente ou impedido, se necessário, delegar seus poderes de alçada para os demais que permanecerem investidos nos seus cargos, desde que confira àqueles poderes especiais para tanto. **Artigo 16 -** Os Diretores não poderão outorgar ou emitir quaisquer garantias em nome da Companhia, em favor de terceiros, sem a prévia e expressa autorização da Assembleia Geral de acionistas. **Artigo 17** - A Companhia deverá indenizar os Diretores contra quaisquer responsabilidades pessoais, inclusive contra a apropriação de bens pessoais, julgamentos, indenizações, procedimentos, bem como despesas de advogados efetivamente incorridas na defesa de tais processos, decorrentes de atos praticados pelos Diretores na condução dos negócios da Companhia, desde que a prática de tais atos não seja decorrente de fraude ou qualquer ato contrário ao presente Estatuto Social. **Capítulo VI - Conselho Fiscal: Artigo 18 -** A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, que exercerá as atribuições impostas por lei, e será instalado nos respectivos anos fiscais em que houver a requisição de qualquer acionista, bem como nos casos previstos em lei. **Parágrafo 1º -** O Conselho Fiscal será composto por três (3) membros efetivos e três (3) suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo 2º -** Nos exercícios fiscais em que for requisitada a instalação do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral elegerá seus membros e estabelecerá suas respectivas remunerações. O mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente. **Capítulo VII - Exercício Social e Demonstrações Financeiras: Artigo 19 -** O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se no dia 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 20 -** No encerramento de cada exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras exigidas por lei. Cópias destes documentos serão enviadas a cada acionista até três meses após o encerramento do exercício social. **Parágrafo 1º -** Depois das deduções das reservas previstas em lei, a Assembleia Geral decidirá sobre a distribuição dos lucros, de acordo com a proposta da Diretoria. **Parágrafo 2º -** Os acionistas, em cada exercício fiscal, terão direito ao dividendo mínimo compulsório, que representa vinte e cinco (25%) por cento dos lucros auferidos naquele ano. A Assembleia Geral pode, no entanto, com o consentimento de todos os acionistas presentes, decidir pela diminuição na distribuição dos lucros ou, até mesmo, pela retenção total dos dividendos. **Parágrafo 3º** - A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, em cumprimento a requisitos legais e regulatórios aplicáveis. **Parágrafo 4º** - Quando exigido pelas normas regulatórias aplicáveis, os balanços da Companhia serão auditados por auditores independentes, desde que devidamente registrados perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e atendidos os requisitos mínimos previstos na legislação regulatória aplicável. **Capítulo VIII - Liquidação: Artigo 21 -** A Companhia poderá entrar em processo de liquidação nos casos previstos em lei.

Bia Haddad desaponta a si mesma e cai na estreia em Wimbledon

Derrotada na primeira rodada, brasileira evita desculpas e diz que adversária teve mais coragem

> Na verdade, estou bem insatisfeita e triste comigo, porque hoje eu não fiz o que tinha que fazer, não fui a competidora que vinha sendo. E me dói até dizer, mas é a verdade, eu tenho que dizer
>
> **Bia Haddad Maia**
> tenista

Marcos Guedes
Marina Izidro

WIMBLEDON E SÃO PAULO Com dois títulos e uma semifinal na grama nas últimas três semanas, Beatriz Haddad Maia evitou criar grande expectativa em torno de sua campanha em Wimbledon. Ela jamais foi além da segunda rodada em um campeonato da série Grand Slam e, mesmo com o excelente retrospecto recente, procurou deixar as previsões mais otimistas de lado.

Ainda assim, a brasileira de 26 anos saiu da chave de simples do mais tradicional torneio de tênis decepcionada. Sua participação durou apenas uma hora e 56 minutos, o tempo que resistiu diante de Kaja Juvan, 21, na noite inglesa de segunda-feira (27). Mais constante ao longo do confronto, a eslovena triunfou por 2 sets a 1, parciais de 6/4, 4/6 e 6/2.

"Na verdade, estou bem insatisfeita e triste comigo, porque hoje eu não fiz o que tinha que fazer, não fui a competidora que vinha sendo. E me dói até dizer, mas é a verdade, eu tenho que dizer. Eu tenho que dizer a verdade e hoje estou desapontada comigo", disse à **Folha** a paulistana, que chegou ao campeonato com o melhor ranking de sua carreira, na 28ª posição.

Bia teve o nome gritado quando pisou na quadra 12, com boa presença brasileira no público. O apoio não foi suficiente diante de uma adversária que soube se defender de seu jogo agressivo. Juvan, número 62 do mundo, apostou em uma variação maior de golpes, com muitos "slices", e se aproveitou de erros não forçados da rival.

"Deixa eu organizar os pensamentos", pediu Haddad, chateada, porém serena.

Após uma pausa, ela observou que a eslovena esteve mais confortável em quadra.

"A gente está em um Grand Slam, aqui todo o mundo está muito bem preparado. E, na grama, ganha quem é mais agressivo. Desde o começo ela foi mais agressiva, teve mais coragem, desfrutou muito mais do jogo do que eu e competiu muito melhor. Então, não tenho muito o que dizer. Ela foi mais competente, e eu não consegui fazer o que vinha fazendo nas últimas semanas", afirmou.

Beatriz Haddad Maia, depois de dois títulos e uma semifinal nos torneios preparatórios em grama, que renderam a 28ª colocação no ranking da WTA, perdeu para Kaja Juvan, 21, número 62 do mundo, na estreia em Wimbledon Reprodução ESPN

Apesar do revés, junho foi mesmo um mês especial para Bia. Em Nottingham e Birmingham, ela conquistou seus dois primeiros torneios de nível WTA. Semifinalista em Eastbourne, entrou pela primeira vez no grupo das 30 melhores do mundo e chegou a Wimbledon como cabeça de chave número 23.

De acordo com a brasileira, a sequência grande de partidas não a prejudicou. O físico, disse ela, não foi um problema contra Juvan. Nem o vento, embora ele a tenha enganado em diversos pontos.

"O vento estava para as duas. Não interessa. Isso não é desculpa. Eu venho competindo bem no terceiro set. Também fiz isso abaixo. Tudo o que trabalhei bem foi abaixo, inclusive a movimentação."

O saldo do mês, de qualquer maneira, pode ser considerado bastante positivo para a tenista paulista, que vive período de afirmação no circuito mundial. Com os bons resultados vêm a pressão e a expectativa, algo com que ela ainda está aprendendo a lidar. Por enquanto, procura deixar isso longe de seus pensamentos.

"Eu não sou uma pessoa que fica ativa lendo o que falam sobre mim. Eu era uma pessoa que me preocupava muito mais com os outros. Hoje, eu me preocupo comigo e com as pessoas que são parte da minha equipe, da minha família. Mas, mesmo assim, não é fácil ser brasileiro. A gente acaba sentindo, sabe que o brasileiro acaba sendo carente de ídolos", afirmou.

"Acaba existindo uma expectativa, mas é das pessoas sobre mim, não é de mim comigo. A gente tinha muito claro nosso objetivo aqui. Nunca passei mais de uma rodada em um Grand Slam. Então, seria muita falta de humildade da minha pessoa falar algo diferente de querer lutar e me entregar", acrescentou.

Ainda nessa linha, Bia evitou estabelecer metas de títulos e posições a ser conquistadas no ranking. Seu único plano é dar sequência ao esforço que a fez viver o melhor período de sua carreira até aqui.

"Para mim, não muda nada. Para ter essas semanas que tive, precisei trabalhar muito duro. Para continuar, conseguir manter o nível, vou ter que trabalhar mais duro ainda. Então, a única coisa que muda é que a minha responsabilidade aumenta, o profissionalismo, a parte física. Tudo tem que aumentar quando você convive em torneios maiores que exigem alto nível", observou.

"Meu objetivo é terminar o ano saudável. Tenho que cuidar bastante do meu corpo. E acredito que [seja outra meta] construir um jogo agressivo. Meu objetivo é, sim, construir uma mentalidade agressiva e concretizar esse padrão de jogo. Mas, em relação a ranking e resultados, eu não controlo. Assim como não sabia que ganharia 12 jogos seguidos na grama", concluiu.

Haddad continua em Wimbledon para as chaves de duplas —ao lado da polonesa Magdalena Frech na disputa feminina e com o compatriota Bruno Soares no campeonato misto. Na disputa de simples, Laura Pigossi estreará nesta terça (28), contra a eslovaca Kristina Kucova. Entre os homens, Thiago Monteiro caiu na estreia: 3 sets a 0, com 6/2, 6/4 e 7/5, para o espanhol Jaume Munar.

Carta aberta a Richarlyson

O futebol um dia sairá do armário graças também à sua coragem

Renata Mendonça
Jornalista, comenta na Globo e é cofundadora do Dibradoras, canal sobre mulheres no esporte

Não sei como foram seus últimos dias. Depois da sua entrevista ao podcast "Nos Armários dos Vestiários", não sei se você recebeu mais ataques de ódio do que respostas de apoio. Quero acreditar na segunda opção porque, como a gente gosta de repetir, o amor SEMPRE vence. E talvez ainda hoje você duvide do impacto da sua fala ou ainda esteja descrente, como disse no podcast, de que ela possa mudar alguma coisa. E eu lhe digo que já está mudando.

Mas, antes de mais nada, preciso fazer aqui um pedido de desculpas. Sou um grãozinho de areia dentro da imprensa esportiva, mas tendo a achar que represento nesta minha fala a maioria dos jornalistas que fazem parte dela. A gente deveria ter falado mais de você, Richarlyson. E, acima de tudo, a gente deveria ter falado mais do que você fez em campo.

Você assumiu um protagonismo no meio-campo e depois na lateral esquerda de um dos times mais vitoriosos de uma década no futebol brasileiro. Dá para chamar de "dinastia" o que o São Paulo fez entre 2005 e 2008? O único time tricampeão brasileiro consecutivo: 2006, 2007, 2008. E você fez parte dos três títulos.

Aliás, espera aí. Fazer parte é muito genérico e simplifica demais o que você representava em campo. Richarlyson, você formou uma das melhores duplas de volantes que o Campeonato Brasileiro já viu nos tempos recentes ao lado do Hernanes. Conquistou a Bola de Prata com ele no meio-campo em 2007 justamente por isso. Força nos combates, inteligência para antecipar as jogadas, velocidade para recompor, desarmes precisos e uma canhota afiada que deixou algumas vezes sua marca com belos gols.

Richarlyson sempre foi o tipo de jogador que qualquer treinador quer ter no seu elenco. Versátil, sempre pronto para jogar em qualquer posição — no mesmo São Paulo, jogou de meia, volante, zagueiro e, por último, lateral esquerdo. Também sempre foi o tipo de jogador que qualquer torcedor quer ter no seu time, porque se entrega demais dentro de campo, dá o sangue. Para você, Richarlyson, nunca teve bola perdida.

No podcast, você se descreveu: "Nunca fui craque, nunca fui tecnicamente incrível, mas era inteligente de saber o que eu poderia fazer para sempre estar à frente dos demais". Mas, apesar de todo o seu esforço, tudo o que falavam de você não era sobre seu desempenho dentro de campo. Por muito tempo, deixamos de falar do seu futebol para alimentar um preconceito cruel que talvez tenha sido seu maior adversário ao longo de uma carreira tão vitoriosa.

E escrevo deixamos, mesmo, no plural, porque nós, da imprensa, fizemos parte disso. Publicando fotos com legendas desrespeitosas, fazendo perguntas invasivas, inflando um debate sobre um tema que você nunca levantou (sua sexualidade) e sobre o qual nenhum outro jogador teve que responder.

Imagina você se dedicar ao máximo no seu trabalho para ser o melhor profissional possível e, no fim do dia, ouvir sempre a mesma pergunta: "E aí, você é gay? E aí, você é homossexual?". Nada sobre performance em campo, sobre os títulos que conquistou, sobre os papéis exercidos nos times em que jogou, sobre o segredo para conquistar tanto. As perguntas para você, Richarlyson, sempre foram erradas.

Eu peço desculpas por ter feito parte da imprensa que por muito tempo chancelou tantos preconceitos que você sofreu. E que pouco fez para tornar o futebol um ambiente mais acolhedor para pessoas LGBTQIA+ ou para colocar o assunto em pauta sem piada, de maneira respeitosa e séria.

Você já estava na história por tudo o que fez dentro de campo —algo que tanto esquecemos de contar. E agora estará na eternidade pelo armário histórico que está ajudando a destrancar. O futebol vai sair dele um dia, Ricky, graças também à sua coragem.

Tiro o chapéu: tiranossauro tinha cérebro digno de primata

Um experimento com a combinação preprint + Twitter

Suzana Herculano-Houzel
Bióloga e neurocientista da Universidade Vanderbilt (EUA)

Eu não fui daquelas crianças apaixonadas por dinossauros. Em retrospecto, acho que era por incapacidade de visualizar os bichões como animais reais, que um dia dominaram a face da Terra. Sem o lastro dessa compreensão, eu não entendia muito o fascínio da maioria com esses répteis gigantes.

Algumas décadas e muito estudo depois, não só dou o braço a torcer, com muito gosto, como tenho a honra de ajudar a elevar ao menos um ramo dos dinossauros, os terópodes, no Panteão dos Animais Injustiçados. Minha contribuição? Acabo de demonstrar, em um preprint publicado no repositório bioRxiv.org, que os terópodes —os dinossauros bípedes, como o icônico Tyrannosaurus rex— tinham tantos neurônios no telencéfalo quanto primatas modernos. Sabe aquele bichão do Jurassic Park? Agora imagina ele com o cérebro de um babuíno. Enormes, com dentes perfurantes como agulhas de titânio, e um telencéfalo biologicamente capaz de raciocínio e cognição flexíveis, e portanto inteligente. Só mesmo uma ilha para conter um animal assim.

("Mas você não teve um cérebro de tiranossauro pra estudar", perguntou minha mãe, "então como pode saber quantos neurônios eles tinham?" Respondo em duas semanas —ou mate sua curiosidade agora já em bioRxiv.org e descubra você mesmo para que serve um preprint!)

Assim como a grande maioria de meus colegas cientistas, eu normalmente aguardo um artigo científico ser revisado por pares e publicado oficialmente em uma revista antes de comentar qualquer descoberta. Mas esta somente é a norma na área biológica. Os físicos têm uma visão muito mais prática e liberal dos preprints, nome que se dá aos relatórios depositados em serviços online como arxiv.org e biorxiv.org, onde ficam disponíveis ao público, e ao escrutínio aberto dos pares, enquanto a publicação oficial tramita em revistas (o que pode levar meses).

Como estava prestes a falar sobre minhas novas descobertas a respeito de cérebros de dinossauros em uma reunião científica semana passada em Praga, na República Tcheca, resolvi depositar o artigo, já submetido para publicação, no bioRxiv, onde minha plateia poderia consultá-lo. Para completar o experimento, reativei minha conta no Twitter, e anunciei a descoberta —com o link para o preprint— com recado para um dos principais paleontólogos atuais, Steve Brusatte, autor do livro que me serviu de cartilha de alfabetização em dinossauros.

Brusatte não retuitou, mas respondeu —e, em um dia, dois paleontólogos desconhecidos haviam gentilmente apontado dois erros factuais em meu artigo (que eu prontamente verifiquei e corrigi), enquanto elogiavam o estudo e os achados. Em quatro dias, o preprint já foi visto mais de 2.000 vezes, e baixado mais de 500. Não sou paleontóloga, mas a combinação de duas mídias digitais me deu visibilidade, e ainda me fez sentir-me bem-vinda pela comunidade. Quem diria: ciência motiva interações positivas nas redes sociais.

MATERNAR | **Melina Cardoso**
folha.com/maternar

Frio piora doenças respiratórias infantis; entenda as 'crechites'

Adenovírus, bocavírus, rinovírus, influenza, parainfluenza, coronavírus, vírus sincicial respiratório ou enterovírus. Deu vontade de tossir? Esses são alguns itens do cardápio responsável pelas febres, tosses e melecas esverdeadas infinitas que apareceram nas crianças ultimamente.

O acúmulo de vírus circulando por aí e a lotação dos prontos-socorros chamaram a atenção até de quem atua há anos em hospitais. O inverno começou mais quente, mas a temperatura deve cair nos próximos dias e dá-lhe soro, inalação e paciência.

Fora isso, a alta nos casos de internação por Covid-19 também está preocupando os pais de crianças de zero a cinco anos —a única faixa etária que não pode receber a vacina contra a doença.

Segundo o levantamento Infogripe, da Fiocruz, desde abril, 15% dos registros de internação em hospitais são dessa faixa. Em novembro, esse grupo representava menos de 5% dos casos semanais de síndromes respiratórias agudas graves. Ainda de acordo com a Fiocruz, nas últimas quatro semanas, 71,2% dos casos de síndrome gripal registrados no Brasil foram causados pela Covid-19.

A família da professora Thaís Fernandes, 23, faz parte dessa estatística. A filha Aurora, de 1 ano e 5 meses, teve resultado positivo recentemente. A preocupação dos pais aumentou porque a menina já foi internada duas vezes com pneumonia.

As "crechites", termo usado para as doenças que aparecem após o início da vida escolar, chegaram com tudo na casa dela. Além dos repetidos resfriados, Aurora já apresentou sinusite, otite e pneumonia de repetição, chegando a tomar antibiótico por oito vezes para tratar todas essas doenças.

"Deixar de trabalhar [para ficar com a filha em casa] nunca foi uma opção. O caminho foi se acostumar. Sou professora e vejo de perto casos virais, mas não tinha noção que seria uma semana bem e 15 dias doente", diz.

A família da bancária Ana Bosco, 41, também está com Covid-19. Seu filho Thales, de quase dois anos, também apresentou vários quadros virais desde o início na escola, em abril desse ano.

"São resfriados constantes. No último mês teve uma sequência de febre alta, muito catarro no peito e coriza. Além da Covid, Thales esta com conjuntivite. Recentemente o menino usou antibiótico e corticoide para tratar outras infecções bacterianas. "A gente aprendeu a lidar. Vamos contornando os sintomas com medicações caseiras para tentar deixá-lo melhor", explica.

A pandemia alterou nossa resposta imunológica. Antes do isolamento social, o contato diário com os vírus respiratórios deixava nosso corpo "'treinado" para combatê-los. O período de isolamento em casa, sem o contato diário com esses vírus, fez com que as doenças chegassem mais fortes e demorassem mais para ir embora.

Para especialistas ouvidos pelo Maternar, apenas 20% dos casos de "crechites" necessitam de antibióticos, pois esse medicamento só atua contra bactérias. No caso das viroses, tomar antibiótico pode agravar ainda mais a saúde do paciente, porque o produto também elimina as bactérias boas do corpo.

"Há também o risco de causar alergias, vômitos, diarreia, problemas hepáticos e renais. E o mais preocupante de todos: o surgimento de cepas mais resistentes", explica Francisco Ivanildo de Oliveira Junior, infectologista do Sabará Hospital Infantil.

Depois de tanta medicação na filha, Thaís Fernandes conta que agora espera para ir ao pronto-socorro. "Hoje eu aguardo uns três dias. Vou administrando a febre antes de correr para lá, porque todas as vezes que fomos ao PS saímos com a receita de antibiótico. Parece que eles dão sem critério", afirma.

A maioria dos quadros virais infantis não precisa de atendimento na emergência. O ideal é medicar e observar a febre. Caso a criança apresente febre por mais de 72 horas, apresente esforço para respirar, prostração, perda de apetite ou recusa na ingestão de líquidos, a recomendação é levá-la ao hospital.

Famílias de crianças pequenas (abaixo dos três anos) que têm o privilégio de contratar uma babá ou com algum parente que fique em casa com eles podem afastar a criança da escola por um período ou até atrasar o início das aulas. "Crianças pequenas se beneficiam muito mais ficando em casa com cuidador responsivo a elas e que tenham oportunidade de desenvolver vínculos fortes com uma pessoa só. Pesando os prós e contras, vale ficar em casa livre por um período das infecções", explica a pediatra Marcia Zani.

Para Zani, não existe um remédio mágico capaz de turbinar a imunidade das crianças. O ideal é checar como anda a saúde antes de suplementar de forma exagerada. A especialista recomenda manter a vacinação em dia e aumentar a ingestão de líquidos e comidas "de verdade", como frutas, legumes e verduras, e diminuir os alimentos processados, que atrapalham o funcionamento do corpo.

Os pais devem atentar para a higiene dos ambientes e tratar doenças preexistentes, como asma e rinite. O uso de máscaras em ambientes com muitas pessoas é o mais recomendado, assim como a higienização frequente das mãos com álcool em gel.

Crianças doentes não devem ir para a escola. Se os pais puderem, dar uma pausa de uns dias a mais para o organismo do filho se recuperar bem é o mais indicado.

ACERVO FOLHA **Há 100 anos** **28.jun.1922**

Espetáculo repleto de críticas é apresentado no Casino Antarctica

Se não ótimo, pelo menos divertido e cheio de interessantes críticas é o teatro de revista "Pilhas e Peras", que foi apresentado nesta terça-feira (27) no Casino Antarctica, em São Paulo, pela companhia Augusto Gomes, do teatro Apollo, de Lisboa.

"Pilhas e Peras" está montado com grande luxo, sendo de um belo efeito a apoteose do primeiro ato, que representa o Pavilhão Português nas festas do centenário da Independência do Brasil, no Rio.

O desempenho do espetáculo, tendo-se em conta a excelência do elenco, foi magnífico como o esperado.

Um público numeroso compareceu ao teatro.

Folha da Noite

DIVERSÕES

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

A SANGUE FRIO
Jiboia de estimação Sylas foi encontrada no fogão da casa em que vive com a dona, no bairro de Perdizes, zona oeste da capital paulista. A cobra ficou desaparecida por cinco dias e causou furor nos grupos de WhatsApp da vizinhança —os moradores temiam topar com o 'snake influencer', como é descrito em seu Instagram Reprodução Instagram @sylas_snake

ilustrada

Piadas de português

Ricardo Araújo Pereira, que lança 'Estar Vivo Machuca', defende o humor lusitano e ataca censura a comediantes

O humorista Ricardo Araújo Pereira
Karime Xavier/Folhapress

Marina Lourenço

SÃO PAULO Provocar o riso e nada além disso. É como o português Ricardo Araújo Pereira, que agora lança no Brasil seu livro "Estar Vivo Machuca", define a função do humorista, o que, segundo ele, pode até parecer óbvio, mas nos últimos tempos é algo que está cada vez mais escanteado e, ao mesmo tempo, distorcido.

"Continuo convencido de que minha profissão serve para produzir o som da gargalhada. Subir ao palco para falar a coisa certa é muito fácil", diz o português, que é também colunista deste jornal. "Repare que na expressão 'humor político' a segunda palavra é apenas um adjetivo. O substantivo ali é 'humor'. Isso é o que interessa."

Ainda assim, Pereira não deixa de apreciar e até mesmo mergulhar nesse nicho da comédia. Exemplo disso é o próprio "Estar Vivo Machuca", que reúne várias sátiras políticas — das quais muitas estão relacionadas ao cenário brasileiro, com tiradas envolvendo nomes como Michel Temer e Eduardo Cunha.

O livro, publicado pela primeira vez em Portugal, há quatro anos, reúne dezenas das crônicas de Pereira publicadas neste jornal e pela revista portuguesa Visão. Os escritos tratam de vários assuntos, que vão de reflexões banais sobre o cotidiano a chavões pop vindos das redes sociais.

A nova versão de "Estar Vivo Machuca", que traz uma apresentação da escritora e também colunista deste jornal Tati Bernadi, chega às prateleiras brasileiras semanas depois de o autor, conhecido como RAP, liderar pela segunda vez a lista das "personalidades com quem os portugueses mais sentem empatia", nas pesquisas da Marktest.

"As pessoas que moram comigo dizem que se esses estudos fossem feitos lá em casa, o resultado seria bastante diferente", brinca o humorista, que está no Brasil desde a semana passada, quando voltou a apresentar o espetáculo "Um Português e Um Brasileiro Entram no Bar...", numa curta temporada, em que ele e o carioca Gregorio Duviver trocam piadas sobre diferenças culturais entre Brasil e Portugal, além de comentarem o clássico debate sobre os limites da comédia.

Discussão essa, aliás, que, aos olhos de Pereira, está cada vez mais rasa. "É um terreno minado", diz ele. "De um lado, dizem que a cultura do cancelamento se impõe a todos e que é uma forma de censura da qual ninguém escapa. Do outro, dizem que ninguém é efetivamente censurado e que a comédia continua a reforçar determinados estereótipos. E é possível que haja algo de verdadeiro em ambos."

O problema desse embate, segundo ele, é o mesmo que ele enxerga em parte do humor político — uma crescente deturpação do que se entende por humor. Para exemplificar o pensamento, ele lembra uma das polêmicas mais comentadas do ano, o tapa de Will Smith em Chris Rock, na última cerimônia do Oscar.

O humorista, que fundou o grupo Gato Fedorento — principal inspiração do Porta dos Fundos—, conta que pouco após o caso tomar as redes sociais e jornais do mundo, vários jornalistas o questionaram sobre o ocorrido e, para sua surpresa, as perguntas eram sobre o teor da piada de Rock, que antes de apanhar havia debochado da calvície de Jada Pinkett Smith, que é mulher de Will Smith e sofre de uma doença autoimune.

"É como se eu tivesse assistido a um Oscar e as pessoas a outro. Fiquei perplexo, porque o que vi foi alguém fazendo uma piada e, depois, sendo agredido", afirma Pereira. "Will Smith deveria ter sido expulso [da cerimônia]. Não merecia ter continuado lá só para receber o Oscar."

Continua na pág. C2.

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

VISITA PARA VOCÊ

O Ministério Público de São Paulo requisitou nesta segunda-feira (27) a instauração de inquérito policial para apurar eventuais irregularidades na declaração de domicílio eleitoral do ex-ministro Tarcísio Gomes de Freitas (Republicanos), pré-candidato ao governo paulista.

ALVO A solicitação foi feita por meio da Promotoria Eleitoral de São José dos Campos (SP) após uma representação de Renato Battista (União Brasil), integrante do MBL e pré-candidato a deputado estadual. Ele sustentava que um cidadão não pode simular residência em um local "apenas para concorrer a um cargo público".

REJEITADO O pré-candidato à Assembleia Legislativa de SP também solicitou uma investigação contra a ex-ministra Marina Silva (Rede), natural do Acre e cotada para concorrer pelo estado paulista, mas o MP acatou apenas a sugestão sobre Tarcísio de Freitas.

SINAIS Em nota, a equipe do ex-ministro diz que a iniciativa da oposição foi recebida como mais um sinal de incômodo com o fortalecimento de sua pré-candidatura. "É, ao mesmo tempo, um ato de desrespeito com o Ministério Público e Poder Judiciário, uma vez que estes já foram provocados com questionamentos similares e reconheceram a regularidade da situação do Tarcísio", afirma.

TUDO CERTO Candidato apoiado por Jair Bolsonaro (PL), o ex-ministro indicou à Justiça Eleitoral um apartamento em um bairro nobre de São José dos Campos que, segundo os papéis, foi alugado diretamente de seu cunhado. Na semana passada, o Tribunal Regional Eleitoral de SP rejeitou um questionamento da direção do PSOL a respeito do domicílio.

DISTÂNCIA O ex-presidente Lula (PT) parabenizou a cineasta Maria Augusta Ramos pelo documentário "Amigo Secreto", sobre a Operação Lava Jato, e, segundo interlocutores, explicou o motivo pelo qual não deu entrevista para o longa. Seu objetivo era "não influenciar" a obra, para que fosse feito "um trabalho isento".

À MESA Os dois se reuniram em um jantar com empresários e juristas no domingo (26), em São Paulo. O filme tem entre seus patrocinadores o grupo Prerrogativas, formado por advogados apoiadores de Lula.

LUPA O Tribunal de Contas do Estado de SP abriu um processo para apurar gastos de Prefeitura de Colina, localizada a cerca de 405 km da capital paulista, com shows de duplas sertanejas e do DJ Alok em 2018.

CONTA CORRENTE A iniciativa ocorre a partir de uma representação protocolada pelo vereador de SP Toninho Vespoli (PSOL). A administração municipal gastou R$ 1,1 milhão para contratar os cantores Matheus e Kauan (R$ 200 mil), Bruno e Marrone (R$ 223 mil) e Jorge e Mateus (R$ 425 mil), além de Alok (R$ 275 mil).

DEMANDA A prefeitura de Colina afirma que as contratações foram realizadas de acordo com a lei e que os cachês correspondiam aos valores médios de mercado à época.

PRIMEIRO ATO

Fotos Gabriel Cabral/Folhapress

A atriz Juliana Linhares **1** subiu ao palco na semana passada com o musical "Céu Estrelado", no Centro Cultural Banco do Brasil São Paulo, na capital paulista. O espetáculo foi idealizado por Gustavo Nunes **2** e tem texto de Carla Faour **3**, que também estiveram lá

SOM A cantora Claudia Leitte vai lançar nesta quinta (30) um EP com quatro músicas: "Volte Logo", "Pensando em Você", "Falando Sério" e "Dengo Meu" —esta última em parceria com Juliette e Lucy Alves. As quatro canções farão parte do álbum "Ao Vivo na Prainha da Claudinha", que foi gravado em um condomínio de luxo, em Itupeva, interior de São Paulo, no final de maio.

ETAPAS Segundo a cantora, a opção por apresentar o trabalho por etapas foi tomada por causa do ritmo acelerado da internet. "Para que cada faixa e cada momento especial desse show seja percebido e entendido pelo público", diz ela. Novas músicas do álbum serão lançadas no final de julho.

NO PAPEL O audiolivro "Rainhas das Noites", do jornalista e colunista da **Folha** Chico Felitti, vai ganhar uma versão física pela editora Companhia das Letras. Com lançamento previsto para novembro deste ano, a obra terá conteúdos extras e imagens. Nela, o autor narra a trajetória de Jacqueline Blábláblá, Andréa de Mayo e Cristiane Jordan, a Cris Negão, que comandavam a prostituição de travestis, entre as décadas de 1970 e 2000, em SP.

MÃO AMIGA Brasileiros negros inscritos em programas de mestrado, doutorado ou PhD em 20 universidades estrangeiras poderão concorrer a uma bolsa-auxílio oferecida pela Fundação Lemann. Entre as instituições listadas estão nomes como Harvard, Stanford, Columbia, MIT e Oxford.

PARA TODOS A iniciativa busca apoiar o custo de vida no exterior e promover equidade racial e econômica no acesso a programas de pós-graduação. As inscrições serão recebidas a partir desta terça (28), por meio do site da fundação.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Piadas de português

Continuação da pág. C1

Segundo Ricardo Araújo Pereira, isso aconteceu porque é cada vez mais comum que a comédia seja associada a casos de violência e agressão, o que classifica como perigoso.

"Veja bem, a comédia não é só flores. É claro que pode haver humoristas que desejam fazer piadas que não são só ironias sobre racismo, mas, sim, racistas", afirma o humorista. "Agora, o remédio para isso é desligar a televisão, fechar o jornal, ou sair do espetáculo."

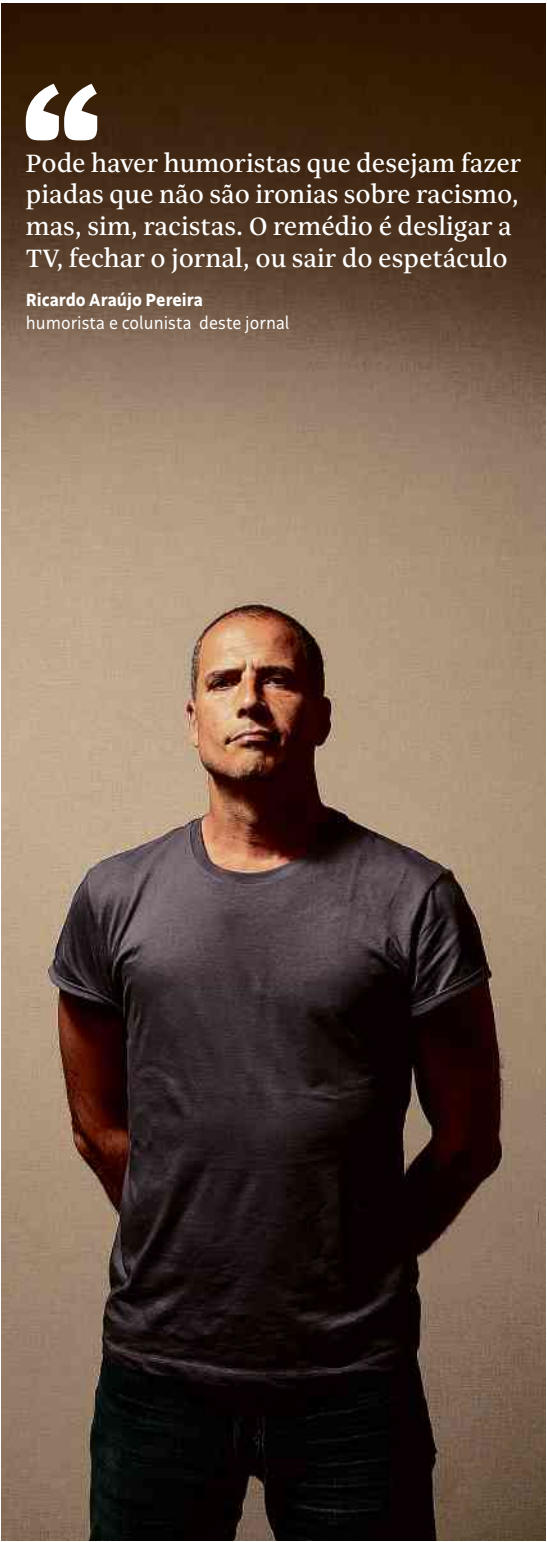
Ainda nesse raciocínio, ele critica tentativas políticas americanas de tirar o stand-up "Jimmy Carr: His Dark Material" da Netflix, depois de o comediante Carr receber uma enxurrada de críticas.

Numa anedota, Carr sugeriu que muito se fala dos "6 milhões de vidas judaicas perdidas" durante o Holocausto, mas pouco se fala dos ciganos que morreram no período, o que, nas palavras do britânico, foi um ponto positivo.

"Ora, a plateia riu e, evidentemente, porque sabia que ele não falava sério. As pessoas tinham consciência de que estavam num espetáculo de comédia", diz Pereira. "Se aquilo fosse apenas uma declaração na qual o humorista acredita, não teria graça. A única razão pela qual a plateia riu é porque sabia que foi enganada pelo humorista. Como a morte de milhares de pessoas pode ser algo positivo?"

Mesmo que não seja um adepto de piadas ácidas como as de Carr, o português gosta de vez ou outra caçoar de traços da cultura do Brasil, mas não compreende a tal síndrome de vira-lata aqui presente.

"Há séculos que o humor brasileiro é extraordinário", ele afirma. "Ao menos do ponto de vista cultural, é mais do que evidente que o Brasil não tem nada do que se envergonhar. Muito pelo contrário."

Estar Vivo Machuca
Autor: Ricardo Araújo Pereira. Ed.: Tinta-da-China Brasil. R$ 74 (264 págs.). Lançamento em 2 de julho na Livraria da Travessa, r. dos Pinheiros, 513, São Paulo. Assinantes da Folha têm desconto em compras online

O humorista Ricardo Araújo Pereira Karime Xavier/Folhapress

O humorista perfeito já existe, mas o brasileiro quer que ele fale inglês

Ricardo Araújo Pereira e seu sotaque lusitano despertam o complexo de vira-lata que despreza a língua portuguesa

OPINIÃO

Gregorio Duvivier

O Arlindo Cruz tem um disco chamado "Sambista Perfeito". Sempre sonhei em ter essa autoestima. É preciso ter muito talento, mas também ser sambista —aos comediantes essa alcunha não seria permitida. Imagina se batizasse meu show de "humorista perfeito".

Pra ser justo, a comparação não se sustenta. Primeiro, não sou nenhum Arlindo Cruz da comédia. Estou mais pra um Belo —feio, controverso, perseguido (com razão) pela Justiça. Segundo, o título de Arlindo não faz menção a si próprio mas a uma faixa que descreve aquilo que seria o sambista ideal. "Elegante do jeito Paulinho/ cativante do jeito Martinho/ ser malandro e contagiante do jeito Zeca Pagodinho." Ou seja, Arlindo Cruz.

Dá pra imaginar como seria o humorista ideal? O humorista perfeito teria o poder de síntese de Millôr, mas escreveria crônicas como Verissimo, teria a versatilidade de tipos de um Marcelo Adnet com a acidez de uma Dorothy Parker, a cultura de um Miguel Esteves Cardoso com a pungência de um Richard Pryor, a contenção de um Raul Solnado com o corpo de um Jacques Tati, o "wit" de um Oscar Wilde com o surrealismo de uma Tatá Werneck, a empáfia de um Sacha Baron Cohen com a autoironia de uma Fran Lebowitz.

Ao contrário de Arlindo, não preciso imaginar isso. O humorista perfeito existe, está vivo, e mora em Portugal. Que sorte, o humorista ideal, platônico, não somente existe como fala a nossa língua, e escreve neste jornal. Não há no mundo humorista mais perfeito que João Pereira Coutinho. Não! Que Ricardo Araújo Pereira.

Não há nada, no terreno do humor que Ricardo não faça à perfeição. Criou o Gato Fedorento, grupo de humor português, um Porta dos Fundos muito anterior ao Porta dos Fundos —todo português e alguns brasileiros conhecem, de cor, vários esquetes do grupo.

Ricardo escreve, na Visão, crônicas espetaculares toda semana e apresenta, hoje, o programa mais visto de Portugal, em que entrevista —e constrange— toda a classe política. É tipo um Greg News, só que menos partidário, e com muito mais audiência. Como se não bastasse, Ricardo escreveu o melhor livro de teoria humorística já escrito, "A Doença, o Sofrimento e a Morte Entram num Bar". Ninguém —Freud, Bergson, Cícero— entendeu tão bem como funciona uma piada por dentro.

Ricardo só tem um empecilho para o Brasil, a barreira da língua. O brasileiro não costuma levar a sério aquilo que é dito em português —ainda se for dito com sotaque lusitano. É nosso complexo de vira-lata.

Se somos uma bosta, o povo que nos inventou há de ser, e nossa língua idem. Preferimos ler legendas a ouvir nossa própria língua com outro sotaque. Nossa Netflix tem uma infinidade de comediantes medíocres falando inglês. Não encontrei nem sequer um português. Talvez quando Ricardo fizer um especial em inglês o brasileiro comece a ouvir.

Editoras apostam em livros de artista com edições especiais de até R$ 7.000

Familia Editions e a Act.Editora miram exemplares que divulgam a arte brasileira contemporânea

Carolina Moraes

SÃO PAULO Obras de arte que você pode encostar e manusear, e livros que são obras de arte em si. É nesse híbrido que estão os livros de artista, apostа de editoras criadas nos últimos anos no Brasil dedicadas à obra de nomes nacionais.

Numa tiragem de 500 exemplares, Rosana Paulino, agora na Bienal de Veneza, reuniu sua série de desenhos "Búfala e Senhora das Plantas" numa publicação de cores quentes. Já Lenora de Barros, outra brasileira que está no principal evento de arte do mundo, tem suas antigas colunas no Jornal da Tarde num fac-símile bem vertical, assim como o espaço dado a ela no diário nos anos 1990.

"Os livros de artista são livro-obras", define Maria Lago, criadora da Familia Editions, fundada em 2018 e responsável pelas edições das duas artistas brasileiras que estão na Bienal de Veneza. A editora centrada em arte contemporânea brasileira já reúne publicações de nomes como Dalton Paula e Regina Parra.

Os trabalhos desenvolvidos com Lago e outros funcionários da Famlia, segundo ela, são resultado de um processo íntimo com cada artista. "Com cada um deles tenho uma anedota", conta ela. "Lembro de estar com Ivan Grilo num frio de -10ºC, por exemplo, atrás de papéis para a edição."

As edições de tiragem limitada já estão em coleções institucionais de espaços como o Museu de Arte Moderna de Nova York, o MoMA, a Fundação Gulbenkian, em Lisboa, e o Reina Sofía, em Madri, além de museus brasileiros de grande porte, como o Masp e a Pinacoteca de São Paulo.

São publicações que diferem radicalmente entre si nas dimensões, materiais e processo de elaboração —e também nos preços. Soa um tanto espantoso um livro chegar às cifras de R$ 7.000, caso da edição especial da artista Regina Parra, feita com o projeto 55SP, que é acompanhada por uma máscara de látex e um suporte para pendurar a peça.

Lago diz que, nesse cenário, tenta fazer com que trabalhos sejam mais acessíveis —há várias edições na casa dos R$ 400. "É necessário um certo processo pedagógico, de educação do público para entender o que é um livro de artista. Muitas pessoas me perguntam se são livros de arte, sobre arte, e não são", diz ela.

"E é um objeto que você pode tocar, transportar, mas que é uma obra. Ele é valioso, mas também há uma proximidade de com o objeto", acrescenta.

No Brasil, a finada Cosac Naify e a tradicional Ikrek já movimentam esse mercado. A última, criada há dez anos, desde 2014 publica esse tipo de edição artística tanto de artistas plásticos brasileiros quanto de estrangeiros.

Não é um mercado fácil financeiramente. Apesar de o país ter visto um salto de vendas no mercado editorial, Lago, por exemplo, afirma que não é simples manter a editora de maneira autossustentável, ainda que ela consiga.

Existe ainda uma barreira do mercado digital, que não é um formato possível para esse tipo de publicação, que depende do toque, do cheiro, enfim, de uma experiência física com a obra em questão.

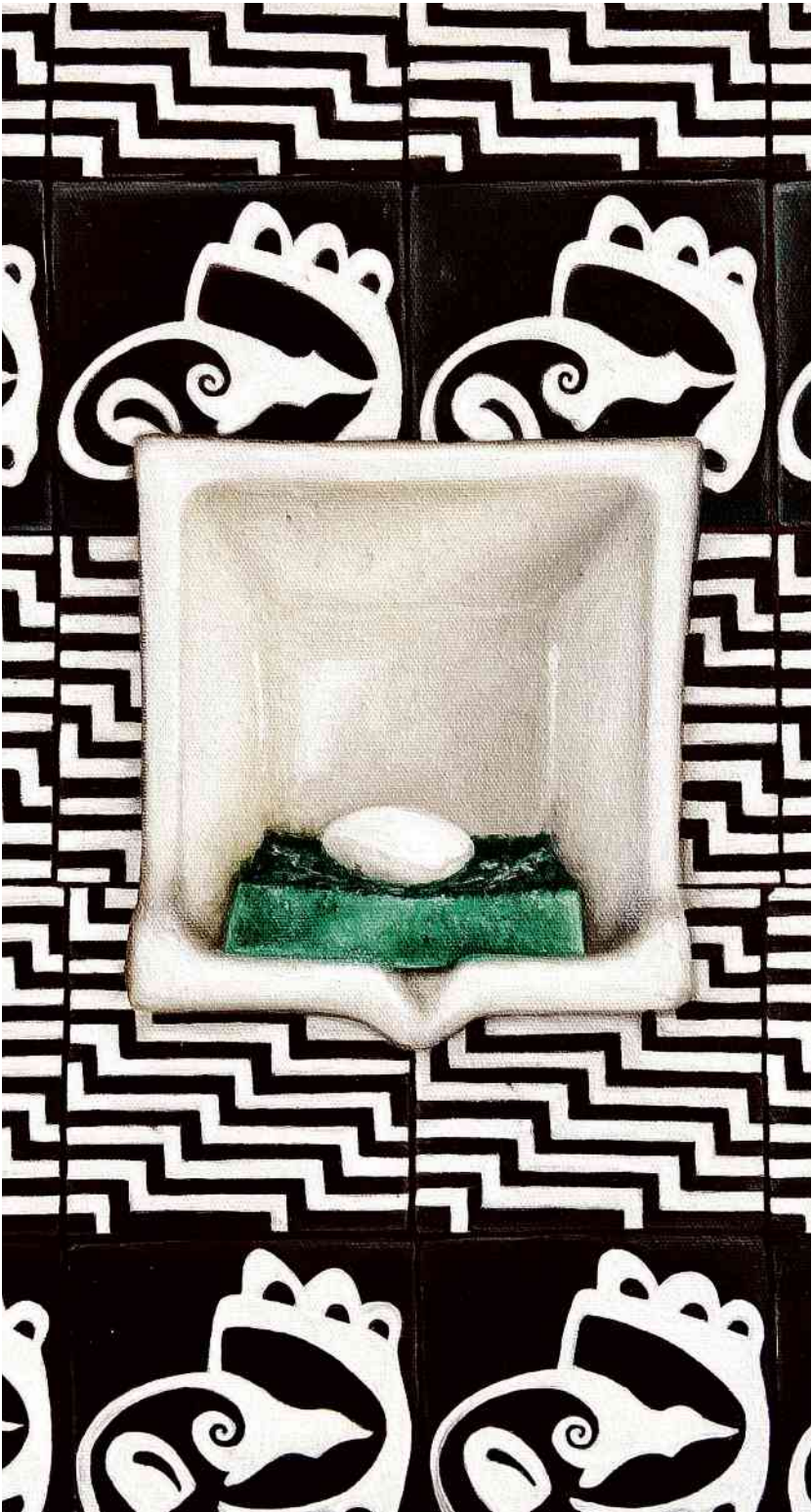
Há também quem veja nisso um investimento com potencial para retornos financeiros. É o caso da Act. Editora, casa criada há dois anos como um braço editorial da empresa Art Consulting Tool.

João Paulo Siqueira Lopes, um dos que comanda a empresa, afirma que já na primeira edição que lançaram se surpreenderam com as vendas. O livro "20 em 2020: Os Artistas da Próxima Década - América", também da casa editorial, foi indicado ao prêmio Jabuti no ano passado.

Depois de fazerem essas edições voltadas para o mercado de arte, eles estrearam o catálogo de livros de artista com "Saboneteiras", com a série de quadros de mesmo nome de Ana Elisa Egreja. A empresa também já mira publicações de Dalton Paula e Maria Lira Marques, por exemplo.

Familia Editions
Site: familia.studio/editions

Act. Editora
Site: shopartctool.com

Ikrek
Site: ikrek.com.br

À esquerda, pintura da artista Regina Parra, que lançou livro de artista pela Familia Editions; à direita, trabalho de Ana Elisa Egreja, que tem publicação pela Act. Editora Fotos Divulgação

Morre Heloisa Jahn, tradutora e editora de renome, aos 74 anos

Walter Porto

SÃO PAULO A tradutora e editora Heloisa Jahn, uma das mais reconhecidas profissionais de seu campo, morreu em sua casa em São Paulo nesta segunda-feira, de causa ainda não confirmada, aos 74 anos.

Jahn tinha no currículo a tradução de nomes basilares da literatura em espanhol, como Jorge Luis Borges, Mario Vargas Llosa, Ricardo Piglia e Julio Cortázar, seu amigo.

Do inglês, traduziu romances de autores clássicos como George Orwell e Charles Dickens e acabou de publicar uma versão bilíngue dos poemas da canadense Louise Glück, vencedora do Nobel de literatura.

Gaúcha de Montenegro, a tradutora passou boa parte da juventude no seu estado natal e se mudou para São Paulo aos 20 anos, ao se transferir para o curso de filosofia na Universidade de São Paulo.

Na década seguinte, durante o período mais tenebroso da ditadura militar, foi detida e interrogada pelo braço armado do governo e decidiu se exilar de 1970 a 1977, afiando suas habilidades com múltiplos idiomas enquanto conhecia diversos países da Europa.

Foi nessa época, aliás, que se apresentou a Cortázar, escritor que admirava e que decidiu abordar de supetão durante uma de suas visitas a Paris. Os dois depois estabeleceram uma correspondência firme e afetuosa até a morte do contista argentino, em 1984.

A tradutora voltou a São Paulo em 1985 e trabalhou pelos 30 anos seguintes em editoras de proa como Brasiliense, Companhia das Letras e Cosac Naify, até o ano de encerramento desta casa de referência. Depois, se aposentou e passou a se dedicar sobretudo à tradução.

Filha de uma professora primária e de um empresário amante de livros, contou em depoimento recente ter se alfabetizado de forma quase autodidata numa mistura do português com o espanhol, já que tinha lembranças de ouvir, com os irmãos, "Dom Quixote" traduzido em voz alta pelo pai. Gostava do desafio de decifrar palavras e códigos.

Tinha afinidade particular também com a literatura infantil, tendo trabalhado obras do dinamarquês Hans Christian Andersen para a editora 34 e os "Contos de Grimm" para a Companhia das Letras, por exemplo, numa lista que supera uma centena de traduções.

'Fire Island' adapta Jane Austen no mundo gay

Sem fazer da representatividade mera tendência de mercado, filme destaca neuroses e angústias dos protagonistas

ANÁLISE

Caio Delcolli

O rapaz gay e asiático tira a camiseta para exibir o corpo musculoso. Outro reage desaprovando os ideais de beleza "tóxicos". "Tanto faz", responde o primeiro. "Sou invisível para a maioria dessas pessoas." O grupo de homens gays está numa balsa a caminho de Fire Island, ilha em Nova York que é um icônico ponto turístico da comunidade.

"Raça, masculinidade e tanquinhos são apenas algumas das métricas que usamos para nos separar uns dos outros em classes altas e baixas", narra em off o primeiro rapaz, Noah, vivido por Joel Kim Booster.

A cena é de "Fire Island: Orgulho & Sedução", comédia romântica do Star+. Dirigida por Andrew Ahn e escrita por Booster, ela adapta "Orgulho e Preconceito", o romance de costumes de Jane Austen —e é um dos mais recentes lançamentos com o selo de "representatividade". O seriado "Heartstopper", da Netflix, e o filme "Mais que Amigos, Friends" são outros exemplos.

A palavra, hoje, pode soar desgastada. Mas em "Fire Island", a representatividade vai além da tendência mercadológica —ela é central à história.

Noah e seus amigos fazem a viagem anual à ilha para curtir uma semana de férias com festas e sexo casual, mas desta vez as aflições dos personagens complicam tudo.

Inspirado em Elizabeth Bennet, o protagonista tenta esconder inseguranças em relação ao amor transando e fugindo de vínculos emocionais. A amizade dele com Howie, vivido por Bowen Yang, é especial, já que, além de serem asiáticos, se conhecem há dez anos.

Howie é inspirado em Jane, a fiel irmã de Elizabeth. Se o amigo protege a todo custo o isolamento em que vive, Howie encara o seu com franqueza —ele tem os nervos à flor da pele por chegar aos 30 anos sem nunca ter namorado.

Essa dinâmica lembra o livro "Out of the Shadows: Reimagining Gay Men's Lives", ou fora das sombras, reimaginando as vidas de homens gays, do psicólogo Walt Odets. O livro é baseado em décadas atendendo gays como ele próprio.

O autor diz ter ouvido "mil vezes" dos pacientes "eu nunca me interesso por homens que se interessam por mim, e aqueles pelos quais eu me interesso nunca retribuem". Segundo Odets, se apresenta aí a homofobia internalizada.

O bloqueio, argumenta, está na percepção que aquele que procura amor tem de si mesmo, e não em quem os outros gays de fato são. Quando o primeiro demonstra interesse em outro, ele se torna um homossexual "desviante" aos olhos de seu objeto, e isso funciona de maneira bilateral.

Avanços nos direitos civis não são sinônimo de libertação da vergonha e da culpa no inconsciente, defende o autor. Pagar a fatura da estigmatização não é nossa responsabilidade, embora muitos tenham se convencido do oposto.

"Fire Island" dá relevo ao que Odets chama de "homem gay". Isso mesmo, não "homossexual", pois este é um termo que descreve apenas a superficial definição dos heterossexuais a nosso respeito —"homens que fazem sexo com homens". Odets prefere "homem gay" pois esta é uma maneira de englobar "uma vida interna de sentimentos".

A amizade dos protagonistas e suas neuroses refletem isso. Durante a viagem, Howie, que é gordo, é cauteloso ao tentar não se decepcionar mais uma vez com um crush —a carência e a insegurança numa ilha de boys sarados.

Noah herda de Elizabeth o hábito de ser um leitor voraz e opinado —e também uma pessoa presunçosa. Ele mal conhece o Darcy da vez e já se incomoda com o ar esnobe do boy rico, repelindo qualquer abertura à intimidade.

"Fire Island" se aprofunda na abordagem austeniana ao examinar divisões que acontecem em um grupo de "iguais" —este sendo outro fator que acentua as dores dos personagens, já permeadas por rejeições. Os rapazes já nem acreditam que um dia conseguirão comprar a casa própria e expressam amargura pelas dívidas estudantis que os permitiram ir à universidade. As férias na ilha são possíveis apenas porque a casa é emprestada a eles por uma boa alma.

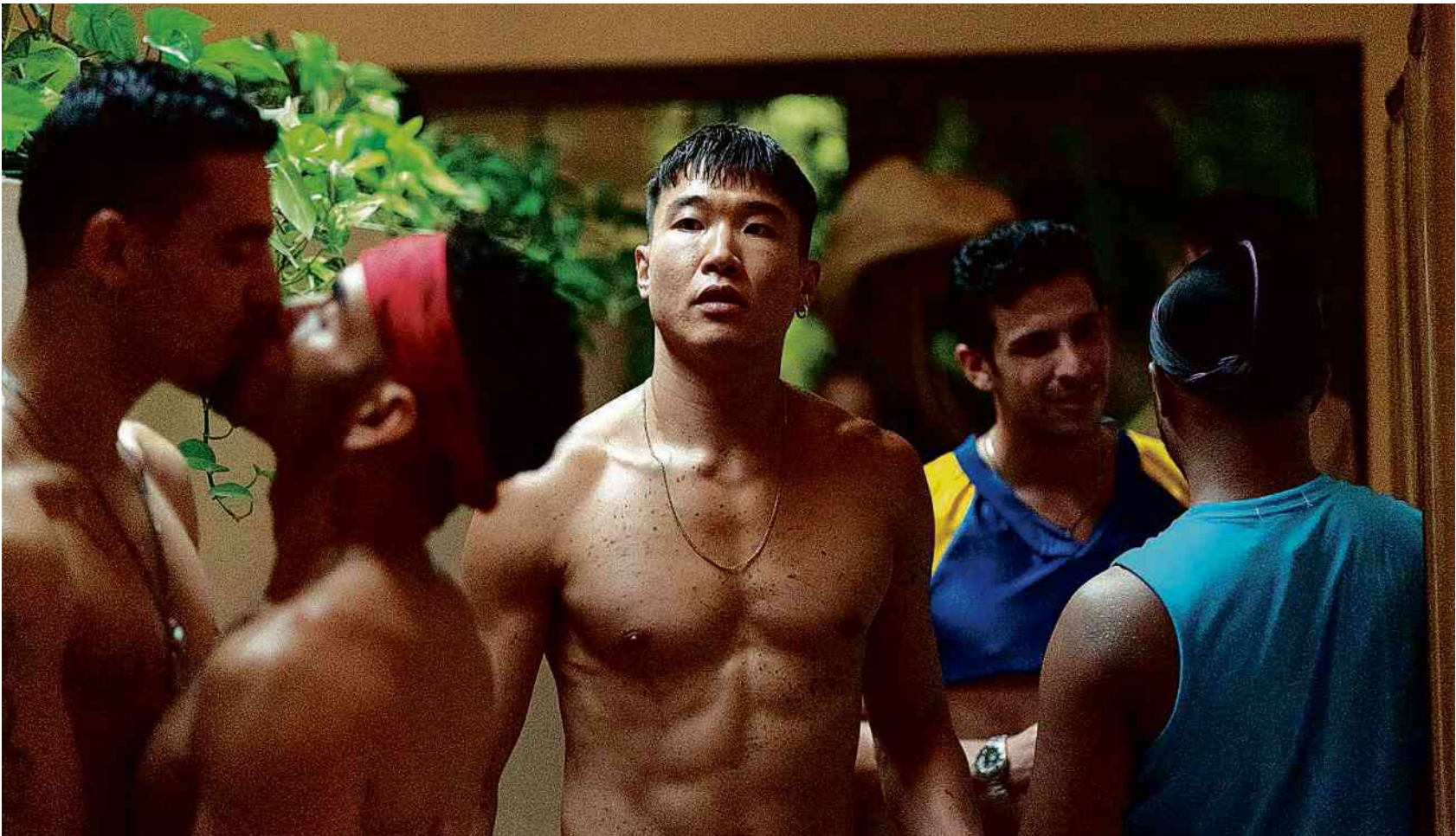
A repulsa por si mesmo se manifesta em ações que refletem realidades preocupantes do meio gay, como a onda do "chemical sex" —sexo praticado sob efeito de drogas psicoativas— e a promiscuidade na forma vivida por Noah, em que ele nega a si mesmo a ânsia por ser amado.

A narração em off dá um quê de metalinguístico ao filme. "Fire Island" sabe que é uma comédia romântica feita para quem é público-alvo de produções do gênero. É como se uma missão estivesse sendo cumprida com reedições de fantasias e o exame das inseguranças da psique gay.

O que a câmera não mostra também é significativo. As figuras paterna e materna se manifestam em diálogos. O filme poderia ter invertido clichês ao pôr heterossexuais progressistas como coadjuvantes, os abordando como tipos excêntricos —ou até mesmo para satirizar o progressismo. São essas ausências que mostram as prioridades de "Fire Island".

Outro importante passo é no recorte de raça, uma das razões pelas quais ela tem sido elogiada. Arrisco dizer que, depois de "Banquete de Casamento", de 1993, um dos primeiros filmes de Ang Lee, só de poucos anos para cá voltamos a ver representações de gays asiáticos no cinema de alcance internacional.

Se tantos espectadores podem se voltar ao cinema para encontrar a subjetividade, por que o mesmo não poderia se aplicar a quem não é heterossexual ou cisgênero? Filmes como "Fire Island" podem nos ajudar a romper o isolamento.

Fire Island: Orgulho e Sedução
EUA, 2022. Dir.: Andrew Ahn. Com: Joel Kim Booster, Bowen Yang e Margaret Cho. 18 anos. Disponível no Star+

O ator Joel Kim Booster em cena de 'Fire Island: Orgulho & Sedução', em que é o protagonista e assina o roteiro do filme recém-lançado pela plataforma de streaming Star+ Fotos Divulgação

'Veja por Mim' não traz suspense em trama sobre garota cega

CINEMA
Veja por Mim
★☆☆☆☆
Canadá, 2021. Dir.: Randall Okita. Com: Skyler Davenport, Jessica Parker Kennedy, Kim Coates. 14 anos. Em cartaz nos cinemas

Ivan Finotti

Filmes com personagens com deficiência visual estão na moda, dado o sucesso de "O Homem nas Trevas", de 2016, e sua sequência, lançada no ano passado. Neles, Stephen Lang faz um sujeito que não vê que sua casa é invadida por ladrões, na primeira obra, e sequestradores, na segunda.

Agora estreia no Brasil "Veja por Mim", que aborda mais ou menos a mesma temática.

Sophie é uma adolescente que sofre de uma doença rara que a cegou recentemente. Ansiosa para se virar sem depender de ninguém, a mocinha começa a arrumar trabalhos para preencher o tempo, como ir cuidar de um gato numa mansão afastada durante a viagem da proprietária.

Para transitar por lugares desconhecidos, ela tem um segredinho. Faz uma ligação de vídeo para seu melhor amigo, que conta o que vê pela câmera do celular. Ela também passa a usar um aplicativo que faz exatamente a mesma coisa, ou seja, ao apontar seu telefone para a frente, uma pessoa do outro lado da linha a ajuda a se movimentar.

Mas a vida de Sophie não será fácil assim. Homens espionam a mansão. Depois, a invadem. Vão até o cofre e tentam arrombar a porta.

É até covardia inventarem uma história dessas. Pôr uma garota cega sozinha à mercê de ladrões cruéis? Pois é. "Veja por Mim" não tem um pingo de novidade. Para piorar, o diretor Randall Okita não sabe fazer suspense.

Essa sinopse, aliás, é exatamente a mesma do clássico "Um Clarão nas Trevas", de 1967, no qual ninguém menos do que Audrey Hepburn faz a garota cega que tem a casa invadida por um trio de bandidos. Naquela obra, eles procuravam por heroína. Neste aqui, é só dinheiro mesmo.

A atriz Skyler Davenport em cena do filme 'Veja por Mim'

Só que "Um Clarão nas Trevas", de Terence Young, é uma aula de suspense. Jonathan Demme revisitou o gênero "garota cega" de forma magistral no final de "O Silêncio dos Inocentes", quando pôs a agente Clarice Starling —vivida por Jodie Foster— no escuro enquanto seu algoz Buffalo Bill dançava ao seu redor com óculos de visão noturna.

Okita não chega nem perto, mas ainda há algo pior neste filme —o carisma da atriz Skyler Davenport, que faz Sophie. Sua personagem é extremamente antipática e o espectador acaba sentindo muito pouca empatia pela moça.

Vale dizer que a atriz Skyler Davenport, de 30 anos, ficou cega há dez anos, também devido a uma doença rara. É o mesmo caso de "No Ritmo do Coração", que ganhou o Oscar de melhor filme neste ano, e apresenta uma família surda sendo interpretada por atores surdos. Mas, no caso de Davenport, sua condição não parece auxiliar muito a obra final.

Klara Castanho mostrou que a mulher deve decidir o que fazer com a sua vida

O aborto deve ser legalizado, e o que está dentro do corpo de cada pessoa é dela, não do Estado

OPINIÃO

Teté Ribeiro

No livro "Só Garotos", lançado em 2010 pela cantora Patti Smith, um dos ícones do movimento punk e uma das vozes feministas mais influentes do rock, ela revela que teve uma gravidez indesejada aos 21 anos e decidiu gerar o bebê e entregar para adoção.

A história não é contada sem dor, como nenhuma história de gravidez indesejada, e me marcou muito por ser o primeiro relato que li de uma mulher influente que viveu essa experiência. Fiquei pensando em quem terá se tornado esse bebê, uma menina, hoje uma mulher de 54 anos, provavelmente fã da obra de sua mãe.

Como o assunto tinha a ver com o meu momento de vida então —meu purgatório da infertilidade, sete anos em que passei por todos os tratamentos disponíveis para engravidar, sem sucesso—, fui pesquisar a respeito.

Há uma lista de celebridades que já puseram os filhos para adoção. Segundo reportagens, em 1935 os atores Clark Gable e Loretta Young tiveram um romance e ela engravidou de uma menina, que foi entregue a um orfanato assim que nasceu. Gable nunca assumiu a paternidade da criança, mas a mãe adotou a própria filha pouco mais de um ano depois de a entregar ao orfanato.

A cantora canadense Joni Mitchell, hoje com 78 anos, também teve uma gravidez indesejada na juventude e entregou a bebê, uma menina, para adoção. Em 2001, as duas se reencontraram.

Os músicos Rod Stewart, de 77 anos, e David Crosby, de 80, da lendária banda Crosby, Stills, Nash & Young, têm histórias parecidas. Jovens, engravidaram as namoradas e decidiram que os bebês seriam mais bem cuidados por uma família que os adotassem. Mais tarde, ambos reencontraram os filhos. Crosby chegou a fazer show com o filho.

Nenhum brasileiro na lista.

Klara Castanho é a primeira mulher brasileira conhecida a assumir esse fato publicamente. Salvo engano, nunca houve uma declaração dessas de uma pessoa que teoricamente teria condições financeiras e familiares de cuidar de um bebê.

Mas ela não pôde fazer esse gesto por escolha, não teve a oportunidade de refletir e decidir contar a verdade de porque isso a libertaria e talvez abrisse o caminho para que outras mulheres pensassem nessa possibilidade.

Teve que ver sua vida íntima virar pública por, até onde se sabe, provável chantagem de quem deveria cuidar dela num dos momentos mais sensíveis de sua história. Aos 21 anos, Klara Castanho já trabalha há 20. Emancipada aos 16, já disse em várias entrevistas que tem intenção de voltar a estudar e se formar em direito ou psicologia.

Mas sofreu uma das violências mais hediondas que uma mulher pode sofrer, em uma longa lista. Foi estuprada. E engravidou. Percebeu isso tarde, quando um aborto já seria pouco recomendável e muito arriscado. Não sei se essa teria sido sua opção, e não importa. Não devia importar, nem para mim nem para ninguém.

Há histórias de sobra de famílias brasileiras que dão os filhos para serem criados por seus patrões, ou que trocam por comida em um momento de desespero, entre outras tramas bem mais dramáticas.

Mas é diferente. Nas histórias que se ouvem por aqui, é a miséria que faz uma mãe ou um pai optarem por entregar uma criança, não a falta de condições pessoais, psicológicas, mentais, ou mesmo a falta de vontade de abrir mão dos projetos de vida para criar um filho que pesam na decisão.

Como estamos numa sociedade majoritariamente católica e na qual a porção evangélica caminha para um terço da população nos próximos anos —e como ambas as religiões condenam o aborto em qualquer forma—, tudo parece pecado na história de uma mulher que engravida sem querer.

Por essa lógica, querer sexo é pecado; não se proteger —nem proteger o parceiro desse infortúnio—; depois engravidar; e, meu Deus, não querer o filho, é "safadeza", no mínimo. "Golpe da barriga." Enfim, alguma a mulher aprontou.

Na minha geração, de gente que viveu os últimos minutos do sexo mais ou menos livre dos anos 1980, fazer aborto era meio um rito de passagem —uma peneira imaginária que separava as meninas verdadeiramente rebeldes e libertárias das caretas disfarçadas, que faziam tudo igual, mas aí se "acovardavam" e tinham os bebês.

Ninguém passa por um aborto impunemente. Muito menos por ter um bebê que não queria. Ninguém passa pela vida impunemente. E, sim, o aborto deve ser legalizado, cada mulher que decida o que fazer com sua vida e com seu corpo —e o que está dentro do corpo de uma mulher é dela, não do Estado.

Pagar o preço a cada decisão ou a cada reviravolta da nossa história íntima não é uma questão que se decida num tribunal, muito menos pelo tribunal da opinião pública.

Eu não conhecia Klara Castanho até ontem. Hoje, sou fã. E torço para que ela faça da vida exatamente o que quiser, sem prestar contas a ninguém. Sem pedir desculpas, sem dar explicações.

A atriz Klara Castanho
Reprodução/Instagram/ @ klarafgcastanho

Não dá para perdoar a covardia de quem expôs o drama da atriz

ANÁLISE

Tony Goes

O que está acontecendo com o Brasil? Quando foi que perdemos a empatia com nossos semelhantes e passamos a nos sentir no direito de julgar e condenar, como se fôssemos superiores a eles?

O mais recente escândalo que comprova a nossa decadência moral é a exposição de Klara Castanho, que teve a sua intimidade violada nas redes sociais e foi apedrejada por moralistas de araque. Felizmente, uma onda de amor se ergueu em torno da atriz, e agora quem está na berlinda são seus delatores.

Quem são eles? A primeira parece ter sido uma enfermeira, cujo nome não foi revelado. Essa profissional de saúde, que deveria zelar pelo bem-estar de seus pacientes e não se meter na vida pessoal de ninguém, avisou Castanho que contaria o que sabia sobre o calvário que a atriz atravessava a um colunista de fofocas. Não se sabe se essa víbora queria dinheiro ou tornar mais doloroso o pior momento da vida da moça. Felizmente, o Coren-SP, o Conselho Regional de enfermagem de São Paulo, vai apurar o caso.

O colunista é Leo Dias, do portal Metrópoles, que já se envolveu em diversas polêmicas com celebridades é outro.

Dias não publicou nada a respeito do caso até a noite do último sábado, mas tampouco se manteve em silêncio. Nos bastidores do Troféu Imprensa, duas semanas atrás, ele contava o episódio em detalhes, para quem quisesse ouvir.

Alguns dias depois, deu várias indiretas no talk show The Noite, de Danilo Gentili, e ainda soltou um veredito implacável —"o carma vai ser grande". A essa altura, ele já havia conversado com Castanho por telefone e sabia que ela havia sido vítima de estupro. Mesmo assim, achou que seria divertido fazer insinuações sobre a atriz num programa de TV.

A história começou a vazar ainda em maio, por meio de influenciadores como Matheus Baldi e Dri Paz, mas a repercussão não foi grande. O caldo só entornou quando a youtuber Antonia Fontenelle pôs a boca no trombone.

Sem nenhum talento artístico discernível, a viúva de Marcos Paulo tenta de todas as maneiras se manter em evidência e sonha em se eleger deputada federal. Sua estratégia de marketing é digna do gabinete do ódio, que alimenta as redes bolsonaristas com fake news e preconceitos. Divulgar o drama, mesmo sem citar nomes, se encaixou direitinho nessa tática asquerosa.

Muitos internautas não demoraram a perceber de quem se tratava, e o julgamento virtual da atriz começou. Mas o feitiço tampouco tardou a se voltar contra Fontenelle, que tentou se defender e acabou piorando sua própria situação.

"Parir uma criança e não querer ver e mandar desovar por acaso é crime, sim, só acha bonitinha essa história de adoção quem nunca foi a um abrigo, ademais quando se trata de uma criança negra", escreveu a pré-candidata no Instagram. "O nome disso é abandono de incapaz."

Não, não é, Antonia. Klara Castanho não fez absolutamente nada de errado. Entregou seu filho à adoção seguindo todos os trâmites legais. Agora, o que você fez, isto sim pode ser motivo de um belo processo na Justiça.

Antonia Fontenelle ostenta com garbo a hipocrisia característica das falsas "pessoas de bem". A mesma turma que insistiu que uma menina de 11 anos levasse a cabo sua gravidez e depois entregasse seu bebê à adoção agora massacra uma jovem que fez exatamente o que eles pregavam.

No domingo, tanto Fontenelle quanto Leo Dias tentaram se retratar. Ela divulgou um vídeo em garante que não sabia da violência sexual sofrida por Klara Castanho e oferece ajuda para prender o estuprador, mas não pede desculpas.

Ele pede —o texto publicado no Metrópoles na véspera, com detalhes íntimos sobre o nascimento do bebê, foi retirado do ar depois de algumas horas, e tanto o site como o colunista admitiram que erraram feio.

Ainda impera no Brasil a ideia de que, se uma mulher abriu as pernas, transou, teve prazer, então ela tem que arcar com todas as consequências desse ato supostamente pecaminoso. A mesma responsabilidade não recai sobre o homem, é claro. Ele está livre para espalhar seus descendentes por aí, sem precisar tomar conhecimento de nenhum.

A covardia de quem expôs Klara Castanho é impossível de ser perdoada. A moça reagiu da maneira certa, postando uma carta aberta na qual assume tudo e retoma a narrativa de sua própria história. Amparada pela família, pelos amigos e pelos fãs, ela agora tem condições de sair mais forte dessa história.

Mas e se não tivesse? E se o desfecho desse imbróglio fosse trágico? Como ficariam a enfermeira, os colunistas, a pré-candidata fofoqueira?

O Brasil está doente, e os sintomas explodem sem parar à nossa volta. Mas a reação das pessoas realmente do bem ao drama de Klara Castanho dá a esperança. Ainda temos algum amor e alguma decência dentro de nós.

Sororidade é para quem tem

Em um momento como esse, também é se recusar a justificar o injustificável

Manuela Cantuária

Roteirista e escritora, faz parte da equipe do canal Porta dos Fundos

São tempos difíceis para as feministas. Nossa sororidade está sendo posta à prova. Só no mês de junho, testemunhamos mais de um caso em que uma mulher usou seu espaço de poder —conquistado pelo feminismo que tanto despreza— para massacrar outra mulher no momento em que ela mais precisava de apoio e proteção.

O conceito de sororidade é um dos alicerces do feminismo. É o exercício constante de não julgar outra mulher, de se colocar no lugar dela, de nunca se esquecer que todas nós estamos inseridas no mesmo sistema patriarcal que nos oprime e violenta. É o sentimento de irmandade, empatia e afeto que faz com que sejamos mais unidas e mais fortes.

Pois é esse sentimento que vai para o quinto dos infernos quando nos deparamos com as atitudes da juíza Joana Ribeiro, que tentou impedir uma menina de 11 anos, vítima de estupro, a realizar um aborto permitido por lei; ou da apresentadora Antônia Fontenelle, que expôs uma jovem de 21 anos, também vítima de estupro, acusando-a de ter cometido um crime por ter entregado o bebê para adoção.

Ambos os episódios, separados por alguns dias, escancaram a crueldade com a qual vítimas de violência sexual que engravidam podem ser tratadas, não importa qual seja a sua escolha, a sua classe social, a sua idade. E atingem a todas as mulheres, causando imensa comoção —e revolta.

Acompanhei, pelas redes sociais, a maioria das mulheres que conheço manifestando apoio às vítimas. Isso é o que podemos chamar de sororidade, ou apenas de bom senso. Por outro lado, conversando com amigas em particular, percebi como os atos da juíza e da apresentadora também pareciam ter despertado o que havia de pior em nós.

A maioria de nossos desabafos impublicáveis seguia a mesma estrutura: "Se eu vejo essa (INSIRA UMA OFENSA AQUI) na minha frente, eu juro que (INSIRA UMA AÇÃO QUE FARIA VOCÊ PERDER O STATUS DE RÉU PRIMÁRIO AQUI)".

No auge da indignação, o bom senso mandou lembranças. Eu já estava me despedindo da nossa sororidade, quando uma amiga me lembrou que sororidade é pra quem tem. E ter sororidade, em um momento como esse, também é se recusar a justificar o injustificável.

Silvis

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | **QUA. Gregorio Duvivier** | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | sab. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes

tonygoes@uol.com.br

Estreia a segunda temporada de série de comédia com Steve Martin

Only Murders in the Building

Star+, 16 anos

Os detetives improvisados e narradores de podcast vividos por Steve Martin, Martin Short e Selena Gomez passam a investigar mais um assassinato ocorrido no prédio de luxo em que vivem em Nova York. O problema é que, nesta nova temporada da série, os três também são suspeitos do crime e viram o principal assunto de um podcast concorrente. Um novo episódio toda terça-feira.

Um Homem Muito Sombrio

Belas Artes à la Carte, 14 anos

Esta premiada minissérie do Cazaquistão conta, em três episódios, a história de um policial que investiga as mortes de garotos em uma cidade do interior do país.

Amazon Music News

Twitch, livre

Lázaro Ramos entrevista Gilberto Gil, que fala sobre a série Em Casa com os Gils e os problemas de saúde que superou há alguns anos. O programa fica disponível no app Amazon Music a partir de 1º de julho.

Arte1 Talks

Arte1, 14h, livre

O jornalista e colunista da **Folha** Zeca Camargo apresenta a primeira edição do ciclo de palestras, que tem como tema economia criativa e desenvolvimento. Participam nomes como Eduardo Saron, do Itaú Cultural, Ana Carla Fonseca, da Garimpo Soluções, e o secretário estadual de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, Sérgio Sá Leitão.

Provoca

Cultura, 22h, 10 anos

A cantora Maria Rita conversa com Marcelo Tas sobre sua fé, seu posicionamento político nas redes sociais e o legado de sua mãe, Elis Regina.

Filme Paisagem - Um Olhar Sobre Roberto Burle Marx

Curta!, 22h30, livre

Um dos maiores paisagistas do século 20, além de pintor e escultor, Burle Marx tem sua belíssima trajetória revisitada neste documentário.

Trabalhos no Limite

Discovery, 23h10, livre

Neste novo reality, os experts em técnicas de sobrevivência Brett Rogers e Cliff Quinn realizam pesadas tarefas braçais usando máquinas e equipamentos de um século atrás, sem eletricidade.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

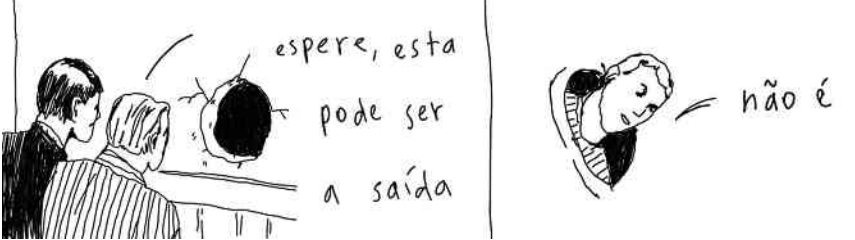
Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

A Vida Como Ela Yeah *Adão Iturrusgarai*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

MÉDIO

4						2	8	
	1				2			
	2	6			3	4	1	
5			1			6		
			7	9	5			
		4			6			5
	7	9	3			8	5	
			8				6	
	5	3						1

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

4	3	5	9	1	7	2	8	6
9	1	8	4	6	2	5	7	3
7	2	6	5	8	3	4	1	9
5	9	7	1	4	8	6	3	2
3	6	2	7	9	5	1	4	8
1	8	4	2	3	6	7	9	5
6	7	9	3	2	1	8	5	4
2	4	1	8	5	9	3	6	7
8	5	3	6	7	4	9	2	1

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. O gênio inglês Newton (1642-1727) / (Econ.) Fluxo de Caixa Descontado **2.** Outro nome do peixe moreia **3.** Falta congênita da medula **4.** As iniciais da cantora carioca Borba (1923-2005) / Ponto do corpo muito sensível às cócegas **5.** Fio sintético curto e duro, como o da escova de dentes **6.** Intangível **7.** Instrumento usado em microscopia biológica para cortar camadas finíssimas de substância **8.** Alugar **9.** Dança rural que consiste em cantos e sapateados **10.** Um dos fomentadores da Revolução Francesa (1743-1793) / Mar, nos EUA **11.** Grande ilha das Bahamas / As iniciais do ídolo do Vasco da Gama Dinamite **12.** Um carro da VW **13.** Elem. pref.: interior, para dentro / Encontrar o que se procurava.

VERTICAIS

1. O ordinal que segue o nono / Xeque do xadrez **2.** Sigla do estado de Florianópolis / Grande rio e departamento da Bolívia, com capital Trinidad / Cilindros usados para conduzir gases, fios, líquidos etc. **3.** Carnaval sem consoantes / Rádio e Televisão Cultura / Trabalhoso **4.** Jogador que, atuando no meio do campo, está incumbido de distribuir a bola para os companheiros de ataque / Peso de um veículo sem a carga **5.** Recipiente para armazenar gordura, água de chuva, etc. **6.** Microempreendedor individual / Um profissional como Wagner Moura / Secante **7.** (Ingl.) Combinação do jogo do pôquer, constituída por três cartas iguais e uma dupla / Pessoas não especificadas / Gene Hackman, ator de "Mississipi em Chamas" **8.** (Pop.) Pessoa pobre, educada em casa alheia / Órgão de apoio aos agricultores **9.** Documento Único de Arrecadação / (Fig.) Adornador, enfeitador.

HORIZONTAIS: 1. Isaac, FCD, **2.** Caramuru, **3.** Amielia, **4.** Eb, Axila, **5.** Cerda, **6.** Intocável, **7.** Micrótomo, **8.** Locar, **9.** Cateretê, **10.** Marat, Sea, **11.** Andros, RD, **12.** Touareg, **13.** Eso, Achar.
VERTICAIS: 1. Décimo, Mate, **2.** SC, Beni, Canos, **3.** Aaa, RTC, Árduo, **4.** Armador, Tara, **5.** Caixa coletora, **6.** MEI, Ator, Sec, **7.** Full, Vocês, GH, **8.** Cria, Emater, **9.** Dua, Floreador.

Angelo Abu

Estados de decadência

A bondade crítica que corrompe leitores é a expressão da crise cultural

João Pereira Coutinho
Escritor, doutor em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa

1) Puxo pela cabeça. Desisto. Não me lembro da última vez que li uma crítica literária severa. Em Portugal e no Brasil, essas raridades já não se encontram nos jornais: tudo é genial, ou quase genial.

Na imprensa francesa, inglesa ou americana, há mais variedade; e, de vez em quando, alguém ainda usa o machado.

Mas os gênios, e não os medíocres, são a maioria, o que não deixa de ser uma contradição com aquilo que sabemos ou intuímos sobre a genialidade (e a mediocridade). Não deveria ser ao contrário? Uma abundância de medíocres e uma escassez de verdadeiros talentos?

Não é um exclusivo dos livros. Tempos atrás, Lloyd Evans, o crítico de teatro da Spectator, indignava-se justamente por já não haver vaias no teatro. Durante toda a sua história, desde a Grécia Antiga, o público sempre castigou as más peças ou os maus atores com assobios e outras sonoridades.

Hoje, qualquer peça e representação são recebidas com aplausos festivos.

E, quando isso não acontece, é por razões extrateatrais. Um exemplo recente oferecido pelo crítico: no musical "Cinderella", de Andrew Lloyd Webber, o público protestou. Não pela qualidade da obra, o que seria natural (duplamente natural, aliás, se tratando de Lloyd Webber).

A causa da indignação foi uma carta do próprio criador, lida na última noite, em que Lloyd Webber se referia a "Cinderella" como "um erro dispendioso".

Eis o estado a que se chegou: nem ao autor é permitido um gesto de autocrítica. Como explicar esse clima enjoativo de elogios?

Cabeças otimistas dirão que as letras e as artes nunca estiveram tão bem, com dezenas de obras-primas todas as semanas.

Cabeças humanistas dirão que as críticas implacáveis fazem parte de um passado primitivo, em que o gosto de ver sangue era maior do que a vontade de informar ou ilustrar.

Eu prefiro as cabeças realistas, para quem a generosidade crítica se explica pela ignorância de quem não sabe "discriminar".

Eu sei, eu sei: discriminar é palavra feia. Na linguagem comum, significa usar do preconceito para tratar mal quem não merece esse tratamento.

Acontece que a discriminação, entendida como capacidade de separar a excelência da mediania e do lixo, é um processo vital para qualquer cultura que se preze.

Por mais simpáticas que sejam as críticas simpáticas, os leitores e os autores precisam de críticas antipáticas. Nem que seja para confrontar as suas certezas e confortos com um banho de exigência.

Como leitor, meu gosto foi depurado por alguns carrascos estimáveis: H.L. Mencken (arrasou H.G. Wells, mas soube defender Scott Fitzgerald), Gore Vidal (que sempre esteve certo sobre as vulgaridades de Norman Mailer) ou Christopher Hitchens (que fez Gore Vidal provar do seu veneno).

E, como autor, agradeço todas as tareias honestas de quem soube furar, com conhecimento de causa, as minhas derivas autocomplacentes. Não digo nomes, até porque tenciono vingar-me um dia com a mesma honestidade, mas eles nem imaginam como afinaram a minha pena.

A bondade crítica que corrompe leitores e autores é a expressão máxima da decadência cultural: uma forma preguiçosa de multiplicar gênios pela incapacidade de reconhecer um talento que seja.

2) Semanas atrás, o mundo foi confrontado com dois crimes numa escola de Uvalde, no Texas. Estranhamente, só o primeiro crime parece ter ocupado a atenção dos comentadores.

Esse primeiro crime é o mais óbvio: um psicopata de 18 anos entrou no colégio e assassinou 19 crianças e dois adultos. A maioria dos comentários criticou, e bem, a facilidade com que se compram armas de assalto nos Estados Unidos.

Mas existiu um segundo crime: a covardia da polícia em socorrer de imediato as crianças, que telefonavam em desespero para o 911 ao verem os seus colegas serem abatidos.

Sabemos agora, pelo chefe do Departamento de Segurança Pública do Texas, que apesar de estarem bem armados e com o equipamento de proteção adequado, os policiais demoraram uma hora e 14 minutos para abrir a porta que dava acesso à câmera de horrores. A porta, ainda por cima, nem sequer estava trancada.

Tradução: Salvador Ramos, o criminoso, teve tempo de sobra para matar à vontade.

Bem sei que, segundo o espírito do tempo, não é de bom tom exigir alguma dureza policial. É mais confortável clamar pela abolição da polícia, ou pelo menos pela asfixia financeira dos seus serviços.

O resultado é esse aí.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | **QUA. Marcelo Coelho** | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

A Orquestra Experimental de Repertório se apresenta com o maestro Samil Maluf no auditório Claudio Santoro Eduardo Anizelli - 1º.jul.12/Folhapress

DESTAQUES DO FESTIVAL

A Semana de Arte Moderna é o ponto de partida para o evento que contempla desde o modernismo francês de César Franck (dia 16 em Campos do Jordão e dia 17 em São Paulo), bem como a vanguarda de Gilberto Mendes com 'Santos Football Music', em apresentação ao lado de 'Half-Time', do checo Bohuslav Martinu, apresentada pela primeira vez no Brasil, no dia 23, em Campos de Jordão (SP)

Festival de Inverno tem Chopin e Nepomuceno

Evento em Campos do Jordão e em São Paulo revê modernismo internacional, de Prokofiev e Bartók a Gilberto Mendes

Camila Fresca

SÃO PAULO Depois de uma versão "pandêmica" no ano passado, o Festival de Inverno de Campos do Jordão volta aos moldes tradicionais em sua 52ª edição, entre 2 e 31 de julho em Campos do Jordão, no interior paulista, e na Sala São Paulo.

É a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo que faz o concerto de abertura no auditório Claudio Santoro. O maestro suíço Thierry Fischer rege a "Suíte Antiga", do cearense Alberto Nepomuceno, e o "Concerto para Piano nº 1" de Chopin, com solos do pianista canadense Jan Lisiecki.

Os desdobramentos do modernismo são tema da programação, chamada "Modernos Eternos" —referência ao poema "Eterno", de Carlos Drummond de Andrade.

"A Semana de Arte Moderna é o ponto de partida. Mas preferimos contextualizar o modernismo internacional dos anos 1920 e 1930. São compositores de um período formador da nossa consciência", diz o violonista Fábio Zanon, coordenador artístico do festival.

Assim é que, nos 89 concertos da programação, estarão presentes autores como Prokofiev, Bartók, Martinu, os franceses Darius Milhaud, Francis Poulenc, Albert Roussel e mesmo o italiano Ottorino Respighi. As apresentações acontecem, em Campos do Jordão, no tradicional auditório Claudio Santoro, no parque Felicia Leirner, no recém-inaugurado parque Capivari, no palácio Boa Vista e na igreja de Santa Teresinha.

Na capital, a Sala São Paulo terá uma agenda diária de eventos. Além da Osesp, integram a programação a Brasil Jazz Sinfônica, a Filarmônica de Goiás, a Sinfônica Municipal de São Paulo, a Municipal de Campinas, a Orquestra Jovem do Estado de São Paulo e outras orquestras jovens.

Uma das consequências mais evidentes da pandemia é a predominância de artistas nacionais na programação. Dos 52 professores, a maioria é brasileira e atuante na Osesp.

"Enquanto houve uma valorização da produção cultural por parte do público, persiste uma falta de consciência do preço de se fazer produção cultural" afirma Zanon.

Dos 142 alunos bolsistas do festival, a maioria vem do Brasil, embora de diversos estados, bem como de países vizinhos, em áreas em que o festival é elogiado, como percussão, clarinete e violão. Nas redes, o fato de a edição não contemplar um curso de composição gerou descontentamentos.

Segundo o coordenador do evento, isto se justifica porque a modalidade já foi contemplada na primeira edição de verão do festival, em janeiro. "Fazer dois cursos de composição num só ano é mais do que a própria área comporta no momento", justifica Zanon.

A Orquestra do Festival, formada pelos bolsistas que participam de cada edição, faz cinco concertos. Nos dias 16, em Campos do Jordão, e 17, em São Paulo, o modernismo francês está em pauta com destaque para a "Sinfonia em Ré Menor" de César Franck, em comemoração do bicentenário do autor, sob regência do turco Cem Mansur.

Neil Thompson comanda o grupo no dia 23, num concerto que destaca a obra "Santos Football Music", de Gilberto Mendes, que tem seu centenário comemorado em 2022, em diálogo com "Half-Time", do tcheco Bohuslav Martinu, obra também inspirada no futebol e que tem agora sua primeira audição brasileira.

O grupo também é o responsável pelo encerramento do festival, nos dias 30 e 31, sob regência de Marcelo Lehninger, maestro brasileiro radicado nos Estados Unidos.

52º Festival de Inverno de Campos do Jordão
Entre 2 e 31 de julho, em Campos do Jordão (SP) e São Paulo. Programação completa em festivalcamposdojordao.org.br

Soberano da Belafazenda Fotos Carolina Vilhena Bittencourt/Divulgação

Produtores de queijo artesanal têm novo selo de formalização

Decreto descentraliza processos, mas fabricantes ainda veem burocracia e fiscais 'despreparados' para a função

Flávia G. Pinho

SÃO PAULO Na última quarta (22), os produtores brasileiros de queijos artesanais foram despertados com uma novidade. Após quase três anos de espera, o governo federal finalmente regulamentou, através de decreto, a Lei Nº 13.860, de 18 de julho de 2019, que define regras para a elaboração e comercialização desse tipo de produto.

Algumas mudanças deixaram os queijeiros otimistas. A primeira é o novo selo Queijo Artesanal —criado para identificar produtos "elaborados por métodos tradicionais, com vinculação e valorização territorial, regional ou cultural", ele permite a comercialização em todo o país.

A segunda boa notícia é que a lei descentraliza o processo, ao permitir que a concessão do selo fique a cargo de qualquer uma das três esferas de inspeção: federal, estadual e também municipal.

Por fim, a concessão do Selo Arte —outra certificação mais abrangente, que desde 2019 contempla produtos lácteos, cárneos, pescados e produtos de abelhas e também abre as portas para a comercialização nacional— passa também às demais esferas. Até este momento, a tarefa estava concentrada nas mãos dos serviços de inspeção estaduais.

O francês Christophe Faraud, presidente da Associação Paulista do Queijo Artesanal, espera que a descentralização amplie o alcance das duas certificações.

"Estive em Brasília para a assinatura do decreto que instituiu o Selo Arte e um cartaz enorme dizia que 175 mil produtores familiares seriam beneficiados. Sabe o que aconteceu três anos depois? Até hoje, pouco mais de cem produtores têm o selo. O número é pífio, uma vergonha", avalia.

A contenda entre queijeiros artesanais e órgãos de fiscalização é antiga. É tamanha a barafunda de normas federais, estaduais e municipais, que muitas vezes se sobrepõem de forma contraditória, que poucos produtores são capazes de enxergar um caminho claro para buscar a regularização de suas queijarias.

A Belafazenda, em Bofete (SP), teve cinco queijos certificados

Instalações da Lano-Alto, interditada no último dia 21 Divulgação

Proprietária da Belafazenda, em Bofete (SP), Carolina Vilhena Bittencourt é uma das sete produtoras paulistas a ter conquistado o Selo Arte —cinco de seus queijos foram certificados.

Mesmo sendo veterinária de formação, com especialização em pecuária leiteira orgânica e vários cursos de queijaria no currículo, dentro e fora do Brasil, ela não conseguiu vencer a gincana burocrática sozinha.

"Foi um processo dificílimo, o sistema de inspeção é muito complexo. Há cinco anos, precisei investir cerca de R$ 2 mil para contratar uma especialista para cuidar do processo", lembra.

Produtores também se queixam da postura de fiscais. Português radicado em Campos do Jordão há quatro anos, Manuel Barroso, da Queijaria do Jordão, trouxe de Trás-os-Montes a expertise para fabricar queijos artesanais — sua família está no ramo há um século.

Seu estabelecimento já obteve o Selo de Inspeção Municipal (SIM), que permite a comercialização dentro do município, e está em processo para conquistar o equivalente estadual, o SISP. Na opinião dele, a política de fiscalização no Brasil é equivocada.

"Na União Europeia, o fiscal se interessa em ouvir os produtores. Aqui, o fiscal chega ao estabelecimento como um policial, incutindo medo. Se vê algo errado, só emite a multa ou interdita. Muitos produtores preferem se manter na informalidade para não ter esse tipo de fiscal à porta."

Proprietário da Lano-Alto, em São Luiz do Paraitinga (SP), Peèle Lemos acaba de se envolver em nova contenda —sua queijaria foi interditada no último dia 21 pela prefeitura.

O episódio ocorre quase um ano depois de 120 quilos de seus queijos serem destruídos por fiscais da regional da Defesa Agropecuária do Estado, em julho de 2021, porque não tinham SIM, serviço até então inexistente no município.

Na época, a repercussão foi tamanha que fez a máquina municipal andar: no susto, a prefeitura instituiu o SIM e regularizou a Lano-Alto sete meses atrás. Agora, ele alega estar sendo vítima de despreparo da fiscalização.

"As exigências que a fiscal faz mostram insegurança e falta de conhecimento da legislação. E a lei é progressiva. Deveria receber uma advertência primeiro, depois multa. A interdição é último recurso, por isso já entramos com recurso", diz.

Os órgãos públicos rebatem as acusações. Secretário de Agricultura de São Luiz do Paraitinga, Rodolfo Guimarães Machado argumenta que Lemos "quebrou a relação de confiança", ao tentar esconder, em um primeiro momento, que mantinha uma cave de maturação.

Também pesou para a interdição, segundo Machado, a existência de produtos não condizentes com a produção queijeira dentro do espaço de fabricação. "Mas temos todo o interesse em esclarecer tudo da melhor maneira", diz.

Subsecretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Orlando Melo de Castro afirma que, quando ocorre uma denúncia de produtor comercializando produtos sem inspeção, é preciso atuar por se tratar de crime contra a saúde pública.

"Quando a irregularidade é constatada, a produção é eliminada e o produtor recebe orientação sobre como se regularizar, atendendo às exigências sanitárias", diz.

Um acordo de cooperação assinado entre a França e o Estado de São Paulo pode ajudar a aproximar essas duas pontas da cadeia produtiva. Ao longo da primeira semana de junho, franceses especialistas em produção de queijos artesanais visitaram sete queijarias paulistas, uma cooperativa, o Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital) e o Instituto de Zootecnia de Nova Odessa (SP).

O objetivo, segundo Henrique Guimarães, assessor internacional da Secretaria Estadual de Agricultura, era diagnosticar problemas e traçar um plano de melhorias, com base na experiência francesa. No que tange à produção, diz Guimarães, os franceses ficaram bem impressionados.

Os problemas burocráticos, no entanto, saltaram aos olhos. Conselheiro agrícola adjunto da Embaixada da França, Franck Foures ouviu muitas queixas de produtores. "Vimos que muitos deixam de trabalhar na formalidade por causa de leis sanitárias inadequadas para os pequenos."

Entre as próximas etapas do convênio está a criação de uma escola de capacitação em parceria com a França. Dono da Fazenda Atalaia, uma das queijarias visitadas, Paulo Rezende torce para que as iniciativas saiam do papel.

"Nos falta um ambiente de capacitação dessa cultura queijeira que está se formando. Estive outro dia com um fiscal do Mapa [Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento] que considerava dez anos um prazo razoável para uma ação, e mais dez anos para outra. Quem pode esperar tanto?", questiona.

A sorte é que boa parte do público consumidor de queijos artesanais parece não dar muita bola para os meandros burocráticos e segue comprando com apetite.

Proprietária da loja online de queijos artesanais Lá do Interior, Juliana Cavalcante trabalha com até 30 fornecedores, de diversas regiões, e diz que, para seus clientes, ter ou não selo de inspeção faz pouca diferença. "Alguns questionam, mas a gente explica como é a burocracia e eles entendem", conta.

NAÇÃO CHURRASQUEIRA

Larissa Morales

folha.com/blogs/nacao-churrasqueira

Trança de filé mignon suíno é receita magra e em conta

Vilã dos anos 1950 por sua quantidade de gordura, a carne de porco hoje é considerada uma das mais saudáveis pelos nutricionistas. A mudança de reputação se deve à constatação de que o porco tem menor teor de gordura do que a carne bovina, e ainda se iguala a ela em quantidades de proteínas, ferro e vitaminas do complexo B.

A carne suína é uma das carnes mais populares do mundo —corresponde a cerca de 40% de toda a produção de carnes. No Brasil, seu consumo fica em terceiro lugar, depois da carne bovina e de aves. Representa 16 kg per capita ano, e há ainda espaço para crescer.

O fato é que a carne de porco tem sido uma alternativa especialmente pela queda de 5,5% no seu preço —as outras carnes, por sua vez, tiveram um aumento de 3%.

A receita de hoje, por exemplo, custa em torno de R$25 reais e serve até quatro pessoas.

O filé mignon suíno é uma das carnes mais magras do porco. Para deixar o prato ainda mais fitness, você pode substituir a manteiga por azeite.

Experimente trocar a manteiga por azeite para algo mais fitness Larissa Morales

Trança de filé mignon suíno

Ingredientes

- 2 filés mignon suínos
- 1 colher de sopa de alecrim picado
- 1 colher de sopa de manjericão picado
- 1 colher de sopa de salsinha picada
- 1 colher de chá de alho ralado
- 1 colher de sopa de sal
- 100g de manteiga
-

Preparo

- Misture a manteiga amolecida com as ervas frescas, o alho e o sal e reserve.
- Corte os filés em três partes e faça uma trança, prenda as extremidades com o palito de dente.
- Com a ajuda de um pincel, passe a manteiga temperada nas tranças e deixe pegar tempero por uma hora.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Lazer
Confira opções de bares, restaurantes e cultura
Pág. 4

Vista aérea do Largo do Arouche, na República

Flavio Florido/Folhapress

República de oportunidades

Região no centro de São Paulo reúne cultura, investimentos, gastronomia e comércio

Este é um exemplar cortesia da Folha de S.Paulo – caderno especial Mercado Imobiliário. Distribuição autorizada pelo Artigo 26, parágrafo 2º da Lei 14.517/2007, com nova redação dada pela Lei nº 14.583/2007.
Projeto de Marketing realizado pelo Departamento Comercial da Folha de S.Paulo. Diagramação: Filipe Rocha. Jornalista responsável: Vaguinaldo Marinheiro.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Tudo e mais um pouco

No coração de São Paulo, o bairro da República é uma das regiões mais expressivas da cidade

Um hub de negócios, turismo, investimentos e lazer. Assim é conhecida a República, região de São Paulo que passou por uma série de revitalizações na última década.

Com fácil acesso para tudo que a cidade tem de melhor, o bairro é conhecido por seus bares, seus centros comerciais e suas áreas de lazer.

É um lugar plural, diverso, vivo e pulsante, que recebe grande parte dos 2,5 milhões de estrangeiros que vêm à São Paulo anualmente.

Com localização central e uma mobilidade urbana ímpar, a República atrai tanto quem vem à cidade para fazer negócios como quem vem de fora para aproveitar os eventos que só São Paulo proporciona.

A Virada Cultural, a São Paulo Fashion Week, a Parada do Orgulho LGBT, a Bienal de Arte, a Bienal do Livro, o Salão do Automóvel, o Carnaval e o GP Brasil de Fórmula 1 são apenas alguns deles.

O bairro também fica próximo a museus e centros culturais importantes da cidade como a Pinacoteca, o MASP, o CCBB, o Farol Santander e outros.

É também um local de fácil acesso a grandes centros comerciais como a José Paulino e a Rua 25 de Março, artérias do Brás, da Santa Ifigênia e do Bom Retiro.

Não à toa, a República é uma região ideal para quem quer aplicar em novos modelos de negócio, principalmente no que tange à indústria hoteleira.

É um ambiente propício para quem quer investir em conceitos como o de multipropriedade, um modelo diferente de aquisição de patrimônio em que o proprietário compra uma unidade hoteleira por determinada fração de tempo.

Futuro do mercado imobiliário, a multipropriedade está baseada no conceito de time sharing, onde o proprietário paga por uma parte de um imóvel para utilizá-lo por um determinado período de tempo.

O modelo, consagrado por grandes empreendimentos ao redor do mundo, permite que o proprietário utilize a unidade ao mesmo tempo em que obtém rendimentos com o lucro do hotel.

É um investimento moderno e prático, ideal para vários perfis de compradores: pessoas que viajam a negócios, comerciantes que querem obter rendimentos de maneiras variadas, nômades digitais e outros.

Lucas Lima/Folhapress

Centro Cultural Banco do Brasil

Alf Ribeiro/Folhapress

Prédio da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, na praça da República

Le Casserole/Divulgação

Requinte e relax

Confira opções de bares, restaurantes e programas culturais na região da República

LA CASSEROLE

Dos mais tradicionais restaurantes da cidade, o francês no Arouche é um ambiente propício para uma reunião de negócios ou um almoço em família. **Largo do Arouche, 346; tel.: (11) 3331-6283**

Z DELI

Sanduíches, hambúrgueres, cerveja artesanal e ambiente descolado são marca registrada do Z Deli. **R. Bento Freitas, 314; tel:. (11) 3129-3162**

CCBB

Inestimável patrimônio histórico da cidade, o Centro Cultural Banco do Brasil abriga exposições temporárias gratuitas ou com preços acessíveis. **R. Álvares Penteado, 112; tel:. (11) 4297-0600**

BAR DA DONA ONÇA

Reduto da boemia paulistana, reúne comida de boteco com alguns dos pratos mais característicos da cozinha brasileira. **Av. Ipiranga, 200; tel:. (11) 3257-2016**

PONTO CHIC

Com mais de 100 anos de história, a tradicional lanchonete da cidade é também conhecida como "o melhor sanduíche bauru de São Paulo". **Largo do Paissandu, 27; tel:. (11) 3222-6528**

FAROL SANTANDER

Ao lado do Mosteiro de São Bento, o espaço cultural reúne atrações sazonais e um acervo fixo de terça a domingo. **R. João Brícola, 24; tel:. (11) 3553-5627**

CAFÉ FLORESTA

Quase um patrimônio histórico da região, o Café Floresta é um pit stop obrigatório dos amantes do centro de São Paulo. **Av. Ipiranga, 200; tel.: (11) 3259-8416**

TÉRREO BAR

Hype sem ser pretensioso, o bar é famoso pela carta de coquetéis e o banheiro cenográfico. **Largo do Arouche, 77**

A Casa do Porco/Divulgação

A CASA DO PORCO

Restaurante onde o porco é protagonista, a casa oferece alta gastronomia a preços acessíveis. Considerado o 4º melhor restaurante da América Latina. **R. Araújo, 124; tel:. (11) 3258-2578**

Lisa Turner, 47 anos, abraça a filha Lucy, de 14, em vigília contra a revogação do direito ao aborto diante da Suprema Corte dos EUA Evelyn Hockstein - 26.jun.22/Reuters

Leis com quase 200 anos agora podem reger aborto nos EUA

Suprema Corte abriu brecha para que regras anteriores à Guerra Civil (1861-1865) voltem a valer nos estados

MUNDO

Julie Bosman

THE NEW YORK TIMES O aborto já se tornou ilegal ou se tornará em breve em mais de 12 estados americanos que aprovaram chamadas "leis de gatilho", que autorizaram sua proibição assim que a Suprema Corte tomou uma decisão derrubando a garantia constitucional ao procedimento na última sexta-feira (24).

Mas os direitos ao aborto estão em risco em outros estados devido a medidas mais antigas que criminalizam a prática, algumas delas redigidas antes da Guerra Civil Americana (1861-1865).

Embora essas proibições tenham sido consideradas dormentes após a decisão da ação Roe vs. Wade, em 1973, não chegaram a ser revogadas pelos Legislativos estaduais —e poderão ser implementadas agora.

Dois estados dos em questão, Michigan e Wisconsin, têm governadores democratas que são favoráveis ao acesso ao aborto, e sondagens indicam que a maioria de seus habitantes também são. Mas seus Legislativos, controlados por republicanos, não mostraram interesse em revogar as leis antigas.

"Cada promotor público do estado terá potencialmente o poder de investigar abortos espontâneos para testar os limites da lei e verificar se podem colocar médicos na prisão", disse a senadora estadual democrata Kelda Roys, do Wisconsin. "Isso dificulta muito a vida dos médicos e abre a porta para uma enxurrada de situações terríveis."

A importância adquirida repentinamente por leis redigidas antes de as mulheres terem o direito ao voto leva legisladores, ativistas e clínicas de aborto a fazer um esforço para analisar suas implicações rapidamente.

No Wisconsin, clínicas em Milwaukee e Madison já tinham parado de marcar procedimentos para esta semana, antevendo a decisão da Suprema Corte. Quando ela foi anunciada, na manhã da sexta-feira, todas as clínicas do estado pararam de fazê-los.

O promotor público do condado de Dane, Ismael Ozanne, assinalou que não vai implementar a lei do Wisconsin que criminaliza o aborto, sugerindo a possibilidade de surgirem situações distintas, com o aborto sendo processado de formas diferentes entre um condado e outro.

Segundo o Instituto Guttmacher, que apoia o direito ao aborto, oito estados ainda têm proibições ao aborto vigentes que antecedem Roe vs. Wade, mas alguns têm regras mais recentes que provavelmente terão precedência jurídica. Nos últimos anos, estados como Novo México, Vermont e Massachusetts eliminaram proibições antigas.

No Michigan, onde uma lei de 1931 proíbe o aborto, a disputa já está sendo travada nos tribunais. A governadora democrata Gretchen Whitmer moveu uma ação judicial em abril pedindo que a Suprema Corte do estado resolva se a Constituição estadual protege o direito ao aborto.

Um juiz do Michigan emitiu uma liminar em maio que impede a proibição de ser implementada, pelo menos temporariamente, até que uma ação judicial à parte seja decidida.

Na sexta-feira, Whitmer descreveu a lei de 1931 como antiquada, destacando que não prevê exceções para gravidez em consequência de estupro ou incesto. "A lei de 1931 quer punir as mulheres."

Whitmer prometeu vetar qualquer legislação que restrinja o aborto. O Legislativo do Michigan tem maioria republicana, mas ela provavelmente não é grande o suficiente para passar por cima de um veto da governadora.

Há uma proibição anterior à de 1973 em vigor na Virgínia Ocidental, mas não está claro se ela ou leis estaduais mais recentes, que impõem menos restrições ao aborto, entrarão em vigor.

O promotor público do estado, Patrick Morrisey, disse em comunicado que dará um parecer legal ao Legislativo "sobre como deve proceder para salvar o maior número de vidas de bebês que for humana e legalmente possível".

Arizona, Alabama e Carolina do Norte também têm leis mais antigas sobre o aborto ainda vigentes, mas restrições mais recentes aprovadas podem ter precedência, como a proibição total ao aborto promulgada no Alabama em 2019, que até agora estava suplantada pela decisão de 1973.

No Wisconsin, os dois lados preparam processos judiciais e batalhas legais para decidir se a proibição ao aborto, que não pôde ser aplicada desde que Roe vs. Wade legalizou o procedimento, vai levar a ações judiciais.

"O futuro desta lei antiga será determinado em nossos tribunais estaduais e por nosso sistema político estadual", disse Mike Murray, da organização Planned Parenthood de Wisconsin. "Concretamente, haverá litígios pedindo esclarecimento de nossos tribunais sobre se a lei de 1849 pode ou não ser implementada."

Gracie Skogman, diretora legislativa da entidade Wisconsin Right to Life (contra o direito ao aborto), disse que espera que a lei de 1849 "possa ser aplicada e salve vidas aqui no Wisconsin, mas prevemos que será contestada". Na sexta-feira a organização disse: "O Wisconsin se encontra em posição forte para defender a vida pré-nascimento graças a nosso estatuto anterior a Roe vs. Wade".

Sob a proibição vigente no Wisconsin, médicos que realizam abortos podem ser condenados criminalmente. A medida inclui exceções no caso de aborto necessário para salvar a vida da mãe, mas não para uma gravidez resultante de estupro ou incesto.

As leis contra o aborto aprovadas no século 19 em geral resultaram de um esforço para regulamentar a prática da medicina, os medicamentos que podiam ser distribuídos e quem fornecia drogas abortivas, segundo historiadores.

As leis geralmente proibiam o aborto apenas após o momento, mais ou menos na metade da gestação, em que a mulher passa a poder sentir o feto mexendo dentro do útero.

Lauren MacIvor Thompson é professora assistente de história e estudos interdisciplinares na Kennesaw State University, na Georgia, e estuda a história do aborto. Diz que as leis mais recentes que proíbem o aborto são muito mais restritivas que as leis aprovadas bem mais de um século atrás.

"Muitas das leis aprovadas no século 19 eram mais lenientes e não puniam a mulher. Isso está mudando rapidamente", afirma.

Esforços anteriores para revogar a lei de 1849 no Wisconsin fracassaram, mesmo quando o Partido Democrata controlava tanto o governo estadual quanto o Legislativo, e houve pouco empenho do público em derrubá-la.

"Eu não tinha ouvido falar muito da lei até recentemente", afirmou Jenny Higgins, professora de estudos de gênero e de mulheres, ginecologia e obstetrícia na Escola de Medicina e Saúde Pública da Universidade de Madison-Wisconsin. "Até recentemente as pessoas não acreditavam realmente que derrubar Roe fosse possível ou palatável."

Em pesquisas de opinião recentes, os eleitores do Wisconsin indicaram que são a favor de conservar a legalidade do aborto. Em sondagem recente feita pela Marquette Law School, 58% dos habitantes do estado disseram que o aborto deveria ser legal em todos ou na maioria dos casos.

Na semana passada, o governador Tony Evers convocou uma sessão especial do Legislativo para pressionar os legisladores a revogarem a proibição ao aborto. Manifestantes com camisetas cor de rosa se reuniram em círculo no Capitólio estadual em Madison e gritaram palavras de ordem.

Mas os republicanos, que formam a maioria no Senado estadual, encerraram a sessão pouco depois de ela começar, sem votação nem debates.

Robin Vos, o presidente da Assembleia, escreveu no Twitter que "resguardar os direitos de crianças que ainda não nasceram não deveria gerar controvérsia".

Evers, que é candidato à reeleição em novembro, criticou os parlamentares republicanos após a sessão, dizendo que haviam prejudicado o acesso à saúde.

"A recusa de republicanos em agir terá consequências concretas e graves para todos nós e para as pessoas mais importantes para nós, que podem ser destituídas da possibilidade de tomar decisões sobre sua própria saúde reprodutiva", disse.

Tradução Clara Allain

Mulheres têm menos direitos que uma arma, diz Madonna

A cantora Madonna, 63, usou o Instagram para criticar a decisão que revogou o direito constitucional ao aborto nos Estados Unidos. "Essa decisão mergulhou a mim e a todas as outras mulheres deste país em profundo desespero. Temos menos direitos do que uma arma", disse. "Estou com medo pelas minhas filhas. Estou com medo por todas as mulheres na América. Acho que Deus colocou isso em nossos ombros agora porque ele sabia que éramos fortes para suportar o peso. Somos fortes para lutar", declarou a cantora, que conclamou: "Encontraremos uma maneira de aprovar uma lei federal para proteger os direitos ao aborto!".

> "O futuro da lei antiga será determinado em nossos tribunais e sistema político estadual. Haverá litígios pedindo esclarecimento de nossos tribunais sobre se a lei de 1849 pode ou não ser implementada
>
> **Mike Murray**
> ativista pró-planejamento familiar em Wisconsin

LEIA TAMBÉM

Cigarro eletrônico com aparência de caixinha de suco fotografado no quarto de uma garota Fotos Michelle Groskopf/The New York Times

Maconha fica mais potente, e adolescentes sentem impacto

Jovens nos EUA relatam vício, vômitos e psicose com cânabis mais concentrada

MUNDO

Christina Caron

THE NEW YORK TIMES Elysse tinha 14 anos quando começou a fumar maconha em um cigarro eletrônico.

Não tinha cheiro, razão pela qual era mais fácil esconder dos pais o que ela estava fazendo. E era conveniente: bastava pressionar um botão e tragar. Depois da segunda ou terceira tentativa, ela ficou viciada.

"Era uma loucura. Uma euforia inacreditável", contou Elysse, que hoje tem 18 anos. "Tudo começava a ficar devagar. Eu ficava morrendo de fome. Tudo era hilário."

Mas a euforia acabou se transformando em algo mais perturbador. Às vezes a maconha fazia Elysse sentir-se mais ansiosa ou triste. Em outra ocasião ela desmaiou debaixo do chuveiro e só acordou meia hora mais tarde.

Não era uma maconha comum. Os óleos e ceras que Elysse comprava de traficantes geralmente tinham cerca de 90% de THC, o componente psicoativo da maconha. Mas, pelo fato de serem derivados da cânabis, e porque quase todo mundo que ela conhecia estava usando, Elysse achou que fossem mais ou menos seguros. Ela começou a fumar várias vezes por dia. Seus pais só descobriram um ano mais tarde, em 2019.

"Nós a colocamos num programa para ajudá-la a superar a dependência. Adotamos linha dura. Tentamos de tudo", disse o pai de Elysse.

A partir de 2020 ela começou a ter crises misteriosas nas quais vomitava repetidamente. Inicialmente, ela e os pais ficaram perplexos —os médicos dela, também.

'Parecia que meu corpo estava levitando'

Elysse contou que certa vez passou uma hora num banheiro de shopping, vomitando sem parar. "Parecia que meu corpo estava levitando." Em outro incidente, ela estima que vomitou pelo menos 20 vezes em duas horas.

Foi só em 2021, depois de meia dúzia de idas ao pronto-socorro por crises gastrointestinais, incluindo algumas internações, que um gastroenterologista diagnosticou seu problema como síndrome de hiperêmese canabinoide, uma condição que provoca vômito recorrente em usuários intensivos de maconha.

Embora a maconha recreativa seja ilegal nos Estados Unidos para menores de 21 anos, tornou-se mais acessível depois de ser legalizada em muitos estados. Mas especialistas dizem que os produtos canabinoides de hoje, com teor elevado de THC —muito diferentes dos baseados de décadas atrás— estão intoxicando alguns usuários intensivos, incluindo adolescentes.

A maconha não é uma droga tão perigosa quanto o fentanil, mas mesmo assim pode ter efeitos prejudiciais, especialmente para pessoas jovens, cujo cérebro ainda está em desenvolvimento. Adolescentes que consomem doses altas de cânabis com frequência podem apresentar psicose que pode conduzir a transtornos psiquiátricos vitalícios, tendência aumentada a desenvolver depressão e ideações suicidas, alterações na anatomia e conectividade cerebral e deterioração da memória.

Mas, apesar dos perigos, a potência dos produtos quase não é regulamentada.

A concentração média de THC nas amostras de cânabis apreendidas pela Drug Enforcement Agency (DEA), órgão da polícia federal dos EUA responsável pela repressão e controle das drogas, em 1995 era em média de 4%. Em 2017, já havia subido para 17%.

Agora os produtores de cânabis estão extraindo THC para fabricar óleos, produtos comestíveis, cera, cristais do tamanho de cubinhos de açúcar e produtos de aparência vítrea conhecidos como "shatter" que anunciam ter níveis elevados de THC —em alguns casos, superiores a 95%.

Já o nível médio de CBD —o composto não psicoativo da planta cânabis que está ligado ao alívio de convulsões, dor, ansiedade e inflamação— vem caindo nas plantas de cânabis. Segundo estudos, níveis mais baixos de CBD podem tornar a cânabis mais viciante.

Produtos com THC concentrado são tão parecidos com a planta da cânabis quanto morangos são parecidos com tortinhas de morango com açúcar polvilhado

Beatriz Carlini
pesquisadora da Universidade de Washington

Eu me sentia num beco sem saída. Já não era divertido, de jeito nenhum

Elysse
universitária, tinha pensamentos sombrios usando cigarro eletrônico com THC concentrado

Definitivamente que há uma relação entre THC e psicose que depende da dose de THC"

Michael McDonell
professor da faculdade de medicina da Universidade de Washington

Os produtos de concentração mais alta estão elevando o número de pessoas que têm experiências negativas com cânabis

Sharon Levy
diretora do programa de uso e dependência de substâncias por adolescentes no Hospital Infantil de Boston

Os produtos com THC concentrado "são tão parecidos com a planta da cânabis quanto morangos são parecidos com tortinhas de morango com açúcar polvilhado", escreveu Beatriz Carlini, cientista pesquisadora do Instituto de Dependências Químicas, Droga e Álcool da Universidade de Washington.

Embora a maconha seja legalmente permitida para fins recreativos em 19 estados e Washington e para fins medicinais em 37 estados e Washington, apenas os estados de Vermont e Connecticut definiram limites à concentração de THC. Ambos proíbem concentrações superiores a 60%, com a exceção de cartuchos previamente preenchidos, e não permitem que material vegetal de cânabis tenha THC superior a 30%.

Mas há poucas evidências de que esses níveis específicos sejam mais seguros.

Pesquisas nacionais sugerem que o consumo de maconha entre alunos da 8ª, 10ª e 12ª séries diminuiu em 2021, fato atribuído em parte à pandemia. Mas, no intervalo de dois anos entre 2017 e 2019, o número de adolescentes que relatou ter fumado maconha em cigarros eletrônicos nos 30 dias anteriores subiu em todas as séries, quase triplicando entre os alunos da última série do ensino médio.

Em 2020, 35% dos alunos da última série do ensino médio e até 44% dos universitários relataram ter consumido maconha nos 12 meses anteriores.

Elysse abandonou a maconha antes de entrar na faculdade, mas descobriu em pouco tempo que praticamente todos os outros alunos de sua moradia universitária fumavam maconha regularmente.

"Não apenas cartuchos [usados em cigarros eletrônicos], mas também bongs, pipes, bowls, tudo". Toda manhã havia estudantes lavando seus bongs no banheiro comunitário às 8h da manhã para preparar seu "fumo matinal".

'Já não era divertido, de jeito nenhum'

Elysse contou que depois de algumas semanas voltou a fumar THC concentrado com cigarro eletrônico e começou a ter pensamentos negativos e sombrios. Às vezes ficava sentada sozinha em seu quarto, chorando por horas a fio.

"Eu me sentia num beco sem saída", ela contou. "Já não era divertido, de jeito nenhum." Hoje, ela está sem fumar há dois meses.

Michael McDonnell, da faculdade de medicina da Universidade do Estado de Washington, é especialista no tratamento de viciados. Ele diz que mais pesquisas são necessárias para entender a prevalência de psicose e síndrome de hiperêmese canabinoide entre adolescentes e outros que usam produtos de alta potência. Mesmo assim, afirma, "sabemos definitivamente que há uma relação entre THC e psicose que depende da dose de THC".

Um estudo rigoroso concluiu que o risco de sofrer um transtorno psicótico é cinco vezes maior entre usuários diários de cânabis de alta potência na Europa e no Brasil que entre pessoas que nunca usaram o produto.

Outro estudo, publicado em 2021 na JAMA Psychiatry, relatou que em 1995 2% dos diagnósticos de esquizofrenia na Dinamarca estavam associados ao uso de maconha. Em 2010, essa porcentagem subira para entre 6% e 8%, algo que pesquisadores associaram ao aumento do consumo e potência da maconha.

A síndrome de hiperêmese canabinoide, que frequentemente pode ser aliviada por banhos quentes, também está ligada ao uso prolongado de altas doses de cânabis. Como no caso da psicose, não está claro por que algumas pessoas a desenvolvem e outras, não.

Segundo Sharon Levy, diretora do programa de uso e dependência de substâncias por adolescentes no Hospital Infantil de Boston, "não há dúvida de que os produtos de concentração mais alta estão elevando o número de pessoas que têm experiências negativas com cânabis".

'Qual é o problema? É só maconha'

Laura Stack, de Highlands Ranch, Colorado, disse que, quando o filho Johnny confessou estar usando maconha, aos 14 anos, ela pensou: "Tudo bem, é só maconha. Graças a Deus que não é cocaína."

Ela própria havia fumado maconha algumas vezes no colégio e disse ao filho que a maconha "pode devorar suas células cerebrais". Mas não ficou especialmente preocupada: "Eu usei e estou ótima. Qual é o problema?"

"Mas eu não fazia ideia", prosseguiu, aludindo a como a maconha mudou nos últimos anos. "Muitos pais e mães são totalmente ignorantes sobre o assunto, como eu."

No começo, o filho não apresentou nenhum problema de saúde mental. O desempenho escolar era excelente. Mas, depois de algum tempo, ele começou a usar produtos de maconha de alta potência várias vezes por dia, e isso, disse Stack, "o deixou delirante".

Quando Johnny chegou à faculdade, já passara por vários programas de tratamento de dependentes químicos. Tinha ficado tão paranoico, disse Stack, que achava que a máfia estava atrás dele e que a faculdade era uma base do FBI.

Em dado momento ele ameaçou matar o cachorro da família se os pais não lhe dessem dinheiro. Mais tarde, a mãe descobriu que, quando completou 18 anos, Johnny conseguiu um cartão que o autorizava a comprar maconha para fins medicinais e começou a vender para adolescentes mais jovens.

Depois de várias passagens por clínicas psiquiátricas, os médicos determinaram que Johnny sofria de um caso grave de abuso de THC. Um medicamento antipsicótico foi receitado e o ajudou, mas ele parou de tomá-lo.

Johnny morreu em 2019 depois de se jogar do sexto andar de um prédio. Tinha 19 anos. Alguns dias antes de morrer, Stack contou, Johnny lhe pediu desculpas, dizendo que a maconha tinha estragado sua cabeça e sua vida.

Pode ser difícil determinar exatamente quanto THC penetra no cérebro de uma pessoa quando ela usa cânabis. Isso ocorre não apenas porque a frequência de uso e a concentração de THC afetam a dosagem —depende também da velocidade em que as substâncias chegam ao cérebro.

Com vaporizadores, a rapidez do processo pode mudar dependendo da base em que o THC está dissolvido, a potência da bateria do aparelho e a temperatura que o produto atinge quando é aquecido.

Doses mais elevadas de THC têm probabilidade maior de gerar ansiedade, agitação, paranoia e psicose.

"Quanto mais jovem é a pessoa, mais seu cérebro é vulnerável a desenvolver esses problemas", disse Levy.

Segundo a Administração de Serviços de Abuso de Substâncias e Saúde Mental, os jovens têm mais tendência a desenvolver dependência quando começam a usar maconha antes dos 18 anos.

Além disso, há evidências crescentes de que a cânabis pode alterar o cérebro na adolescência, um período em que o cérebro já passa por mudanças estruturais. Enquanto não se souber mais sobre isso, pesquisadores e médicos recomendam que o consumo de cânabis seja adiado até mais tarde na vida.

"Sempre sou procurado por adolescentes que me perguntam 'e se eu fumar só uma vez por mês, tudo bem?'", afirma a diretora Levy. "Só posso lhes dizer que não existe limite seguro conhecido."

Tradução Clara Allain

Jovem usa vaporizador para fumar concentrado de THC, em Los Angeles

Foto aérea mostra contêineres empilhados em um porto em Qingdao, na província de Shandong, leste da China Justin Tallis/AFP

É engano pensar que estamos em uma era de desglobalização

Concorrência, desigualdade e guerra alimentam visão de que comércio é ameaça

OPINIÃO

Martin Wolf
Comentarista-chefe de economia no Financial Times, doutor em economia pela London School of Economics

A globalização não está morta. Talvez nem esteja morrendo. Mas está mudando. No processo, as instituições que a moldam, notadamente a Organização Mundial do Comércio, também estão sendo obrigadas a mudar. Estamos caminhando para um mundo diferente e muito mais difícil. Mas, ao definir nosso novo rumo, precisamos evitar alguns erros. Aqui estão sete deles.

O primeiro é focar a atenção apenas no comércio. Como observou Maurice Obstfeld, ex-economista-chefe do FMI, os mercados de capitais globais fluidos de hoje geraram ondas de crises financeiras, ao mesmo tempo que trouxeram poucos benefícios evidentes. Não é dada atenção suficiente a essa realidade, em grande parte porque os interesses em favor dos fluxos de capital livres são tão poderosos, enquanto seu impacto econômico é tão difícil para a maioria das pessoas entenderem.

O segundo é a crença de que a era da globalização foi uma catástrofe econômica. Em uma nota recente, no entanto, Douglas Irwin, do Dartmouth College, observa que, entre 1980 e 2019, praticamente todos os países melhoraram substancialmente, a desigualdade global diminuiu e a parcela da população mundial em extrema pobreza caiu de 42% em 1981 para apenas 8,6% em 2018.

O terceiro é a ideia de que o aumento da desigualdade em alguns países de alta renda, notadamente os Estados Unidos, é resultado principalmente da abertura ao comércio ou, pelo menos, uma consequência necessária dessa abertura. A evidência e a lógica indicam o contrário.

Na verdade, esse é um excelente exemplo de "economia de poste de luz" —a tendência a focar a atenção onde a política lança a luz mais forte. É fácil culpar os estrangeiros e recorrer a barreiras comerciais. Mas estas são um imposto sobre os consumidores em benefício de todos em um determinado setor. Seria melhor tributar e redistribuir a renda de forma menos arbitrária e mais justa e eficiente.

O quarto é a suposição de que uma maior autossuficiência poderia ter protegido as economias das interrupções na cadeia de suprimentos, por um custo modesto.

Para alguém cujo país foi forçado a uma semana de três dias por uma greve de mineiros em 1974, isso nunca pareceu plausível.

A recente escassez de comida para bebês nos EUA é outro exemplo. Uma maior diversificação da oferta faz sentido, embora possa ser cara. O investimento em ações também pode fazer sentido, mas também vai custar caro. Mas a ideia de que teríamos passado com facilidade pela Covid-19 e suas consequências se todos os países fossem autossuficientes é ridícula.

O quinto é a noção de que o comércio é um extra econômico opcional. Aqui reside um paradoxo na política comercial: os países mais importantes em comércio são aqueles para os quais o comércio menos importa. Os EUA são a única economia do mundo que poderia conceber ser amplamente autossuficiente, embora até ela ache isso caro.

Países menores são dependentes do comércio e, quanto menores eles são, mais dependentes tendem a ser: a Dinamarca ou a Suíça não poderiam ter alcançado sua prosperidade atual sem ele.

Mas os grandes países (ou os grandes blocos comerciais) moldam o sistema comercial mundial, porque têm os maiores mercados. Assim, o sistema de negociação depende dos mais indiferentes. Os países menores devem se esforçar para compensar essa indiferença.

O sexto é presumir que já estamos em uma era de desglobalização. A realidade é que a proporção entre o comércio mundial e a produção ainda está próxima de um recorde histórico. Mas parou de subir após a crise financeira de 2007-09. Esse é o resultado da diminuição de oportunidades.

A liberalização do comércio global essencialmente estagnou após a adesão da China à OMC em 2001. Dado isso, o mundo já explorou amplamente as oportunidades comerciais. Mas, como apontou o Relatório de Desenvolvimento Mundial 2020 do Banco Mundial, isso é uma perda: a capacidade de participar das cadeias globais de valor tem sido um motor do desenvolvimento econômico. Essas oportunidades precisam ser divulgadas mais amplamente.

O erro final é a visão de que a OMC é redundante. Pelo contrário, tanto como conjunto de acordos quanto como fórum de discussão global, continua sendo essencial.

Todo comércio envolve as políticas (e, portanto, a política) de mais de um país. Um país não pode "recuperar o controle" do comércio. Ele só pode decidir políticas do seu lado. Mas para que as empresas façam planos elas precisam de políticas previsíveis de ambos os lados. Quanto mais dependentes do comércio, mais importante se torna essa previsibilidade.

Essa é a tese essencial dos acordos internacionais. Sem eles, o retrocesso recente certamente teria sido maior. A OMC também é necessária para garantir que os acordos regionais ou plurilaterais se enquadrem em algum conjunto de princípios acordados.

É notadamente o lugar para se realizar discussões de questões estreitamente ligadas ao comércio, como a economia digital, o clima ou a biosfera. Alguns parecem imaginar que tais discussões poderiam ocorrer sem a participação da China. Mas a China é importante demais para muitos para que isso seja possível.

Como observou Ngozi Okonjo-Iweala, diretora-geral da OMC, em abril, o impacto de novos concorrentes, o aumento da desigualdade dentro dos países, a crise financeira global, a pandemia e agora a Guerra da Ucrânia "levaram muitos a concluir que o comércio e o multilateralismo —dois pilares da OMC— são mais ameaças do que oportunidades.

Eles argumentam que devemos nos refugiar em nós mesmos, fazer e crescer o máximo que pudermos". Isso seria uma loucura trágica: considere o dano econômico que seria causado no processo de reversão da maior parte da integração comercial das últimas décadas.

No entanto, as rupturas da nossa era —acima de tudo a ascensão do populismo, do nacionalismo e do conflito entre grandes potências— põem em questão o futuro do comércio global. Então, como devemos tentar reformular o comércio e a política comercial? Abordarei esse tema em um próximo texto.

Tradução Luiz Roberto M. Gonçalves

Em disparada, taxa de inflação no Reino Unido é a maior do G7

MERCADO

Andy Bruce e David Milliken

LONDRES | REUTERS A disparada dos preços dos alimentos levou a inflação anual ao consumidor no Reino Unido a um recorde de 40 anos de 9,1% no mês passado, a maior taxa do Grupo dos Sete e que destaca a gravidade da crise do custo de vida no país.

A leitura subiu de 9,0% em abril e ficou em linha com pesquisa da Reuters junto a economistas. Registros da Agência de Estatísticas Nacionais mostram que a inflação de maio foi a mais alta desde março de 1982 —e é provável que venha a piorar.

A libra, uma das moedas mais fracas em relação ao dólar este ano, foi abaixo de US$ 1,22 (R$ 6,27), queda de 0,6% no dia, antes de se recuperar mais tarde.

Alguns investidores consideram que o Reino Unido está em risco tanto de inflação persistentemente alta quanto de recessão, refletindo sua conta de energia importada e atritos relacionados ao Brexit que podem prejudicar ainda mais os laços comerciais com a União Europeia.

Cliente paga por suas frutas e legumes na banca de um comerciante em Londres Justin Tallis - 12.mai.22/AFP

"Com as perspectivas econômicas tão pouco claras, ninguém sabe até onde a inflação pode ir e por quanto tempo ela continuará —tornando os julgamentos de política fiscal e monetária particularmente duros", disse Jack Leslie, economista sênior da Resolution Foundation.

Na última quarta-feira (22), a Resolution Foundation disse que o impacto do custo de vida para as famílias está sendo agravado pelo Brexit, com implicações prejudiciais a longo prazo para a produtividade e salários.

O salário médio não está acompanhando a inflação e sindicatos têm alertado sobre greves generalizadas nos próximos meses.

A taxa de inflação no Reino Unido em maio foi maior do que nos Estados Unidos, França, Alemanha e Itália. Japão e Canadá ainda não informaram os dados para maio, mas nenhum deles deve chegar perto.

O Banco da Inglaterra disse que a inflação provavelmente permanecerá acima de 9% nos próximos meses até atingir um pico ligeiramente acima de 11% em outubro, quando as contas de energia deverão subir novamente.

Os mercados financeiros mostram que os juros no Reino Unidos devem ir acima de 3% por volta do fim do ano, de 1,25% atualmente, embora a maioria dos economistas acredite que o fraco crescimento econômico levará o banco central a aumentar os juros menos do que isso.

Os preços dos alimentos e bebidas não-alcoólicas aumentaram 8,7% em termos anuais em maio —o maior salto desde março de 2009 e tornando esta categoria o principal motor da inflação anual no mês passado.

O núcleo da inflação anual —que elimina os preços dos alimentos e da energia para dar uma ideia da pressão de custos— caiu pela primeira vez desde setembro para 5,9% de 6,2%, uma leitura inferior ao esperado.

"O Banco da Inglaterra pode realmente ter alguma esperança com o fato de que as pressões do núcleo dos preços estão diminuindo [,mas] duvidamos que isso será suficiente para evitar novos aumentos dos juros nos próximos meses", disse Sandra Horsfield, economista da Investec.

Representantes de países e entidades na Convenção de Biodiversidade Biológica da ONU em Nairobi IISD/ENB

'Acordo de Paris' da biodiversidade emperra

Animosidade entre blocos de países desenvolvidos e em desenvolvimento retarda definição de uma convenção

AMBIENTE

Ana Carolina Amaral

NAIROBI (QUÊNIA) Após seis dias de negociações travadas em Nairobi, capital do Quênia, representantes dos 193 países que compõem a Convenção de Biodiversidade Biológica da ONU aprovaram no último domingo (26) um rascunho do próximo acordo global de biodiversidade. Porém, o texto deixa em aberto as questões que definem o documento.

A ONU pretende chegar a um "Acordo de Paris" da biodiversidade. A comparação com o acordo climático, assinado em Paris em 2015 e que representou um compromisso inédito dos países em conter as mudanças climáticas, é frequentemente citada nas negociações. No entanto, as diferenças entre os dois desafios aumentam as animosidades entre os blocos desenvolvidos e em desenvolvimento.

A proposta central do novo acordo estabelece metas de conservação de territórios em todo o mundo. A versão mais popular propõe que 30% dos territórios biodiversos do mundo sejam conservados até 2030 —sob o apelido "30 x 30".

O texto prevê também uma meta de restauração de 20% dos territórios degradados no planeta, além de metas sobre desenvolvimento sustentável, como a previsão de fim dos subsídios danosos à biodiversidade, e ainda uma regulamentação sobre o compartilhamento de benefícios com os territórios que provêm recursos da biodiversidade, em uma espécie de pagamento de royalties que incentivariam a conservação.

Apontado como bloqueador das negociações, o Brasil defende que essas metas sejam nacionais e não globais, ou seja, que cada país se comprometa com a conservação de 30% dos seus territórios.

Com apoio de outros 20 países em desenvolvimento, o Brasil propôs na última sexta-feira (24) a inserção de um objetivo para o acordo mencionando a transferência de US$ 100 bilhões anuais (R$ 523 bilhões), até 2030, dos países desenvolvidos para o bloco em desenvolvimento.

"Essa provisão financeira é separada e distinta daquelas sob a Convenção do Clima e seu Acordo de Paris, bem como sua assistência oficial ao desenvolvimento", diz a proposta, que reforça a posição do bloco sobre a necessidade de financiamento adicional para contemplar os novos compromissos.

Para o bloco desenvolvido, a proposta é inviável. Segundo diplomatas ouvidos pela **Folha**, o contexto atual não permitiria um novo compromisso financeiro dessa ordem.

Guerra da Ucrânia, pandemia, inflação e insegurança alimentar compõem o contexto citado como grande dificultador da revisão dos compromissos, além da crescente desconfiança no sistema multilateral e da ascensão de governos de extrema-direita.

Segundo um dos facilitadores das negociações, o maior risco do processo é a assinatura de um acordo global menos ambicioso. O documento vem sendo preparado para substituir as metas de Aichi, assinadas no Japão em 2010 e que vigoraram até 2020. A maioria dos objetivos ali acordados, no entanto, não foi implementada pelos países.

Agora, com ecossistemas mais próximos dos seus pontos de não retorno, os países ainda não encontraram saídas para garantir a implementação de um novo compromisso.

A negociação de Nairobi dá seguimento às tentativas feitas em março em Genebra, na Suíça, quando negociadores se reuniram em busca de um rascunho mais claro sobre o que deve ser o novo acordo.

30%
dos territórios biodiversos no mundo devem ser conservados até 2030, segundo rascunho de acordo

No entanto, nas duas ocasiões o progresso foi mínimo. A avaliação é compartilhada por diplomatas de diversas regiões, facilitadores e co-presidentes das negociações.

Entre os motivos, eles destacam a falta de mandato das delegações para flexibilizar posições, além da baixa prioridade que o tema recebe. O fato de que a COP15 deve acontecer concomitantemente à Copa do Mundo de futebol também pode contribuir para a falta de visibilidade da agenda, segundo observadores.

Embora o rascunho ainda deixe as principais questões em aberto, a COP15, quando o novo acordo deve ser assinado, já tem data: entre 5 a 17 de dezembro, em Montreal, no Canadá. Facilitadores do acordo já admitem a possibilidade de um fracasso.

O clima de frustração também é compartilhado entre ONGs, pesquisadores e movimentos indígenas que acompanham as reuniões.

A percepção de que se aproxima um "fantasma de Copenhague" foi citada por diversos observadores. A capital dinamarquesa ficou marcada pelo fracasso da COP15 do Clima, em 2009, quando o mundo esperava a solução para um novo acordo climático — ele só viria em 2015, em Paris.

Para tentar escapar de um fracasso, organizadores da convenção planejam organizar consultas ministeriais com pequenos grupos regionais para tentar avançar no nível político de decisão ainda antes da COP da Biodiversidade.

Embora haja consenso sobre a necessidade de mais poder político de negociação, observadores afirmam que a pauta deveria chegar aos chefes de Estado em reuniões como a Assembleia Geral da ONU e o encontro do G20.

Segundo um facilitador das negociações, os processos formais não devem ser suficientes para resolver os impasses, enquanto as reuniões informais de alto nível poderiam ajudar a destravar as posições dos países.

A jornalista viajou a convite da Avaaz

Arraia gigante que foi encontrada no Camboja pode ser o maior peixe de água doce do mundo

CIÊNCIA

Jason Bittel

THE NEW YORK TIMES O biólogo Zeb Hogan vem procurando o maior peixe de água doce do mundo há 17 anos. No dia 13 de junho, sua equipe o encontrou. É uma arraia gigante de água doce, ou *Urogymnus polylepis*.

Tirada das águas turvas do rio Mekong, no Camboja, a arraia media 3,96 metros antes de ser devolvida ao rio. E, com 300 kg, pesava quase sete quilos mais que um bagre gigante do Mekong capturado na Tailândia em 2005. Hogan disse que havia determinado que aquele peixe de água doce era o maior já capturado.

Arraia capturada no Camboja, pesando 300 kg e medindo 3,96 m Chhut Chheana via The New York Times

Essa espécie de arraia gigante possui uma farpa venenosa extremamente perigosa que pode alcançar quase 30 cm de comprimento, mas ela não costuma constituir uma ameaça aos humanos. Mais frequentemente, acaba no mercado como fonte de proteína barata.

Pescadores no Camboja alertaram Hogan e sua equipe do projeto Maravilhas do Mekong, que trabalha para proteger a diversidade aquática do rio no sudeste asiático e tem o patrocínio da Usaid (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), que haviam capturado uma arraia maior do que qualquer pessoa já vira.

Membros da equipe se deslocaram às pressas para uma ilhota no rio, chamada Koh Preah, e enfileiraram três balanças industriais. Usando uma lona, içaram a arraia da água e a colocaram sobre as balanças para pesá-la.

A descoberta ocorreu menos de um mês depois de outra arraia, essa pesando 181 quilos, ser capturada nas proximidades. Duas outras arraias foram pescadas este ano.

"O fato de o maior peixe de água doce do mundo ser capturado no rio Mekong é espantoso", comentou Hogan. "Trata-se de uma região densamente povoada. O rio enfrenta inúmeros problemas, incluindo a pesca intensiva."

"Este é o primeiro peixe que marcamos com um tag identificador", disse Hogan, que também é professor e pesquisador associado na Universidade do Nevada em Reno. Nos próximos meses eles pretendem implantar tags em centenas de outros peixes.

Com tantas arraias gigantes capturadas nos meses recentes, sendo todas fêmeas, Hogan pensa que esse trecho do rio e as piscinas profundas que ele contém são um terreno reprodutivo crucial para a espécie. A região também abriga botos, tartarugas-de-casco-mole gigantes, bagres e carpas siamesas gigantes.

"Logo, é um local muito singular e pouco estudado", disse Hogan. As bacias hidrográficas norte-americanas e europeias recebem muito mais atenção científica.

Embora a quebra do recorde mundial não tenha importância científica, Hogan disse que a existência da arraia gigante é um indicador da saúde de seu ecossistema. Ele espera também que a descoberta conscientize a população local de como é importante que esse rio seja salvo.

As populações de peixes grandes de água doce estão em declínio de modo geral devido a um conjunto de fatores, entre eles a construção de barragens, a pesca intensiva e a mudança climática. E muitas espécies de peixes grandes correm o risco de desaparecer para sempre.

"Em 2020 um dos candidatos a serem considerados o maior peixe de água doce do mundo, o peixe-espátula-chinês, foi declarado extinto", disse Hogan. "Foi uma notícia muito triste e me levou a temer que fôssemos assistir a mais extinções desses peixes de grande porte e não ver recordes sendo quebrados."

Felizmente as arraias gigantes não são os únicos peixes gigantes que vêm sendo notícia. Em 2021 um esturjão-de-lago com peso recorde de 109 quilos foi capturado e solto no rio Detroit.

E em maio um peixe-jacaré de quase 136 quilos pode ter quebrado o recorde do estado do Texas para esse peixe de água doce, se bem que o pescador tenha optado por soltar o animal em vez de trazê-lo para ser pesado. "Quando você houve histórias sobre peixes que batem recordes, é um bom sinal", disse Hogan.

Tradução Clara Allain

Estudo aprova 80% das ciclovias de São Paulo

Prefeitura, porém, prevê implantar menos da metade das estruturas previstas no Plano Cicloviário do município

CICLOCOSMO

Caio Guatelli

A malha cicloviária de São Paulo tem 81% da sua estrutura em boas condições, aponta o relatório Auditoria Cidadã 2022, que pretende auxiliar a prefeitura nos cronogramas de manutenção e ampliação da rede de ciclofaixas e ciclovias da cidade.

O prefeito Ricardo Nunes (MDB), porém, prevê implantar menos da metade das estruturas previstas no Plano Cicloviário do município para a sua gestão.

A pesquisa, uma iniciativa da Associação Ciclocidade, teve o apoio da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) e da Secretaria de Mobilidade e Trânsito e contou com a participação de 11 ciclistas que se dividiram para vistoriar os 699,2 km de caminhos para bicicletas na cidade.

Foram examinados quatro itens: condições do pavimento, pintura, sinalização e elementos de proteção.

Após avaliação, 19% da malha foram reprovados pelo relatório. O documento faz uma separação por nível de gravidade das falhas: 12% correspondem a estruturas que precisam de manutenção em parte dos itens examinados e 5% requerem requalificação imediata de todos ou quase todos os itens examinados, colocando os ciclistas em risco.

Os outros 2% são estruturas inexistentes — completamente apagadas ou que constam no mapa oficial mas ainda não foram implantadas.

Os defeitos se espalham por todo o município, mas a região periférica é a mais prejudicada. Além das falhas de conexão entre os trechos, faltam paraciclos (vagas de bicicletas) e acumulam-se problemas estruturais nos bairros mais afastados.

Na zona leste, a ciclofaixa da avenida dos Metalúrgicos está apagada há mais de um ano. Em reportagem publicada na **Folha** em 18 de agosto de 2021, a prefeitura se manifestou com o compromisso de reimplantar a estrutura e implantar a conexão da ciclovia da Radial Leste com a região central ainda naquele semestre. Até hoje, nenhum dos dois ocorreu.

O arquiteto Felipe Claros é ciclista e conhece bem a região. "A zona leste fora do centro expandido ainda não possui conexões com o centro. A implantação da ciclovia no viaduto Bresser será a primeira, apesar de não ser linear nem intuitiva", diz.

Segundo o relatório, trechos da avenida Inajar de Souza (zona norte), da Roberto Marinho (zona sul) e do entorno da Raposo Tavares (zona oeste) também fazem parte dos 2% que constam no mapa da CET mas que nunca foram implantados.

No centro, a esquina da avenida São João com a rua Vitória consta no mapa oficial como via com ciclofaixa, mas a estrutura de lá também não existe. A falha pode ter contribuído para a morte de um ciclista entregador, que, no dia 16 de maio, foi atropelado por um caminhão enquanto pedalava.

Outra morte de ciclista em trecho sem proteção cicloviária aconteceu no último dia 17. Kelly Pinto da Silva, 31, foi atropelada por dois carros na ponte do Jaguaré (zona oeste).

Em locais onde a estrutura é considerada boa pelo estudo, um problema evidente é a disputa por espaço entre bicicletas e outros veículos.

Quase todos os dias, por volta das 12h30, uma enorme fila de carros se forma sobre a ciclovia da rua Itápolis (região central). São pais e motoristas de alunos da escola Carlitos que não encontram outro lugar para estacionar.

"Não tem outro jeito, além disso não acho legal andar de bicicleta em São Paulo", disse a empresária Karen Martins, mãe de aluno, enquanto estacionava sobre a ciclofaixa.

A reclamação sobre espaço é comum entre motoristas e ciclistas e se repete por toda a cidade. Mas no Jardim Helena, na zona leste, a situação se inverte. "Aqui no bairro é uma questão de economia, todo mundo vem para escola de bicicleta", disse o ajudante geral Wellington Gomes enquanto desembarcava seu filho da garupa de sua bicicleta.

Na opinião de Flávio Soares de Freitas, pesquisador da Ciclocidade e coordenador do Auditoria Cidadã, a decisão da prefeitura de não acompanhar as metas do Plano Cicloviário está desalinhada aos objetivos de garantir a segurança no trânsito e aumentar a participação da bicicleta na cidade.

Enquanto o plano oficial coloca como meta ter 1.350 km de malha até 2024, o que exigiria a implantação de 650,8 km de novas estruturas pela atual gestão, o Programa de Metas 2021-2024, assinado por Nunes, prevê a implantação de apenas 300 km de ciclovias ou ciclofaixas.

Com a nova decisão, ficam também comprometidas as metas previstas para a próxima gestão — completar 1.800 km até 2028— e as metas de outras importantes diretrizes baseadas no Plano Cicloviário.

O Plano de Segurança Viária, que determina a redução de mortes de ciclistas em 50% até 2028 e o Plano de Ação Climática, que prevê quintuplicar as viagens de bicicleta até 2030, são alguns programas que podem sofrer prejuízos.

Questionado sobre a diferença entre as metas da gestão e as do Plano Cicloviário, o secretário de mobilidade e trânsito, Ricardo Teixeira, disse que segue os projetos do atual governo. "Acabando o governo Ricardo Nunes, em 2024, a cidade tem um plano cicloviário de 1.000 km. Aí tem mais quatro anos de [outro] governo, aí vai para 2028, aí vai para 1.800 km."

Segundo a prefeitura, uma ciclovia para a ponte do Jaguaré faz parte do Programa de Metas. Outras seis transposições sobre pontes também serão implantadas em breve — duas na zona oeste, três na zona norte e uma na zona leste.

Sobre viadutos, a prefeitura já concluiu os projetos de 11 transposições, que também serão implantadas nos próximos meses — quatro na zona leste, três na zona oeste, três na zona sul e uma no centro.

Ainda assim, a gestão fica longe de várias metas do Plano Cicloviário. Uma delas prevê a construção de dez pontes de uso exclusivo de ciclistas e pedestres até 2024, mas a prefeitura promete fazer uma só.

Outro programa municipal para a área que ainda não foi colocado em prática é o Bike SP. De acordo com o texto desta lei de 2016, o município deve criar um sistema que recompensa o trabalhador que optar pelos deslocamentos em bicicleta.

Em nota, a prefeitura justificou o atraso: "Os estudos para regulamentação da lei estão em execução".

Ciclistas utilizam a ciclovia da avenida Faria Lima, em São Paulo Caio Guatelli/Folhapress

Maria-fumaça volta aos trilhos em Campos do Jordão

SOBRE TRILHOS

Marcelo Toledo

Depois de ficar sete anos fora de operação, uma maria-fumaça fabricada em 1947 foi restaurada e retornará aos trilhos em Campos do Jordão no último dia 18.

A locomotiva a vapor produzida pela empresa norte-americana H. K. Porter será utilizada na centenária EFCJ (Estrada de Ferro Campos do Jordão) junto com um carro de passageiros ainda mais antigo, fabricado há 110 anos pela também norte-americana American Car & Foundry.

A viagem de reinauguração da maria-fumaça será às 11h, dia em que ainda serão realizados passeios em outros três horários: 13h, 15h e 17h. Aos domingos, também serão quatro horários disponibilizados aos turistas que visitam a cidade da região do Vale do Paraíba.

A rota ferroviária tem quatro quilômetros de extensão entre as vilas Capivari e Abernéssia e comporta 64 passageiros em cada viagem, que dura 30 minutos, sem paradas.

No mês de julho, de acordo com a STM (Secretaria dos Transportes Metropolitanos), a rota na ferrovia inaugurada em 1914 também será oferecida às sextas-feiras.

Até a interrupção do roteiro devido à pandemia, em março de 2020, a estrada de ferro operou a rota com outra locomotiva, cedida pela Prefeitura de Taubaté.

O trabalho de recuperação da maria-fumaça de 75 anos, que envolveu sistemas de rodagem, de comando e carroceria, foi realizado entre novembro de 2021 e o mês passado numa oficina localizada em Pindamonhangaba.

A locomotiva, comprada em 2004, operou de forma regular na EFCJ de 2009 a 2015, período em que transportou mais de 66 mil passageiros, conforme a STM.

Diferentemente de companhias ferroviárias, como a Paulista, a Mogiana e a Sorocabana, a Estrada de Ferro Campos do Jordão não foi criada com o objetivo de escoar a produção das lavouras —essencialmente café—, e sim levar pacientes com tuberculose para tratamento médico.

A ferrovia ligando Pindamonhangaba a Campos do Jordão foi idealizada pelos médicos sanitaristas Emílio Ribas e Vitor Godinho, começou a ser construída em 1912 e substituiu o transporte feito sobre animais do Vale do Paraíba ao alto da Serra da Mantiqueira num percurso de 47 quilômetros.

O clima de Campos do Jordão era visto naquela década como favorável à recuperação de quem sofria da doença, causada pelo *Mycobacterium tuberculosis*, também conhecido como bacilo de Koch, transmissível e que afeta principalmente os pulmões.

Além de transportar os pacientes de forma mais rápida e confortável, a ferrovia teve grande contribuição para o desenvolvimento de diversas cidades no seu entorno, com o transporte de cargas e de outros passageiros.

Os ingressos podem ser comprados só no dia do passeio na estação Emílio Ribas. Crianças com até 5 anos, que viajam no colo de um responsável, não pagam.

Maria-fumaça voltará a operar em Campos do Jordão, após sete anos parada Divulgação

Maria-Fumaça de Campos do Jordão

Aos sábados e domingos, às 11h, 13h, 15h e 17h a partir da estação Emílio Ribas. Em julho, de sexta a domingo.

Pôster do filme 'Lilo & Stitch' (2001), pioneiro ao retratar protagonistas femininas sem par romântico Fotos Divulgação

'Lilo & Stitch' rompeu padrões para as heroínas Elsa e Moana

Animação, que faz 20 anos, antecipou tendências de obras posteriores da Disney

F5

Sarah Bahr

THE NEW YORK TIMES Quando o diretor Chris Sanders estava começando a trabalhar em "Lilo & Stitch", a supervisora de desenvolvimento visual do filme, Sue Nichols, fez uma comparação que o espantou.

"Ela fez um desenho que mostrava Mulan ao lado de Nani", disse Sanders, se referindo à irmã mais velha de Lilo. "E apontou que na verdade faltavam partes da anatomia de Mulan, se você considerar a altura de seu torso."

Sanders, que escreveu e dirigiu "Lilo & Stitch", com Dean DeBlois, optou por um estilo de animação com figuras mais rechonchudas, para seu filme, uma comédia de aventura que continua a conquistar fãs por conta de seus tipos físicos realistas, precisão cultural e protagonista incompreendida, nas duas décadas transcorridas desde o lançamento do filme, em 21 de junho de 2002.

O filme conta a história de uma menina havaiana Lilo, cuja vida é desordenada pelo pouso forçado da nave de um alienígena fugitivo, Stitch, perto de sua casa. O filme preparou o terreno para as tendências vistas em filmes mais recentes da Disney, por exemplo a ausência de uma história de amor e uma protagonista menos positiva e otimista.

"Quando a folha do calendário estava virando da década de 1990 para a de 2000, todo mundo achava que o mundo ia acabar", disse Shearon Roberts, editora de "Recasting the Disney Princess in an Era of New Media and Social Movements", um livro sobre as mudanças pelas quais as princesas da Disney passaram, e professora de comunicação de massa na Universidade de Xavier, em Nova Orleans.

"Por isso, todo o conteúdo que eles começaram a criar passou a ser menos relacionado aos contos de fadas que tínhamos visto nas décadas de 1980 e 1990 e mais a uma exploração do desconhecido."

Sanders inicialmente tinha concebido a história como livro infantil, mas mudou sua proposta para enquadrá-la à telona. E o projeto enfrentou obstáculos desde o começo.

Depois de uma sucessão de lançamentos fortes mas dispendiosos na década de 1990, como "Atlantis – O Reino Perdido" e "Tarzan", cujos orçamentos superaram os US$ 120 milhões (R$ 628 milhões no câmbio atual), os produtores de "Lilo & Stitch" tinham por objetivo fazer um filme menor, por US$ 80 milhões (R$ 419 milhões).

DeBlois e Sanders, que tinham trabalhado juntos no desenvolvimento do roteiro de "Mulan" (1998), voltaram a colaborar e escreveram e dirigiram o novo trabalho juntos. Daveigh Chase, que nem tinha chegado à adolescência, mas já era uma atriz veterana, foi escalada como a voz de Lilo. No caso de Stitch, porém, o escolhido para o papel foi Sanders.

"Não queríamos recorrer a um ator real, como Danny DeVito, e ver o estúdio reclamar por termos contratado um sujeito famoso para dizer no máximo 15 palavras de diálogo", disse Sanders.

"Amo que seja essa a recordação dele sobre o que aconteceu", disse Clark Spencer, que produziu o filme e hoje é presidente do Walt Disney Animation Studios. "Mas o personagem era Chris desde o primeiro dia. Ele fez o primeiro desenho; ele é que sabia o que desejava que o personagem fosse, que voz ele deveria ter. Não consigo imaginar outra voz que não a de Chris, para Stitch."

Inicialmente, a história se passaria na região rural do Kansas, mas, depois de um período de férias em uma ilha, Sanders decidiu que queria que a história acontecesse em outro lugar remoto: Kauai, no Havaí.

Ele, DeBlois e outros integrantes da equipe de criação fizeram mais uma viagem para Kauai, onde conversaram com moradores e se familiarizaram com a cultura havaiana.

"Uma coisa que aprendemos ao trabalhar em 'Mulan' é que quando você situa uma história em um lugar específico do mundo real, há lugares aos quais você não pode ir", disse DeBlois. "Há elementos culturais que você não pode usar, por ser um forasteiro."

Por isso, eles recorreram ao músico havaiano Mark Keali'i Ho'omalu como consultor para as danças de hula e os arranjos dos corais, e selecionaram para o elenco pessoas que cresceram no Havaí — Tia Carrere, que deu voz a Nani, e Jason Scott Lee, que interpretou seu namorado, David — e eles sugeriram mudanças para refletir melhor o dialeto coloquial de Kawai.

A produção não fez o mesmo que a de "Moana – Um Mar de Aventuras", que contratou uma equipe de direção e roteiro havaiana, ainda que Roberts, a pesquisadora da Universidade Xavier, tenha afirmado que o retrato mais realista que o filme oferece sobre o Havaí representou pelo menos um bom começo.

"A Disney sempre teve dificuldades para contar histórias sobre a região Ásia-Pacífico", ela disse. "É por isso que eles dedicaram tanto tempo a formar a equipe consultiva e de criação de 'Moana', um filme que teve uma recepção muito melhor, da formação do elenco ao esforço para que certas porções da história não resvalassem nos estereótipos. Eles tinham aprendido algumas lições sobre como encontrar pessoas para apoiar a equipe de roteiristas."

"Lilo & Stitch" tratava de questões reais com as quais os espectadores jovens poderiam se identificar: Nani, forçada a se tornar a guardiã legal de Lilo quando os pais delas morrem em um acidente de automóvel, enfrenta dificuldades para cuidar da irmã. E uma assistente social sempre parece apanhar Nani e Lilo em seus piores momentos.

Mas os realizadores ainda assim receberam comentários negativos na primeira exibição do filme, disse Sanders. Os espectadores não gostaram de ver Nani agarrando Lilo pelo pulso, em uma cena, porque acreditavam, incorretamente, que ela fosse a mãe da menina.

A equipe resolveu o problema recorrendo a um truque proposto por Howard Ashman: "Ele disse que, se você quer que a audiência se lembre de alguma coisa, precisa dizê-la três vezes em seguida", disse Spencer. "Assim, refizemos a cena", para garantir que houvesse três menções consecutivas ao fato de que as duas eram irmãs.

Mas a equipe optou por não alterar o filme em resposta a outra queixa, disse Spencer: os espectadores não gostavam do fato de que Lilo e Nani gritavam constantemente uma com a outra.

"Chris, Dean e eu rebatíamos que a realidade é essa", disse Spencer. "É um momento em que Nani está se sentindo pressionada, em que Lilo se sente deslocada e tenta descobrir quem ela de fato é."

Os realizadores também priorizaram realismo em outra área: os corpos femininos foram retratados de maneira mais realista. Lilo é baixinha e corpulenta, e Nani tem coxas grossas e o que Sanders descreve como "uma pélvis real".

Roberts, a pesquisadora, disse que o filme se afastava significativamente do cardápio da Disney. "Uma década antes, as princesas tinham corpos adultos plenamente desenvolvidos", ela disse. "Mas Lilo foi autorizada a ter um corpo de criança. O rosto dela é muito inocente. Temos um corpo que não é tamanho XP — e uma figura feminina plenamente corporificada naquelas dimensões".

E Lilo também pode ser criança em termos de personalidade. "Um dos clichês desse tipo de filme é que as crianças são sempre mais inteligentes, melhores e mais sintonizadas do que os adultos, que são retratados de modo caricatural", disse Sanders. "Mas não foi o que nós fizemos. Lilo morde uma menininha, tem chiliques e diz coisas simplesmente absurdas. Age como uma criança de verdade."

Lilo, disse Roberts, foi uma das raras protagonistas femininas nos filmes de animação Disney a não ter um par romântico (desconsiderada sua paixão por Elvis Presley). Ao optar por concentrar as atenções no elo fraterno entre Nani e Lilo, o estúdio por fim conseguiu reverter um arquétipo que havia sido estabelecido no passado distante, com "Branca de Neve e os Sete Anões", ela acrescentou.

A Disney já vinha "desmontando a mensagem do 'um dia encontrarei meu príncipe', desde a década de 1990", disse Roberts, acrescentando que filmes como "A Bela e a Fera" e "Mulan" provaram que uma protagonista feminina tão forte quanto seu par romântico era capaz de gerar lucros. "E Lilo os levou um passo adiante, ao eliminar de vez o par romântico masculino."

Janet Wasko, autora de "Understanding Disney: The Manufacture of Fantasy", aponta que, ao se concentrar em uma protagonista sem um romance ou casamento na trama, "Lilo & Stitch" prefigurou futuras estrelas da Disney como Moana, Merida, de "Valente", e Riley, de "Divertida Mente".

"Lilo & Stitch" se tornou um grande sucesso de público e crítica, e sua bilheteria inicial ficou apenas US$ 500 mil (R$ 2,6 bilhões no câmbio atual) abaixo da de "Minority Report", um thriller com Tom Cruise; o filme terminou faturando US$ 273 milhões (R$ 1,4 bilhão) no mercado mundial.

O longa conquistou uma indicação ao Oscar de melhor filme de animação, mas perdeu o prêmio para "A Viagem de Chihiro", de Hayao Miyazaki.

A história se transformou em uma franquia que rendeu mais três longas-metragens e três séries, além de atrações em parques temáticos. O estúdio está até desenvolvendo uma refilmagem em formato "live action".

"É um daqueles filmes que, quando alguém me pergunta em que eu trabalhei no passado, eu menciono 'Lilo & Stitch' e percebo a mudança que isso traz na atitude da pessoa", disse Spencer.

Muitos fãs já disseram a ele o quanto se identificam com o filme — com a frustração de Lilo por ser incompreendida, com a determinação de Nani, apesar de um mundo que contraria suas boas intenções, e até mesmo com a natureza rebelde de Stitch.

"Quando o filme saiu, era disso que muitos críticos falavam", ele disse. "Aqueles momentos que eram baseados na realidade e levavam as pessoas a se verem refletidas neles; os personagens não pareciam figuras de desenho animado."

De sua parte, Sanders gostaria que as pessoas percebessem o quanto o relacionamento entre as duas irmãs prenunciava "Frozen – Uma Aventura Congelante", mais de uma década antes.

"Quero deixar claro que acho 'Frozen' ótimo", ele disse. "Mas foi um pouco frustrante para mim ouvir pessoas dizendo 'enfim uma relação não romântica entre aquelas duas meninas', quando eu sabia que já tínhamos feito aquilo."

Tradução Paulo Migliacci

> Foi um pouco frustrante para mim ouvir pessoas dizendo 'enfim uma relação não romântica entre aquelas duas meninas', quando eu sabia que já tínhamos feito aquilo
>
> **Chris Sanders**
> diretor de 'Lilo & Stitch', sobre as protagonistas de 'Frozen'

A princesa Elsa em cena de 'Frozen – Uma Aventura Congelante'

A princesa Moana e o semideus Maui em cena de 'Moana – Um Mar de Aventuras'